

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RAPHAEL HENRIQUE DE ARAÚJO VIEIRA

FLEXIBILIDADE E INDIVIDUALISMO – ARMADILHAS NEOLIBERAIS PARA A
MOLDAGEM DO SER SOCIAL

UBERLÂNDIA
2023

RAPHAEL HENRIQUE DE ARAÚJO VIEIRA

FLEXIBILIDADE E INDIVIDUALISMO – ARMADILHAS NEOLIBERAIS PARA A
MOLDAGEM DO SER SOCIAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do Título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Trabalho, Sociedade e Educação

Orientador: Prof. Dr. Robson Luiz de França

UBERLÂNDIA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

V658 Vieira, Raphael Henrique de Araújo, 1986-
2023 Flexibilidade e individualismo [recurso eletrônico] : armadilhas
neoliberais para a moldagem do ser social / Raphael Henrique de Araújo
Vieira. - 2023.

Orientador: Robson Luiz de França.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.7034>
Inclui bibliografia.

1. Educação. I. França, Robson Luiz de, 1967, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.

CDU: 37

Glória Aparecida
Bibliotecária Documentalista - CRB-6/2047



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 13/2023/356, PPGED				
Data:	Vinte e nove de março de dois mil e vinte e três	Hora de início:	08:30	Hora de encerramento:	11:50
Matrícula do Discente:	11913EDU041				
Nome do Discente:	RAPHAEL HENRIQUE DE ARAÚJO VIEIRA				
Título do Trabalho:	"FLEXIBILIDADE E INDIVIDUALISMO – ARMADILHAS NEOLIBERAIS PARA A MOLDAGEM DO SER SOCIAL"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Trabalho, Sociedade e Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Formação do trabalhador de nível técnico e tecnológico: formação da força de trabalho no processo de reestruturação produtiva"				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Janaina Jácome dos Santos - UNIESSA; Cilson César Fagiani - UNIUBE; Carlos Alberto Lucena - UFU; Fabiane Santana Previtali - UFU e Robson Luiz de França - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Robson Luiz de França, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Robson Luiz de França, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/03/2023, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Jácome dos Santos, Usuário Externo**, em 29/03/2023, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cílson César Fagiani, Usuário Externo**, em 29/03/2023, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Lucena, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/03/2023, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Santana Previtali, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/03/2023, às 21:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4377978** e o código CRC **73110D1F**.

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de trilhar esse caminho rumo ao meu crescimento. Agradeço também a minha família, em especial aos meus pais e irmã, que sempre por mim zelaram e não mediram esforços para que eu concretizasse meus sonhos, dando-me o apoio e amor que tanto necessitei, superando as barreiras das dificuldades e me guiando aos caminhos corretos.

Agradeço a minha esposa, “Suzi”, pela paciência e amor de sempre. Por me estimular e acreditar que eu conseguisse, mesmo nos momentos de cansaço extremo, pandemia e dúvidas quanto a essa tarefa. Sou grato aos amigos queridos, pelo carinho e suporte essenciais; em especial à Lívia Coelho. Aos colegas de trabalho e a todas as instituições nas quais atuei profissionalmente. Todas elas contribuíram, sobremaneira, na minha construção pessoal. Aos companheiros da CONCAFRAS (Confraternização das Campanhas de Fraternidade Auta de Souza). Expresso meus agradecimentos a todos os meus professores. Todos eles, desde a minha infância, deixaram uma parte de si para que eu pudesse “crescer”. Ofertam seu conhecimento, suas experiências, seus livros, sua confiança. Seus conselhos, sua amizade e até advertências, a fim de que eu pudesse caminhar.

A toda equipe da Universidade Federal de Uberlândia, nossa querida UFU, lugar onde ainda menino cheguei. Local em que viria a passar todas as minhas fases de formação acadêmica. Em especial, deixo minha gratidão aos meus colegas, aos docentes do ILEEL (por onde passei nas fases iniciais da jornada universitária), ao CELIN (um dos locais em que comecei no campo da docência), ao PPGCE e ao PPGED (programas de Pós-Graduação que me acolheram tão bem). A toda equipe da Faculdade de Educação (FACED), que sempre nos abraçou. Agradeço a todos os meus orientadores, os quais me acompanharam mais de perto ao longo de minha vida científica: Dra. Dayse R. do Vale, Dr. Orlando Fernández e, por fim, Dr. Robson França (que me acolheu durante o mestrado e nesse doutorado). Além disso, recordo, em meus agradecimentos, a figura do prof. Dr. Carlos Lucena e Dra. Elenita Pinheiro, cujas aulas e ensinamentos recordarei com tanto carinho, dentre tantos outros mestres e aulas preciosas que encontrei nessa instituição.

Enfim, agradeço a todos que lutam pela Educação brasileira (pública, gratuita, de qualidade e democrática), já que é por meio dela que eu posso aqui estar.

Sempre precisei de um pouco de atenção
Acho que não sei quem sou
Só sei do que não gosto
E destes dias tão estranhos
Fica poeira se escondendo pelos cantos
Este é o nosso mundo
O que é demais nunca é o bastante [...].

Renato Russo, Dado Villa Lobos e Marcelo Bonfá (1991)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é, por meio de uma análise bibliográfica e documental, analisar, a partir da visão epistemológica marxista, os efeitos do avanço das categorias flexibilidade e individualismo enquanto moldes para o ser social. Defendemos que tais categorias, que constituem armas do pensamento neoliberal, são cruciais para a compreensão do indivíduo contemporâneo em meio às tentativas do capital em resolver suas cíclicas crises. Como se sabe, o ser social hodierno é permeado pela falta de vínculos sociais, afetado por uma noção de coletividade pouco sólida. Os valores do ser, individualista e a tudo flexível, passam a ser os do mercado, seguindo uma lógica empresarial. Nesse sentido, os “antídotos” utilizados pelo capitalismo financeiro contemporâneo, pautados pela doutrina neoliberal, encontram eco em áreas nevrálgicas para as vivências sociais. Em um mundo globalizado e interconectado por redes digitais, trabalho, educação e comunicação sofrem ataques pautados nas duas características aqui enfatizadas. Ataques que proporcionam nocivas retiradas de direitos trabalhistas, intensificam e precarizam, ainda mais, o labor cotidiano, suscitam a construção de uma educação acrítica e voltada ao mercado profissional, questionam os valores da verdade, da ciência e da democracia. Em suma, o antídoto neoliberal, pautado pela flexibilidade e o individualismo, é uma arma (nociva) utilizada em vários setores para potencializar o lucro de um capital que vive em crise e está sempre insatisfeito. São armas utilizadas para alienar e moldar o ser social à sua maneira.

Palavras-chave: flexibilidade; individualismo; neoliberalismo; trabalho; educação; comunicação.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze, through bibliographic and documental resources, from a Marxist epistemological point of view, the effects of the advance of the categories flexibility and individualism as molds for the social being. We propose that these categories, which are "weapons" of neoliberal thought, are crucial to the understanding of the contemporary individual in the midst of capital's attempts to solve its cyclical crises. As we know, the modern social being is permeated by a lack of social bonds, affected by a notion of collectivity that is not very solid. The values of the being, individualistic and flexible at all times, become those of the market, following a business logic. In this sense, the "antidotes" used by contemporary financial capitalism, guided by the neoliberal doctrine, find echoes in neuralgic areas for social experiences. In a globalized world, interconnected by digital networks, work, education, and communication suffer attacks based on the two characteristics emphasized here. Attacks that provide harmful withdrawals of labor rights, intensify and make even more precarious the daily work, lead to the construction of an uncritical and market-oriented education, and question the values of truth, science, and democracy. In short, the neoliberal antidote, based on flexibility and individualism, is a (harmful) weapon used in various sectors to enhance the profit of a capital that lives in crisis and is always dissatisfied. These are weapons used to alienate and mold the social being in its own way.

Keywords: flexibility; individualism; neoliberalism; work; education; communication.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es analizar, a través de recursos bibliográficos y documentales, desde el punto de vista epistemológico marxista, los efectos del avance de las categorías flexibilidad e individualismo como moldes del ser social. Defendemos que tales categorías, que constituyen armas del pensamiento neoliberal, son cruciales para la comprensión del individuo contemporáneo en medio de los intentos del capital por resolver sus crisis cíclicas. Como sabemos, el ser social moderno está permeado por la falta de vínculos sociales, afectado por una noción poco sólida de colectividad. Los valores del ser, individualistas y flexibles se convierten en los del mercado, siguiendo una lógica empresarial. En este sentido, los "antídotos" utilizados por el capitalismo financiero contemporáneo, guiado por la doctrina neoliberal, encuentran eco en las zonas neurálgicas de las experiencias sociales. En un mundo globalizado e interconectado por redes digitales, el trabajo, la educación y la comunicación sufren ataques basados en las dos características aquí destacadas. Ataques que proporcionan lesivas retiradas de derechos laborales, intensifican y precarizan aún más el trabajo cotidiano, plantean la construcción de una educación acrítica y centrada en el mercado profesional, cuestionan los valores de la verdad, la ciencia y la democracia. En definitiva, el antídoto neoliberal, basado en la flexibilidad y el individualismo, es un arma (dañina) utilizada en diversos sectores para potenciar el beneficio de un capital que vive en crisis y siempre insatisfecho. Son armas utilizadas para alienar y moldear a su manera al ser social.

Palabras clave: flexibilidad; individualismo; neoliberalismo; trabajo; educación; comunicación.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Objetivos	14
1.2 Estrutura da tese.....	15
2 A DINÂMICA DO CAPITAL E A SUA “ECDISE” NEOLIBERAL	18
2.1 A “Grande Depressão” do Século XIX: Uma eclise para o capital	19
2.2 Tempos de pós-guerra: nova eclise	24
2.3 Neoliberalismo: A saída flexível e suas características	31
2.4 O capitalismo financeiro	37
3 AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO PERMEADAS PELA FLEXIBILIDADE E PELO INDIVIDUALISMO	42
3.1 Novas tecnologias, capitalismo financeiro e a utopia laboral	43
3.2 A era das terceirizações e a potencialização da lei do valor	51
3.3 Uberização, plataformização e os infoproletários	53
3.4 Plataformização do trabalho: precariedade e insegurança	59
3.5 Experiências “plataformizadas”: a “dádiva” da servidão	63
3.5.1 <i>Testemunhos de um motorista uberizado</i>	63
3.6 O exemplo dos tutores digitais, os “Ubers” da educação	68
3.7 A “nova” legislação trabalhista e o ardid da flexibilidade	72
3.8 Flexibilidade, individualismo e o mundo do trabalho: o exemplo da Reforma Trabalhista brasileira.....	76
3.8.1 <i>O governo Jair Bolsonaro e o acirramento das reformas flexibilizadoras</i>	85
4 A EDUCAÇÃO SOB O ATAQUE DA FLEXIBILIDADE E DO INDIVIDUALISMO NEOLIBERAIS	88
4.1 A escola e a sua função social: um breve histórico.....	88
4.2 A educação neoliberal: a escola da flexibilidade e do individualismo em prol do mercado.....	93
4.3 A educação na América Latina: um alvo neoliberal	97
4.4 A experiência neoliberal recente na Argentina: o macrismo	100
4.5 O caso brasileiro: avanço neoliberal por vias de um golpe jurídico e seu efeito na educação	105
4.5.1 <i>Governo Bolsonaro: acirram-se os ataques neoliberais</i>	110
4.5.2 <i>O individualismo e a flexibilidade neoliberal em alguns projetos para a educação brasileira</i>	121

4.5.2.1 O projeto “Escola sem partido”	121
4.5.2.2 A educação domiciliar	130
5 A COMUNICAÇÃO INDIVIDUAL E FLEXÍVEL EM TEMPOS INTERCONECTADOS: MAIS UMA ARMA PARA O AVANÇO NEOLIBERAL	138
5.1 A internet e suas bolhas: uma nova interação social	138
5.2 Individualidade e flexibilidade: formando Narcisos virtuais.....	142
5.3 A verdade falseada: a era da desinformação e a ascensão da ultradireita neoliberal	146
5.4. O exemplo Trump-Bolsonaro: a flexibilidade da verdade e a razão neoliberal em tempos interconectados	152
5.4.1 <i>O governo Donald Trump</i>	152
5.4.2 <i>A gestão de uma pandemia em meio ao governo das pós-verdades: o exemplo trumpista</i>	160
5.5. Governo Bolsonaro	164
5.5.1 <i>À escola de Trump, o discurso desinformativo alça a voz em meio à onda neoliberal</i>	164
5.5.2 <i>“Ditadura gayzista” e ataques à imprensa</i>	165
5.5.3 <i>A gestão da pandemia no Brasil em tempos de discurso flexível-individual</i>	173
6 FLEXIBILIDADE E INDIVIDUALISMO: O SUJEITO CONTEMPORÂNEO MOLDADO POR ESSAS CATEGORIAS NEOLIBERAIS.....	178
6.1 O sujeito neoliberal.....	178
6.2 Aliciar as subjetividades: uma técnica neoliberal	184
6.3 O discurso repetido	189
6.4 A liberdade e seus paradoxos – as faces ocultas da flexibilidade.....	193
6.5 O sujeito flexível e suas reações adversas.....	199
6.6 O ônus da individualidade flexível.....	212
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, em que a globalização da economia mundial se mostra cada vez mais amadurecida e aliada ao desenvolvimento vertiginoso da lógica de redes computacionais, o capitalismo, em sua fase financeira e em meio a mais uma crise estrutural, eclodida em 2008, demonstra sinais de fissuras em sua lógica estrutural de geração do lucro, e novamente atua, por meio de políticas neoliberais, para a manutenção e ampliação de seus objetivos.

Assim, em tempos recentes, visando a retomada de sua espiral de “crescimento” cíclico, o capital intensifica os ataques a direitos sociais historicamente garantidos. O uso de artifícios do pensamento neoliberal se exterioriza e ganha defensores inclusive nas camadas populares, que emanam um discurso midiático-político pró-mercado e contra as “ultrapassadas” e rígidas posturas intervencionistas em todas as esferas sociais.

Proclama-se uma era de liberdade, de independência; de possibilidades. A ideia da flexibilidade e da individualização emerge a todos os âmbitos, perpassando a própria constituição pessoal do ser, atingindo o seu modo de interagir com seu próprio eu (o único responsável de sua própria fortuna), com o outro (concorrente, também responsável por sua sorte) e com o mundo - totalmente mercantilizado e regido pela ótica dos negócios, do mercado. Tudo se torna mercadoria, aquilo que não produz lucro deve ser rechaçado; o que não se torna um capital social deve ser refutado. As instituições são vistas como empecilhos ao “progresso”, ao crescimento econômico. Toda forma de intervir é uma forma de castração de potencialidades: receitas neoliberais que se acentuam para a resolução da crise do capital.

Configura-se uma nociva forma de ver o mundo, que conduz ao esgotamento psíquico, ao cansaço físico, à desfiliação, à exclusão social daquele que não conseguir, pelo próprio esforço e mérito (independente de seu ponto de partida) alcançar os louros do êxito. Práticas agora se tornam mais latentes, mas que há tempos têm sido difundidas e que, sob a égide do pensamento neoliberal, irão constituir, valendo-se das categorias da flexibilidade e da individualização, um elixir para a retomada do capitalismo contemporâneo.

Nesse sentido, como educador da educação básica e como atuante em movimentos sociais vinculados às classes marginalizadas, vivenciei cotidianamente

as marcas deixadas pela intensificação das mencionadas categorias neoliberais nos âmbitos da educação (em que minha prática cotidiana se situa), do trabalho (em que observo e vivencio a grande precarização e intensificação do labor cotidiano); das comunicações (em que as relações informacionais virtualizadas colocam em questão o saber científico e a democracia) e das vivências pessoais cotidianas, nas quais observamos, cada vez mais, a deterioração da qualidade de vida em prol do trabalho (que sempre requer maior produtividade e inovação) e o esfacelamento das noções e relações de coletividade. Vemos, pois, que a preocupação com o outro e com o conjunto (em prol do eu) se tornam cada vez mais etéreas e geram constantes conflitos.

Há alguns anos, ademais, tendo atuado na gestão de Recursos Humanos de uma gigantesca multinacional norte-americana da área de terceirização e tecnologia, vivenciei de perto a lógica da produtividade, da terceirização dos processos, do uso da tecnologia enquanto potencializadora da precarização laboral e de flexibilizações em todo nível. Foi-me possível conviver em um espaço globalizado (equipes trabalhando em diferentes países do mundo) que exigia total flexibilidade do trabalhador e que pregava a terceirização acima de tudo, além da intensificação de processos padronizados e internacionalizados. De um centro de serviço, localizado no interior do Brasil, aliados a pequenos outros escritórios em locais estratégicos do globo, a “vida” de trabalhadores de diversos países e setores era controlada. Uma realidade que nos despertou questionamentos importantes.

Além disso, como egresso do programa de mestrado profissional da FACED-UFU (PPGCE – Programa de Pós-Graduação em Comunicação em Educação), pude refletir diretamente sobre as questões aqui expostas e que tanto me intrigavam, mergulhando em estudos do campo crítico, que, de maneira interdisciplinar, refletiam sobre a realidade e a relação paradoxal entre o entusiasmo tecnológico contemporâneo e seus reflexos no mundo educativo e do trabalho.

A partir das reflexões tecidas na dissertação de mestrado, com auxílio do Prof. Dr. Robson Luiz de França (orientador), recebemos uma grande provocação do Prof. Dr. Carlos Lucena (presente, naquele momento, na banca de qualificação), que instigou, dentro do contexto ali exposto, ampliações futuras dos nossos estudos, com foco na individualização e flexibilização do ser social que emergiam do texto apresentado. Esse questionamento, junto ao amadurecimento teórico desenvolvido

em leituras posteriores e do cursar das disciplinas no âmbito do curso de doutorado, permaneceu-me intrigante e, dado ao conturbado contexto sócio-político vivenciado, cujas investidas neoliberais tornaram-se mais fortes, pregando a todo momento políticas e ações de flexibilidade e individualidade, tomou forma de pesquisa sob a forma do trabalho em questão, o qual agora apresentamos.

1.1 Objetivos

Como apresentado, a presente pesquisa busca analisar, de maneira dialética, as antíteses presentes na intensificação contemporânea das categorias neoliberais flexibilidade e individualismo. Defendemos, assim, a tese de que tais categorias têm sido intensificadas, no bojo do avanço das práticas e do pensamento neoliberal, como uma maneira de formatar o ser social, no sentido da aplicação de sua lógica de mercado em todas as vivências sociais. Uma receita para aplacar as crises cíclicas do capital em seu afã contínuo de lucro.

A hipótese que nos conduziu é a de que, como anunciado pelos neoliberais, desde a formatação de seu ideário, existe a intenção de moldar a “alma” dos sujeitos, criando pessoas adaptadas à lógica do mercado; da empresa. Ao nosso ver, com base nesse pensamento, flexibilidade e individualismo têm sido as principais armas para que esse ideário avance. Um *modus operandi* que tem produzido perniciosos efeitos aos direitos, às vivências, à saúde, à educação, à democracia e a diversas outras experiências sociais relacionadas à classe-que-vive-do-trabalho.

Como objetivo geral, buscamos, pois, *compreender como o avanço das categorias neoliberais flexibilidade e individualismo tem sido utilizado para moldar o ser social, construindo sujeitos sintonizados com o pensamento neoliberal, pautado pelo avanço capitalista*. Para isso, escolhemos como título para a tese: **FLEXIBILIDADE E INDIVIDUALISMO – ARMADILHAS NEOLIBERAIS PARA A MOLDAGEM DO SER SOCIAL**.

Os **objetivos específicos** foram:

- Discutir a essência do sistema capitalista enquanto um sistema cíclico e fadado a crises, utilizando o pensamento neoliberal como forma de potencializar o lucro e fortalecer-se em momentos críticos.

- Analisar a condução neoliberal das metamorfoses do mundo do trabalho em tempos hodiernos interconectados, a partir da precarização, intensificação do labor, flexibilização dos contratos e da lógica do eu-empendedor.

- Construir um panorama da educação conduzida a partir do pensamento neoliberal, a qual culmina em projetos que exemplificam o acentuar das categorias de flexibilidade e individualismo na formação de um ser social voltado ao mercado.

- Compreender como, no âmbito do mundo contemporâneo, globalizado e interconectado, a comunicação é atacada pelos valores neoliberais de flexibilidade e individualização, criando verdades múltiplas e fomentando pensamentos contrários à ciência e ao ideal democrático.

- Analisar como o avanço neoliberal, pautado pelo intensificar das categorias flexibilidade e individualismo em esferas sociais nevrálgicas para a composição do ser social, tem provocado efeitos nocivos aos indivíduos da contemporaneidade e alterado os padrões de vivência social cotidiana.

A pesquisa foi desenvolvida durante o período de março de 2019 e dezembro de 2022, **sendo adotados como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a análise documental, a fim de concluir os objetivos almejados.** Assim, a análise de publicações de autores relevantes para o tema (em consonância à nossa condução epistemológica), associada a análises de relatórios, informes, leis, planos de governo, publicidade institucional, dentre outros documentos, conduziram as reflexões sobre os efeitos antagônicos das práticas em pauta que permeiam diferentes esferas sociais e moldam o indivíduo contemporâneo.

1.2 Estrutura da tese

A tese está estruturada em 5 capítulos, acrescidos das considerações finais conclusivas.

Inicialmente, apresentamos uma contextualização introdutória na qual vislumbramos a totalidade do assunto discutido, conduzindo uma análise sobre o sistema capitalista e sua fase hodierna. Em tal seção, propomo-nos a contextualizar historicamente o sistema capitalista como um sistema cíclico e crítico, fadado a crises. Além disso, dissertamos sobre o nascimento e desenvolvimento do pensamento neoliberal como uma resolução (“elixir”) para a retomada das taxas de lucro

capitalistas, instituindo como padrão de relações sociais a flexibilidade e o individualismo, corroborando à financeirização da economia contemporânea e conduzindo-nos, nos últimos anos, a uma nova crise estrutural.

Em um segundo capítulo teórico, denominado **capítulo 3** na estrutura da tese, construímos o panorama das metamorfoses hodiernas no mundo do trabalho. Discutimos sobre o padrão socio-midiático contemporâneo (baseado no impulsionar das Tecnologias da Informação e da Comunicação e na globalização) que conduz a novas modalidades de contratos de trabalho, a um falacioso “empreendedorismo” e à consequente precarização e intensificação do labor, agora ratificadas por legislações “reformistas” pautadas pela flexibilidade e pelo individualismo, pela construção do eu-empendedor, do eu-empresa e pela retirada de direitos.

Em adição, compondo um terceiro capítulo teórico (denominado **capítulo 4** em nossa estrutura), objetivamos abordar a educação enquanto molde neoliberal para o sujeito flexível. Realizamos, pois, uma análise da lógica de formação neoliberal - voltada ao mercado (ao eu flexível-individual) e composta por políticas públicas envoltas a discursos de profissionalização, privatização e que culminam na reprodução de práticas que conduzem à alienação do ser e focadas no lucro capitalista. Discutimos propostas esdrúxulas da classe dominante, como a educação “sem partido”, o ensino domiciliar e as novas propostas curriculares de cunho mercadológico, acompanhadas por uma visão financeira e dos ataques aos docentes e às práticas pedagógicas que visam construir o indivíduo crítico. Além disso, buscamos demonstrar, à guisa de verificação de um *modus operandi* neoliberal, a ação prática desses governos em países latino-americanos que optaram, democraticamente, por essa via – Brasil e Argentina, a partir das respectivas gestões de Temer-Bolsonaro e Mauricio Macri.

No **capítulo**, abordamos uma reflexão direcionada à comunicação sob a égide do individualismo e da flexibilidade. Nessa seção, analisamos como o discurso neoliberal tem alimentado a desarticulação das relações democráticas e científicas, a partir do uso da desinformação como arma. Vê-se o uso da pós-verdade, das *fake news* enquanto formas de legitimar práticas antidemocráticas e contrárias à ciência, num contexto de flexibilização e individualização da “verdade”. Visamos, ainda, abordar como, no momento neoliberal interconectado, algoritmos e redes sociais têm sido usados para a manipulação da opinião pública e manutenção do discurso dominante. Exemplificamos, a partir das ações dos governos de Donald Trump (EUA)

e Jair Bolsonaro (Brasil) - que conduzem suas nações a um avanço neoliberal intenso, como tais práticas tem sido adotadas enquanto armas de gestão e como intensificadoras e camufladoras do discurso neoliberal para a população.

Enfim, no **Capítulo 6**, dispomo-nos a realizar a análise dos efeitos do avanço das práticas neoliberais aqui discutidas enquanto promotoras de um padrão específico de sujeitos. Que efeitos o contexto supracitado tem produzido na individualidade dos cidadãos hodiernos? Visamos, assim, analisar a construção do sujeito neoliberal sob a ótica da flexibilidade e do individualismo que abarcam todas as vivências sociais. Práticas que, propositalmente, constroem uma específica forma de ver o mundo. Uma visão que culmina, sob um discurso libertário, em uma lógica meritocrática que conduz ao adoecimento psíquico e à construção de um ser social regido pelo funcionamento do mercado, um neossujeito-empresa.

Em sequência, apresentamos nossas considerações finais, à guisa de conclusão do presente trabalho científico.

2 A DINÂMICA DO CAPITAL E A SUA “ECDISE” NEOLIBERAL

Como é sabido, a história do capital é uma história de crises e metamorfoses: ele sempre se reinventa. Segundo Dardot e Laval (2017), é impossível dissociar o capitalismo dessa história de transformações, de descarrilamentos e de estratégias de renovação.

No livro I de O Capital, Marx (1985) aponta esse dinamismo de reprodução do capital e seu movimento. O autor cita a transformação da forma dinheiro em meios de produção e força de trabalho – um primeiro movimento da forma valor, que age no mercado em sua esfera de circulação. O processo de produção comporia uma segunda fase, a qual culminaria na conversão dos meios de produção em mercadoria, contendo um capital agregado de valor, de mais-valor. Essas mercadorias retornam à esfera de circulação, para serem vendidas, realizarem seu valor em dinheiro, o qual é novamente transformado em capital, e assim recomeçando o ciclo.

Buscando representar de maneira esquemática e didática a teoria acima, pautada por Marx, Harvey (2018) faz uma alusão ao ciclo biológico da água. Metaforizada no recurso hídrico e em sua transformação, Harvey destaca as mudanças do estado físico dessa substância ao longo de seu processo cíclico. O estado líquido da água, nos oceanos, evapora e passa por um deslocamento vertical sob uma nova forma (o vapor) que compõe a nuvem em forma de gotículas. Essas gotículas se fundem, ganham peso e precipitam sob novas e diversas formas, como a chuva, a neve ou o gelo. Ao regressar ao solo, a água pode ficar armazenada ou correr para os rios, movendo-se de maneira mais ou menos devagar. Parte dessa água evapora ao longo do processo, parte é usada pelos seres vivos, parte é represada; mas, posteriormente, um grande volume é sempre devolvido aos oceanos, reiniciando-se, assim, o ciclo. Para Harvey, o mesmo ocorre com o capital:

antes de assumir a forma-mercadoria, ele começa como capital-dinheiro, passa por sistemas de produção e emerge como novas formas de mercadoria que serão vendidas (monetizadas) no mercado e distribuídas sob diferentes formas e diferentes facções de demandas (na forma salário, juros, aluguel, imposto, lucro), antes de retornar ao papel de capital-dinheiro (HARVEY, 2018, p.17).

Não obstante, apesar de o ciclo da água metaforizar, didaticamente, o ciclo do capital, o próprio autor estabelece diferenças significativas entre ambos. A força motriz daquele, a energia solar, mantém-se relativamente constante, assim como o volume

de água em circulação. O ciclo do capital, por sua vez, tem suas fontes de energia e volume variáveis: uma expansão constante e exponencial. Não como o primeiro, que se mostra um ciclo genuíno e natural, o ciclo do capital seria oriundo de um fluxo variável. Uma espiral que constantemente se expande, conforme destaca Harvey (2018). O capital, definido por Marx, como o valor em movimento, geraria movimentos abruptos, não padronizados, previsíveis, porém arrasadores. Como Duméril e Lévy (2004) apontam, esse processo corresponde a crises que não acontecem por acaso. São crises estruturais que constituiriam uma lei geral na evolução do capitalismo: uma condição de existência. O cerne dessas crises apresentaria algo em comum, frisam os autores. Esse cerne, que vemos como afã de reprodução do capital, e sua constante potencialização, seria o responsável pela recorrência das crises.

Nas palavras de Chesnais (2013), as crises são subterfúgios utilizados pelo capital para suplantar seus limites imanentes. “As crises explodem no momento em que o capital está de novo ‘preso’ por essas contradições, confrontado às barreiras que ele mesmo criou” (CHESNAIS, 2013, p. 26). Quanto maior a ruptura com a superacumulação, maior a crise; mais longa e mais difícil a busca de novos meios para superar tais limites intrínsecos, recorda o autor, ressaltando, ainda, que a história permeia a teoria das crises.

2.1 A “Grande Depressão” do Século XIX: Uma ecdise para o capital

A partir dos princípios apontados, voltamo-nos à configuração e gênese do pensamento neoliberal, foco do presente estudo. Valemo-nos da afirmação de Candiotto (2015), o qual assevera que para tal compreensão deve-se observar a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, ocorrida tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, ao longo da primeira metade do século XX. Uma transição marcada pelas crises, por “ecdises” do capital.

Para elucidar parte do processo cíclico do capital no contexto histórico do Capitalismo Monopolista, destacamos, como anunciam Lelart (1996), o papel da internacional da libra e o protagonismo inglês no século XIX.

Esse processo, recordam os autores, estaria ligado à revolução técnico-científica, que fortemente influenciou na Grã-Bretanha, que inicia sua produção em escala mundializada, e para tal adquire matéria prima e vende produtos industrializados.

Possuindo diversas colônias e frota mercante destacável, os ingleses e a Libra, sua moeda, assumem o protagonismo internacional. Um contexto em que se conclamava a liberdade comercial: *Laissez faire, laissez passer*. Destaca-se, ademais, desde 1830, um crescimento dos bancos em caráter internacional, recordam Lelart (1996).

Segundo Coggiola e Martins (2006), no período entre 1830-1840, a industrialização havia inaugurado uma nova fase, a qual primava pelas estradas ferroviárias, carvão, ferro e produção siderúrgica. O ritmo de acumulação do capital ia de vento em popa e esse estabeleceu seu domínio sobre toda a sociedade – a burguesia domina a cena política na dupla de potências da época: Inglaterra e França. O conflito de classes se agudiza e se nota no pensamento econômico. Nesse sentido, ressalta o autor que

a economia burguesa distanciou-se mais e mais daquele mínimo de imparcialidade e objetividade que se esperava de estudos científicos, para transformar-se, segundo as ferrenhas críticas de Marx, em uma ideologia da classe dominante. Os defensores partiam da convicção de que o capitalismo é a única economia possível, as categorias econômicas válidas para esta economia eram extensivas a todas as demais formas pretéritas de sociedade humana. (COGGIOLA; MARTINS, 2006, p. 14)

Em tal momento, a teoria valor-trabalho, antiga arma burguesa contra as regalias dos clérigos e nobres, perde espaço; não mais interessa para a burguesia vitoriosa que, agora, aclamará inteiramente o mercado, os preços estabelecidos pela livre concorrência, o jogo de oferta e procura.

A partir de 1848, Coggiola e Martins (2006) destacam a existências de algumas faíscas de crise. Nas palavras de Bastien (2011), tem-se, a partir daí, um período de cerca de três décadas em que as economias nacionais europeias (em destaque as mais modernas), conhecem o abrandar de seu ritmo de crescimento, bem como uma redução contínua do índice geral de preços. Segundo o autor,

O grande peso das actividades primárias no conjunto da actividade económica determinou que a sobreprodução industrial e conseqüente queda dos preços, próprias de uma crise moderna, se articulou com uma crise de subprodução de bens alimentares de origem agrícola e com o conseqüente aumento dos preços destes produtos, como é próprio de uma economia que não superou ainda completamente o *Ancien Régime*. (BASTIEN, 2011, p. 60).

No bojo das revoluções burguesas, após a crise de 1857 (associada ao aumento da quantidade de ouro no mercado), a condução das taxas de juros para baixo, condicionou um “movimento internacional de capitais e mercadorias” (COGGIOLA; MARTINS, 2006, p. 14) que merece destaque. Conforme apontam Duménil e Lévy (2004) a crise europeia ocorrida no fim do século XIX, entre 1875 e 1893, ecoou pelo mundo. Nos EUA, por exemplo, vivencia-se um grande período de instabilidade compreendido entre o fim de sua Guerra Civil e a mudança de século.

Esse capítulo, importante para o retrospecto histórico aqui construído, é nomeado por Coggiola e Martins (2004) como a primeira crise mundial moderna; uma linha demarcatória, um divisor de águas. Uma convulsão originada na Áustria e na Alemanha, e que impactou, sobremaneira, os Estados Unidos.

Os autores recordam que a indústria alemã e seus altos dividendos “incrementaram a especulação, que se alastrou para as ferrovias e imóveis beneficiadas pela grande oferta de crédito. Subitamente, porém, os custos aumentaram e a rentabilidade começou a cair” (COGGIOLA; MARTINS 2006, p. 15). Coggiola e Martins (2006) destacam, ainda, que a crise (em um primeiro momento financeira) deflagrada em Viena, com a quebra da Bolsa de Valores, levaria à bancarrota bancos de financiamento austríacos, alemães e estadunidenses - no último caso. Ademais, a situação se associou à especulação ferroviária. Uma crise em ambos os lados do oceano, que viria a demonstrar que as economias de diferentes localidades, como também o movimento de capitais, estavam interligados.

Duménil e Lévy (2004), recordam que a maioria das grandes corporações financeiras (que até hoje imperam em nossa sociedade) despontou nesse contexto. Surgia, ali, a classe dos acionistas, credores e financiadores: uma classe dissociada do funcionamento corporativo direto. Esse era o despontar de um complexo sistema de instituições financeiras.

Fechando tal ciclo, Coggiola e Martins (2006) arrazoam que a teoria do *laissez-faire* obteve triunfo durante o período em que persistiam condições históricas propícias à adoção dos preceitos político-econômico dos liberais. Segundos os autores isso ocorrera, com maior destaque, na Grã-Bretanha de meados do século XIX - até que a “Grande Depressão”, de 1873 a 1896, lhe viesse de encontro (assim como veio aos demais países ou colônias do mundo). Para sufocar a crise (o subconsumo era o que sufocava o capital, conforme as teses liberais), a expansão geográfica foi justificada e

ratificou-se a busca e exploração de novos mercados consumidores externos – essa a resposta para o problema, destacam os autores. Era

um ponto de virada na história do capitalismo, cujas consequências serão a emergência do imperialismo capitalista, o redimensionamento do mapa industrial e econômico do mundo, a consequente redistribuição do poder político e militar e a redefinição do sistema monetário internacional no quadro do surgimento do capital financeiro como figura dominante do capital em geral (COGGIOLA; MARTINS, 2006, p. 17).

Em prosseguimento, ao longo da história do capitalismo, outro momento de “ecdise” se observaria. Lembremos que, na zoologia, esse termo nomeia o processo em que o exoesqueleto (a carapaça) de alguns animais não mais lhes é conveniente. Embora ofereça proteção, esse exoesqueleto, solidificado, alcança um momento em que impedirá o crescimento do animal. Assim, em um processo endógeno, intrínseco ao próprio ser, tal proteção, constituída por substâncias que lhe dão rigidez é abandonada pelo próprio animal, a fim de que uma nova se forme. O novo “escudo” surge flexível e, como o outro, endurece-se depois, permitindo, nesse ínterim, o crescimento do animal. Mais um ciclo que nos parece familiar, análogo ao ciclo do capital. Em meio à sua necessidade de crescimento, o capital abandona ou enrijece sua proteção – um processo que lhe é intrínseco, endógeno.

Desse modo, em mais uma metamorfose do sistema capitalista (os abalos da Grande Depressão e o advento da Segunda Guerra Mundial) sacodem-se as bases do pensamento liberal, então reinante, anunciando novas transformações – uma nova ecdise. Seguindo a metáfora há pouco exposta, era preciso abrir mão da flexibilidade que lhe proporcionara o crescimento e proteger-se na rigidez de seu exoesqueleto, de suas práticas.

Dardot e Laval (2017) recordam as ideias de livre troca mostraram-se questionáveis: configura-se um momento em que o equilíbrio social e econômico se abalavam como um todo. Frequentes crises, especulações, desordem social e política expunham as fissuras e fragilidades das democracias liberais. A fim de salvar o sistema liberal capitalista, diversos autores (exceto os ferrenhamente apegados aos preceitos clássicos liberais e avessos totalmente à intervenção estatal) esperavam uma nova ecdise econômico-social. O *laissez-faire* era considerado já ultrapassado, inclusive entre os liberais. O estado despontava como única saída para

recuperar o mundo de uma situação econômica e social dramática, recordam os autores. Para eles,

a 'crise do liberalismo' revelou a insuficiência do princípio dogmático do *laissez-faire* para a condução dos negócios governamentais. O caráter fixo das 'leis naturais' tornou-as incapazes de guiar um governo cujo objetivo declarado é assegurar a maior prosperidade possível e, ao mesmo tempo, a ordem social (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 58).

Voltando-nos novamente à metáfora biológica, era preciso (após o momento sem carapaça, sem rigidez), fortalecer o "exoesqueleto" estatal, junto a sua atuação e proteção.

Configura-se um quadro descrito por Harvey (2008), como um período de controle sob diversos prismas: trabalho, tecnologias, consumo; poder. Compõe-se um momento nomeado de fordista-keynesiano: um momento de rigidez. As ideias do estado intervencionista, de John Maynard Keynes, alcançam destaque para aplacar a Grande Depressão.

Como o autor discorre, o momento em pauta viveu a ascensão das tecnologias gestadas no período bélico. Carros, embarcações, indústria petroquímica, de construção e eletrodomésticos impulsionaram o crescimento econômico, concentrado em certas regiões. Ademais, outro pilar que sustentaria o sistema o capitalismo de então seria a recomposição (patrocinada pelo Estado) das regiões assoladas pela guerra, como recorda o autor ao mencionar que

Coordenadas por centro financeiros interligados, tendo como ápice da hierarquia os Estados Unidos e Nova Iorque, essas regiões-chave da economia mundial absorviam grandes quantidades de matérias-primas do resto mundo não-comunista e buscavam dominar um mercado mundial de massa crescentemente homogêneo com seus produtos (HARVEY, 2008, p. 125).

Para que esse processo fosse possível,

[...] o Estado teve de assumir novos (keynesianos papeis) e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papeis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção (HARVEY, 2008, p. 125).

Esse momento é descrito por Duménil e Lévy (2004), a partir de suas bases no pleno emprego. Bem-estar social, acesso universal aos sistemas de saúde e educação lhe são características sociais. O anseio e necessidade de atacar o *status*

quo capitalista e a luta contra o comunismo conduziram a políticas desenvolvimentistas urgentes. Como colocam os autores, construiu-se um quadro institucional que estava à margem das regras clássicas do capitalismo. Maior destaque ao setor não financeiro, grande avanço das práticas de intervenção estatal e panorama internacional favorável ao desenvolvimento. Políticas que restringiram liberdades de decisão dos detentores do capital. Uma restrição sob a tutela do Estado, mas que, dentro de um sistema cíclico, não seria permanente.

2.2 Tempos de pós-guerra: nova ecdise

De Mattos (2009) rememora que os mencionados cerca de vinte e cinco anos subsequentes ao fim da Segunda Guerra Mundial representam uma exceção histórica para o sistema capitalista. Exceções acerca das taxas de crescimento econômico (aumento dos PIB's dos países capitalistas desenvolvidos), prosperidade social e melhoria dos perfis de distribuição de renda. Essa “*excepcionalidade histórica*”, como nomeia o autor, foi forjada mediante vários fatores singulares da ordem econômico-política que compôs o cenário da Guerra Fria nos países capitalistas avançados.

O cenário político definido pelos marcos da Guerra Fria criou as condições para que fosse estabelecido um contrato social baseado na crescente participação dos trabalhadores nos ganhos acelerados de produtividade obtidos nas economias capitalistas desenvolvidas no período. As relações de trabalho se caracterizavam então pela estabilidade do emprego, pela ampliação do peso do assalariamento no conjunto da ocupação e pelo aumento expressivo e contínuo dos salários reais. (MATTOS, 2009, p. 29-29)

Harvey (2008) recorda, nesse contexto, a infinidade de papéis assumidos pelos Estado, que

[...] se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos, etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. (HARVEY, 2008, p. 129)

Ademais, dentre os fatores singulares que permearam o período, observou-se que a busca de uma conciliação nas finanças mundiais despontaria na Conferência de Bretton Woods, “uma tentativa clara de restabelecer as precondições para a viabilidade de um sistema monetário internacional” (EICHENGREEN, 1995, p. 63).

Como Belluzo (2016) ressalta, fazia-se necessário “erigir um ambiente econômico internacional destinado a propiciar um amplo raio de manobra para as políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social” (BELLUZO, 2016, p.12). Um ambiente que dialogava com as reformas realizadas internamente nos Estados Nacionais.

Com tal intuito, reuniram-se em 1944 os representantes da Aliança das Nações Unidas. A conferência, realizada na localidade estadunidense Bretton Woods, seria batizada de maneira homônima (assim como o acordo dela advindo) e tinha vistas a negociar um novo padrão monetário internacional.

Como Torres Filho pondera,

[...] a dupla vitória americana, sobre os inimigos do Eixo e sobre as pretensões do império inglês, conferiu aos EUA uma posição singular e sustentável que lhes permitiu configurar, em seu benefício, os vários contornos que o sistema monetário internacional viria a ter nas décadas seguintes (TORRES FILHO, 2019, p. 623).

Baer *et al.* (2016) sintetizam os aspectos básicos de Bretton Woods em cinco. Em primeira instância, a adoção de um regime de câmbio fixo (que, no entanto, poderia ser ajustável em face de possíveis desajustes estruturais). Como segundo ponto, o ouro se estandardizava enquanto ativo de reserva. A partir dessa medida, uma moeda nacional só seria internacionalmente aceitável caso sua conversibilidade em ouro fosse automática, garantida pelo seu lastro nesse metal. Os autores justificam tais medidas a partir da intenção de conter a desordem financeira mundial do período bélico, tendo em vista que a maior parte dos países realizou desvalorizações cambiais propositais e competitivas para enfrentar a crise econômica de então. “Ao suspenderem a conversibilidade ao ouro, supostamente eliminavam um parâmetro explícito de controle da expansão monetária” (BAER *et al.*, 2016, p. 80). A adoção do câmbio-ouro como medida, tinha como fundamento teórico o ancorar do sistema financeiro internacional a um padrão que outorgasse à expansão de liquidez, restrições concretas, esclarecem os autores.

A livre conversibilidade de uma moeda nacional para outra comporia mais um aspecto do acordo. Essa medida garantiria total mobilidade dos capitais privados entre os países – liberdade essa que só poderia sofrer tolhida em caso de movimentos especulativos. Ademais, outra pauta se direcionava aos desequilíbrios nos balanços de pagamentos, com relação aos seus procedimentos de ajuste. Quanto a isso, os autores explicam que

No caso de desajustes estruturais, dever-se-ia partir para um realinhamento das paridades das taxas de câmbio, que seria coordenado por um organismo supranacional, para o que se criou o FMI. Por sua vez, os desajustes transitórios deveriam ser superados por meio de financiamentos compensatórios estendidos pelo FMI ao país deficitário. Estes recursos financeiros estariam condicionados a correções na política macroeconômica praticada pelo país deficitário, entendendo-se esta política como a causadora do desajuste no balanço de pagamentos (BAER *et al.*, 2016, p. 81).

Além das quatro premissas acima arroladas, os autores também citam, como base para o acordo, a composição de um marco legal para o momento em questão - a criação de instituições reguladoras: O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento).

À primeira instituição caberia a gestão das regras cambiais e manutenção dessas. Ela deveria, inclusive, conduzir a estruturação de revisões de paridade, caso necessário. Caber-lhe-ia também, a partir de um fundo mínimo disponibilizado pelos países-membro, ofertar financiamentos compensatórios e “supervisionar as correções nas políticas macroeconômicas dos países que apresentassem déficits (transitórios) em seus balanços de pagamento (BAER *et al.*, 2016, p. 81). O Banco Mundial, por sua vez, surge visando auxiliar na reconstrução europeia, garantindo uma ordem monetária internacional.

Contudo, apesar de ser conclamado como um acordo conciliador, reconstrutor, integrador; autores diversos recordam que “a concepção que deu base a Bretton Woods respondeu a uma visão própria dos Estados Unidos sobre as características do novo sistema internacional e do papel da sua moeda” (TORRES FILHO, 2019, p. 632). Baer *et al.* (2016) recordam, nesse sentido, que, a partir dos anos 40, o que de fato passa a vigorar dista bastante das premissas de Breton Woods. A efetiva função do acordo, destacam, seria ratificar a hegemonia estadunidense na cena financeiro-

política mundial. Ao impor a conversibilidade monetária pelo “padrão ouro”, o acordo afirmava a preponderância do dólar como moeda de circulação global. No período pós-guerra, os EUA detinham dois terços das reservas mundiais de ouro, destacam os pesquisadores. Tal situação equivale a dizer que “o dólar era a única moeda que podia garantir, de imediato, sua livre conversibilidade ao ouro em montantes significativos, o que consolidava sua aceitabilidade mundial” (BAER *et al.*, 2016, p. 81). Como efeito, surge uma corrida dos demais países para a manutenção de suas reservas diretamente em dólares. Os EUA e sua moeda tornam-se, efetivamente, o referencial monetário internacional, institucionalizando a hegemonia norte-americana nesse campo.

Segundo Beluzzo (2016), as ocorrências manifestadas no findar do século passado pareciam denotar que a era do Bem-estar Social, a “era Keynes”, fora sucedida (desde o início dos anos de 1970) por um sísmico período de instabilidade, historicamente comparável às turbulências vividas nas décadas de 20 e 30. As prósperas relações produtivo-tecnológicas, comerciais e industriais, gestadas em Bretton Woods e sob o estandarte da liderança americana não se bastaram; não resistiram ao próprio êxito, recorda o autor.

Desse modo, ao longo dos vinte anos subsequentes ao pós-guerra, os Estados Unidos da América sustentaram sua hegemonia em virtude de sua supremacia no âmbito industrial, no meio financeiro e do poderio e liderança militar. Foi com a égide dessa hegemonia que se deu a reconstrução das economias Europeias e Japonesa, além da gestão de condições que permitissem a impulsão de experiências de industrialização nas áreas periféricas do capitalismo, afirma Belluzo (2016).

Ademais, a supremacia incontestável norte-americana no campo monetário conduziu a responsabilidades permeadas por graus intensos de liberdade na condução de sua política (BAER *et al.*, 2016). “E foi esta mesma combinação perversa que contribuiu para a corrosão da própria soberania e, conseqüentemente, desencadeou a crise do padrão dólar” (BAER *et al.*, 2016, p. 82). Uma nova ecdise se anunciava.

Como já mencionado, o capital não nega a sua essência de expansão incontrolável. Estabilizada a situação socioeconômica do mundo pós-guerra, a partir das soluções embasadas na rigidez mencionadas, nova crise viria a descortinar-se no mundo. Na verdade, a crise não havia se resolvido, apenas se deslocado. Comprovou-

se que a rigidez do Estado ainda que pudesse abrandar a magnitude, bem como os efeitos das crises para o capital, “não é suficientemente poderosa para evitar o processo de agravamento do antagonismo das contradições inerentes ao sistema” (CARCANHOLO, 2009, p. 51).

Como dito anteriormente, a ocorrência de crises cíclicas periódicas é marca conjuntural do desenvolvimento capitalista. Uma realidade que seguirá ocorrendo enquanto esse sistema existir. “A crise estrutural se faz valer ativando os limites absolutos do capital como modo de reprodução social metabólica” (MÉSZAROS, 2011, p. 136).

Assim, adotando a alusão hídrica criada por Harvey, o capital, em virtude de seu ciclo, e devido ao afã de expansão, geraria um novo tsunami. Uma tormenta, que embora até soasse previsível, pareceria também incontível. Desse modo, ao analisarmos a década de 70, temos, pois, o retorno de uma dessas crises cíclicas do capitalismo. Sobre o contexto em específico, o pesquisador inglês expõe que

Os sinais de uma grave crise de acumulação eram em toda parte aparentes. O desemprego e a inflação se ampliavam em toda parte, desencadeando uma fase global de “estagflação” que duraria boa parte dos anos 1970. Surgiram crises fiscais de vários Estados [...] enquanto receitas de impostos caíram acentuadamente e os gastos sociais disparavam. As políticas keynesianas já não funcionavam (HARVEY, 2011, p. 22).

Em adição, o teórico britânico pondera que, naquele momento,

havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital físico de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção de massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariáveis (HARVEY, 2008, p.135).

Para analisar a configuração dessa nova crise, Duméril e Lévy (2007) recordam que durante o compromisso keynesiano, ou social-democrata, o poder e a renda da classe capitalista foram reduzidos,

os quadros administrativos (gerentes) das grandes sociedades sociedade por ações (na gestão das suas empresas) e os empregados públicos superiores (na definição das políticas) desenvolveram comportamentos mais autônomos, nos quais o poder e os privilégios da classe capitalista se encontraram consideravelmente reduzidos, ainda que não radicalmente apagados. Crescimento, emprego e progresso técnico tendiam a tornarem-se alvos bastante autônomos, independentemente da remuneração da propriedade (em dividendos e juros). Uma fração bastante importante dos lucros permanecia nas

empresas e era investida produtivamente. A rentabilidade das instituições financeiras era tipicamente baixa (em particular no contexto da propriedade pública dessas instituições financeiras). Em alguns países da Europa e no Japão, e em países da Periferia, institucionalidades alternativas, frequentemente chamadas de “economias mistas”, foram estabelecidas, e revelaram-se muito proveitosas (DUMÉRIL; LEVY, 2007, p. 2).

Os autores recordam que a renda e a riqueza da classe capitalista foram diminuídas, em virtude do crescimento da inflação e da crise dos anos 1970. As taxas de juro, tão estimadas pela referida classe, tornaram-se ínfimas, comportando-se negativamente (ou tendendo a zero). Baixos lucros, baixos dividendos, bolsa e mercado em depressão. A riqueza das classes abastadas e sua reprodução despencara. Isso o Capital não poderia tolerar. Era preciso uma nova guinada, um novo ciclo; uma nova ecdise.

É nesse contexto que, conforme Standing (2013) pontua, um grupo de pensadores sociais e econômicos é encorajado. Um grupo contrário ao Estado centralizador e regulatório e que vislumbrava um mundo cada vez mais aberto, com investimento, emprego e renda livres – fluídos para onde as melhores condições lhes favorecessem, lhes fossem receptivas. Para esses pensadores, posteriormente nomeados de “neoliberais”, uma condição *sine qua non* para evitar a desindustrialização, o crescimento econômico lento e o agravamento da pobreza, seria a aplicação de medidas drásticas, pautadas pela flexibilização dos mercados.

Tal grupo via então a oportunidade ideal para aplicar seu pensamento. As ideias articuladas desde o Colóquio de Walter Lippmann, ocorrido em 1938, que se tratavam da construção de um *front* em oposição ao intervencionismo estatal e à escalada de coletivismo, como afirma Guerrero (2019), ganhavam força. Nesse momento, “a ressurreição liberal foi transcendental para seus promotores, já que significou a unificação de forças intelectuais que até então haviam se mantido dispersas” (GUERRERO, 2019, p.4, tradução nossa).

O lançamento da obra “*O Caminho da Servidão*”, em 1944, por Friedrich Hayek, também se mostra canônico para o histórico do pensamento neoliberal. Nele, o autor prega mutação gradativa de uma organização hierárquica organizada em moldes rígidos para um “sistema em que os homens podiam pelo menos tentar dirigir a própria vida, tendo a oportunidade de conhecer e escolher diferentes formas de existência(...)”

(HAYEK, 2010, p. 40). O livro é descrito por Anderson (1995), como uma ferrenha investida contra qualquer regulação dos mecanismos de mercado estatais, vistos como uma ameaça letal à liberdade político-econômica. Para Hayek, a Social-Democracia e suas intervenções conduziriam à mesma senda nazista: uma servidão moderna, recorda Anderson.

Pouco tempo após o lançamento de sua obra, Hayek reúne na Suíça pensadores que compartilhavam de sua opinião, dentre os quais figuravam nomes como Friedman, Popper, Von Mises e Lippmann. Conforme destaca Anderson (1995), o propósito do nascente grupo – a sociedade de Mont Pèlerin – era minar, combater o keynesianismo então reinante, em prol de suas ideias de liberdade.

Consoante às ideias de Anderson (1995), Hayek e seus companheiros defendiam que o Estado de Bem-Social, e seus promulgados igualitarismos, eram um entrave, uma destruição à liberdade dos cidadãos. Além disso, esses ideais seriam destruidores da concorrência, a qual era essencial ao bom funcionamento dos mercados e de onde derivariam a prosperidade de todos. Ademais, desafiando o pensamento reinante à época, esse grupo advogava pela desigualdade enquanto fator positivo e imprescindível. Uma mensagem que permaneceria letárgica por cerca de 20 anos.

Não obstante, como destaca Standing (2013), a partir da eclosão da crise dos anos 1970, os defensores desse ideário passam a perceber que suas opiniões, outrora ignoradas, começaram a ganhar terreno. Ademais, encontravam eco em políticos como Thatcher e Reagan, despontavam como uma “nova” solução para a crise. Um neoliberalismo para aplacar os problemas econômicos e sociais do mundo, ou das classes que o “comandam”. Um quadro descrito por Duménil e Lévy (2007) como um golpe político, um elixir para os privilégios de uma porção social

Esse pensamento é qualificado por Lucena (2004) como o braço político reacionário à crise dos anos 70. Tal ideário justificaria as mudanças impostas na sociedade para a garantia da manutenção reprodutiva do capital, já que agiu objetivando “estabelecer a individualidade em detrimento da coletividade; afirmou o fim da luta entre o capital e o trabalho, pois os conflitos poderiam ser resolvidos dentro do interesse do primeiro” (LUCENA, 2004, p. 117).

O pesquisador recorda também que a sob a lente de tais práticas,

[...] o Estado deve ter como objetivo proteger a livre concorrência, administrar a justiça e realizar o que a iniciativa privada não pode fazer. Ao mesmo tempo, não desvirtuar o regime de livre concorrência, evitando intervir no mercado a fim de impor um plano arbitrário concebido pela política do bem-estar social. A iniciativa privada é tida como fundamental, pois traz consigo o princípio da concorrência. [...] Qualquer intervenção, seja ela do Estado ou dos movimentos sociais organizados, é vista como uma anomia que impede o bem coletivo da sociedade. O positivo são a livre-iniciativa, o mercado, o Estado totalmente privatizados, bem como a instrumentalização da democracia. (LUCENA, 2004, p. 119-120)

Segundo tal visão, recorda Harvey (2011), a função do Estado é criar condições favoráveis para liberar-se as capacidades individuais empreendedoras, garantir as propriedades individuais; assegurar o adequado funcionamento dos mercados (usando a força, inclusive, caso necessite). O Estado deve auxiliar a criar os mercados, caso preciso, mas deve restringir sua atuação a isso, mantendo sua intervenção mínima.

Um capítulo extenso para os anais da história, repleto de reviravoltas e desdobramentos sob os quais pretendemos debruçar-nos. Consequências que visamos analisar a partir das manifestações de seus mais potentes artificios: a flexibilidade e a individualidade.

2.3 Neoliberalismo: A saída flexível e suas características

No âmbito do quadro acima descrito, Dardot e Laval (2017) apontam o neoliberalismo como a busca de entravar a orientação ao reformismo social, obstruindo as políticas redistributivas, o afã assistencial, protecionista e planificador que estavam então emersos. Andrade (2019) o descreve como “estratégia política que visa reforçar uma hegemonia de classe e expandi-la globalmente, marcando o novo estágio do capitalismo que surgiu na esteira da crise estrutural da década de 1970” (ANDRADE, 2019, p. 221). Ademais, é possível definir o ideário em questão

como uma configuração de poder particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso. Considerando o crescimento da renda financeira e o novo progresso das instituições financeiras, esse período pode ser descrito como uma nova hegemonia financeira, que faz lembrar as primeiras décadas do século XX nos EUA (DUMÉRIL; LÉVY, 2007, p. 2).

Anderson (1995) recorda que, durante a crise (a grande recessão) que combinava baixas taxas de crescimento e inflação elevadíssima, os ideários do neoliberalismo atacavam os sindicatos e o movimento operário. Esses eram vistos como portadores de um nefasto poder e culpados pela corrosão das bases de acumulação capitalista, a partir de sua agenda reivindicativa sobre os salários e em prol do aumento dos gastos estatais com a questão social. Tais processos foram julgados como destruidores dos níveis desejáveis do lucro empresarial, desencadeadores do processo inflacionário. O elixir tornava-se claro: manter um estado forte o suficiente para romper com o movimento sindical, mas avaro em gastos sociais e em intervenções econômicas. Anderson (1995) assevera que, para chegar a isso, reformas fiscais eram imprescindíveis, além de redução de impostos para os ganhos mais elevados e para maiores rendas; manutenção de uma taxa de desemprego para enfraquecer os sindicatos. Estímulos imprescindíveis para a retomada do crescimento, dinamização da economia e estabilidade monetária.

Nas palavras de Harvey (2017), o argumento seria o de que o Estado protecionista, de bem-estar-social, havia se tornado oneroso em demasia. O alívio dos impostos para o capital seria um estímulo ao crescimento econômico. o que tornaria a vida melhor para todos.

Conforme ainda discorre o autor, a hegemonia neoliberal não ocorre prontamente. Alça voos maiores com a eleição dos governos Thatcher (1979 - Inglaterra), Reagan (1980 – EUA), Kohl (1982 – Alemanha), Schluter (1983 – Dinamarca), ampliando-se para quase toda a Europa Ocidental, exceto Suécia e Áustria.

Ademais, a expansão do pensamento gestado pelo grupo de Mont Pèlerin, ainda trazia um elemento que se destaca e que o tornava ainda mais atrativo: a luta contra o comunismo. Anderson (1995) aponta que a luta contra esse império do mal, ou contra essa “servidão” (vista por Hayek como a mais completa), torna-se atraente para a difusão do neoliberalismo. Tal embate contra o “mal” comunista auxiliaria na difusão do pensamento direitista na Europa e América do Norte, o legitimaria. Ingredientes que ajudariam no triunfo praticamente não contrastado do pensamento gestado em Mont Pèlerin, solidificando-o em regiões de capitalismo avançado.

Ao longo de tal investida, Anderson (1995) aponta o exemplo dos governos Thatcher como arquétipos estritos do pensamento em pauta: o pacote mais ortodoxo

e ambicioso dentre todas as investidas neoliberais nos países de capitalismo avançado. Um receituário completo no qual

[...] contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água (ANDERSON, 1995).

A partir de tal ótica, ao analisar os discursos da então governante inglesa, percebe-se a materialização do ideário gestado em Mont Pèlerin, conforme vê-se em Butt (1981). O jornalista, ao questionar Thatcher sobre a o contexto posterior aos dois anos de sua assunção ao poder, arguiu-a se a sociedade deveria conviver com o desemprego em nível mais alto. Recebe, então, uma resposta positiva, ressaltando a importância do indivíduo sobre o coletivo para suplantar tal problema – um forte preceito neoliberal. Segundo Thatcher, tudo dependeria de como os indivíduos aproveitariam as oportunidades.

Nesse âmbito, a visão do individualismo, uma das premissas analisadas nesse trabalho e característica reinante no pensamento em pauta, destaca-se no discurso do governo Thatcher, que como visto, abriria o caminho das liberdades individuais, do mercado livre; de um mundo “aberto” e flexível. A governante, nesse âmbito, afirma, pois:

O que me irritou, com relação a todo o direcionamento político nos últimos 30 anos é que esse sempre se direcionou à sociedade coletivista. As pessoas se esqueceram da sociedade individual. E então questionam: eu conto? Eu importo? Para isso, a resposta curta é: sim. Assim, não é que eu me dediquei a políticas econômicas, mas sim que me propus realmente a mudar a abordagem - e mudar a economia significa mudar a abordagem. Se você mudar a abordagem, estará realmente buscando o coração e alma da nação. A economia é o método; o objeto é a mudança do coração e da alma (BUTT, 1981, tradução nossa).

Já no âmbito do combate aos coletivismos, o ataque aos sindicatos e submissão do trabalhador ao grande capital mostram-se latentes. Para a mandatária em questão, parte do sucesso da economia nisto se baseava: “ao fato de os funcionários de todos os níveis reconhecerem que seus empregos dependem da lealdade à empresa, e não ao sindicato” (BUTT, 1981, tradução nossa). As

reivindicações sindicais seriam sufocantes (nas próprias palavras da mandatária). Asfixiariam o mercado, que deveria autogerir-se: “Acho que muitos de nossos funcionários conhecem as duras realidades e a maioria deles prefere trabalhar um dia decente, por um salário decente, se puderem se libertar de algumas das estruturas sindicais que tiveram” (BUTT, 1991, tradução nossa).

Fica claro, assim, que a ação neoliberal não se daria apenas no âmbito econômico. Como veremos adiante, a intenção literal era (e ainda é) mudar padrões, comportamentos e pensamentos. No plano financeiro, embora abaixar a inflação fosse importante, tal proeza não era o único foco, recordava a primeira-ministra. O primordial seria livrar a indústria inglesa da rigidez, estimular a competitividade dessa indústria em padrão global. Nas palavras de Thatcher, o problema da falta de empregos seria trivial, uma parte do processo:

você pode dizer que isso me dá um problema de desemprego. Sim. Mas se não tivéssemos insistido nisso, essas empresas não teriam sobrevivido no mundo duramente competitivo e teríamos um problema de desemprego muito maior no próximo ano. Agora, há sinais de empresas com melhor desempenho. Portanto, não vamos considerar apenas reduzir a inflação, por mais vital que seja. Ele também está colocando nossa indústria em um estado florescente e eficiente, de forma que possa competir com outras empresas em todo o mundo (BUTT, 1981, tradução nossa).

O corte dos gastos estatais também era tema de ordem, além da prevalência da esfera privada sobre a pública:

Deve-se ter menos gastos do governo para abrir espaço para mais investimentos do setor privado a uma taxa de juros mais baixa. As empresas industriais só investem onde veem um retorno produtivo. E cortando a quantidade de gastos atuais no governo, você poderá liberar recursos para o setor privado (BUTT, 1981, tradução nossa).

Intensificação do trabalho, a configuração da remuneração flexível (por desempenho) e a responsabilização do próprio trabalhador são mais pautas latentes na fala da governante, cânone do pensamento neoliberal:

As pessoas na Alemanha e no Japão condicionam suas demandas salariais à quantia que ganharam com o aumento da produtividade. Se nosso pessoal disser: "para o inferno com o que eu produzo, exijo um certo salário", então em breve não haverá emprego em seu setor e eles terão criado seu próprio desemprego (BUTT, 1981, tradução nossa).

Ademais, a necessidade de incrementar os processos tecnológicos – o fetiche da tecnologia enquanto geradora de empregos - uma forte presença no ideário em

questão (e que posteriormente discutiremos com maior destaque), também já se faz marcada nas afirmações da governante inglesa:

Temos sido mais lentos em adotar novas tecnologias do que em outros países, porque temia-se que, quando adotássemos as últimas mudanças tecnológicas, os empregos se iriam. A ironia é que os países que mais se esforçaram e aceleraram as mudanças tecnológicas, principalmente os japoneses, têm muito pouco desemprego porque, ao receber as mudanças tecnológicas, estão produzindo produtos que não eram sonhados há 30 anos - gravadores, vídeos, pequenas calculadoras, brinquedos eletrônicos. O que ainda não temos é a ideia de que novas tecnologias criam novos empregos (BUTT, 1981, tradução nossa).

Como é possível perceber, a partir da breve seleção de trechos thatcheristas, todos os elementos da doutrina neoliberal, outrora e há tempos já gestados, ganham espaço, se exemplificam e se expandem pelos governos europeus, como há pouco discutido. Elementos que, como veremos adiante, solidificam-se ao longo do tempo e intensificam-se em dias hodiernos, valendo-se das premissas do individualismo e da flexibilidade, expansíveis a todos os âmbitos sociais.

Desse modo, fica explícito pelos trechos selecionados, o que afirma Candiotti (2015), ao mencionar que, sob a égide do pensamento neoliberal, o crescimento econômico está atrelado à desigualdade, à naturalização do desemprego, que se torna algo comum, estrutural; banal. O mundo do trabalho, que analisaremos posteriormente, é visto como subserviente ao capital. Apregoa-se, a subsunção total do trabalhador ao empresário, e a dos países periféricos aos centrais. Uma liberdade “parcial” e paradoxal.

Além disso, Dardot e Laval (2017), dentro de tal contextualidade, destacam a denúncia neoliberal sobre a rigidez excessiva do mercado de trabalho. O modelo concorrencial é estimulado no mercado, na busca e manutenção de um emprego. Além disso, como o exemplificado pelos fragmentos thatcheristas, os autores recordam que os sindicatos e a legislação trabalhistas foram os primeiros alvos dos governos que adotaram as práticas neoliberais. A dessindicalização impulsionaria a desindustrialização de regiões e o deslocamento de indústrias com menor tradição de lutas sociais e onde reinavam menores remunerações.

Partindo para o outro lado do Atlântico, porém com localização cronológica concomitante, as ideias em pauta aportam no âmbito norte-americano a partir do

governo Reagan. Em 1981, ao explicar seu plano de recuperação econômica, o novo presidente estadunidense anunciava:

Logo após assumir o cargo, vim à sua frente para traçar um plano em quatro partes para a recuperação econômica nacional: cortes de impostos para estimular mais crescimento e mais empregos, cortes de despesas para pôr fim a déficits contínuos e inflação alta, alívio regulatório para pesado fardo de regras e documentação do governo e, finalmente, uma política monetária estável e consistente (REAGAN, 1981, tradução nossa).

Não obstante, Anderson (1995) relembra as singularidades da ação neoliberal em sua vertente norte-americana: A disputa militar com a União Soviética havia ganhado espaço, almejando superar e levar à bancarrota o regime russo, comunista. Na política interna, o governo Reagan reduzira os impostos em prol da porção social mais rica, elevara as taxas de juros e conseguiu dismantelar uma única greve trabalhista séria. No campo externo, no entanto, uma corrida armamentista sem precedentes despontava, criando um amplo déficit público. Um ponto paradoxal, como tantos que movem o sistema capitalista.

Embora com algumas isenções, ao longo de uma década estabelecer-se-ia a hegemonia das ideias neoliberais nos países de capitalismo avançado. Nesse entremeio, até mesmo os países com ideologia discrepante rumavam em direções similares às discussões de Mont Pèlerin. Ademais, tal configuração sócio-política dirigia-se a outros territórios, como a América Latina, e associava-se a experiências-piloto: laboratórios que distavam das práticas democráticas, como o caso de Chile.

Estabelecida a hegemonia do neoliberalismo nos países de capitalismo avançado, e posta sua expansão pelo mundo, faz-se necessário buscar o seu saldo; seus desdobramentos. No campo econômico, Anderson (1995) assevera o alcance do objetivo maior: o controle da inflação. Êxito inegável nesse sentido, nas palavras do autor. Entre os anos 70 e 80 a taxa inflação decresceu, nos países membros da OCDE, de 8,8% para a marca de 5,2%, recorda Perry Anderson. Êxito também na recuperação dos lucros: aumento de 4,7% nos países da OCDE durante a década de 80, em detrimento à queda de 4,2% do decênio anterior.

O controle dos movimentos sindicais, com diminuição das greves também se mostrava uma vitória, ressalta o autor. Não obstante, o maior dos pódios não foi alcançado, destaca Anderson (1995) a restauração das altas taxas de lucro outrora observadas. O ritmo de crescimento dos anos 50 e 60 permanecia apenas no espectro

da lembrança, assevera o teórico. A recuperação dos lucros não conduziu à recuperação dos investimentos. Grande decepção sob esse aspecto.

A liberdade financeira, importante premissa neoliberal, abriu uma senda muito mais propícia à invenção especulativa do que produtiva ao longo dos anos 80. A explosão do mercado internacional de câmbio culminaria, a partir de transações meramente monetárias, na diminuição do comércio de mercadorias reais, destaca Anderson (1995)

Como Dardot e Laval (2017) pontuam, em consequência a uma globalização conduzida pelas finanças, a maior parte dos países viram-se sem condições de tomar medidas que não fossem ao encontro dos detentores do capital. Não era possível frear a formação das bolhas especulativas, tampouco aplacar seu estouro, recordam: o prelúdio para uma nova crise para o capitalismo avançado.

2.4 O capitalismo financeiro

Conforme Carcanholo (2009), a partir da década de 80, com o crescimento da integração econômica a nível global, e em virtude do desenvolvimento tecnológico e da financeirização do capital, acreditava-se ter encontrado a fórmula para garantir a riqueza econômica. Alguns teóricos propalavam, inclusive, o fim do trabalho: a tecnologia, a informação e o conhecimento seriam as chaves centrais para a geração da riqueza, para o progresso. A partir do final da década de 70, recorda o autor, o “capital financeiro” dominou a cena econômica mundial, superando investimentos na esfera da produção no âmbito da apropriação dos lucros.

Criou-se, pois, como destaca o teórico, um frenesi especulativo para aplacar a baixa rentabilidade vivenciada durante os anos 1970. O capital especulativo foi visto como um elixir para um conhecido problema para o capital e seu ciclo reprodutivo: a baixa taxa de rentabilidade, a queda na taxa de lucro.

Durante certo tempo, aponta Carcanholo (2009) o antídoto funciona. Houve uma recuperação da rentabilidade do capital. Estabelecia-se a Era do Capital improdutivo, como nomeia Dowbor (2018).

Não obstante, a referida e “nova” crise revela (mais uma vez) a vulnerabilidade do capital, assinala Calhoun (2013). Demonstra seu risco sistêmico e que se potencializa pela rede de interconexões globais tecida pelo sistema financeiro. O autor

ainda recorda que, de maneira antagônica às demais crises, essa não se relacionava com a superprodução ou sobreconsumo.

Cabe, em adição, destacar que o contexto potencializa investimentos para rápidos lucros, prejudicando o crescimento a longo prazo; aumentando a pressão sob empresas que proporcionassem retorno abaixo do médio. Reduzira-se, também, a prática do compartilhamento dos lucros a partir dos salários. Intensifica-se a desigualdade, aponta o pesquisador.

É nesse contexto que o sociólogo americano Calhoun (2013) argumenta, dizendo que embora a financeirização seja uma característica inerente ao capitalismo (parte da mobilidade do capital), a exacerbação desse processo viria a se tornar danosa. Esse processo culminou, por exemplo, na gestação de uma mega bolha nos preços de ativos, podendo-se destacar, especificamente, a mega bolha no preço das moradias hipotecadas, que eclodiria na crise de 2008-2009 – uma crise especulativa que abarcaria proporções globais.

O pesquisador discorre que

Durante os anos anteriores à crise do mercado de 2008-2009, o comércio de ações e dívidas ultrapassou os setores de geração de empregos e de participação nos lucros no antigo núcleo do sistema mundial capitalista. Nesse processo, os instrumentos comerciais representavam apenas um quarto dos ativos investidos na década de 1970, em 2008, a financeirização havia emergido para o total de 75%. Globalmente, os ativos financeiros representaram cerca de 4 vezes o valor de todas as ações e 10 vezes o PIB global total (CALHOUN, 2013, p. 4, tradução nossa).

No bojo dessa financeirização, em que a interrelação internacional se potencializa, Calhoun (2013) recorda a conseqüente aceleração da reorganização espacial e obsolescência tecnológica. A dinamicidade e a flexibilidade (palavra de ordem no campo neoliberal) fazem-se latentes: O processo de financeirização incrementa a proporção na qual investimentos transitam de antigos para novos setores e de antigos locais para novos. “O resultado disso não é apenas a mudança tecnológica e econômica, mas também o deslocamento humano” (CALHOUN, 2013, p.5, tradução nossa). Reconfigurações geográficas também se observaram – rápida urbanização em países em desenvolvimento, ao passo que redutos e cidades tradicionalmente industriais se tornavam fantasmas nesse campo., relembra o sociólogo estadunidense.

Destaca-se, ainda, que, no combate à crise, as governanças de decisões capitalistas acabam por atuar no sentido de beneficiar o grande capital financeiro - os bancos. Quando o mercado de ações despencou em março de 2008, além dos fundos previdenciários, diversas instituições financeiras vieram à bancarrota, principalmente em terras norte-americanas e inglesas, relembra Calhoun (2013). Alguns foram vistos como grandes demais para serem levados à falência. Não obstante, o autor adverte que abusos são notáveis: sabe-se de um fluxo de informações privilegiadas entre os executivos dessas instituições e áreas governamentais. Era preciso salvar os bancos. O Estado mínimo, não interventor, foi chamado a intervir com grandes aportes, evitando problemas de maiores proporções.

Nesse contexto, instituições financeiras de grande relevância, ao sofrerem problemas de solvência, precisaram passar por processos de recapitalização, por meio de garantias, investimento de recursos, e, em situações mais agudas “com os governos assumindo o controle de suas operações”, (COGGIOLA, 2012, p. 59). O autor ressalta, ainda, que a intervenção dos principais bancos centrais do planeta, (como o Banco Central Europeu, o Federal Reserve norte-americano, o Banco do Japão, dentre outros), atingiria a casa dos bilhões em prol das instituições financeiras.

Embora empresas de outros setores também tenham sido resgatadas financeiramente pelos governos, Calhoun (2013) recorda que não há comparações entre as intervenções prestadas ao setor bancário e outras áreas. Nas instituições bancárias, o “salva-vidas” financeiro tornou-se capital, imediatamente. Um socorro que não passara pelo processo de criação de empregos, auxiliando, por exemplo, àqueles que precisavam pagar as contas de suas hipotecas, destaca o sociólogo. Sabe-se bem qual foi a parcela da população cujo saldo da crise recaiu, ressalta.

Chesnais (2013) enfatiza que os problemas financeiros europeus derivados desse entremeio seriam, no âmbito das finanças, uma nova manifestação da letargia da economia mundial. O economista francês destaca um informe da OCDE de setembro de 2011, no qual anunciava-se a proximidade da estagnação da atividade econômica e contração do comércio mundiais, degradação da confiança, dentre outros temores associados à crise do capital. Nas palavras do teórico, as políticas de austeridade, conduzidas ao longo dos países da União Europeia, embora não fossem a única causa para o quadro recessivo, em muito haviam contribuído para tal. Era momento de mais uma ecdise do capital. Manifestações de mais um período de crises.

Ademais, observando dados das Nações Unidas, que comunicavam um grau sem precedentes para a integração de integração e interdependência econômica, o pesquisador embasa a menção de que a crise se estendia ao nível global. Segundo o autor

São muito raras as economias que, inseridas em relações de interdependência, continuam, como a China, a usufruir de certa autonomia, e onde a saída da crise é concebível ao nível da economia do Estado nação. Todas as outras estão inseridas em relações de interdependência nas quais o bloqueio do ciclo do capital (Dinheiro - Mercadoria - Mais-valia - Dinheiro') de uma grande parte das empresas (de todas as grandes pelo menos) se faz no estrangeiro (CHESANAIS, 2013, p. 23)

Os trabalhadores sofreriam graves implicações políticas em virtude da intensificação cada vez maior das políticas de austeridade, de caráter pró-cíclico: fatos que culminariam em breve em uma nova recessão. Consoante às ideias de Coggiola (2012), a saída da crise perpassou o aumento da composição orgânica do capital, visando o aumento da taxa de mais-valia, dos lucros. O principal foco, ressalta o autor, seria a valorização fictícia do capital.

O pesquisador ainda aponta que após um longo tempo de desregulamentações e flexibilizações neoliberais em prol do Estado Mínimo, após privatizações sem precedentes, a intervenção estatal novamente voltava ao papel de protagonista – a partir de cortes de juros, intervenções e estatizações. Não obstante, tal intervenção não significou, nos países de capitalismo uma volta ao Estado de Bem-estar Social. Em detrimento à expansão do Estado, avançou-se na destruição dos serviços públicos, como saúde e educação. Mais privatizações, acumulação de déficits e dívida pública: tudo isso para salvar banqueiros e demais capitalistas, lembra Coggiola. Nas palavras do autor:

O Estado, mediador das contradições sistêmicas, se transforma em um centro de intenso conflito político entre os diferentes grupos de interesses capitalistas privados, da mesma forma que com os trabalhadores e as massas populares. A pergunta “quem pagará pela crise?” se transforma na pergunta central e mais discutida. Ao mesmo tempo, a pergunta “quem governa a sociedade?” e, por conseguinte, a centralidade do poder estatal em si, se converte na maçã da discórdia. (COGGIOLA. 2012, p. 74).

Como se nota, o capital, quando necessário, vale-se da força estatal para se fortificar, para seguir o seu ciclo reprodutivo, para se solidificar em meio à construção

de uma nova ecdise ao necessitar de uma nova carapaça. Sob a ótica neoliberal, o Estado referenda sua posição de submissão frente ao grande capital. Sua atuação é pautada para a criação favorável dos mercados, nesse caso para o reestabelecimento deste. A taxa de rentabilidade deve ser recuperada a todo custo, o ciclo artificial deve continuar.

Desse modo, no afã de retomar o crescimento das taxas de lucro, o capital, regido pela doutrina neoliberal, irá primar sempre pelo mercado em relação ao indivíduo. Os lucros sempre potencializados, os “negócios”, a mais-valia, sempre serão o alvo. Para atingir seus objetivos, não há mal em vilipendiar direitos, gerar desemprego, fome; alimentar a desigualdade. É preciso cooptar a classe-que-vive-do-trabalho, tão atingida por esse pensamento, em prol dessas mesmas ideias. É preciso fomentar o individualismo empreendedor, transformar as relações interpessoais em negócios, comandar as mentes, a alma de todos em unísono. Sobrepor a flexibilidade incerta à segurança dos direitos, gerar a ideia de adaptação, atacar as noções de rigidez. Práticas que serão potencializadas em anos correntes, em época de financeirização e globalização extrema do capital, agora imerso ao uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e à lógica de redes, como discutiremos adiante. Tempos “modernos”, mas que, ainda assim, apresentam crises no âmbito do capital, como a ocorrida em 2008.

Assim, entendemos que nessa contextualidade, as categorias neoliberais de flexibilidade e individualismo, encabeçam a composição de tal pensamento, com vistas a sempre potencializar a lógica de lucros, fortalecendo a carapaça do “mercado” conforme a necessidade do capital. Categorias que irão atacar setores nevrálgicos da sociedade, estabelecendo um *status quo* moldado ao seu padrão. O trabalho, a educação, a comunicação serão atacados por tais noções, a fim de culminar na formação do indivíduo contemporâneo: o neossujeito; o tão almejado indivíduo neoliberal. Tais reflexões serão realizadas em sequência, e serão iniciadas pelo mundo do labor, que, sob a perspectiva que abordamos, ocupa o centro das relações sociais.

3 AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO PERMEADAS PELA FLEXIBILIDADE E PELO INDIVIDUALISMO

As palavras flexibilidade e flexível são o que Dal Roso (2017) define como motes identificadores de processos de transformação e crescimento do sistema capitalista. Como aqui defendemos, tal categoria, junto ao conceito de individualidade, é destacável na formatação do ser social contemporâneo, abarcando os vários aspectos do sujeito, ao perpassar desde as relações laborais às demais e íntimas vivências sociais.

Assim, em meio à simbiose das transformações sociotécnicas e econômicas contemporâneas com as metamorfoses do labor hodierno, buscaremos perceber como tais “antídotos” têm englobado o cotidiano do trabalho, cerne das relações sociais, para daí ecoar aos demais campos da vivência social, moldando o sujeito almejado pelo capital e pelo padrão de sociedade neoliberal.

Para tal análise, recordamos o atingir da era financeira pelo capitalismo contemporâneo, assunto discutido há pouco neste trabalho. Um processo baseado no capital financeiro, na especulação, na intensificação dos fluxos transnacionais, nas privatizações de toda espécie e na virtualização da informação.

Destacamos que, anteriormente, durante a década de 1970, em uma sociedade envolta pela grave recessão nos países ricos, elevadas taxas de desemprego e inflação, acordaram-se, no mundo do labor, práticas de trabalho temporário, com duração parcial e predeterminada, como nos recorda Dal Roso (2017). Nos anos de 1980, a diminuição do desemprego foi enxergada mediante os incentivos de governos nacionais às políticas de emprego flexível; já na década de 1990, “os tomadores de decisão continuaram a desregular os mercados de trabalho e a promover políticas de livre mercado, flexibilidade no emprego e no trabalho” (DAL ROSO, 2017, p. 57).

Nesse entremeio, o desenvolvimento tecnológico, pautado na potencialização da lógica de redes e na construção de uma cultura e de uma economia virtualizadas - uma Cibercultura, como nomeia Lévy (1999), é fator ímpar para a configuração de um novo panorama social, no qual a Internet ganha centralidade.

Tal discussão sobre o avanço tecnológico será “fundamental para compreender as dinâmicas do capital em movimento” (HARVEY, 2018, p. 111). Recordando reflexões de Marx, o autor ainda aponta que “mudanças técnicas e organizacionais ocorrem em todo lugar e por toda sorte de motivos na história das sociedades humanas, afetando todos os tipos de atividades” (HARVEY, 2018, p.111). Sob o regime capitalista, recorda o autor, encontra-se uma força sistemática e poderosa que impulsiona a dinamicidade técnica e organizacional, propiciando implicações acumulativas e duradouras.

3.1 Novas tecnologias, capitalismo financeiro e a utopia laboral

No contexto o qual Manuel Castells (2003) nomeia como “Galáxia da Internet”, a rede mundial de computadores passa a equivaler ao “tecido” de nossas vidas, adquirindo importância equiparada à eletricidade para a Era Industrial. Castells (2003) recorda que a prática de se conectar-se em rede é vista como algo socialmente corriqueiro, algo inerente à espécie humana. Uma prática antiga, que ganha nova significação e se potencializa tornarem-se redes de informação.

As redes eram fundamentalmente o domínio da vida privada; as hierarquias centralizadas eram feudo do poder e da produção. Agora, no entanto, a introdução da informação e das tecnologias de comunicação baseadas no computador, e particularmente a Internet, permite às redes exercer sua flexibilidade, adaptabilidade, e afirmar assim sua natureza revolucionária. Ao mesmo tempo, essas tecnologias permitem a coordenação de tarefas e a administração da complexidade. Isso resulta numa combinação sem precedentes de flexibilidade e desempenho de tarefa, de tomada de decisão coordenada e execução descentralizada, de expressão individualizada e comunicação global, horizontal, que fornece uma forma organizacional superior para a ação humana. (CASTELLS, 2003, p. 8).

Permite-se, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos em escala global. O uso da Internet explodiu nos últimos anos, como recorda o pesquisador espanhol. Sua influência, agora, extrapola o “contato” entre seu grande número de usuários – ela dispõe ao seu redor as atividades econômicas, sociais, políticas e culturais. Para o pesquisador, todas as esferas sociais passam a ser, por ela, alteradas.

Nesse novo contexto sociotécnico, a Rede, enquanto ferramenta organizacional, agrega vantagens ao mundo dos negócios – vantagens capitaneadas

a partir de suas características de adaptabilidade e flexibilidade intensas, recorda Castells (2003).

Para o sociólogo, a Internet foi o motor propulsor da nova configuração econômica mundial, vivida em anos contemporâneos. Uma verdadeira revolução que, em totalidade, permearia o sistema econômico, influenciando processos de criação, intercâmbio e distribuição de valor. “Sem dúvida, as leis da economia de mercado continuam a vigorar nessa economia interconectada, mas o fazem de maneira específica, cuja compreensão é crucial para se viver, sobreviver e prosperar nesse admirável mundo novo econômico” (CASTELLS, 2003, p. 57).

Sob sua ótica, transforma-se, então, o papel da empresa (enxuta, horizontal de cooperação e competição, sob uma coordenação de metas para a o grupo como um todo). As relações com os mercados de capital, o papel do trabalho e as práticas de emprego flexíveis são intensificados. Armas perfeitas, sob um contexto de um capital que, como sempre, é desejoso por expandir-se e que anseia novamente retomar o “crescimento” sob as rédeas neoliberais.

No bojo dos novos paradigmas de produção e da nova dinâmica de mundialização do capital, o trabalho de Castells constitui, para Braga (2009) a mais significativa problematização sociológica acerca do futuro do trabalho e da economia capitalista sob o contexto do desenvolvimento das TIC (Tecnologias da Informação e da Comunicação).

Não foram poucos os méritos do autor ao definir os contornos gerais do novo modelo de desenvolvimento estruturado pela convergência entre a mundialização do capital e as tecnologias informacionais. Talvez o maior de todos tenha sido oferecer uma visão totalizante do comportamento econômico baseado numa espécie de princípio unificador: a noção de rede (BRAGA, 2009, p.61).

Como Braga (2009) aponta, a rede que Castells pontua como descritiva para o novo estatus de organização econômica, “propõe que todo o funcionamento da sociedade seja equiparável a uma rede que irradia poder, vincula-se por meio dos comutadores e gera enlaces organizadores de relações sociais” (BRAGA, 2009, p.61).

Para o autor, o argumento do sociólogo espanhol possui, como eixo interpretativo, uma base de determinismo tecnológico: seleciona um instrumento técnico específico como norte de interpretação, configurando, a partir daí, um conjunto de relações sociais. “A rede – cujo maior exemplo seria a internet – é apresentada como a estrutura determinante da sociedade, assumindo um papel definidor na

caracterização da organização empresarial e do trabalho pós-fordista” (BRAGA, 2009, p. 61).

Nesse contexto, Braga (2009) recorda que as empresas, segundo a visão de Castells, teriam mudado seu sistema organizacional. Em vez de burocracias verticalizadas, agora se tornavam companhias “horizontais”, nas quais, dentre as características, estariam a organização baseada em processos, não em tarefas. A hierarquia seria horizontalizada, bem como o gerenciamento da equipe. O desempenho começa a ser medido pela satisfação do cliente; as recompensas, a partir da performance da equipe. Uma empresa pautada pelo espírito do informacionalismo.

Ademais, Braga (2008) ainda comentando a visão de Manuel Castells, assevera que, “nesses termos, a linha de montagem fordista, assim como o cronômetro taylorista teriam sido radicalmente substituídos pela rede como modelo de organização da produção” (BRAGA, 2009, p.65). Nesse novo modelo de organização produtiva, os operários poderiam até ficar em sua casa e dali acessarem à rede. A rotina laboral passaria, pois, a ser concebida de maneira quase totalmente compatível com as redes de comunicação. Uma realidade bem-vinda ao capital, que buscaria, em tal contexto, retomar o crescimento de suas taxas de lucro, resolver a questão de sua nova espiral de crise e retomar, sob a ótica neoliberal e em rede, o “crescimento”; o “progresso”.

Assim, conforme Tonelo (2020) elucida, no contexto histórico que aqui nos referimos, associam-se políticas de austeridade (que se destacaram como coringas para a resolução da crise do mundo do capital em 2018), às ondas migratórias (que se intensificam nesse momento de fluxos e “interligação” mundial) e à utilização das TIC (Tecnologias da Informação e da Comunicação). Uma combinação que intensificou o controle do trabalho e debilitou decisivamente a estabilidade laboral, ingressando-nos, definitivamente, numa era de flexibilizações potencializadas, na qual se difunde um ideário de uma quarta Revolução Industrial, de uma Indústria 4.0, na era da comunicatividade e das interconexões.

É nessa contextualidade que o capitalismo financeiro encontra substrato ideal para desenvolver-se. Trocas financeiras múltiplas, velocidade, financeirização do capital transnacional, possibilidades de múltiplos e dinâmicos investimentos se

descortinavam. A isso, aportar-se-iam o “progresso”, o desenvolvimento; o aumento nas taxas de lucro.

Em uma análise crítica, Harvey (2018, p.116) defende que “novas tecnologias (como a internet e as mídias sociais) prometem um futuro socialista utópico, mas na ausência de outras formas de ação, acabam cooptadas pelo capital e transformadas em novas formas e modos de exploração e acumulação”. Sob a ótica de Marx, o pensador recorda ainda que o capital tem como característica inerente o fato de ser revolucionário, ser valor em movimento, a partir de ininterrupta condição de ampliação e inovação tecnológica. Essa, por sua vez, teria reverberações, efeitos, em distintos âmbitos sociais. São esses efeitos que, sob a égide da individualidade e da flexibilidade, nos intrigam nesse trabalho.

Diversas ferramentas da rede mundial de computadores, alimentados sob um *modus operandi* neoliberal, serão, pois, utilizados para alimentar a receita de flexibilidade e individualidade, vistas como antídotos para a potencialização das taxas de lucro e recrudescimento dessa doutrina. Lições sobre mérito, empreendedorismo, casos de superação, liberdade e inovação povoarão a cena socio-laboral. Serão guias, dogmas a serem seguidos pelo padrão almejado de indivíduo.

Nas palavras de Álvaro Vieira Pinto (2005), sob a égide do capital, todas as oportunidades de incrementos tecnológicos estão atreladas ao desenvolvimento das forças produtivas. Vemos que disso se aproveitará o discurso neoliberal, para paradoxalmente, em uma rede que conecta as pessoas, moldar as relações de produção ao seu modo, para que se possam produzir relações sociais cada vez mais desfragmentadas, seres individualizados em suas verdades, trabalhadores e cidadãos acríticos, homens-empresa, consumidores irrefletidos; eleitores irracionais.

Regressando às reflexões sobre o trabalho, recordamos que Marx (1985) aponta que esse constitui o centro das relações sociais. É ele que nos diferencia dos animais, é por ele que transformamos, criativamente, segundo nossa vontade, a natureza.

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1985, p.153).

Como Ricardo Antunes recorda, “esse fazer humano tornou a história do ser social uma realização monumental, rica e cheia de caminhos e descaminhos, alternativas e desafios, avanços e recuos” (ANTUNES, 2009, p. 231). O trabalho configurou-se um momento de mediação socio metabólica entre a humanidade e a natureza, sendo o cerne, a base fundamental para a constituição do ser social, como recorda o autor. Assim, no contexto acima descrito, em meio às transformações científico-informacionais hodiernas, cooptadas e estimuladas pelo neoliberalismo em seu afã de resolver a crise atual do capital, seria inegável afirmar que as relações laborais, já permeadas pela doutrina do estado mínimo e de suas categorias de flexibilidade e individualismo, seriam também alteradas.

Conforme Praun e Antunes (2020) colocam, o atual desenvolvimento das TIC e os novos tempos laborais pautados pela “especialização flexível”, anunciavam, aos mais entusiastas, um momento histórico auspicioso. Esse momento é visto como um contexto de antítese à rigidez fordista, segundo Dal Roso (2017). Uma premissa baseada na flexibilidade dos processos laborais, dos produtos e dos padrões de consumo. Ocorre um momento marcado pelo surgimento de setores produtivos completamente novos, inovações no fornecimento de serviços financeiros, mercados novos, novidades comerciais, tecnológicas e organizacionais. Como aponta ainda o autor, engloba, inclusive, formas diversas de compressão do espaço tempo. Ademais,

A especialização flexível, saudada nos anos 1970-1980 como experiência potencialmente capaz de “libertar o trabalho” do jugo da exploração, não tardou em deixar transparecer que sua essência abrigava um emaranhado de novas e velhas modalidades de exploração do trabalho voltadas a romper barreiras que constrangiam e limitavam a acumulação de capital (PRAUN; ANTUNES, 2020, p. 180).

Para Tonelo (2020), esse processo seria uma das características mais distintivas da reestruturação produtiva produzida pela égide neoliberal, incorporando traços do desenvolvimento tecnológico toyotista, estando intimamente associado ao processo de globalização, de mundialização do capital. Em tal panorama, “o capital financeiro atinge níveis inimagináveis de articulação entre as distintas regiões do globo como forma de combinar a exploração mais selvagem do trabalho” (TONELO, 2020, p.139).

Como o autor assevera, a composição entre o multifuncionalismo, formas polivalentes e qualificadas do labor, em adição às práticas rotativas, terceirizadas e precarizadas de trabalho compõem uma poderosa combinação para o capital que configura o momento de reestruturação produtiva. Além desse apreço flexibilizador, Tonelo destaca que “a vantagem *estratégica* explorada pelo capital no seu intuito de acumulação neoliberal era debilitar as formas de organização coletiva do mundo do trabalho e aprofundar a integração ‘por cima’ do sistema de comunicação e circulação” (TONELO, 2020, p.141).

Desse modo, apesar de esse período de especialização flexível anunciar um momento favorável aos trabalhadores, colocando-se como um arauto da liberdade e do progresso; como um heraldo da individualidade e flexibilidade tão auspiciosas, o que ocorreu, na verdade, foi justamente o inverso. Munda afora, o trabalho precário foi se tornando uma realidade cada vez mais presente e passou por um processo de intensificação após a crise estrutural do capital ocorrida em 2008. Junto ao desenvolvimento tecnológico, que potencializou novas formas laborais, o propalado período de fortuna deu lugar a um momento de precarização e de usurpação dos direitos sociais.

Esse processo, ocorrido de maneira muito diversa, não se restringiu a âmbitos específicos, mas se generalizou e tem se transformado em norma contemporânea. O labor, nesse momento de mundialização e financeirização neoliberal, de avanço das tecnologias, mídias digitais, inteligência artificial e da Indústria 4.0, sofre uma reconfiguração, relembram Praun e Antunes (2020): As “amarras” que atrapalhavam o “desenvolvimento” e a espiral de lucro foram desfeitas, destacam os teóricos. Uma nova divisão internacional do trabalho é introduzida, potencializada pelos valores neoliberais e que “apresenta uma clara tendência, quer intensificando os níveis de precarização e informalidade, quer se direcionando à ‘intelectualização’ do trabalho, especialmente nas TICs. Não raro, as duas tendências se mesclam e sofrem um processo de simbiose” (ANTUNES, 2018, p. 30).

Nesse contexto, Antunes (2018) recorda que ao invés da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, o que se vivencia, hoje, é a formação de um novo precariado da era digital, impulsionado pelo desenvolvimento das TIC e configurado por um labor de maior ou menor caráter intermitente, ubíquo, hiperconectado e que abarca um grande leque de modalidades contratuais.

Logo,

[...] a “longa transformação” do capital chegou à era da financeirização e da mundialização em escala global, introduzindo uma *nova divisão internacional do trabalho*, que apresenta uma clara tendência, quer intensificando os níveis de precarização e informalidade, quer se direcionando à “intelectualização” do trabalho, especialmente nas TICs. Não raro, as duas tendências se mesclam e sofrem um processo de simbiose (ANTUNES, 2018, p.30).

No íterim desse processo, o autor recorda que há uma ampliação no funcionamento na lei do valor e de seus mecanismos de funcionamento. Todos os espaços possíveis convertem-se em potenciais geradores de mais-valor; há uma simbiose entre o que é produtivo e improdutivo; a maximização do tempo, taxas aumentadas de produtividade, redução de custos contratuais e encargos são transferidos ao trabalhador, como um antídoto para o “crescimento”. A flexibilidade laboral surge, pois, como uma “poção mágica” renovadora do capital.

As diferentes formas de terceirização ganham, então, protagonismo, disfarçando as relações de trabalho em relações entre empresas, “com consequências profundas que desestruturam ainda mais a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo, etc.” (ANTUNES, 2018, p. 32).

Dal Roso (2017) recorda que, com a criação de relações de trabalho sob formas desregulamentadas, a intenção governamental (o “canto da sereia”) é reduzir os custos do trabalho e potencializar a empregabilidade, a partir da requalificação dos trabalhadores. “As relações flexíveis de trabalho enfeitiçam governos e empresas, com a proposta de trabalho mais barato e com a ideia de que contratos com validade de tempo determinada são instrumentos para atender a flutuações do mercado” (DAL ROSO, 2017, p. 37). Sob esse pressuposto, as empresas (públicas e privadas), agora adaptáveis, conseguiriam proteger-se da volatilidade do mercado.

Em adição às novas modalidades de contrato, o pesquisador da UNB destaca que o trabalho se torna mais intensificado e precarizado, como discutiremos adiante. O labor, apoiado por dispositivos computacionais fixos e portáteis, por redes de comunicação, rompe o padrão dos tempos de trabalho, que antes separavam marcadamente tempos de trabalho e não-trabalho – uma fronteira que agora praticamente inexistente - se torna tênue, difusa, afeta a vida individual e coletiva (Dal Roso, 2017).

Como se nota, aliada ao desenvolvimento das TIC, a categoria flexibilidade, um estandarte neoliberal, ganha ênfase e é vista como pedra de salvação para a potencialização dos lucros e proteção das crises cíclicas e alterações do capital e do mercado.

Ademais, ao analisar tal conceito sob o prisma do trabalho, Dal Roso (2017) recorda as polissemias do termo, que pode ser visto como as variações de horário de entrada e saída dos locais de trabalho, realização de horas extras além das previstas contratualmente, aceitação de contratos de trabalho ausentes em direitos sociais, labores em horas de sociabilidade (como finais de semana, feriados e trabalho noturno), jornada parcial, intermitente; limitada. Cada uma das tipificações arroladas teria implicações econômico-sociais, antropológicas e psicológicas distintas nos cidadãos, sendo imperiosas as análises e críticas acerca de suas respectivas nocividades, assevera o pesquisador. Em adição, é válido recordar que o campo semântico da palavra flexível não se estenderia apenas a algo que se curva, que se dobra. Compreende também aquilo que se pode adaptar, que é maleável – sentido que se associaria à perspectiva laboral aqui pontuada.

As propriedades de flexibilidade, elasticidade, plasticidade e maleabilidade têm significados próprios nas ciências físicas, donde o termo migrou para as ciências sociais, pousando em economia, onde elasticidade é função consagrada. No sentido de transição de um processo de emprego da mão de obra e das condições de trabalho, flexibilidade remonta seguramente à segunda metade do século XX. Nos dias de hoje, trata-se de um termo completamente integrado ao dicionário das ciências sociais [...] (DAL ROSO, 2017., p.54).

É sob tal panorama que Antunes (2018) pondera a existência de uma nova morfologia para a classe trabalhadora, na qual se destaca um novo proletariado de serviços em tempos flexíveis de rede, a era digital. Para o autor, a crença de que uma sociedade de serviços pós-industrial eliminaria completamente o proletariado não passou de um mito, um equívoco. Na verdade, desponta globalmente uma tendência diversa: a expansão significativa do labor assalariado na área de serviços, cujas TIC tornam-se elemento novo e central para a compreensão dos mecanismos metabólicos do capital em tempos hodiernos.

3.2 A era das terceirizações e a potencialização da lei do valor

Percebe-se, segundo as ideias de Antunes (2018), que no âmbito da era do labor informacional-digital ocorre o advento e a propulsão de um “novo proletariado da era digital”, que conecta, a partir de telefones celulares e da lógica de redes, as mais diferentes modalidades de trabalho. Emerge o novo proletariado de serviços – “uma variante global do que se pode denominar escravidão digital. Em pleno século XXI” (ANTUNES, 2018, p. 30). Há, aí, no seio do neoliberalismo avançado, uma nova divisão internacional do trabalho, cujas tendências intensificam níveis de precarização e informalidade, direcionam-se à intelectualização do labor (especialmente nas TIC). Ampliam-se, pois, os mecanismos de funcionamento da lei do valor. O saldo de tal *modus operandi* é que o trabalho se torna ubíquo. Todos os espaços possíveis são convertidos pelo capital em geradores de mais-valor, sob as mais diversas relações, nas mais diversas áreas – sejam mais ou menos intelectualizadas.

Antunes (2018) destaca, além disso, que, em tal contexto, a terceirização se torna a modalidade gerencial em primazia, assume papel central na gestão empresarial. As relações capital-trabalho são camufladas: transformam-se em relações interempresariais: baseiam-se em contratos sob demanda, com tempo determinado e regras flexíveis, obedecendo o tempo e a intensidade requisitados pelo contratante, sob prejuízo das condições de vida, direitos, saúde e subjetividades dos trabalhadores. Um processo propulsor do mais-valor. Até mesmo empresas públicas, antes prestadoras de serviço e não voltadas à lucratividade tornam-se coparticipes desse processo de valorização do capital, sofrendo processos de privatizações e mercadorização. Logo. “o exponencial processo de expansão das empresas terceirizadas configura também um enorme incremento para a produção do mais valor” (ANTUNES, 2018, p.32).

O sociólogo recorda, em adição, que a terceirização, forma de flexibilização do labor, ganha, cada vez mais, maior terreno. Prolonga jornadas de trabalho e oferta menores salários, burlando a legislação social que protege o trabalhador e seus direitos, expandindo novas modalidades de trabalho produtivo, geradoras de valor.

Essas novas modalidades de trabalho vêm assumindo um destaque crescente não só no mundo da produção material, mas na circulação de capital e agilização das informações, esferas que são com frequência realizadas por atividades também imateriais, que ganham

cada vez mais importância na reprodução ampliada do capital financeirizado, informacional e digital. (ANTUNES, 2018, p. 32).

Como exemplos, Antunes (2018) aponta os *zero hour contracts*, oriundos do Reino Unido e que se difundem pelo mundo – correspondem a contratos sem a determinação específica de horas. Os trabalhadores, das mais variadas atividades, ficariam à disposição, à mercê de um chamado. Ocorre uma convocação sob demanda que remunera estritamente pelo realizado durante o tempo em serviço, nada mais. Enquanto exemplos, localizam-se desde médicos e enfermeiros a cuidadores de idosos, eletricitas, motoristas, dentre diversos outros tipos de profissionais. O capital, informatizado e financeirizado, aplica, então, a pragmática da flexibilização total do trabalho e alimenta uma engenhosa forma de escravização digital.

Antunes (2018) recorda, nesse contexto, que é notada tanto a necessidade de uma disponibilidade atemporal para o labor (faceta possibilitada pela ampliação do trabalho on-line e dos aplicativos – que tornam invisíveis grandes corporações globais controladoras da esfera financeira e dos negócios) quanto a expansão da precariedade total (que anula direitos vigentes). Tais práticas podem conduzir o novo proletariado de serviços a uma realidade penosa, vacilando entre o completo desemprego e a disponibilidade perpétua, constituindo um estrato social denominado precariado, que, para Antunes compõe uma parcela do proletariado, mas que chega a configurar uma nova e perigosa classe social, na perspectiva do economista britânico Guy Standing.

Para Standing (2013), tal grupo, diverso e amorfo, é romanceado por muitos, que classificam os que nele se encontram como cidadãos de espírito livre, rejeitadores de normas estabelecidas (ou seja, inovadores, empreendedores). Não obstante, assevera-se que no mundo flexível do precariado, a falta de uma identidade segura com base no trabalho está presente, bem como uma dissonância de status: pessoas com elevado nível de educação formal aceitam empregos com status, remuneração e funções considerados “inferiores” frente à qualificação adquirida. Há uma frustração de status, recorda o autor. Ademais, sob a ótica do economista, o precariado não se vê como uma classe solidária, o que amplia a alienação. “O precariado sabe que não há nenhuma sobra do futuro, da mesma forma como não há futuro no que estão fazendo agora” (STANDING, 2013, p. 31). Assim, os contratos flexíveis, o trabalho sob demanda, a remuneração sem direitos, a falta de sentimento de grupo traria ao

precarizado efeitos sociais diversos. Para alguns, a liberdade passa a ser notada na abstenção do compromisso moral ou comportamental: não criar vínculos, laços, perspectivas, na noção de que se “manda” em seu tempo, ou, segundo uma expressão coloquial, em “fazer o que lhe dá na telha”. Não obstante, há de se recordar que “a maioria vai se sentir desconfortável em sua insegurança, sem perspectiva razoável de fuga” (STANDING, 2013, p. 31).

Como se nota, aí encontram-se, deveras, as premissas neoliberais da flexibilidade (que parece ser sedutora) e do individualismo (que parece denotar coragem, descompromisso com o coletivo). Pautas que, sob uma visão crítica, vilipendiam direitos, potencializam o mais-valor do grande capital e trazem insegurança para o cidadão. Paradoxalmente, parecem ofertar liberdade, mas, de fato, regalam uma prisão.

3.3 Uberização, plataformização e os infoproletários

Como discutido, as transformações sociotécnicas globais culminam no advento (e na grande expansão) de um novo proletariado na era digital. A longa e referida metamorfose do capital atinge a era da financeirização e da mundialização em escala global e, como visto, institui-se uma nova divisão internacional do trabalho. Ao invés da retração e da descompensação da lei do valor, há uma forte ampliação dos mecanismos de funcionamento do mundo do capital, afirma Antunes: “Em todos os espaços possíveis, os capitais convertem o trabalho em *potencial* gerador de mais-valor” (ANTUNES, 2018, p. 31). Além disso, nesse contexto, o crescimento do setor de serviços contribui para a diminuição da tradicional classe operária industrial, intensificando-se uma classe de subproletariado, regida em condições de trabalho precarizadas, subcontratadas e ‘terceirizadas’, que marcam o capitalismo avançado, desta o autor. Para Huws (2009), uma das mudanças mais marcantes para o contexto em pauta foi essa mercadorização dos setores de serviço.

Nesse âmbito laboral, permeado pelo impulso da internet e da lógica de redes (potencializada, ubíqua e inevitável), e envolta à noção de flexibilização, surge o ideal de uma economia mais inteligente e dinâmica, conforme Rüsche e Santini (2016) prefaciam na obra *Cooperativismo de plataforma*. Nessa economia, a posse exclusiva de objetos perde força ante a facilidade e liberdade. Possuir um carro pode não ser

interessante se você pode conseguir um motorista por um preço razoável. Um quarto vazio pode ser uma fonte de renda, já que alguém pode aproveitar esse espaço – uma lógica que abrigará as relações de trabalho, recordam os autores.

Caso esteja desempregado (ou mesmo para complementar sua renda), o trabalhador pode tornar-se um empreendedor e oferecer algum serviço ou bem seu, ou ainda conseguir alguma ocupação temporária a partir de uma plataforma digital de oportunidades. Haveria trabalho a qualquer momento, nas condições que melhor convierem, no momento desejado; sem a necessidade de reportar-se a ninguém. Amplia-se a sensação de liberdade, incrementam-se as possibilidades, renuncia-se à rigidez, condições e subordinações. Impulsionada pela Internet, tal realidade é muitas vezes bem vista, tida como melhor - justamente por distar-se de um chefe ou de horários definidos, valorizar habilidades pessoais como dirigir, lecionar, fotografar, e até mesmo jogar futebol. Uma verdadeira flexibilização de potencialidades, que individualizam o labor e trazem infindas possibilidades. Uma “novidade” nomeada por alguns como *ubercapitalismo*; vista com empolgação e entusiasmo, como um elixir para a crise do capital de então. Uma novidade que vem ao encontro do *homo oeconomicus* neoliberal descrito por Foucault (2008) – o homem empreendedor de si mesmo, o agente do *Laissez-faire*.

Scholz (2016) recorda que tal economia (vista por muitos como o caminho para um capitalismo sustentável, e que leva o mote “o que é seu é meu”), seria um Cavalo de Troia da economia para o trabalhador. Envolveria formas jurássicas de trabalho, desencadeando uma massa antissindical, e passando por cima de trabalhadores mais velhos. A suposta liberdade, advinda do momento, (e que vemos embasadas nas flexibilidades e no individualismo) poderia ser acompanhada de ansiedade, autoexploração e depressão. A uberização do emprego, acompanhando e refletindo o desmanche de direitos do trabalhador, (que, como visto, já é próprio do capitalismo contemporâneo), pode conduzir a um remorso futuro, ao descobrir-se que estamos partilhando apenas os farelos das grandes corporações digitais, e não somos agentes autônomos da economia (como se costuma pensar), como recorda Scholz (2016).

O autor destaca, ademais, que a economia de compartilhamento, na qual o seu próprio quarto pode ser alugado para um turista de qualquer parte do mundo (ou em que se pode utilizar as horas livres para ser entregador de uma loja global, ou usar suas habilidades/conhecimento como artista ou professor mediante qualquer

demanda digitalmente expressa) seria um *reaganismo* revisitado, despontado a partir da crise de 2008 e do desemprego a esse momento associado. Essa economia derivaria de um momento aproveitado pelos bilionários da tecnologia, que usando a linguagem de empreendedorismo, autonomia, flexibilidade e escolha, transferindo a responsabilidade de arriscadas questões da vida (como previdência, saúde e desemprego) aos próprios trabalhadores.

Srnicek (2017) ao descrever tal realidade, enfatiza a vivência de uma era dita como de transformação massiva. Um era em que termos como economia compartilhada são lançados como imagens convidativas para espírito empreendedor (individualista) e para a flexibilidade. Nesse cenário, o grande capital defenderia que deveríamos livrar-nos das amarras de uma carreira permanente, tendo a oportunidade de criar, trilhar nosso próprio e personalizado caminho, vendendo, comercializando quais bens, serviços ou produtos que almejarmos. Tudo isso sob um discurso de consumo, repleto de aparatos, de uma rede de dispositivos interconectados e sob demanda que satisfariam todos os nossos desejos de maneira cômoda.

O autor define, para tal contextualidade, a expressão “economia digital”, que se relacionaria aos negócios que dependem, cada vez mais, das TIC, dos dados, da internet. Esse parece ser o setor mais dinâmico da economia hodierna, no qual a inovação estaria constantemente emergindo e orientando as práticas econômicas. Para Srnicek (2017), a economia digital e as práticas a ela associadas, se apresentariam como um ideal que justifica as práticas do capitalismo de então. Para o pensador canadense,

[...] a economia digital está se tornando um modelo hegemônico: as cidades devem se tornar inteligentes, as empresas devem ser disruptivas, os trabalhadores devem se tornar flexíveis e os governos devem ser enxutos e inteligentes. Nesse ambiente, quem trabalha duro pode aproveitar as mudanças e sair ganhando (SRNICEK, 2017, p. 10, tradução nossa).

Segundo sua análise, a partir do declínio na taxa de lucro advinda das manufaturas, o capital busca, nos dados, uma forma de manter o crescimento econômico em um contexto de produção lento. Aí estaria um elixir para a vitalidade do capital.

Para referir-se ao fenômeno em destaque, Grohmann (2020) destaca que, em dada a diversidade de atividades de trabalho com potencialidade para se relacionar

às práticas conhecidas como “uberização”, ou “gig-economia”, a nomenclatura “plataformização” seria adequada, abordando o tema de maneira mais completa e heterogênea.

Para Srnicek (2017), as plataformas podem ser definidas como infraestruturas digitais que interligam, permitem a interação entre dois grupos ou mais. Como um exato rótulo, o autor canadense as qualifica como “intermediários” que, virtualmente, condensam, conectam, clientes, prestadores de serviço, fornecedores, anunciantes, produtores.

Em vez de ter que construir um mercado do zero, uma plataforma fornece a infraestrutura básica para mediar entre diferentes grupos. Essa é a chave para sua vantagem sobre os modelos de negócios tradicionais quando se trata de dados, pois uma plataforma se posiciona (1) entre os usuários e (2) como o terreno sobre o qual suas atividades ocorrem, o que lhe dá acesso privilegiado para registrá-las (SRNICEK, 2017, p. 30, tradução nossa).

A definição de Schinestsck (2020) segue no mesmo sentido, ao pontuar que as plataformas são definidas como mecanismos tecnológicos que conectam oferta de demanda (de bens ou serviços) a partir de uma rede, alcançando grande número de pessoas, sob a regência de algoritmos – que controlam os dados dos trabalhadores e dos consumidores.

Como Srnicek (2017), argumenta, as plataformas vão além da definição de “empresa de tecnologia” ou de internet. Elas produzem grandes monopólios (já que possuem um grande número de usuários, o que propicia maior número de dados e melhores tratamentos algorítmicos, predizendo comportamentos). Possuem uma dinâmica de oferecer cada vez mais uma quantidade diversa de atividades, atuando em “ramos” distintos.

A estrutura das “plataformas” é maleável: para se expandirem, não é preciso construir fábricas, por exemplo; basta alugar um número de servidores. Possuem, a partir de sua análise de dados, o controle sobre a previsibilidade das demandas, que permite a flexibilização constante dos preços a partir do “mercado” do momento. Utilizam subsídios cruzados, oferecendo produtos gratuitos como forma de atrair o usuário, ao passo que lucram com publicidade. Conforme recorda Srnicek (2017), quanto mais dados uma plataforma extrai, mais valor ela pode produzir a partir deles.

Grohmann (2020), por sua vez, também aponta tal característica. Destaca que as plataformas são configuradas a partir das relações de propriedade, conduzidas sob modelos de negócios e regidas a partir de termos de acordo com os usuários. Dentre tais mecanismos, a “dataficação” ganha realce, capturando e fazendo os dados circularem, ofertando seleção de conteúdos e personalizações aos usuários, regidos sob a batuta da vigilância e do controle.

O pesquisador recorda, além disso, que as plataformas servem tanto para trabalhar quanto para interagir, infiltram-se em práticas sociais e causam dependência de sua estrutura. Atuam no eixo da comunicação e da produção. “As plataformas, então, também servem para produzir e fazer circular sentidos por meio de distintas linguagens - como uma gramática, ao mesmo tempo tecnológica e política, impactando, pois, as atividades de trabalho” (GROHMANN, 2020, p.96).

Como o autor assevera, uma parcela das atividades do trabalho digital apresenta dependência com os meios de comunicação e transporte, que são postos como essenciais, na visão de Marx, para potencializar a circulação do capital. Como exemplo, Uber, Ifood e Rappi são arrolados – seus serviços funcionam por meio de plataformas virtualizadas, de onde retiram valor e visibilidade para as marcas, onde constroem sua reputação; em associação a todo um aparato de meios de transporte, e de entregadores ou motoristas que cruzam as cidades freneticamente, obedecendo a lógica de gestão algorítmica do trabalho. Percebe-se, então, que as plataformas não atuam sozinhas, “dependem de uma imbricação de algoritmos e dados, ligados à financeirização e à racionalidade neoliberal” (GROHMANN, 2020, p.96).

Manzano e Krein (2022), ao analisarem as principais plataformas virtuais em atividade no Brasil, sintetizam esquematicamente a presença dessas no país, agrupando-as em diferentes grupos e nos exemplificando a diversidade de áreas em que tais serviços se encontram:

Figura 1 - Exemplos de plataformas virtuais em atividade no Brasil, por ramo de atuação:



Fonte: Manzano e Krein (2022, p. 61)

Schinestsck (2020) recorda a quão danosa é, para a classe-que-vive-do-trabalho, a organização do labor por meio da plataformização. Dado ao intenso controle e gerenciamento baseado em dados de algoritmos, constrói-se um ambiente laboral extremamente agressivo, que traz riscos à saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores. Submetidos à pressão da produtividade, com remuneração muitas vezes abaixo do estabelecido pelas categorias sindicais, desprovidos de segurança laboral e social: assim vivem os trabalhadores que se colocam em disponibilidade perpétua e se colocam à disposição da dívida do chamado de um aplicativo. Vivências que buscamos demonstrar a seguir.

3.4 Plataformização do trabalho: precariedade e insegurança

Ao analisarmos as novas formas de trabalho, cabe destacar a menção de Antunes (2018) que arrola, como formas distintivas dessas, a presença constante da instabilidade e insegurança. Além do vislumbrar tecnológico, é preciso que os trabalhadores também estejam cientes e reflitam quanto ao lado pernicioso (mas a princípio apenas sedutor) de tal realidade. Tecendo uma analogia a tal contexto aos contratos de zero hora britânicos, percebemos, pois, que,

Trata-se de uma espécie de trabalho sem contrato, no qual não há previsibilidade de horas a cumprir nem direitos assegurados. Quando há demanda, basta uma chamada e os trabalhadores e as trabalhadoras devem estar on-line para atender o trabalho intermitente. As corporações se aproveitam: expande-se a uberização, amplia-se a pejetização, florescendo uma nova modalidade de trabalho: o escravo digital. Tudo isso para disfarçar o assalariamento. (ANTUNES, 2018, p. 23).

A flexibilidade laboral da qual as plataformas virtuais se valem, é vista por Dal Rosso (2017) como um verdadeiro ardid ao trabalhador. Uma armadilha que lhes tolhe a organização sindical, que faz o labor se tornar onipresente e que anula as seguranças em que a classe-que-vive-do-trabalho (que agora, em partes, se julga classe empreendedora) se amparava. Em um silogismo, se a defendida liberdade, ou flexibilidade laboral

[...] faz parte dos princípios do discurso neoliberal hegemônico, e ainda mais se a política neoliberal conduziu o mundo capitalista à crise financeira econômica social sem precedentes, aumentando as disparidades, então é plausível admitir que há relação entre as políticas de flexibilização de horários e desigualdades no curso do desenvolvimento do capitalismo. Ou seja, a flexibilidade não é um componente intrinsecamente a favor dos trabalhadores (DAL ROSSO, 2017, p. 14).

Conforme Harvey (2017) esclarece, modos de viver e de pensar são drasticamente modificados a partir da revolução tecnológica. É preciso englobar o novo, olvidar o velho, propala-se. No entanto, tal mudança não é gratuita ou indolor. Os custos e a dor desses processos não são uniformemente repartidos, e há de se questionar quem lucra e quem arca com o impacto da destruição, relembra o pesquisador. Essa é a reflexão que buscamos pontuar. Quem verdadeiramente lucra, quais os impactos de todo esse processo aqui discutido? Sob a égide do Capital, sabemos que o triunfo não é do trabalhador.

Como a pesquisa “O trabalho controlado por plataformas digitais no Brasil: dimensões, perfis e direitos” (realizada pela Universidade Federal do Paraná) aponta, os custos do trabalho plataformizado são altos demais para o trabalhador. Assumem-se os riscos físicos, o investimento de capital, os custos operacionais.

Abílio (2022), denuncia, por meio de entrevistas, a realidade dos trabalhadores plataformizados. A remuneração, que sempre foi baixa, tem se tornado ainda menor com o aumento do contingente de trabalhadores. Ademais, destaca que algumas plataformas realmente se colocam apenas como mediadoras, como espaço de anúncios: quanto maior for a mensalidade paga pelo profissional, maior sua visibilidade nas buscas e maiores suas chances de um chamado. As avaliações também são fonte de ranqueamento, fazendo melhores trabalhos (e mais bem remunerados) serem direcionados aos trabalhadores de melhor posição avaliativa, além de também lhes serem direcionados “melhores” clientes (melhor avaliados).

Um dos entrevistados por Abílio (2022) afirma já ter feito anúncios para tradução em uma plataforma cobrando apenas um centavo por palavra traduzida, o que lhe trouxe um sentimento de “canibalização” de sua classe: “O fato de ter entrado cobrando um centavo, para inserção no mercado, já prejudiquei diversos trabalhadores que estavam consolidados e perderam parte da sua renda. Eu não fui o único que adotei essa estratégia agressiva” (ABÍLIO, 2022, p. 160). Segundo o depoimento do trabalhador, é clara a polarização entre aqueles que possuem alta qualificação e os demais trabalhadores, menos qualificados, que cada vez mais precisam abaixar seu preço para conseguir “tomar” ofertas de trabalho de outros participantes da plataforma. A lei da concorrência aplica-se, assim, aos indivíduos, não mais às empresas.

No campo da saúde, a autora ainda exemplifica, a partir de suas entrevistas com cerca de 500 trabalhadores, o quão nocivas podem ser as relações laborais desreguladas. A ansiedade mostra-se um problema em destaque, sendo essa atribuída a diversos motivos, desde a distribuição do trabalho até a incerteza quanto aos ganhos para a sobrevivência, como registrado nas palavras de um depoimento:

Eu acho que, para mim, é a questão mental, porque a física eu sempre fui relaxado. Mais a parte de você ter um momento de ansiedade. Você sai no dia e não sabe o quanto vai fazer naquele dia. Às vezes, você tem uma meta – “preciso fazer 250 hoje” – e chega em casa com 100, 150. Então, isso é complicado. Não ter certeza em relação aos ganhos [...] (ABÍLIO, 2022, p. 162).

Outra jovem entrevistada pela autora, e que trabalha em um serviço de entregas de compras de supermercado, também apresenta relato preocupante e comum aos trabalhadores de contratos flexíveis e plataformizados:

Essa parte ortopédica, vamos botar assim, pra coluna, acaba com a coluna, porque a gente pega muito quando o cliente faz um pedido grande, mas tem que carregar peso, até porque você tem que levar os produtos até a porta do cliente. Você se alimenta mal, porque você fica um dia inteiro na rua, então, ou você faz uma quentinha, ou então você fica à base de petiscos, de snacks, de lanches durante o dia. E fora que eu acho que dá umas crises de ansiedade, assim, porque você começa, pelo menos eu fazia isso, depois de cada compra eu ia lá ver qual era o meu ganho, vai gerando uma, porque essa semana ainda não fechei R\$ 300, acho que vai gerando uma ansiedade, e aí você acaba mergulhando no trabalho, e ele gera uma coisa assim, te dá vontade de sempre fazer mais, te dá vontade, você vai vendo dinheiro entrar, então “Ah, fechei R\$ 300, acho que essa semana eu consigo chegar a R\$ 400”. Eu acho que vai gerando sim, uma ansiedade na pessoa, como é a base de quantidade. Você vê, nesse sábado que eu trabalhei de onze e meia da manhã até dez e pouco da noite, eu estava tendo pedido, pedido, e aí começou uma coisa, é uma bola de neve. Daqui a pouco eles começaram a me passar dois pedidos ao mesmo tempo, fiz dezenove pedidos num dia, nunca fiz isso. Então acho que vai gerando uma ansiedade, te dá uma ansiedade mesmo, e fora o desgaste físico, eu chegava, moída, tomei relaxante muscular o período todo que eu fiquei no Cornershop, porque eu tenho problema de coluna (ABÍLIO, 2022, p.163).

Segundo Machado e Zanoni (2022), as plataformas reforçam uma ideia de parceria. No mundo do capital, entretanto, sabemos que as relações não são harmônicas, gerando, inclusive, encruzilhadas jurídicas.

As plataformas operam por meio de contratos de prestação de serviços, pelos quais o trabalhador adere, sem alternativas, aos termos e condições de uso propostos por elas. Esse modelo de contratação fora dos marcos de proteção jurídica do trabalho assalariado e do campo de atuação O trabalho controlado por plataformas digitais no Brasil, com ausência de responsabilidade das plataformas, é o palco de muitas disputas sobre a qualificação jurídica desse trabalho nos tribunais, ao mesmo tempo que apresenta novos desafios para a sua regulação (MACHADO; ZANONI, 2022, p. 26)

Clarissa Schinestsck assevera que o direito não pode ficar à margem dessas novas questões, “devendo regular as relações de trabalho por meio das plataformas digitais, de modo a garantir um meio ambiente de trabalho equilibrado” (SCHINESTSK, 2020, p.87). Diante desse desafio, a autora recorda necessidade de se buscar lógicas alternativas para a organização laboral, como a coletivização das plataformas, proposta por Srnicek (2017). Como Huws (2014) destaca, há de se

buscar novas maneiras de organização, novas formas de resistir ante as novas formas de controle do trabalho.

Pequenas vitórias já são perceptíveis, em decorrência de árduas lutas, mas há muito a que se pleitear. Um exemplo é a Lei 14.297/22, sancionada no Brasil, pela Presidência da República, em 05/01/22, ainda que com vetos. Na lei, que visa proteger entregadores de aplicativos (não abrangendo outras modalidades de trabalhadores plataformizados), a exigência de seguro para o trabalhador (sem franquia) foi estabelecida, a fim de cobrir acidentes ocorridos exclusivamente durante o processo de retirada e entrega de produtos. Ademais, ratificou-se a necessidade de pagamento auxílio financeiro para os entregadores, por um período de 15 dias, em caso de afastamento por contaminação pela COVID-19. Com relação ao contexto europeu, Bicego (2021) recorda o exemplo da Lei Rider, aprovada na Espanha em junho 2021, estabelecendo a presunção de vínculo entre entregadores e plataformas digitais, além do conhecimento público dos algoritmos responsáveis pela gestão do trabalho, explicitando “as regras do jogo”. A aprovação da lei não se deu sem controvérsias ou desentendimentos, recorda o autor, tampouco resolvera em definitivo a questão. Como se sabe, diversas têm sido as maneiras utilizadas pelas plataformas de *delivery* para driblar a contratação dos trabalhadores, como o sistema implantado pela UberEats para subcontratar entregadores, a partir de uma empresa terceirizada.

Nesse contexto, a flexibilidade, uma das premissas neoliberais aqui destacadas, mostra novamente sua ação, fazendo com que nenhuma das empresas de entregas de comida, na Espanha, a despeito da legislação, realizassem uma contratação massiva de entregadores. Nesse sentido, Bicego (2021) recorda a necessidade de se observar a volatilidade das plataformas, sua capacidade de metamorfosear-se, esquivar-se, sempre adaptando seu modelo de negócio às novas regulações em vigor. Como o autor coloca, apenas a obrigatoriedade do estabelecimento de vínculo jurídico não é suficiente para aplacar a sanha do capital em precarizar e flexibilizar as relações laborais, eximindo-se de suas responsabilidades e dos direitos da classe-que-vive-do-trabalho.

Conforme destacam as pesquisas da Clínica de Direito do Trabalho, da UFPR,

O trabalho por plataformas digitais fora da regulação do trabalho protegido, apesar de se caracterizar como vulnerável e precário e com a presença de elementos de controle e dependência, renova as questões em torno da redefinição do perímetro do direito do trabalho

e da necessidade de reconstruir modelos interpretativos e de instituições para a proteção de direitos individuais e coletivos dos trabalhadores (MACHADO; ZANONI, 2022, p. 28)

Assim, a tese de que a precarização, travestida de empreendedorismo é benéfica e “moderna”, segue vigente. Toda rigidez, regulação, cooperativismo, seria antiquado, maléfico; danoso e burocrático. O capital é ardiloso, busca saídas nas quais os trabalhadores são camuflados como prestadores de serviços. São nomeados e acreditam ser empreendedores. Como em uma poção mágica, o trabalho é transfigura em não-trabalho, fator imprescindível a legislação laboral protetiva seja burlada, recordam Santana e Antunes (2021).

Uma alquimia, como descrevem os autores. Uma receita para uma “química” que, em pleno século XXI, faz-nos retroceder a níveis característicos de exploração semelhante aos da fase de acumulação primitiva do sistema capitalista, à sua protoforma: tornam-se triviais, ‘normais’, jornadas exaustivas de até 16 horas diárias, recordando as colônias em que o trabalho escravo era utilizado. Volta-se ao início da Revolução Industrial, asseveram Santana e Antunes (2021).

Uma realidade que deve ser desbarata, denunciada por novas formas de organização laboral que, apesar de estarem alinhadas às novas tecnologias, ao mundo interconectado hodierno, não se voltem contra os trabalhadores ou façam deles os defensores de sua precarização, como muitas “reformas” legislativas têm feito em diversos países como o Brasil.

3.5 Experiências “plataformizadas”: a “dádiva” da servidão

3.5.1 Testemunhos de um motorista uberizado

Poier (2018), no estudo intitulado por tradução livre como *“Meu chefe é um aplicativo: Uma autoetnografia sobre a Gig-economia baseada em aplicativos”*, conta-nos, enquanto sociólogo e jurista de formação, a sua própria rotina extenuante ao atuar como trabalhador de aplicativos de transporte, após mudar-se de cidade e se encontrar sem emprego, em busca de uma recolocação na área acadêmica. Pela experiência narrada, exemplifica-se que realidade glamourizada de não ter chefe a reclamar, de ser seu próprio patrão, de construir seu horário de trabalho, trabalhar sozinho e como quiser, parece não ser tão atrativa como muito se propala trivialmente.

Apesar de começar o dia quando quiser, o narrador aponta em sua experiência o horário de trabalho não correspondia a um facilitador. Como o serviço é precificado sob demanda, o autor descobriu, na prática, que horários antecedentes às 6 ou 7 da manhã, eram mais rentáveis, o que o obrigava a despertar sempre muito cedo. As pessoas atrasadas para o trabalho, que tinham urgência em conseguir um carro e deslocar-se, não se importavam com o custo do serviço, pagando até três vezes o valor de uma corrida normal. Um nicho, em meio ao horário de pico, a ser garimpado.

Conta-nos o autor, aqui narrador participante, que sua intenção inicial seria maximizar suas horas trabalhadas na rua, alcançando sua meta de renda e dedicando-se posteriormente, de forma coordenada, aos seus anseios acadêmicos. Não obstante, a realidade não se mostrou fácil como o planejado. Em seu relato, o sociólogo afirma que, embora trabalhasse inicialmente apenas com a plataforma Uber, após esperar no aeroporto sem nenhum chamado para corrida, sentiu a necessidade de inscrever-se e trabalhar, concomitantemente, na concorrente Lyft (não há impedimento para tal processo). Ademais, é narrada a dificuldade para conseguir conciliar os horários mais rentáveis para trabalho (finais de semana e horários alternativos como a madrugada, quando a demanda e os preços das corridas são melhores) com a convivência familiar e as preocupações para a limpeza do veículo (até mesmo de vômito dos passageiros).

Assim, para manter sua qualidade de vida, relações familiares, manutenção de seus planos para busca de empregos, Poier relata que, em horário “normal”, em raras exceções conseguiu serviços lucrativos (chamados caros), como após jogos e em caso de nevascas ou tempestades. Não obstante, comenta que, para tal efeito, era necessário calcular estar na hora certa e no local exato, não perder tempo com deslocamentos, conseguir uma viagem de volta também dentro do pico de valor promulgado pelo algoritmo. Um incerto exercício de futurologia. Você é pago pelo tempo e pela distância que o cliente está em seu carro – todo o restante é por sua conta, destaca.

Em sua dificuldade para conseguir um emprego em recolocar-se na área acadêmica em sua nova cidade, o sociólogo recorda as lições de precarização e mérito que tanto trabalhara com seus alunos, e tão presentes na cultura norte-americana. Aqueles com mérito subirão ao topo, os demais encontrarão um emprego diferente, dizem. Uma ideia que melhor discutiremos posteriormente, e que, como o

autor afirma, é repleta de incoerência. Há muitos que se esforçam, fazem boas pesquisas, se desdobram, são especialistas, mas, ainda assim, não alcançam o topo. Como o autor recorda, inúmeros fatores influenciam nesse processo, como o momento em que o funcionário foi contratado, sua origem, sua cor de pele, as escolas que frequentou quando jovem, reflete. O mérito seguramente contaria, mas não seria o único item a se considerar, talvez nem mesmo o principal.

Em meio a sua jornada uberizada, trabalhando para duas plataformas de transporte urbano, o autor se lembra, ademais, dos rótulos sociais que envolveriam sua condição. Um professor, com Ph.D., dirigindo um Uber? Questionamento frequentemente ouvido, com tom irônico e de fracasso, recorda o professor. O docente afirma que, às vezes, mentia diante das humilhações, afirmando ali estar apenas para realizar sua pesquisa de campo sobre precarização laboral.

Como narra o sociólogo, em meio à “dáviva” do serviço uberizado que lhe sustentava naquele momento, gostaria de ter um trabalho que lhe pagasse por férias no verão, possibilitando-o visitar os pais idosos, que viviam distantes e que não poderiam se locomover para vê-lo. Ressalta que

gostaria de ter um emprego que me permitisse estudar, pesquisar, ensinar, aconselhar alunos, ir a conferências, encontrar colegas para parcerias de pesquisa e ir a palestras no meio da tarde. Eu gostaria de poder escrever e-mails com extensão .edu, mostrando a todas aquelas pessoas que pensavam que eu era inteligente, mas não tão inteligente, que trabalhei duro e cheguei onde queria (POIER, 2018, p. 26-27, tradução nossa).

Em seu desabafo, o autor pontua ainda que, aqueles que não querem submeter-se a um emprego fixo com baixa remuneração e paupérrimas condições laborais, são vistos como crianças mimadas que não querem pagar as suas próprias contas, como alguém que não quer sacrificar-se em face da necessidade e com vistas a um futuro melhor. “É mais fácil, em essência, culpar indivíduos por falta de esforço do que um sistema de privilégios que recompensa alguns porque pode contar com o trabalho de baixo custo de muitos” (POIER, 2018, p. 28, tradução nossa).

Retomando o cotidiano dos chamados *motoristas de aplicativo*, o autor recorda algumas mudanças feitas nas regras de monetização das plataformas. A Lyft, por exemplo, instituiu algumas “zonas potencializadas”, previamente demarcadas pela cidade, nas quais estando ali a determinada hora do dia, implicaria ao motorista um incremento em seu pagamento – zonas específicas da cidade, possivelmente antes

pretéritas, e que garantem uma corrida mais bem remunerada em até 60%, conforme relatado. Um “benefício” que garante certo planejamento ao motorista, afirma o professor-condutor, mas uma dádiva que também altera sua rotina.

Em meio a outras as políticas de bônus (horários, localizações, corridas seguidas), o autor-narrador recorda que ultrapassava suas metas semanais de carga horária, o que o deixava nervoso ao não estar na zona correta na hora adequada – para receber mais. Assim, a tentação para ganhar um pouco mais (e para cobrir os custos de manutenção de seu veículo) intensificava sua jornada. Como o acadêmico pondera, estabelece-se uma lógica repleta de armadilhas, porém psicologicamente convincente:

É fácil esquecer que você tem um parceiro esperando em casa para o jantar e ligar para ela para dizer “Tenho esta última corrida, querida, e falta meia hora” ou, pior, “falto uma carona para o bônus, e ninguém está ligando: não sei quando estarei em casa, porque agora são 20h, e as pessoas estão comendo e bebendo, talvez por volta das 21h as coisas voltem a funcionar”. É difícil dizer não, não tanto porque você realmente precisa desse dinheiro, mas porque você foi ensinado a vida toda que a oportunidade bate, e você precisa estar lá respondendo, como um bom sujeito neoliberal (POIER, 2018, p.29, tradução livre).

Quando soa o toque do aplicativo, quando aparece o chamado a servir, o autor recorda que não há o que pensar. Não importa onde o passageiro esteja – ele irá atender à solicitação e ganhar 15 dólares a mais. O exemplo de Poier é o exemplo de inúmeros trabalhadores que desempenham essa e inúmeras outras funções plataformizadas, como as entregas de comida por motocicleta. Muitos, ainda acríticos, acreditam na dádiva do empreendedorismo, na liberdade, na flexibilidade de horários, na individualização do labor, na doutrina do mérito.

Não obstante, a dura realidade (que parece constantemente intensificar-se) já tem sido questionada por muitos trabalhadores, como em protestos e paralizações ocorridos no Brasil durante o pandêmico ano de 2020, intitulados “Breque dos Apps”.

Conforme Santana e Antunes (2021) apontam, o movimento reivindicatório, ocorrido em dois atos (em 1º e 25 de julho) tornou pública “uma das facetas mais agudas do trabalho ultraprecarizado e, conseqüentemente, de uma vida também ultrajada”. Ocorreu, ademais, terceiro “breque”, conhecido como #brequepordireitos. Nesse movimento, em 15 de setembro de 2020, entregadores de todo o país dirigiram-se ao Distrito Federal na busca por melhores condições laborais, visando pressionar parlamentares acerca de suas demandas”. Na pauta

de tal movimento, encontravam-se exigências como o fim dos bloqueios por parte dos aplicativos (muitas vezes sem motivo explicável), pagamento de um seguro contra acidentes e de proteção roubos, remuneração aos entregadores que contraíssem a COVID-19, distribuição gratuita de equipamentos para a segurança do trabalho. Os autores recordam a diversidade de pautas e de pensamento entre os diversos grupos que representam tais trabalhadores, sobre a qual a busca de unificação concreta passa a ser um desafio. Além disso, o movimento brasileiro encontrou eco e gerou manifestações de solidariedade junto a trabalhadores de diversos países, como Argentina, México, Peru, Equador, Guatemala, Costa Rica e Espanha, os quais vivenciam as mesmas condições e que também realizaram paralizações em suas motos e bicicletas, além de ter levantado o debate sobre a questão em diversas localidades, culminando na da organização de assembleias virtuais.

Conforme recordam os pesquisadores,

É preciso lembrar que esses trabalhadores e trabalhadoras enfrentam uma luta para lá de desigual, como, aliás, se passa desde as origens da classe operária e de suas lutas. Enfrentaram uma velha relação de exploração que agora se encontra camuflada pela sua versão algorítmica. As empresas, que estão entre as maiores empregadoras do país e do mundo (a Uber diz ter entre 5 e 6 milhões de “empreendedores” espalhados pelo mundo), se recusam a aceitar qualquer vínculo de assalariamento, escondendo-se, como vimos, atrás da falácia, insustentável, de que são “empresas fornecedoras de tecnologia” que executam a “intermediação” entre outras tantas empresas (restaurantes e empresas de vendas em geral) e os consumidores, utilizando-se dos “serviços” dos/as entregadores/as, que se converteram em “parceiros/as” (SANTANA; ANTUNES, 2021).

Uma realidade que vem sendo denunciada a partir dos estudos do campo crítico do trabalho e que ecoa as relações de flexibilização e individualização do ser social postuladas pela doutrina do Estado Mínimo. A vemos como consequência da potencialização dessas categorias neoliberais, as quais enfatizamos em nosso estudo: parte de uma doutrina que a tudo mercantiliza e que envolve seus tentáculos nas subjetividades, na educação, no labor, na legislação – no cotidiano da classe-que-vive-do-trabalho.

3.6 O exemplo dos tutores digitais, os “Ubers” da educação

Para seguir exemplificando a realidade dos trabalhadores plataformizados, verificamos o funcionamento dessas práticas dentro do meio educativo, que nos é próximo, a partir da verificação dos chamados “Tutores digitais”. Semelhantes ao serviço do Uber, os tutores digitais comporiam o “Uber da educação”.

Serviços de diversos países, como “*My tutor web*”, “*TutorHub*” (Inglaterra), *Skoolie* e *Tutor.com* (EUA), “*Aula ya*” (Argentina) oferecem um serviço personalizado de estudos pela internet, no qual o docente se torna um tutor, ministrando aulas particulares pela plataforma virtual. O aluno é livre para escolher o docente que mais lhe agrada (valendo-se, inclusive dos comentários de outros usuários) e o professor tem a liberdade de flexibilizar seus horários e precificar seu trabalho de acordo com suas necessidades. No Brasil, a plataforma *Superprof*, uma *startup* fundada na França em 2013, presente em mais de dez países e líder mundial no segmento, ganha destaque.

Ao momento de nossa análise, realizada ao final de 2019, verificamos na referida plataforma algumas informações destinadas aos docentes que porventura queiram lecionar a partir do Superprof. Para atrair os profissionais, destaca-se a não cobrança de taxa de inscrição do perfil e publicação do anúncio do professor, ressalta-se que esse pode controlar totalmente sua metodologia, tempo, disponibilidade e preço. Os cursos são organizados com total liberdade - palavra de ordem para o momento socioeconômico discutido e que não poderia deixar de ser mencionada. Arrola-se a quantidade de oito milhões de professores envolvidos, e de mais de mil disciplinas disponíveis, em 27 países. O site não cobra taxas ou comissões para divulgar o perfil do professor, mas caso queira que seu anúncio tenha destaque, aparecendo dentre os primeiros a serem visualizados, deve pagar uma taxa de cerca de R\$200.00.

No Superprof, a fim de verificar o perfil do público docente abarcado pelo site, em uma busca por professores/tutores de Sociologia (disciplina escolhida aleatoriamente), verificamos que 33 professores foram disponibilizados para aulas presenciais em Uberlândia. Dentre os profissionais arrolados, somavam-se 14 graduandos, 15 graduados e 4 mestres. O valor médio da remuneração anunciada por aula era de R\$31.30, e oscilava, à época de tal coleta de dados, entre R\$15.00 e

R\$50.00. O menor preço fixado, e também vários dos anúncios expostos, possuíam o valor de aula abaixo do exigido pela Convenção Coletiva da categoria docente da região, inclusive para cursos livres, além de também ser (em média) inferior ao preço das aulas particulares oferecidas na região. Para a aula virtual, a oferta, naquele momento, era de 3822 professores disponíveis, também com valores e formações diversas.

Como se afirma no próprio site, não é possível validar as informações presentes no perfil postado pelo professor, nem se exige formação na área específica de seu anúncio. Essa última questão é, inclusive, apontada como uma qualidade da proposta, já que estudantes podem atuar profissionalmente e atender a chamados de quaisquer disciplinas (os estudantes de engenharia são citados na página como exemplificação, por possuírem ampla formação e demonstrarem a capacidade proferirem aulas particulares para diferentes disciplinas escolares no campo das Ciências Exatas). O site se isentava de responsabilidades quanto ao pagamento das aulas e de questões técnicas, tendo em vista que apenas atende à relação oferta/demanda, reunindo anúncios e conectando as partes interessadas na aprendizagem. O serviço, na prática, é ofertado a partir de outros recursos tecnológicos, como aplicativos específicos para videochamadas – o que fica sob responsabilidade do “tutor”. Ou seja, faz-se apenas a intermediação, a captação do chamado. Todo o restante fica por conta do trabalhador, o docente plataformizado.

Outro portal, o Profes, oferece serviço similar ao francês Superprof. No sítio, que aponta ser o maior portal de aulas particulares do país (com 160 mil alunos buscando professores particulares), há menções para o profissional a compartilhar seu conhecimento, ser autônomo, trabalhar com o que se ama e conseguir renda trabalhando em casa. De maneira análoga ao concorrente, há a possibilidade de incluir-se publicidade paga. Ademais, são ofertados diferentes planos para a associação do usuário. Parte-se de uma versão gratuita, porém cada plano disponibiliza diferentes recursos, conforme o valor. Nessa plataforma, há uma infraestrutura tecnologia como lousa digital e outros recursos, dos quais o professor pode se valer ao ministrar sua aula virtual.

Verificamos, ainda, no sítio, um blog com artigos disponíveis, no qual, dentre os temas elencados versa-se sobre o trabalho autônomo (trabalhar com o que se

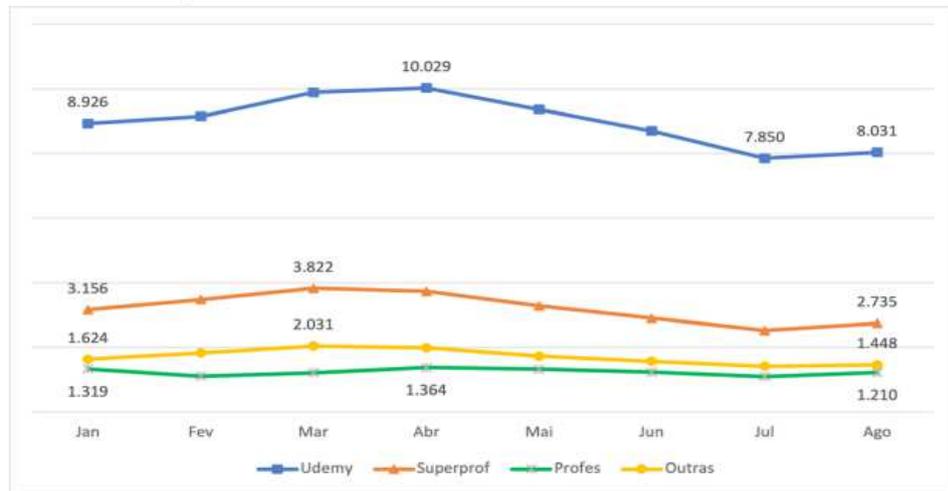
ama), marketing pessoal para o docente, ensino-aprendizagem, economia; a possibilidade de lecionar-se *on line* após a aposentadoria.

No campo do ensino de línguas estrangeiras, área que por diversos motivos específicos já demonstra alto grau de precarização docente, podem ser notadas diversas iniciativas que, através da economia de compartilhamento, impulsionada por recursos das TIC, reúnem tutores digitais e disponibilizam aulas de diversos idiomas, de maneira personalizada e em diferentes níveis. O ensino de inglês, por exemplo, torna-se um “prato cheio” para a plataformização, angariando docentes das mais diversas localidades e nacionalidades.

Um exemplo é o portal norte-americano *Preply*. Nele, professores de todo o mundo podem tornar-se tutores online, destacando-se a oportunidade de o aluno buscar um falante nativo e personalizar o curso de acordo com suas necessidades. Para a língua inglesa, por exemplo, estavam disponíveis mais de 2500 tutores. Ao realizarmos uma busca no portal, é possível conseguir ofertas de um tutor nativo, com formação para o ensino de línguas, por apenas cinco dólares americanos por hora/aula – remuneração bem inferior àquela que um instrutor não nativo (muitas vezes preterido em tal ramo educacional) receberia em uma aula presencial.

Para quantificar as atividades plataformizadas no âmbito educativo, valemos dos dados expostos por Manzano e Krein (2022), que, ao estimar o número de trabalhadores que atuam em plataformas digitais de ensino, no ano de 2021, mostraram-nos o quanto esse labor flexibilizado e precarizado tem sido cotidiano e crescente nas vivências de docentes brasileiros.

Figura 2 - Evolução do número estimado de trabalhadores no grupamento do setor de educação (média móvel trimestral – ano de 2021)



FONTE: Similarweb. Elaboração: CDT/UFPR (2021).

FONTE: Manzano e Krein (2022)

A partir dos exemplos brevemente apontados, percebe-se que realmente a economia plataformizada, ou gig-economia, no bojo da Sociedade digital interconectada e neoliberal, permeada por processos de uberização e desregulamentação, tem chegado com veemência não apenas ao ramo dos transportes, mas também ao campo educacional e a diversas áreas do labor hodierno, que merecem análises pormenorizadas.

Como discutido, há, sob um primeiro olhar, um fascínio, um deslumbrar ante a tecnologia e a economia de compartilhamento. O que antes era um hobby ou uma divulgação de seu trabalho, passa, agora, a ser uma forma precarizada de renda, muitas vezes endeusada pelo cidadão, que, na verdade, vive das migalhas do lucro que produz a grandes corporações.

Como o mundo digitalizado não possui apreço pela reflexão (ao proporcionar estímulos e gratificações instantâneas e colocar em destaque as decisões e reações de curto prazo) como aponta Standing (2013), a visão utópica e positiva reina por excelência na mente do trabalhador. Muitas vezes é vista como única e benéfica.

Logo, observando de forma dialética tal questão, há de se buscar as antíteses desses processos, identificando as ocultas e milionárias relações financeiras, de poder e exploração do trabalhador, indo além do tão comum fetiche e do vislumbrar acrítico diante do tecnológico, como aponta Álvaro Vieira Pinto (2005). O renomado autor, recorda que

Temos de denunciar o lado secreto, maligno do endeusamento da tecnologia, aquele que visa unicamente a fortalecer ideologicamente os interesses dos criadores do saber atual, a fim de conservá-lo no papel de instrumento de domínio e espoliação econômica da maior parte da humanidade, levada a trabalhar para as camadas altas dos povos senhoriais sob a falsa e emoliente impressão de estar participando, na única forma em que lhe é possível, da promoção do progresso em nosso tempo (PINTO, 2005, p. 44)

Cabe destacar, no entanto, que a precarização do labor, promovida pela flexibilização das relações laborais, cada vez mais individualizadas e sob demanda, não se galga apenas no enfoque que aqui fizemos, relativos à gig-economia, à plataformização do trabalho. As diversas formas de contratos flexíveis, a não obrigatoriedade da formação específica, a falta de melhorias e desenvolvimentos nos planos de carreira, as terceirizações e modalidades distintas de contratos, que, como veremos adiante, tornam-se flexibilizadas e individualizadas, ajudam a compor o quadro de precariedade que envolve os profissionais hodiernos.

É preciso, então, que estejamos cientes, como cidadãos, como trabalhadores, como pesquisadores, de que o contexto da expansão da flexibilidade do individualismo nas relações laborais, potencializado pela lógica de redes (seus aplicativos, sites e infinitas possibilidades), faz parte da ampliação da precariedade do trabalho em nível geral e global. Insere-se no bojo de uma série de práticas neoliberais que buscam, às custas dos direitos, do tempo e até mesmo dos recursos daquele-que-vive-do-trabalho, retomar seu grande lucro. A conscientização, a denúncia, a reflexão dos paradoxos desse processo, visto muitas vezes como “tábua de salvação” para o trabalhador em épocas de crise e desemprego, parece ser o primeiro caminho para a busca de alternativas e de superações.

3.7 A “nova” legislação trabalhista e o ardil da flexibilidade

Como pontuamos neste trabalho, as categorias neoliberais flexibilidade e individualismo têm permeado as práticas econômicas e sociais, desprovendo não apenas o mercado de regras rígidas, pontos estabelecidos e direitos conquistados, mas estendendo seus tentáculos a todas as vivências do ser social, moldando, pois, suas relações cotidianas sob a égide da não rigidez, da não coletividade. Mérito, inovação, empreendedorismo são palavras de ordem, características essenciais do

cidadão sintonizado com as mudanças sociais, pronto para as “potencialidades” que o novo capitalismo interconectado oferta.

Como visto há pouco, a estrutura do mundo do trabalho não perdeu a sua centralidade enquanto relação social, mas metamorfoseou-se no bojo de um capitalismo em crise e ávido por se reinventar, retomando sua espiral de lucro, permeado agora pelas potencialidades do mundo globalizado e em rede, um mundo “livre” – como muito se anuncia. Nesse sentido, as reformas do mercado de trabalho são, para Adascalitei e Morano (2015), a estratégia mais difundida pelos governos dos últimos anos, em seu afã de contornar as intercorrências negativas das crises econômico-financeiras globais.

Sendo assim, é dito pelo grande capital que as legislações que envolvem o mundo do trabalho devem também metamorfosear-se, adaptar-se, estarem em consonância com o mundo flexível. É preciso deixar as legislações trabalhistas adaptadas ao novo momento, modernizá-las. Nesse sentido, diversas “reformas trabalhistas” foram feitas nos últimos anos ao longo do mundo, cada uma a seu modo, mas todas dentro das propostas neoliberais, pautadas pela flexibilização das relações, pelo individualismo, doutrina do mérito e redução das noções de coletividade. Intervenções que diferiam, segundo Adascalitei e Morano (2015) quanto à sua motivação (aumentar a competitividade ou ampliar a criação de empregos); escopo (ampliar ou reduzir a proteção).

Conforme Lins e Da Silva (2019) definem, as reformas trabalhistas consistem em medidas ou procedimentos jurídicos que objetivam dar às empresas possibilidades de adaptação de sua produção, do emprego e das condições laborais, em face das exigências rápidas e contínuas do sistema econômico. Sob esse raciocínio, tais experiências reformistas, que se estendem pelo mundo, introduzem grande diversidade de configurações maleáveis para o trabalho. Além de ratificar-se o trabalho por tempo indeterminado, por exemplo, passa-se a oferecer uma variedade de formas flexíveis e precárias, as quais são “batizadas” das mais criativas maneiras, tais como: estágios, trabalho intermitente, autônomo, regime parcial, home-office; terceirização. A flexibilidade laboral torna-se, pois, condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico, recordam. Um discurso divulgado por vários “arautos” e instituições, como no fragmento da publicação *Jobs Study*, publicado pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico em 1994.

Na referida publicação, o pensamento do órgão, rotulava, em 1994, todo esse processo aqui descrito, ao sintetizar que

Os esforços para melhorar a capacidade das economias de criar empregos devem se concentrar em facilitar o desenvolvimento e o uso da tecnologia; flexibilidade do horário de trabalho; incentivo ao empreendedorismo; e uma revisão geral das políticas que podem estar dificultando a criação de empregos. (OECD, 1994, tradução nossa).

Além disso, na publicação citada, a instituição deixa clara sua política ao expor que as reformas sociais constituem um elemento fundamental para galgar-se o sucesso ou não. Seriam uma condição irrefutável, provavelmente hoje observada em todas as sociedades da OCDE.

No bojo dessa discussão, o exemplo do mercado de trabalho estadunidense, focado na responsabilização do indivíduo e na flexibilização das relações, é citado como exitoso, visto como exemplo para superação da crise mundial, integração, integração às novas tecnologias e à globalização:

Nos Estados Unidos, onde historicamente se esperava que o indivíduo absorvesse e absorveu a maior parte do risco na vida econômica, há, no entanto, uma preocupação crescente com algumas das consequências de uma cobertura de saúde não universal e educação realizações que não correspondem às necessidades de hoje. E na maioria dos países da OCDE, um nível satisfatório de renda individual ou familiar, com acesso adequado a educação e saúde de qualidade, juntamente com a promessa de uma pensão justa, são valores profundamente enraizados. O mercado de trabalho protetivo e as políticas sociais eram menos extensas; os mercados de trabalho permaneceram altamente flexíveis; e o empreendedorismo foi dinâmico. O Estado não se tornou um empregador tão importante. (OECD, 1994, Tradução nossa).

Ademais, a necessidade do reformismo laboral por parte dos atores neoliberais é clara, ao postular que

[...] o desafio é duplo: olhar em toda a gama de políticas que foram implementadas nos últimos 30 anos para ver onde e em que medida cada uma pode ter contribuído para ossificar a capacidade das economias e a vontade de sociedades se adaptarem; e, em seguida, considerar como remover esses desincentivos sem prejudicar o grau de proteção social que é o desejo de cada sociedade fornecer (OECD, 1994, tradução nossa).

Assim, Lins e Da Silva (2019) concluem que a necessidade de flexibilização, proposta nas reformas trabalhistas, se comporta como uma panaceia, solucionando gargalos estruturais; sanando crises conjunturais. Desempenha a função de

transformar tempos de não trabalho em momentos laborais - torna cada vez mais turvo os limites entre um e outro; conduz ao descompromisso das instituições acerca de remunerações e responsabilidades relacionadas à saúde e segurança do trabalhador. Ele deve, individualmente, decidir, optar, arcar; zelar por si.

A flexibilização, abarcando também a questão da remuneração, da corrosão salarial, englobaria um processo de troca. Objetivaria permutar um conjunto de empregos, marcados por remunerações superiores à do salário mínimo, garantias de benefícios sociais e segurança laboral, por outros, com salários menores, com diminutos benefícios e sem segurança no emprego. Recorda-se que

a remuneração é atacada negativamente de forma direta, ao definir como indenizatórias parcelas nitidamente salariais e permitindo a redução de salários sem uma diminuição proporcional do tempo trabalhado, ou de forma indireta, por liberar os processos de terceirização para qualquer atividade e ampliar o uso de contratos de trabalho atípicos (temporários, tempo parcial e intermitente) e formas de emprego disfarçadas, como é o caso dos trabalhadores autônomos, entre outras situações extremamente prejudiciais aos trabalhadores e à própria dinamização da economia (LINS; SILVA, 2019, p. 485).

Conforme Filgueiras (2019) coloca, constrói-se uma narrativa de relacionar direitos e desemprego, a qual possui grande relevância na estrutura de solidificar as estruturas de poder em nossa sociedade. Aos trabalhadores é direcionado um dilema: optar por um emprego ou pela manutenção de seus direitos. A defesa de melhores salários e melhores condições de trabalho, que oneram o empregador e espantam os investidores, seria vista como um “tiro no pé”, recorda o autor. Baseando-se na cartilha neoliberal, os donos do capital propalam que o aumento do lucro (advindo do corte de custos), aumentaria a poupança da economia, elevaria, conseqüentemente, os investimentos, e logo, o número de empregos também aumentaria.

As críticas à teoria econômica neoclássica remetem às primeiras décadas do século passado e são reiteradamente estimuladas pelos casos em que desemprego em massa e salários em queda são concomitantes, com gente querendo trabalhar por qualquer remuneração e não conseguindo. O cerne das interpretações heterodoxas é que o nível de emprego é determinado por decisões de investimento tomadas fora do mercado de trabalho. O custo trabalhista pode ser um fator pouco relevante ou apenas uma entre diversas variáveis na tomada de decisão dos empresários, sendo normalmente menos importante do que as políticas macroeconômicas na definição do nível de emprego (FILGUEIRAS, 2019, p.22).

Em suma, propala-se que quanto menores os custos, mais trabalhadores contratados: esse é o raciocínio, recorda Filgueiras (2019). Dessa forma, menos direitos, menos rigidez e menos custos, culminariam em mais empregabilidade. Um discurso altamente questionável, danoso ao trabalhador e que se estende pelo mundo. A rotina laboral se intensifica, invade todos os espaços, em horários mais diversos e incertos. As seguranças inexistem, o trabalhador deve pagar o preço por ela, deve arriscar; dedicar-se. As “liberdades individuais” povoam a cena. O trabalhador agora se torna um colaborador, “associado”, empreendedor - “empresário” flexível de si mesmo.

3.8 Flexibilidade, individualismo e o mundo do trabalho: o exemplo da Reforma Trabalhista brasileira

No contexto das metamorfoses contemporâneas do mundo do trabalho, e suas correlacionadas mudanças na estrutura das vivências do ser social, voltando-nos à realidade brasileira dos últimos anos, a qual segue um receituário aplicado em diversos países de capitalismo avançado, nos quais tremula a bandeira neoliberal. A Reforma Trabalhista realizada no Brasil, sob a lei 13.467, de 2017, é vista por Silva (2018), como a maior mudança ocorrida no campo regulatório laboral desde a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943. A proposta, oriunda de um Projeto de Lei (PL) de número 6.787, encaminhado em dezembro de 2016 ao Congresso Nacional, foi concluída com a aprovação vultuosa de modificações em 104 artigos de leis trabalhistas, recorda o autor.

No campo discursivo, a argumentação para aplicação da Reforma é classificada, segundo Silva (2018), sob duas premissas teóricas. A primeira é baseada no mito da outorga da CLT, taxada de eleitoreira e ditatorial. Já a segunda premissa de análise se basearia em fatores econômicos, no “peso” das leis trabalhistas aos empresários.

Sob o primeiro prisma, a Consolidação das Leis trabalhistas é vista como uma ação ditatorial do governo Getúlio Vargas, um ato unilateral utilizado “como forma de garantir o apoio das classes trabalhadoras urbanas, desconsiderando-se totalmente as lutas históricas dos trabalhadores desde o início do século” (SILVA, 2018, p. 100). Ademais, residiria aí, também, um argumento de que o documento teria uma matriz

fascista, alegando que ele seria uma cópia ou um fiel desdobramento da *Carta del Lavoro*, utilizada pelo ditador Mussolini para permanecer no poder, o que Vargas teria feito de maneira análoga. Há também, no bojo dessa primeira visão, a ideia de que a Justiça Trabalhista seria excessivamente benéfica aos trabalhadores, tutelar, parcial e em prol apenas desses – isso implicaria em altos custos ao empregador acionado na justiça, mas nenhum ao empregado que a acionasse. Na mesma linha de raciocínio está a longa inalterabilidade das leis, promulgadas em um momento longínquo da história, estando, pois, há muito ultrapassada e carente de uma renovação atualizada. Como o autor aponta, todos esses argumentos de cunho institucional já haviam sido amplamente debatidos, problematizados e rechaçados pela literatura especializada.

Sob o outro ponto discursivo categorizado por Silva (2018) e de cunho econômico, encontra-se o argumento do entrave legislativo ao crescimento. Segundo essa visão, as leis em vigência no Brasil atrapalhavam a capacidade de investimentos produtivos, já que geravam importantes distorções na estrutura financeira das empresas - no âmbito dos custos. A ocorrência se daria em virtude dos altos encargos trabalhistas, os quais contribuíam para gerar um ambiente de insegurança jurídica dado o modelo de Justiça do Trabalho aplicado. Há também, sob esse espectro, a menção de que as leis laborais brasileiras produziram desigualdade – amparariam amplamente a uns, registrados e tutelados pelas instituições de bem-estar, ao passo que abandonaria aos demais, não inseridos no “sistema”. A lei não teria flexibilidade ou meio termo: era vista como “oito ou oitenta”, como coloquialmente se expressa.

Silva (2018) adiciona ainda, dentre os argumentos econômicos que defendiam a reforma legislativa do trabalho, a defesa da influência negativa dos encargos trabalhistas no chamado “custo Brasil” dos produtos – os altos encargos onerariam demasiadamente os produtos nacionais, tornando-os pouco competitivos nas disputas do mercado externo. No contexto do mundo globalizado, esse fator culminaria na inibição dos investimentos estrangeiros, já que a gestão da força de trabalho impunha regras mais dispendiosas que em outras localidades. Ademais, haveria a tese do comprometimento ao aumento de produtividade, já que “devido à excessiva rigidez da legislação trabalhista, que dificultaria uma alocação mais eficiente do fator trabalho.” (SILVA, 2018, p.101).

Como Antunes (2018) destaca, o Governo Temer mostra-se um momento de inflexão na legislação trabalhista sob a ótica aqui apontada. Conforme o autor assevera, a pragmática neoliberal, desde que fora instituída no Brasil (anos 1990), tece claras consequências, vistas na ampliação da concentração de riqueza, aumento dos lucros e rendimentos por parte das empresas – fatos potencializados pela política de privatização de instituições públicas, bem como pela ampliação da desregulação dos direitos laborais: uma realidade nos governos Collor e FHC.

Durante os governos gerenciados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), exemplos exitosos da segunda variante exposta são identificados, recorda o sociólogo. Isso ocorre a partir da implantação de uma política que, embora fosse policlassista e bastante conciliadora, preservou e ampliou os interesses das faixas sociais burguesas. A diferença, destaca Antunes (2018), residiria na inclusão de programas sociais, como o Bolsa Família, em prol da população mais empobrecida. Ademais, nota-se uma política limitada de valorização do salário-mínimo, destaca o sociólogo. Um *modus operandi* que parecia favorável, mas que começa a evaporar com a agudização da crise econômica.

Em junho de 2013, vigorosos protestos de rua anunciavam esse processo, acentuado nas eleições de 2014, na qual se observou retração crescente do apoio elitista ao governo.

Valendo-se da judicialização da política e da politização da justiça, com apoio de grandes instituições midiáticas e da concatenação do processo de impedimento da presidente Dilma, orquestrada pelo vice-presidente, Temer, e pelo então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, dá-se fim, por meio de um golpe parlamentar, ao ciclo dos governos do PT. Uma arquitetura engenhada para que um governo golpista assumisse, seguindo à risca toda a pauta defendida pelo capital. Esse, naquele momento de crise, exigia a demolição completa dos direitos laborais no Brasil, recorda Antunes (2018).

Desse modo, após golpe parlamentar que levou Michel Temer à presidência do Brasil e da imposição de medidas estritamente neoliberais, defendidas pela centro-direita, voltadas ao “mercado” em detrimento ao social, a Reforma Trabalhista é aprovada na legislação brasileira (Lei 13.467, de 2017). Alterações relativas às remunerações, planos de carreira, jornada de trabalho e tipos de contrato foram legitimadas, visando tornar mais “simples” a relação empresa-trabalhador,

flexibilizando o mercado de trabalho, o qual passava a estar em consonância com as práticas hodiernas, distantes da legislação rígida pró-trabalhador, vista como ultrapassada.

Conforme as ideias de Krein e Oliveira (2019), a Reforma teve, na verdade, o objetivo de legalizar diversas práticas de trabalho já existentes, com vistas a evitar que a Justiça do Trabalho e os órgãos de fiscalização questionassem as práticas de flexibilização que agora se intensificavam. As mudanças legislativas ampliaram a liberdade para empregadores. Elas permitiram que esses ditassem unilateralmente (“negociassem”) os termos de contratação, utilização e remuneração do trabalho.

Nesse sentido, dentre as alterações observadas, os acordos coletivos foram afetados, passando uma lógica a prevalecer sobre a lei: o “combinado” suplantaria aquilo que foi legislado. As categorias de trabalhadores, bem como seus empregadores, teriam a possibilidade de mutuamente arranjar, pleitear aquilo que mais lhes fosse conveniente, respeitados apenas os direitos essenciais (férias e 13º salário).

Em uma tentativa de enfraquecer a organização sindical, a contribuição sindical equivalente ao pagamento de um dia laboral passou a ser facultativa. Como sabemos, o plano neoliberal rechaça qualquer forma de coletividade. Enfraquecer os sindicatos, então, equivaleria a algo fundamental, um trunfo na briga pela ascensão do individualismo-flexível que relega o trabalhador à própria “sorte”.

As jornadas de trabalho, antes restrita a 8 horas diárias (44 horas semanais máximas) poderiam ser, agora, redivididas, respeitando-se 12 horas de trabalho e 36 de descanso, ao teto máximo de 220 horas mensais.

O período de férias passa a ser também flexível – os 30 dias dos quais o trabalhador tem direito, anualmente, tornam-se divisíveis em até três períodos de dez dias. Novas formas de contrato passam a ser legitimadas, como o regime intermitente, legando ao trabalhador que a ele se associar os direitos trabalhistas proporcionais.

Em suma, na Reforma Trabalhista de cunho neoliberal houve:

[...] uma imensa coerência no sentido da redução de custos para o empregador, seja diminuindo a estabilidade dos rendimentos do trabalhador, eliminando a garantia de um mínimo salarial, suprimindo parcelas variáveis, valores recebidos na dispensa, ou dificultando a efetivação dos direitos remanescentes. Itens antes obrigatórios se tornaram elimináveis, itens que eram flexíveis foram abolidos. (FILGUEIRAS, 2019, p. 31).

Como o autor recorda, após a efetivação das alterações legislativas referentes ao labor brasileiro, a economia de gastos por parte dos empregadores pôde ser sentida imediatamente. Um dos exemplos mais intensos é visto no cerceamento do direito de o trabalhador acessar à Justiça. Como contabiliza Filgueiras (2019), em virtude de a nova possibilidade das custas processuais serem bancadas pelo funcionário, as Varas do Trabalho, em 2018, receberam mais de um terço a menos de processos judiciais por parte de empregados, em comparação ao ano anterior, prévio à reforma. Outro exemplo decorre das novas modalidades de rescisão contratual e suas indenizações.

Filgueiras (2019) recorda, nesse sentido, a possibilidade do “desligamento por acordo mútuo”, instituída pela reforma. Uma nova norma que regala aos empregadores a possibilidade de reduzir em 20% a multa do saldo do FGTS do trabalhador, além da redução de metade do aviso prévio indenizado. No bojo da individualização e da flexibilidade neoliberais que dirigem a reforma, na qual empregado e empregador têm liberdade de barganha, prevalecendo o “negociado” sobre o legislado, é fato que as economias, os cortes de custos para com os direitos do trabalhador seriam agudizados. Além disso, “não parece um acaso que os rendimentos do trabalho formal continuem deprimidos após a reforma” (FILGUEIRAS, 2019, p. 32). Como percebido na obra do pesquisador, a Reforma levava como estandarte: redução do desemprego e da informalidade. Como se sabe, há muitos outros objetivos em jogo.

Assim, sob a batuta da individualidade e da flexibilidade, a precarização das condições de trabalho e a intensificação das atividades, em prol do lucro e da economia, são constantes na “modernização” legislativa do trabalho no Brasil. Um ataque aos trabalhadores por uma política de avanço neoliberal em todos os âmbitos sociais. Uma nociva ofensiva à classe-que-vive-do-trabalho conduzida por uma razão que, como discutido anteriormente, promove a mercadorização de tudo e quer não apenas impor a lógica do capital a todos, mas fazer o ser social internalizar um modo de vida em prol da lógica do lucro (de alguns).

Para isso, mecanismos de precarização promovidos pela Reforma Trabalhista são transformados em atraentes ideias - como ocorre no caso da implantação do MEI (Microempreendedor individual). Com o discurso de legalizar o trabalho informal, de

diminuição da burocracia, promoção da democratização e fornecimento de “segurança” e estímulo ao público que queira investir em seu “pequeno negócio”, bastam poucos passos para cair na ratoeira da flexibilidade individualista. Em tese, é fácil sair da informalidade, das amarras dos contratos de trabalho e sentir-se um empresário. Um processo que é resolvido totalmente online, sem muitas exigências, com estímulo e legislação simplificada.

O empreendedorismo expresso pelo MEI (um dos pilares da atual legislação) é, como discutiremos adiante, uma das colunas da lógica empresarial - individualista e flexível - promovida pelo avanço neoliberal dos últimos anos. A lógica do “eu-empresa” passa a permear todas as relações sociais, todos os campos passam a ser “empresariáveis”. O empreendedorismo, assim, é uma das armas mais potentes e frequentes para a moldagem do ser social almejado pelo capitalismo; para a composição do indivíduo que internaliza seus princípios.

Como Colbari (2015) recorda, há uma reificação do princípio empreendedor na sociedade hodierna. Ocorre uma associação de tal prática a uma cadeia de virtudes, ainda que a relação entre altas taxas de empreendedorismo nem sempre seja ratificada pelas cifras indicativas de padrões de prosperidade e de bem-estar das sociedades:

Os relatórios anuais da ONG americana – Global Entrepreneurship Monitor (GEM) – mostram que a alta taxa de empreendedorismo aparece também nos países mais pobres, carentes ainda da estabilização do crescimento populacional e de um patamar razoável de afluência. Nesse contexto, é comum a motivação para empreender não estar associada a uma vocação para o mundo dos negócios que facilite a percepção tanto de promissoras oportunidades de geração e aumento de renda quanto de perspectivas de autonomia e liberdade no trabalho (COLBARI, 2015, p. 173).

Nota-se, pois, que o discurso libertador do empreendedorismo é, na verdade uma falácia. Uma arma da flexibilidade e da individualização do ser social para fragilizá-lo e gerar mais lucros ao grande capital. No bojo das novas possibilidades não rígidas, o que se observa é que empresas têm se aproveitado da nova legislação não para gerar novos empregos (como prometido), mas para “adequar” postos antigos às suas necessidades. Escolas e universidades privadas, por exemplo, “contratam” docentes a partir da MEI, ou acordam a mudança contratual com seus professores, a

fim de que todos paguem menos impostos, em prol da “saúde” financeira das instituições. Profissionais da saúde, como médico, enfermeiros e fisioterapeutas, trabalham em diversos municípios sem o amparo da CLT. São “pejotizados” para melhor adequarem suas escalas (como quiserem) e sua contabilidade fiscal. Profissionais como porteiros e auxiliares de limpeza, que “onerariam” os caixas dos condomínios (com sua proteção trabalhista e suas escalas rígidas) não são mais funcionários, e, sim, empreendedores que trabalham de maneira intermitente: possuem suas próprias empresas, prestam serviços em suas respectivas áreas, atendem à dívida de um chamado, a um novo tipo de servidão, como mencionaria Antunes (2018). Cabe-se, em adição, recordar que o trabalho plataformizado, há pouco discutido, irá também aproveitar-se de tais ensejos.

Nesse sentido, em tempos pandêmicos que sucederam cronologicamente os atos da Reforma Trabalhista brasileira, o teletrabalho tornou-se uma constante. Passado o auge da enfermidade provocada por coronavírus, a terceirização e o home-office passaram a ser ainda mais normalizados, também impulsionados pelas alterações legislativas. Conforme Krein *et al.* (2018) reafirmam, o espaço de trabalho se diluiu no espaço da casa, da família; da cidade. Os autores recordam que o processo de terceirização se aproveita dessa confusão de tempo e espaço na vida do trabalhador, fazendo uso da força de trabalho para reorganizar a produção. Após o isolamento social obrigatório durante a pandemia para conter o avanço da COVID-19, empresas de diversos ramos continuaram adotando a flexibilidade horária, a individualização e as possibilidades de contratação de imigrantes digitais para o teletrabalho. O retorno ao grupo, ao escritório, à estrutura corporativa “rígida” não ocorreu. Prédios alugados foram devolvidos, o mobiliário foi vendido, os gastos de infraestrutura foram drasticamente reduzidos e diluídos entre os funcionários que devem arcar (com exceção de compensações financeiras muitas vezes ínfimas) com grande parte do custo. Uma questão de unir o útil ao agradável.

Como Costa (2020) recorda,

no mundo do trabalho, há elementos suficientes para afirmar que a pandemia chega para acelerar o processo de desfiliação em curso, forçando o ethos empreendedor também para celetistas e funcionários públicos, obrigados a incorporar em suas rotinas tecnologias de autogerenciamento desenvolvidos para a viabilização do home office em larga escala. Corriqueiras no setor privado, formal e informal, a

ascensão dessas ferramentas indica que parece não haver mais lugar seguro onde tempo de trabalho e tempo de não trabalho possam estar separados (COSTA, 2020, p.2).

Krein *et al.* (2018) argumentam que existe a afirmativa de que a flexibilidade proveria ao trabalhador uma maior autonomia com relação à organização geral da vida. Não obstante, o que se observa é o inverso:

[...] há pressão continuada do processo de trabalho sobre o trabalhador, por meio das metas a serem cumpridas. O ritmo da vida é ditado a partir da centralidade do trabalho e da intensidade da sua cobrança. O trabalho pouco qualificado e pulverizado em múltiplas unidades (por vezes pequenas oficinas) pressiona o trabalhador para se manter inserido no mercado e, até mesmo pela dificuldade de fiscalização dos órgãos competentes, (KREIN *et al.*, 2018, p. 111).

Para os autores, esse contexto alimenta o descumprimento de leis trabalhistas e outras relações. Distante do radar institucional, o trabalhador torna-se, muitas vezes, um não beneficiário da proteção social característica do trabalho formal, recordam.

Krein e Oliveira (2019) asseveram que as inovações legislativas reformistas, ao invés de fortalecerem ou ampliarem a formalização de contratos de trabalho (como anunciado), têm, na verdade, ratificado e formalizado práticas históricas do mercado de trabalho, dentre as quais se destacam a informalidade e a ilegalidade como estratégia calculada pelos empregadores como arma para fugirem de um contexto de “crise”. Prevalece, então, a busca pelo menor custo (direitos trabalhistas são vistos como despesas onerantes). Segundo os pesquisadores,

apesar da demanda empresarial por inovações legislativas, o que prevalece é a busca de um menor custo com o trabalho pela via preferencial da informalidade/ilegalidade. O problema é que esta opção tem implicações negativas na proteção social dos ocupados e na possibilidade de constituição de um padrão civilizado de relações de trabalho. (KREIN; OLIVEIRA, 2019, p. 111).

Vemos, pois, contratos flexibilizados, redução de direitos e garantias por parte do empregador, adaptação “forçada” e continuada ao teletrabalho, estímulo ao “empreendedorismo”, prevalência do negociado sobre o legislado: uma astuta combinação em prol do capital, capitaneadas pela individualidade e pela flexibilização. Categorias neoliberais que passam a intensificar-se no labor cotidiano, que como visto, é nevrálgico para a formatação do indivíduo, ocupa a centralidade das relações

sociais. Categorias que, nessa tarefa de “conquistar a alma” também atacam a educação, as comunicações e suas noções de verdade, além da própria constituição do indivíduo.

Como ainda recordam Krein e Oliviera (2019), a falácia da Reforma Trabalhista, que pregava gerar mais empregos, vem à tona, pois

o retrato mais fiel da realidade do mercado de trabalho está na taxa de subutilização da força de trabalho, que englobava mais de 28,5 milhões de pessoas, em maio de 2019, sendo mais de 1,2 milhão maior do que no momento em que a Reforma entrou em vigência. (KREIN e OLIVEIRA, 2019, p.124).

Conforme ainda destacam os pesquisadores, a geração de ocupações promovida pela reforma é concentrada (em quase todos os seguimentos laborais) em postos de trabalho mais precários, incluindo diversas formas de subocupação, assalariamentos com e sem carteira e trabalho por conta própria.

Além da geração de ocupações insuficientes e mais precárias, a informalidade/ ilegalidade continuou avançando, com aproximadamente 40 milhões de ocupados nessa condição no começo de 2019. Vale sempre destacar que as ocupações geradas no último período são condizentes com a falta de dinamismo econômico, de modo que parte do trabalho por conta própria é resultado da iniciativa do próprio trabalhador para sobreviver frente à ausência de empregos protegidos (KREIN ; OLIVEIRA, 2019, p.124).

Rigoletto e Páez (2019) recordam as similitudes das reformas trabalhistas de cunho neoliberal aplicadas em diversos países. Para os autores, ao analisarem-se os resultados desses processos no território Europeu e na América Latina, não restam dúvidas de que o que salta aos olhos são as deteriorações das condições de trabalho, “[...] um processo que se manifesta por meio de oportunidades cada vez mais escassas de se encontrar um emprego seguro, decente e bem remunerado (RIGOLETTO; PÁEZ, 2018, p. 187).

Os autores destacam, por exemplo, que no caso alemão, o “milagre do emprego” deu-se a partir da ampliação de contratos atípicos e pela ampliação do trabalho em regime de tempo parcial.

Mais de 60% de todos os empregos criados entre 2000 e 2015 podem ser considerados atípicos (contratos temporários, duração determinada, pequenos serviços ou meio período). Em 2010, os dados mostravam que, no total do emprego alemão, a parcela dos contratos atípicos atingia 23,3% (RIGOLETTO; PÁEZ, 2018, p. 188).

Como asseveram os pesquisadores, ao longo do período inicial da reforma trabalhista flexibilizadora alemã, efeitos nocivos foram vistos quanto à ampliação da desigualdade salarial, ampliada de forma acelerada. Tal fato prejudicou principalmente o quintil mais baixo da distribuição de renda, conduzindo a uma queda na média dos salários. Não obstante, os autores recordam que trabalhadores de maior qualificação também foram afetados pelos contratos atípicos. Rigoletto e Páez (2018) concluem, assim, que a reforma alemã para as relações de trabalho forçou empregados e desempregados (agora sem saída, em virtude da nova legislação) a aceitarem ou manterem empregos precarizados. Uma realidade que acentuou a situação da desigualdade salarial, como também os casos de contratos atípicos. Como se sabe, *cases* internacionais conduzem o pensamento de diversos atores políticos das periferias, que glamurizam ações de países mais desenvolvidos, importando-as indistintamente. Não seria diferente com a Reforma Trabalhista. Inspirados no pensamento neoliberal que, como visto no capítulo inicial, abrange grande parte do globo, as “atualizações” das regulações do trabalho foram trazidas ao Brasil. Junto a elas, chegam também seus resultados perniciosos para a classe-que-vive-do-trabalho, como os mencionados há pouco.

A reforma da legislação trabalhista brasileira (que, como visto, é artilosa e falaciosa para o trabalhador e ineficaz em seu propalado objetivo de criar mais empregos), foi promulgada pelo governo de Michel Temer (maio de 2016 a dezembro de 2018), apesar de já apresentar seus indícios em governos anteriores. Como Guerra e Camargos (2021) recordam, o impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff abriu caminho para tal debate, oriundo da década de 90. Após a “saída” de Dilma, o ambiente e as condições políticas foram os adequados às alterações profundas do papel do Estado na regulação do mercado e das relações laborais, ganhando prioridade na agenda governamental, recordam as autoras. Mais exemplos perniciosos a serem analisados criticamente.

3.8.1 O governo Jair Bolsonaro e o acirramento das reformas flexibilizadoras

A gestão Bolsonaro (2019-2022), subsequente ao governo de Michel Temer (que implantou, efetivamente, a Reforma Trabalhista brasileira), buscou, a todo custo, aprofundar o assoreamento dos direitos do trabalhador, enfatizando o discurso da

modernização, do barateamento de custos e da dinamização da economia, recordam Guerra e Camargos (2021). Vemos, pois, que a flexibilidade das relações e práticas, acompanhada da exacerbação do individualismo, estavam traduzidas na palavra “liberdade” que tal gestão, declaradamente neoliberal, carregava em seu discurso.

Guerra e Camargos (2021) relembram que teóricos críticos asseveravam, baseando-se nas ocorrências internacionais, que as melhorias nos índices de desemprego e a redução da informalidade não dependiam exclusivamente das propaladas alterações legislativas flexibilizadoras. Para que tal objetivo fosse cumprido, seriam necessárias diversas medidas articuladas no âmbito das políticas públicas, o que não se observava no contexto que aqui discutimos.

A despeito de tal análise, a gestão Bolsonaro, conforme compromissos assumidos em sua base eleitoral do mercado e do setor produtivo, seguiu rumando na direção de implantar no país uma política de ampla flexibilização legislativa com vistas ao menor controle das atividades econômicas nacionais, destacam Guerra e Camargos (2021). Seguiu-se na tarefa de transferir para “[...] agentes do mercado e indivíduos parte da regulação das relações e condições de trabalho e dificultaram sobremaneira o acesso da população aos direitos previdenciários” (GUERRA; CAMARGOS, 2021, p. 304).

As autoras recordam que as diversas propostas do governo bolsonarista, com vistas a retirar a mão estatal do “cangote” do mercado e de seus empresários, significavam, na verdade, agudizações da reforma trabalhista já implementada, valendo-se, inclusive do cenário desolador da pandemia para a concretização de seus objetivos.

Ainda que não bem-sucedidas, diversas propostas foram feitas sob MPs (medidas provisórias), como a tentativa de dificultar ainda mais a ação estatal (barrar o desconto em folha da contribuição sindical – que já não era obrigatória) e a tentativa de criação de uma modalidade de trabalho à margem da CLT (chamada “contrato verde e amarelo - sob o pretexto de estimular o primeiro emprego para jovens, com menores encargos), recordam Guerra e Camargos (2021).

As pesquisadoras apontem que a panaceia que permitiria a retomada do crescimento e do emprego eram um engodo. Os principais indicadores econômicos

do país ao longo do governo Bolsonaro, mesmo considerando-se a travessia de um duro contexto pandêmico, estão longe de ratificar os argumentos apresentados pela equipe governamental. Em suma, as autoras recordam que as mudanças aplicadas na legislação do trabalho

são arranjos imediatistas que não resolvem, de forma sustentável, os problemas que se propuseram a inventar. Ao contrário, podem até agravá-los. Desacompanhadas de medidas de estímulo à retomada do crescimento econômico, elas poderão ter efeitos inversos aos alardeados pelos seus defensores, devido a seus impactos depressores sobre a renda, o consumo e o financiamento das políticas públicas (GUERRA; CAMARGOS, 2021, p. 314).

Guerra e Camargos (2021) defendem que a reforma trabalhista, além de interagir de forma negativa ao trabalhador com a reforma previdenciária (também realizada pela gestão em pauta e que dificulta o acesso à Previdência Social), apresenta a tendência de acentuar traços estruturais perversos do mundo do trabalho: o desemprego, a informalidade, além da rotatividade (crônica e elevada). “A insistência cega no caminho fiscalista, rechaçada até por insuspeitos organismos internacionais, condenará o país a uma crise social sem precedentes” (GUERRA, CAMARGOS, 2021, p. 315). Assim, o mundo do trabalho distante da rigidez, com relações livres, meritórias, passíveis de negociação, adaptáveis e individualizadas, são, em verdade, uma prisão para a classe-que-vive-do-trabalho. Fazem parte de resoluções do sistema capitalista, que, sob a égide neoliberal, avança na lógica do lucro a todo custo. Um pensamento que acentuará e ditará, ainda mais, a sua lógica (com vistas à “moldagem” do indivíduo a seu modo) a outro setor nevrálgico da sociedade: a educação

4 A EDUCAÇÃO SOB O ATAQUE DA FLEXIBILIDADE E DO INDIVIDUALISMO NEOLIBERAIS

4.1 A escola e a sua função social: um breve histórico

Ao nos questionarmos sobre as transformações sociais promovidas pela aplicação das ideias neoliberais e ao refletir sobre as mudanças que esse pensamento promove nos sujeitos, além de discutir sobre a realidade do mundo do trabalho, como há pouco fizemos, é peremptório, também, discutir sobre como tal ideário atua no âmbito da educação, nevrálgico setor da sociedade.

Veremos, pois, que as categorias flexibilidade e individualismo também são, nesse campo, intensificadas, a fim de atender (em diversos âmbitos) a interesses do capital. Na educação, o pensamento neoliberalista também potencializa as categorias mencionadas, principalmente em tempos cuja busca para a resolução de sua “crise” e a avidez pelo aumento de suas taxas de lucro torna-se latente. Nos tempos em que, de maneira escancarada, ocorre a mercadorização de tudo, a educação não é deixada ao léu.

Nesse sentido, há que se recordar que

Analisar a sociedade e suas transformações no processo histórico é um passo importante na compreensão da organização da escola, sua função e sua relação direta com o público. A escola não é uma instituição verdadeiramente autônoma, ainda que o discurso oficial diga o contrário, sendo fortemente influenciada, ou subjulgada, pelos poderes exercidos pela classe dominante, que compõe, em sua grande maioria, os representantes políticos (BRANCO *et al.*, 2018, p. 27).

Assim, nessa empreitada de compreender a relação da educação, ao longo das transformações do capital, valemo-nos, inicialmente, de um retrospecto histórico acerca do papel social da escola, vislumbrando essa como local de legitimação do saber institucionalizado. Como Saviani (2013) relata, a necessidade do homem de produzir sua existência é o que caracteriza esse espaço. Lembramos, pois, do pensamento de Marx (1985) ao comparar a atividade de uma abelha, ao fazer a complexa engenharia de sua colmeia, e a atuação de um arquiteto na execução de uma edificação. Já a aranha, com maestria, realiza atividades semelhantes à de um tecelão.

Guardadas as proporções, ambos são trabalhos robustos e minuciosamente realizados. Não obstante, apenas a ação do homem é planejada, raciocinada. O homem, assim, distingue-se dos demais seres da natureza, não se adaptando à realidade dela, mas adaptando-a às suas necessidades, como relembra Saviani (2013). Desse pensamento, constrói-se a ideia de que o trabalho define a existência humana, pois é por meio dele que o homem atua sobre a natureza, ajustando-a às suas necessidades, como ressalta o pensador. Além disso, o pesquisador assevera que é nesse processo que surge a educação, já que, a princípio, a atuação do homem sobre a natureza ocorria de forma coletiva e a educação está engastada a esse processo. Assim, a princípio, o processo educativo ocorria de maneira concomitante ao trabalho e de maneira comunal. No chamado comunismo primitivo, “os homens produziam sua existência de forma coletiva, ou seja, apropriavam-se em comum dos elementos necessários à sua existência. Os meios de produção da existência eram, pois, de uso comum” (SAVIANI, 2013, p. 81).

Sem embargo, surge, posteriormente, a classe dos proprietários de terra, dotando essa (que era um meio essencial de produção) de um caráter privado. Esses proprietários colocavam os demais (não detentores do meio de produção) para trabalhar – um *modus operandi* que está presente no sistema de produção antigo (ou escravista) e no modo de produção feudal, destaca Saviani. Ademais, “propicia o surgimento de uma classe ociosa, que não precisa trabalhar para sobreviver porque o trabalho de outros garante também a sua sobrevivência” (SAVIANI, 2013, p. 81). Aí está situada a origem da escola.

O pesquisador recorda que o termo, em grego, traz esse sentido etimológico: lugar de ócio, destinado àqueles que tinham o lazer a sua disposição, que não necessitavam trabalhar para sobreviver, que possuíam tempo livre a ser ocupado: algo que se traduzia na “escola”, destaca Saviani (2013) Além disso, o *otium cum dignitate* (ócio com dignidade) foi evidenciado ao longo da Idade Média – uma maneira digna de ocupar o tempo livre, relembra o pesquisador. Semelhante acepção possuía o termo *ginásio* - esse era o local para a ginástica, para os jogos, para o lazer daqueles cujo tempo livre estava disponível.

Nesse contexto, uma pequena classe de proprietários estava configurada, ao lado de um grande contingente de não proprietários. Desse modo, a principal forma de educação continuava residindo no trabalho. A grande massa educava-se na vida,

por meio dos processos de trabalho. À escola era destinado um papel secundário e restrito. A partir do trabalho na terra, os não proprietários classe desse meio de produção garantiam sua própria sobrevivência e a dos seus senhores, além de também se educarem.

Eles aprendiam a cultivar a terra cultivando a terra. E esse trabalho fundava determinadas relações entre os homens através das quais eles construíam a cultura e, assim, instruíam-se e formavam-se como homens. A maioria, portanto, educava-se pelo trabalho; só uma minoria tinha acesso à forma escolar de educação (SAVIANI, 2013, p. 82).

Segundo as reflexões de Saviani, em virtude da atividade mercantil e do deslocamento da terra como meio primordial de produção, ocorre um acumular de recursos: os meios de produção passam a possuir a forma de capital. Configura-se a sociedade moderna, também nomeada de burguesa ou capitalista. O eixo da produção é, pois, deslocado, recorda o autor: vai do campo à cidade, da agricultura para a indústria. Uma nova classe desponta como dominante: a burguesia. Não obstante, diferentemente às classes que dominavam o topo das relações sociais anteriormente, a nova “elite” não era um grupo social ocioso. Os burgueses constituem uma classe empreendedora, ativa, voltada à produção constante, buscando a reprodução e a ampliação do capital. Há, assim, uma revolução nos meios de produção, como classifica Saviani (2013).

A burguesia, então, “passa a conquistar cada vez mais espaços, a dominar a natureza através do conhecimento metódico, e converte a ciência, que é um conhecimento intelectual [...] em potência material, por meio da indústria” (SAVIANI, 2013, p. 82). É nesse quadro que as cidades despontam como *locus* fundamental para as relações sociais. Invertem-se os papéis: a lógica da Idade Média, na qual o campo regia a cidade, é alterada. As cidades passam a ser preponderantes. É a indústria que assume a batuta da agricultura, relembra o autor. É nesse momento que o conhecimento intelectual se torna uma necessidade geral:

a cidade é uma construção artificial, as relações sociais aí já não são mais naturais; as relações em que o social predomina sobre o natural, em que o contrato estabelecido entre os homens predomina sobre as formas consuetudinárias que predominavam anteriormente. Portanto, ao direito natural sucede o direito positivo (SAVIANI, 2013, p. 82-83).

Como consequência das condições de vida da cidade e das novas relações socio-laborais, o imperativo da intelectualidade, o letramento, a expressão escrita, o

saber institucionalizado tornam-se generalizados, relembra o teórico. A universalização da escola básica vai ser posta como uma exigência: conhecimentos básicos e o saber associado ao código escrito assumem uma importância essencial. Nas palavras do autor,

Com o advento desse tipo de sociedade, vamos constatar que a forma escolar da educação se generaliza e se torna dominante. Assim, se até o final da Idade Média a forma escolar era parcial, secundária, não generalizada, quer dizer, era determinada pela forma não escolar, a partir da época moderna generaliza-se e passa a ser a forma dominante, à luz da qual são aferidas as demais (SAVIANI, 2013, p. 83).

Nas palavras de Laval (2019), ainda que a criação de uma instituição direcionada à democratização do saber não tenha tido como objetivo primordial a formação para o labor (mas sim o fomento de burocracias político-religiosas), ao longo das transformações do capitalismo ela se direcionará na direção da formação para o trabalho - fato que se impulsiona a partir da Revolução Industrial, em virtude da demanda qualificada para a indústria e para a administração pública. Para o autor, nas mudanças do capitalismo, ao menos parcialmente, residem as mudanças das reformas da escola.

Em um percurso histórico, o pesquisador destaca três momentos: uma época de integração do indivíduo (nos âmbitos moral, político e linguístico); um momento cujas necessidades industriais ditaram os objetivos da instituição escolar; e o período hodierno, marcado pela sujeição total ao mercado, o qual analisaremos adiante sob a lente da flexibilidade e da individualidade neoliberal.

Como exemplo das transformações escolares ocorridas em seu país, Laval (2019) destaca segunda metade do século XIX: carreiras, departamentos e estabelecimentos seriam criados (paralelamente ao ensino clássico) para elevar o nível da mão de obra, “fabricando” executivos para as demandas comerciais e industriais. Todavia, apesar do avanço dessa via profissionalizante da educação ter sido potencializado no período entreguerras, a orientação prevalente na escola, durante muito tempo, foi a lógica político-cultural.

Sobre o período no qual o compromisso do Bem-estar Social esteve fortemente presente, o autor francês ressalta o crescimento vertiginoso do sistema escolar, imperando a lógica da quantidade (em número de matriculados e em investimentos financeiros). Um período marcado pelo desejo de condições igualitárias para todos “e

pela orientação mais clara e direta do aparelho escolar pelo sistema reprodutivo” (LAVAL, 2019, p. 34). Sobre esse momento, Teodoro (2011) recorda a presença da tentativa de concretização do ideal social-democrático. O vislumbrar de uma escola que acolhesse a todos, sem pensar em classe socioeconômica, etnias ou divergências culturais, torna-se latente. Uma escola que trouxesse oportunidades de promoção socioprofissional e cultural.

Nessa perspectiva, a escola era entendida para além de sua visão modernizadora e de pilar de desenvolvimento, como instância de integração e de ascensão social, mesmo que, como mostraram muitos trabalhos de sociologia ad educação, seus efeitos não fossem precisamente esses. Utilizando categorias de Habermas, essas políticas combinavam um princípio regulador com a afirmação de um princípio emancipador, herdeiro do projeto iluminista de construção de um *homem novo* e do ideal igualitário da Revolução Francesa. O conceito de *democratização do ensino* e as políticas públicas a ele associadas representam bem esse consenso, que foi dominante no discurso público e político até o final dos anos 1970 (TEODORO, 2011, p. 132).

Ainda trazendo a realidade de seu país à guisa de exemplo, Laval (*op. cit.*) recorda que ao longo do período há pouco mencionado, verifica-se o ímpeto de “fornecer trabalhadores qualificados em número suficiente à indústria francesa e de formar futuros consumidores capazes de utilizar os produtos mais complexos fabricados pelo sistema industrial” (LAVAL, 2019, p. 34). Já em tempos contemporâneos, o pesquisador arrazoa que o ensino, em várias etapas tornou-se “uma verdadeira indústria de massa, só pode ser descrito sistematicamente com ajuda de categorias econômicas” (LAVAL, 2019, p. 34).

Em suma, a escola, ao longo do tempo, “tornou-se um espaço central de integração social e de formação para o trabalho” (TEODORO, 2011, p. 11). Em um curto tempo, ela passa de um restrito domínio da vida familiar ociosa e ganha relevância primordial nos debates sociopolíticos, relembra o autor.

Embora não seja o único local de construção educativa, a escola se massifica e se altera ao longo dessa missão. A exigência geral do ensino, para Teodoro (2011) significa que a instituição escolar abarcará todos os jovens, com dificuldades ou não de aprendizagem, deverá receber também aqueles conflituosos ou agressivos, os jovens das culturas marginalizadas. Tornar-se-á necessário transladar à escola todos os problemas sociais, os quais se transformam, também, em problemas escolares. A

escola para todos se converte em uma realidade plural, de difícil compreensão e convivência. Uma equação de difícil resposta.

Acompanhando o contexto social de mundialização do capital e da expansão do pensamento neoliberal, Teodoro (2011) recorda, com a aproximação do século XX, a solidificação de um novo senso comum presente no discurso e nas políticas públicas de educação. Acirra-se a redução de uma visão diminuta de democracia, agarrada a práticas de consumo e de cidadania, bem como amplia-se a noção de um individualismo possessivo, de um medo do outro, que como discutido nesse trabalho é, realmente, uma das armas para as práticas em pauta. Para Apple (2000), esse modo de educar à direita com o transferir da lógica do mercado para o cerne do processo, visa o verdadeiro reinado da “liberdade”, que aqui analisamos como a categoria flexibilidade. A educação passa, pois, a ser regida pelos objetivos do mercado.

4.2 A educação neoliberal: a escola da flexibilidade e do individualismo em prol do mercado

Conforme Suárez (2013) anuncia, no campo crítico da epistemologia educacional há um acordo em considerar as políticas educacionais de viés neoliberal como integrantes a um projeto de poder e de reconversão econômico-social empreendido por grupos de poder no mundo capitalista contemporâneo. O pensamento em questão, já aqui caracterizado, põe-se, na visão de Frigotto, “como alternativa teórica, econômica, ideológica, étnico-política e educativa à crise do capitalismo” (FRIGOTTO, 2013, p. 75). Mostra-se uma alternativa delirante derivada do pensar em uma razão única, a qual traz o prognóstico do *fim da história*.

Com base em Jameson (1994), o autor recorda que essa alternativa culmina em uma maneira de apreender a realidade caracterizada pela fragmentação, capilaridade e *individualismo*, estendendo uma crença de que uma mudança sistêmica e global da sociedade, uma transformação na estrutura social do mundo, é impraticável; impossível. Isso significa a perpetuação da ideia de que esse *status quo* é o correto e inevitável.

Conforme Carnoy (2002) recorda, a maioria dos países, que no presente momento encontram-se em desenvolvimento, tem conduzido seus sistemas educativos, em resposta à mundialização do capital, a partir de reformas de natureza

financeira, focadas na lógica da competitividade – o que sabemos ser característica do mundo empresarial. Trata-se do mundo globalizado que promove a mercadorização de tudo. A educação está, pois, aí inserida (e com destaque), dada sua importância social na formação da subjetividade coletiva, cujo pensamento neoliberal tenta moldar sob seu viés.

Seguindo as ideias de Laval (2019), percebemos que as mudanças no capitalismo, como a que aqui discutimos, conduzem à explicação (ao menos parcial) das reformas educativas em curso. Como define o autor,

Escola neoliberal é a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico. **Não é a sociedade que garante o direito à cultura a seus membros; são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados cujo rendimento futuro será garantido pela sociedade.** Essa privatização é um fenômeno que atinge tanto o sentido do saber e as instituições que supostamente transmitem os valores e os conhecimentos quanto o próprio vínculo social (LAVAL, 2019, p. 17, destaque nosso).

Como consequências desse momento de avanço neoliberal nas políticas educativas em meio ao processo de financeirização e mundialização do capital, Teodoro (2011) destaca a concretização clara de políticas de privatização em diversos setores públicos (incluindo a educação).

Além de serem balizadas pelo crivo do Estado mínimo, as políticas educacionais desse momento reafirmam a todo momento que o setor público é sinônimo de crise, ineficiência; privilégios, “mamatas” (como alguns governantes, em linguagem coloquial, costumam dizer). Ecoa, na orientação política do neoliberalismo, um discurso de escola pública fracassada e em crise, como resultado da incompetência do Estado para a administração do bem comum (Branco *et. al.* 2018). Uma crise projetada, para a qual se conclama uma maior ação da iniciativa privada, uma ação das leis do mercado, ressaltam os autores.

Daí emana a necessidade de zerar direitos conquistados, como a estabilidade do emprego público e o direito à educação, submetendo-os à regência do mercado. O Estado mínimo, também na educação, seria sinônimo de Estado eficiente e necessário, um hiperônimo para um gestor, mas cujos interesses seriam unicamente a reprodução dos interesses do capital, recorda Frigotto (2013).

Segundo Laval, a partir da lógica privatista e de mercado do Estado mínimo, as reformas econômicas passam a ser cada vez mais guiadas pela égide da competição econômica, apresentando padronizações de objetivos, controles, *rankings*.

A partir dos anos 1980, surge uma concepção ao mesmo tempo mais individualista e mais mercadológica da escola. Essa nova fase corresponde à desestruturação da sociedade industrial que os economistas chamam de 'fordista' e de seu padrão característico de empregos (LAVAL, 2019, p.37).

Como se nota, a escola, em meio às transformações do trabalho, que tendem à flexibilidade neoliberal exigida pelo mercado, também rumo à individualização e à flexibilidade. O papel tutelar do Estado educador é posto em xeque, a escolha das famílias é estimulada, fomenta-se a dessetorização do ensino mediante o ranqueamento e as distintas maneiras de responsabilizar o indivíduo, assevera Laval (2019).

O individualismo, que Teodoro (2011) nomeia de *o medo do outro*, ecoa na dimensão social e cultural. Novas formas de exclusão se materializam, tornam-se triviais nos processos avaliativos, nos rankings e classificações. A meritocracia marca presença, destaca o pesquisador português. Segundo Suárez (2013), as mudanças educacionais sob o contexto elucidado transformam o aparato escolar, produzindo um novo ordenamento político-econômico que exige uma mudança cultural.

Esse novo ordenamento possui como ferramenta dissolver as representações ancoradas no imaginário social, as conquistas coletivas oriundas de anos de lutas, a partir da democratização da vida social e política. Tudo isso ocorre com vistas a fortalecer o interesse individualista, a enfatizar o planejado medo do outro. Potencializa-se a competição selvagem entre instituições e indivíduos, com vistas ao lucro indiscriminado que o mercado promete, mercado esse entregue ao seu próprio julgo. Uma mudança que não é automática, tampouco mecânica, destaca Suárez (2013), requer um projeto, uma mudança profunda nas formas culturais pelas quais o homem passa a ler a sociedade e atuar politicamente. Aí atuam os neoliberais, promovendo, a partir das noções de flexibilidade e individualismo, um projeto de mudança cultural e ideológica estratégica que formata o ser. Um processo que, como já pontuado, visa "moldar a alma", cooptando o ser social a "jogar no time" do capital. Um processo contra a crítica, visto como basilar para o neoliberalismo,

[...] sobretudo se é levado em conta que os processos de luta e as conquistas obtidas constituíram o fundamento e o cenário para a

formação de identidades e coletivos sociais que, em algumas ocasiões, chegaram a questionar o sistema de dominação pública, e, em outras, até o próprio ordenamento social e econômico, evidenciando suas contradições, injustiças e arbitrariedades (SUÁREZ, 2013, p. 242).

Conforme o autor elucida, com o objetivo de impor a sua conservadora modernização, os neoliberais precisam eliminar da memória geral todo o processo de construção social coletiva, o que perpassa o apagar das noções democráticas de cidadania, bem comum, solidariedade, igualdade e direitos sociais. Isso ocorre, pois

[...] os conteúdos e valores associados a elas constituíram ancoragens simbólicas eficazes para a conformação material de atores sociais com força de negociação (partidos políticos, sindicatos, movimentos cívicos) e capacitados para produzir de maneira autônoma categorias e conceitos mediante os quais pensar, nomear, julgar e atuar na sociedade e no mundo (SUÁREZ, 2013, p.242).

Ou seja, vemos que, para a doutrina em pauta, é preciso rever nos seres toda noção de coletividade, é preciso moldar o ser para seguir os preceitos do homem empresa, uma atividade para a qual a educação se mostra um meio ideal.

Para Laval (2019), a nova referência da escola é o trabalhador flexível, não pronto para receber passivamente ordens, mas para adaptar-se - utilizando novas tecnologias, compreendendo novas formas de produção, impondo a si mesmo uma conduta eficiente. Espera-se autonomia, “autodisciplina”, aptidões para realizar trabalhos diversos, e é para isso que a escola precisa atuar. Como destaca o autor francês, diversos são os documentos que versam sobre a necessidade de o ensino munir os estudantes com competências, nas quais vemos expressões do individualismo flexível: adaptabilidade, resolução de problemas em momentos de pressão; trabalho em grupo. Devemos moldar alguém apto a superar as constantes incertezas, as exigências permanentes da vida flexível.

Nesse contexto, vemos, ademais, o derretimento do valor social do diploma. Se a vida é flexível, se o cidadão deve primar pela meta-aprendizagem a todo instante, reinventando-se, conforme a demanda, a relação de equivalência entre um bom diploma e um bom emprego, tão presente na era fordista, parece também arrefecer. Uma relação que, para Laval (2019) é definida como frouxa e imprecisa. O saber institucionalizado, o diploma, é considerado uma forma de rigidez. Essa característica, como já discutido anteriormente, é rechaçada pelos neoliberais em todos os âmbitos do ser social: mais um “ponto” marcado rumo à flexibilidade, ao individualismo.

A partir desses mecanismos, recordam Branco *et al.* (2018), a escola se transforma um aporte para o aparato ideológico e para as necessidades do mercado; inibem-se visões alternativas e que questionem o capitalismo. Uma lógica que, segundo os autores, molda um cidadão solidário e emancipado. Aí atua a flexibilidade: almeja-se um ser pronto para os desafios vindouros, que acesse conhecimentos científicos historicamente construídos, compreenda o mundo a sua volta, seja um homem de seu tempo: culto e transformador. É nesse ser solidário e emancipado que vemos atuar os ingredientes da receita neoliberal sobre os quais nos debruçamos. Esse comportamento esperado é um resultado da poção de individualismo e flexibilidade, que tantos resultados perniciosos produzirá em nome do capital.

Tais características e políticas estarão cada vez mais presentes no meio educativo, a partir da assunção de governos de direita, com caráter voltado ao mercado; promotores de políticas excludentes em prol do lucro. Veremos tal prática a seguir, a partir de dois exemplos latino-americanos, incluindo, aí, processos de nosso país.

4.3 A educação na América Latina: um alvo neoliberal

Para exemplificar a potencialização das políticas neoliberais no âmbito educativo hodierno, enfatizando as categorias da flexibilidade e do individualismo, como propomos neste trabalho, iremos aqui abordar duas experiências neoliberais em países da América Latina, região cuja atuação neoliberal sempre marcou sua presença com tenacidade e na qual estamos inseridos. Tentaremos exemplificar, a partir da realidade argentina e brasileira, o *modus operandi* do avanço neoliberal recente, como pauta para a ampliação da taxa de lucro do capital, como um dos antídotos para a “crise” capitalista recente. Um *modus operandi* que se materializará nos discursos, ações e políticas perniciosas, que perpassam desde a escolha das equipes governamentais gestoras para a educação e rumam a projetos de controle, imposição de práticas pedagógicas acríticas, tentativas de desmonte e descrédito da educação pública.

Nesse sentido, contextualizando-nos historicamente, relembramos, que o Neoliberalismo, aportaria nas terras da América Latina ao fim do século XX. Conforme Brandão (2017) arrazoa, após sua consolidação nos EUA, Europa Ocidental e em

Países do capitalismo avançado (em um primeiro momento), a hegemonia neoliberal parte para áreas do Leste Europeu, (enquanto segunda etapa) e prossegue, encontrando na América Latina da década de 1990 o terceiro grande e ideal espaço para sua implementação.

O autor, ao registrar tal chegada neoliberal ao âmbito latino do Novo Mundo, rememora o seminário *“Latin America adjustment: how much has happened?”*, ocorrido em 1989¹ e que culminaria no chamado “Consenso de Washington”, O consenso, visto como articulação para implementar o neoliberalismo na América Latina, elencava um conjunto de medidas a serem adotadas pelos países da região. Esses receberiam, em contrapartida, a continuidade de financiamentos de instituições internacionais.

Desse modo, a investida neoliberal implementa profundas transformações econômicas na localidade em pauta. Dentre elas, Cerón e Cruz (2012) enumeram (como as mais latentes) o próprio incremento dos fluxos financeiros internacionais e a ampliação dos investimentos estrangeiros diretos, além do aumento das formas de desregulação supranacional do comércio de bens e serviços mediante a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Tais mudanças, frisam os teóricos, vão ao encontro de um processo de reforma estrutural dos Estados latino-americanos - refletido na abertura comercial e financeira, liberdade de mercado, privatização dos serviços públicos e intenso corte do gasto social. Planejados mediante modelos externos à experiência latino-americana, “refletem em si a estrutura desigual e ambivalente dessa sociedade, o que resulta em conflitos de várias ordens” (OLIVEIRA, 2007, p. 359).

Além disso, conforme Cerón e Cruz (2012) pontuam, o avanço neoliberal na América Latina, embora componha um modelo comum que acabamos de demarcar, promove impactos heterogêneos nos distintos países. Assim, considerando o objetivo da presente seção, atemo-nos à conjuntura desse quadro na sociedade argentina e brasileira, a partir de um recorte em que optamos por averiguar a partir de nossas vivências docentes e por meio de um recorte bibliográfico de sua história recente.

¹ Evento organizado pelo “Institute of International Economics”, sediado em Washigton. O seminário reuniu vários economistas da América Latina, componentes de organizações financeiras internacionais (como BID, FMI e Banco Mundial)

Com relação ao primeiro caso, Brandão (2017) recorda a “república da Prata” como um dos exemplos mais radicais de implementação neoliberal na região. Em específico, frisa os dois mandatos de Menem (1989-1999), governante que assumira o poder valendo-se de uma pauta populista, mas que se alinhou prontamente às determinações do Consenso de Washington. O governante argentino, que iniciou seu mandato partir de um quadro político de alta inflação e de instabilidade econômica, buscou solucionar tais questões a partir da adesão, praticamente incondicional, às agendas de reformas postuladas pelas agências internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. A primeira, recorda o autor, era a gestora de grande parte da dívida externa daquele país; já a segunda, financiava diversos projetos relativos aos ajustes neoliberais vivenciados no país na década de 90. Iniciava-se, assim, a guinada do Neoliberalismo na Argentina, junto às diversas contradições e precarizações inerentes a esse pensamento.

No Brasil, as ideias neoliberais tomam força nos anos 80, a partir de uma conjuntura de crise no Estado desenvolvimentista. O governo brasileiro, naquele contexto, buscou planos heterodoxos de estabilização monetária (na contramão das recomendações propostas por organismos internacionais), os quais fracassaram². Tal fracasso enfraquece os defensores do intervencionismo estatal, abrindo, enfim, espaço para a expansão neoliberal no país (Galvão, 2007).

Tais políticas neoliberais, acompanhando a indissociação do binômio trabalho-educação refletem-se, também, no âmbito educativo. Como Cerón e Cruz (2012) recordam, os processos de integração internacional do neoliberalismo, determinam um sistema educativo a eles equivalente, a fim de formar recursos humanos aptos, qualificados e com competência para responder as transformações exigidas pelo capital internacional.

A escola latino-americana, assim, também se metamorfoseou, acompanhando o contexto de reestruturação capitalista, seguindo um receituário de nível global de efeitos catastróficos, como discutido anteriormente. Nos últimos anos, reforçamos o avanço dessas políticas em dois países próximos e líderes na região latino-americana: Argentina e Brasil: realidades que bem nos mostram a atuação do ideário em pauta,

² Planos Cruzado I e II

a partir da ação de projetos e práticas de governo estritamente voltados para o mercado.

4.4 A experiência neoliberal recente na Argentina: o macrismo

Em anos recentes, o início do período conhecido como “kirchnerista” na Argentina - compreendido entre o governo de Néstor Kirchner (2003 a 2007) e de Cristina Fernández (2007 – 2015) – trouxe aos habitantes dessa república sul-americana diversas expectativas quanto a mudanças pós-neoliberais, progressistas, em seu país. Após um conturbado pleito e um início carente de ampla base de apoio e engajamento popular, Néstor Kirchner terminava seu mandato com forte adesão popular, legitimidade, e com apoio de quase todos os governadores, recordam Moreira e Barbosa (2010). Os autores relembram, ademais, que apesar das contradições, a guinada à esquerda da Argentina é vista por muitos como um ansiado modelo de transformação do *status quo* daquele país, em direção a uma nação mais justa, solidária e democrática. Um processo iniciado por Kirchner, ratificado nas urnas, e que o leva a substituído no poder por sua esposa, Cristina Fernández, como forma coletiva de almejar uma continuidade das contestações em questão.

Terigi (2016) recorda que ao início do kirchnerismo, seguinte a vinte anos ininterruptos de governos constitucionais, o presente da educação argentina era marcado pela acentuação das desigualdades e agravamento das condições econômicas em que viviam grande parte da população escolar. O sistema mostrava-se desarticulado e com grandes iniquidades com relação a oportunidades de escolarização e aprendizagens; acentuada heterogeneidade organizacional ao longo das províncias, sem políticas que garantissem resultados comuns, grande seletividade da educação superior, defasagem da educação adulta, inadequada estrutura laboral docente, dentre outros problemas.

A autora arrazoa, então, que o sistema educativo procurava respostas para problemas de longa data. Assim, destacamos que o período Kirchner enfatizou o olhar público da educação como direito, sob responsabilidade principal do Estado em seu desenvolvimento, visando um aporte significativo na melhora da situação educativa.

Em novembro de 2015, após um período de crise no governo Kirchner, marcada por dificuldades no plano econômico e diversas denúncias de corrupção, o

neoliberal Mauricio Macri vence as eleições argentinas prometendo contrapor-se fortemente às propostas aplicadas pela esquerda a ele antecessora. Promete um governo de direita, estritamente voltado ao mercado. Um embate ao progressismo anterior.

Pantaleo (2018) arrola que o *leitmotiv* da proposta eleitoral macrista estava centrado na inovação; na mudança. Seu norte seria demolir o que havia sido construído pela gestão anterior, reinserir a Argentina no cenário mundial, modernizar o país - obtendo o reconhecimento e a anuência das grandes potências globais, as quais são vistas como modelos a imitar.

O governo de Macri se apresenta como revolucionário, como inovador, como o grupo de pessoas capazes de criar algo novo seguindo as normas adequadas para reinserir-se no mundo. Isso no entanto, para um setor político argentino de consciência historicista, nos quais me incluo sem ser peronista, está longe de ser inovador; do contrário, as reformas seguem longos antecedentes e possuem, no mundo, nome e lógica: FMI, potências centrais e a lógica é a financeira (PANTALEO, 2018, p. 168, tradução nossa).

Durante a campanha eleitoral, o então candidato do partido CAMBIEMOS prometera, para a área da Educação, enfatizar o ensino básico, propondo seu desenvolvimento e inovação. Pantaleo (2018) recorda um debate eleitoral às vésperas do pleito presidencial. Em dita oportunidade, Macri mencionou:

quiero proponer también una revolución en la calidad educativa, lo que hicimos en la ciudad que lo pongamos en marcha en todo el país, la computadora de primer grado, el inglés, innovación, diseño creativo, robótica, programación, emprendedurismo en los secundarios. Esa reforma es la que va a permitir que nuestros chicos, no solo aprendan los trabajos del hoy, sino que sean capaces de crear los trabajos del mañana y para eso tenemos algo maravilloso que son nuestros docentes, a los cuales tenemos que apoyar, tenemos que reivindicar, darles el prestigio social, pagarles bien y transformarlos realmente en esos agentes de cambio. Entender que todos tenemos que estar comprometidos con una capacitación permanente. (MACRI, 2015)³.

Após a posse presidencial, Macri nomeia como ministro da educação o político de carreira e ex-ministro da área na Cidade Autônoma de Buenos Aires: Esteban Bullrich. egresso da Licenciatura em Sistemas de uma universidade privada (CAECE), com mestrado em administração de empresas realizado nos EUA, Bullrich formou um

³ Debate transmitido ao vivo.

Vídeo integral disponível na página: <https://www.youtube.com/watch?v=susvCR2CF0M>.

gabinete técnico no qual se destacavam profissionais da área tabaqueira e turística, ou seja, sem experiência em gestão administrativa, como afirma Rodríguez (2017). Pantaleo (2018) também destaca que o corpus escolhido para a pasta era composto por diversos profissionais que, mesmo sem possuir expertise na área, possuíam pós-graduações administrativas (alguns na área de educação) realizados em universidades estadunidenses. Esse *modus operandi* é visto como frequente – um dos marcos da propalada “revolução”. Gestores técnicos, muitas vezes sem capacitação específica, modernos, formados no exterior, voltados ao mercado. Eis o canto da sereia neoliberal.

Como uma das primeiras ações do referido governo, a autora recorda a nova configuração do Ministério da Educação argentino, agora fundido ao Ministério dos Esportes. Na contramão do discurso sobre a redução de gastos, o governo burocratizou a pasta e aumentou o número de secretarias. Não obstante, seguindo o receituário neoliberal, os montantes orçamentários destinados à educação foram reduzidos, um sistema de gestão por avaliação de aprendizagem a partir de provas padronizadas foi instaurado e, em 2016 e 2017, aplica-se um exame nacional, a “Prova Aprender”. Os resultados das provas realizadas pelos alunos denunciavam grande déficit na aprendizagem de línguas e matemáticas e expunham o abismo entre as instituições privadas e as públicas. Conforme noticiado pelo Jornal “La Nación”, Macri qualificou os resultados como “dolorosos”⁴.

Cabe ressaltar que esses resultados “dolorosos” foram expostos, em março de 2017, como uma forma de descredibilização da educação nacional, em meio a enfrentamentos entre o governo e os grêmios docentes em virtude de questões salariais. Conforme o periódico também noticiou, os maus resultados da “Prova Aprender 2016” foram usados para acelerar as propostas governistas para a educação, com planos a longo prazo, alinhamentos e objetivos que deveriam cumprir-se de cinco a dez anos. Nas palavras do presidente, transmitidas pelo periódico: “Estou profundamente preocupado por podermos fazer uma verdadeira revolução na educação, porque hoje estamos falhando em construir um futuro para centenas de milhares de crianças ” (MAURICIO, 2017. Tradução nossa). Como propostas, pautou-

⁴ Conforme se lê em: <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/mauricio-macri-anuncio-resultados-prueba-aprender-nid1996535>

se, por exemplo, a extensão da jornada escolar, mudanças na capacitação docente, melhorias na condição de infraestrutura, dentre outras questões.

Aos negativos resultados das métricas referentes à educação de seu país (vistos como uma forma de ataque e justificativa a ações a serem então aplicadas) adicionou-se uma evasão de responsabilidades do governo neoliberal, destacando o então Ministro da Educação, Esteban Bullrich, que aqueles resultados não estavam associados ao governo macrista (dando a entender como um legado negativo assumido), tampouco ao contexto dos embates docentes que ocorriam durante sua gestão.

Segundo o ministro, a avaliação apenas contribuía com a tomada de medidas, mas havia, como governo uma macro visão. O implementado exame foi rechaçado pelos docentes e sindicatos (públicos e privados), sob argumento de perturbar as condições salariais e laborais.

Conforme noticiado na mídia argentina, o mensurar numérico (típico das políticas neoliberais e seus *rankings*) presente no exame nacional (que focava nas áreas básicas de língua e literatura e era utilizado como balizamento para o governo de Macri) passou a ser questionado por docentes por se tratar de “[...] avaliações estandardizadas que pouco têm a ver com melhorar o sistema educativo” (ALUMNOS, 2019, tradução nossa). Além disso, denunciava-se que “[...]cada vez que difundiram os resultados dessas provas, observou-se uma culpabilização de docentes, alunos e suas famílias pelos resultados” (ALUMNOS, 2019, tradução nossa). Uma lógica meritória neoliberal, que, conforme discutiremos adiante, é realmente falaciosa, não igualitária e proposital.

No âmbito dessa discussão, Pantaleo (2018) aponta, ainda, incursões docentes para aperfeiçoamento nos Estados Unidos. Seguindo tal país como modelo, diversos docentes foram para lá enviados a fim de realizarem cursos de aperfeiçoamento naquele país. A Finlândia também foi um destino e modelo buscado nesse sentido, a partir de viagens de membros diplomáticos da área. Como componente neoliberal, o autor aponta a presença desse reconhecimento e enobrecimento das conquistas alheias, imitação cega de receitas de nações de primeiro mundo e rechaço da herança cultural nacional – um processo chamado por Pantaleo (2018) como incomparável deformação da história educativa argentina.

Quanto a essa negação do sistema educativo nacional, percebe-se ademais, sua desqualificação a partir dos discursos do ministro Bullrich. Em colóquio para empresários, a autoridade nacional disse que o sistema educativo argentino não servia mais, era como uma fábrica de fazer linguças - todas iguais. Esse sistema, disse o ministro, estava obsoleto por criar apenas trabalhadores de uma empresa que executam tarefas repetitivas dia a dia. Formava apenas trabalhadores que usavam os músculos e não o cérebro, e que isso deveria ser mudado. Além disso, destacou certa feita que sua figura não representava a de um ministro da educação, mas sim a de um gestor de Recursos Humanos a serviço do empresariado, relembra Rodriguez (2017).

Conforme dados do jornal argentino Página 12, publicados em maio de 2019, época final do mandato de Macri, o saldo do processo aqui descrito o aporte governamental ao sistema educativo perdeu praticamente um terço de sua participação no orçamento nacional. A paritária federal (utilizada para discutir o piso salarial docente na Argentina) foi eliminada – dando lugar a seguidas greves. O salário inicial de um docente no país perdera 44 pontos frente à inflação crescente (entre 2017 e 2018). Além disso, o periódico aponta que a falta de investimentos refletiu em problemas de infraestrutura nas escolas. A fuga de cérebros, com pesquisadores massivamente deixando o país em virtude dos ataques à ciência também foi amplamente noticiada. Os cortes de investimento em pesquisa, bolsas, faltas de equipamentos (vinculados à taxa cambial do dólar), assolaram a educação do país vizinho. As obras prometidas pelo presidente, anunciando o exponencial aumento do número de salas para a educação básica tampouco foram cumpridas. A educação argentina mostrou-se relegada ao abandono.

O projeto neoliberal de Macri, além de gerar imenso descontentamento e inúmeros protestos docentes, tampouco foi eficaz no campo econômico. As ingerências do Fundo Monetário Internacional não puderam ser cumpridas e a instituição não pôde socorrer o paladino da flexibilidade em terras platinas. Desemprego, inflação, dólar alto, insegurança dos mercados. Em grito de socorro, Macri decretara o controle de preços e medidas de intervenção estatal para acalmar o mercado e a inflação (políticas que sempre combateu e, como neoliberal, criticou): ações que debalde surgiram efeitos econômicos ou eleitorais.

O avanço neoliberal parece contido, enfim, pelas urnas ao final de 2019. O professor progressista Alberto Fernández, alinhado ao governo antecessor, recebe a missão democrática de contrapor os avanços e retrocessos do neoliberalismo aprofundados pelo homem de negócios, Mauricio Macri.

Não obstante, mesmo com a descontinuidade de seu governo, o homem de negócios permaneceu destilando sua influência neoliberal na sociedade argentina. Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, o agora, ex-presidente por exemplo, foi crítico ao isolamento social estabelecido por seu sucessor, Alberto Fernández, além de também rechaçar o fechamento de escolas - um mecanismo que, ao seu ver, cerceava as liberdades individuais, como dito em sua carta nas redes sociais:

[...]O debate sobre as liberdades individuais e a intervenção do Estado intensificou-se e, infelizmente, no nosso país, o pêndulo oscilou para um que limita o cidadão na sua mobilidade, mas também em direitos universais como o acesso à educação.

Estou esperançoso de que, juntos, recuperaremos nossos direitos individuais, detendo um Estado que procura tornar o controle temporário permanente[...]. (MACRI, 2021. Tradução nossa).

Anelando um desejo macrista e direitista e neoliberal de retorno ao poder, como indicam os apontamentos para o próximo pleito argentino, ficam, pois, as questões: É possível a reversão definitiva do quadro há pouco exposto? É possível reconstruir o que foi destroçado pela avidez da flexibilidade total? Desafio aos argentinos e inquietações aos brasileiros, que também, por meio do voto, embarcariam, durante 2019 e 2022, em uma incursão rumo ao reino do Estado Mínimo e seu ávido “moldar social em prol do lucro. Uma aventura que comporia o governo Jair Bolsonaro, e que, apesar de ser repleta de elementos peculiares, mostraria, inclusive na educação, passos característicos semelhantes aos do país vizinho. O *modus operandi* que prima pela “liberdade” flexível e pelo individualismo “egoísta” do eu-empresa estariam, mais uma vez, presentes.

4.5 O caso brasileiro: avanço neoliberal por vias de um golpe jurídico e seu efeito na educação

Conforme Lombardi e Lima (2019) elucidam, na formação social brasileira a processualidade de golpes sempre foi uma frequente: esses sempre estiveram presentes na formação do Brasil republicano.

A eleição do governo de esquerda de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 (após dois mandatos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso - marcados pelo avanço das políticas neoliberais no país) integrou, segundo os autores, um ciclo de governos progressistas orientados por pautas neo-desenvolvimentistas, baseado na aliança entre as classes populares e a burguesia nacional. Tal momento mostrou a tentativa de integrar governos progressistas e movimentos sociais, aliando-se a povos latino-americanos e mostrando-se uma alternativa à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) proposta pelos Estados Unidos, destacando o protagonismo brasileiro em sua região e buscando colocar o país em evidência na economia global.

Ao longo desse período houve uma tentativa de contraste com o pensamento neoliberal clássico, com ganhos na área popular - como aumento dos níveis de emprego, criação de diversas IES federais⁵, projetos de financiamento estudantil, políticas de ações afirmativas para acesso ao ensino superior, erradicação do país do mapa da fome, políticas de transferência de renda para a diminuição da desfiliação (como o Bolsa Família). Houve, ademais, o alinhamento político junto ao bloco dos BRICS⁶ (em detrimento aos interesses norte-americanos).

Não obstante, um verdadeiro caso de *lawfare*⁷ instalou-se pelas elites do país, com o objetivo de barrar o governo de partidos identificados com as classes populares, então vigente no Brasil. Uma estratégia que consistia na “transformação dos processos jurídicos em ‘espetáculos midiáticos’, para que no momento da sentença proferida, corações e mentes tenham sido ganhos pela tese do ‘combate à corrupção’” (LOMBARDI; LIMA, 2019, p.22).

Como parte de tal contexto, um conjunto de investigações da Polícia Federal brasileira, visando apurar esquemas de corrupção e contratos ilegais foi instaurado em 2014 - a conhecida *Operação Lava Jato*. Com apoio da grande mídia nacional e acusações reiteradas a Lula da Silva e diversas lideranças do PT e seus aliados, a imagem do Partido dos Trabalhadores e seu governo foi depauperando-se junto à opinião pública, e, somadas as consequências da crise mundial de 2008, que se estendiam mundo afora e agudizavam-se no Brasil, o segundo mandato da sucessora de Lula, Dilma Rousseff, ruiu em meio a uma manobra jurídica que decretou seu

⁵ IES: Instituições de Ensino Superior

⁶ Grupo de países emergentes, do qual fazem parte: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

⁷ Guerra jurídica, na qual manobras jurídico-legais são utilizadas como “arma” na busca por objetivos

impeachment a partir de denúncias de “pedaladas fiscais”⁸, uma prática comum em governos antecessores, nunca antes contestada. Mais um golpe à democracia do país.

Após a queda do período desenvolvimentista (ainda que não desvencilhado da lógica do capital) de Lula-Dilma, estava aberto o caminho a um novo avanço neoliberal pleno, a partir da assunção de Michel Temer (vice de Dilma) à presidência. Temer era declaradamente defensor das políticas de flexibilização, privatização e do estado mínimo defendido pelo ideário neoliberal. Sob a justificativa de recuperar o crescimento econômico a partir da retomada da confiança do mercado, cortes de gastos no setor público e uma “modernização” da legislação trabalhista e previdenciária no país foram tomadas. Ações que também trouxeram ataques diversos à educação país.

Melo e Sousa (2017) recordam que logo em seguida ao impedimento da presidenta Dilma, ocorrido em 31 de agosto de 2016, as consequências catastróficas da agenda neoliberal de Temer já começaram a se sentir. Houve, prontamente, uma reestruturação do Ministério da Educação, na qual verificou-se uma

realocação ou extinção de recursos de ações pontuais; a recusa no recebimento para audiências dos setores historicamente posicionados em defesa da educação pública; destituição e esvaziamento do Conselho Nacional da Educação e, praticamente, a destruição do Fórum Nacional da Educação – que, dentre suas competências legais, está a coordenação da Conferência Nacional da Educação de 2018, bem como de suas etapas estaduais e municipais, além de outros espaços colegiados democráticos em toda a nação. Uma profusão de mudanças nos marcos legais das políticas educacionais e de seu orçamento está se constituindo, no sentido de tornar irreversível a curto e longo prazo o avanço da privatização da educação pública no Brasil. (MELO; SOUSA, 2017, p. 27)

Já Orso (2019) destaca a escolha de Temer para o cargo de Ministro da Educação, um graduado em administração de empresas, com curso em gestão pública pela Kennedy School (Harvard, EUA) – Mendonça Filho. Mendonça fora um dos críticos mais ávidos às políticas públicas do governo antecessor, liderado pelo Partido dos Trabalhadores, além de ser paladino das privatizações, recorda o pesquisador. Na essência de seu partido, Democratas, um largo histórico contrário à

⁸ Operações fiscais não previstas pela Constituição a fim de aliviar a situação fiscal da União em determinado período, postergando responsabilidades.

democratização e universalização da escola pública e políticas sociais, desde a ditadura militar.

No âmbito do início do Governo Temer, também destacamos (como visto há pouco na experiência argentina) o uso de exames oficiais (provas) para desqualificação da educação pública e como fonte de ridicularizações e ironias aos docentes. Comparando as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de escolas públicas e privadas, bem como se valendo das notas do exame IDEB, Mendonça justificava a falta de excelência, o atraso em relação a outros países, a pauperização da educação pública em relação à privada. Em adição, o governo divulgava a elitização do Ensino Superior no país, como forma de desqualificá-la.

Foi com base nesses dados e sob a justificativa de que a educação está ruim, que estamos atrasados em relação aos outros países e que as escolas privadas apresentam melhor resultado, que o Ministro da Educação, Mendonça filho afirmou que pediria urgência na apreciação do Projeto de Lei no. 6840/2013 para a mudança do currículo do Ensino Médio. Mas, caso encontrasse dificuldades para aprova-la, pediria ao Planalto (presidente) que a fizesse por meio de uma Medida Provisória para garantir celeridade na mudança curricular. Afinal, é urgente “modernizar” e “melhorar” a educação, não é mesmo? (ORSO, 2019, p. 215)

Assim, as aprovadas Reformas Educacionais de Temer (e Mendonça) galgavam-se, estritamente, na égide neoliberal. A Reforma do Ensino Médio e curricular (BNCC) valia-se do aumento da carga horária, em moldes de países desenvolvidos, e maior liberdade do aluno para “escolher” os roteiros formativos de sua vida acadêmica. Currículo enxuto, porém, flexível, moderno, e como mais horas escolares e letivas. Eram essas as propagandas governamentais amplamente divulgadas nas redes de TV em prol do apoio popular às medidas. Afinal, que jovem não gostaria desse ensino? Não gostaria de escolher seu caminho e poder traçar seu próprio futuro? Quem seria contra a “modernização”? Perguntas retóricas que se espalhavam pelo país.

Além disso, o governo neoliberal de Temer apregoa todo seu desprezo à formação docente, ao anunciar que “profissionais de notório saber” estariam habilitados a exercer a docência, rechaçando a capacitação e reflexão científica do professor.

Outro ponto significativo é a proposta de PEC⁹ 241/55 – 2016, que determinava o congelamento dos gastos sociais do governo ao longo dos próximos 20 anos, com base no orçamento de 2016. Uma medida que gerou grande resistência popular, principalmente por parte de estudantes secundaristas, mas que foi aprovada em definitivo no Congresso em dezembro de 2016, com massivo apoio da Câmara dos Deputados. Como resultado, devem estar presentes nas próximas duas décadas, ao menos, uma redução significativa nos gastos com saúde e educação no Brasil, e um grande estímulo ao setor privado das atividades, para suprir a não presença estatal.

Nas palavras de Sanfelice (2019) a PEC 241/2016, “a conhecida PEC do fim do mundo”, constituiu

um tiro de misericórdia em um paciente moribundo. É como tirar da veia o pouco de sangue que ali se encontrava. Se as garantias constitucionais de hoje, para o financiamento da educação, se demonstram distantes das necessidades reais, suspender temporariamente o princípio do gasto mínimo, é ignorar por completo, a agenda do PNE. Por tabela, amplia-se o campo para a privatização do ensino escolar. (SANFELICE, 2019, p. 250)

Além de tais medidas, o ataque neoliberal de Temer à educação ainda contou com forte investida contra a ciência, a partir de cortes orçamentários às instituições e às bolsas de pesquisas. Ganha espaço, também, a partir de proposições de grupos conservadores, o conhecido movimento “Escola Sem partido”, a partir do projeto de Lei 867/2015, um projeto que diz “transformar a escola em um espaço de multiplicidade de concepções e abordagens científicas” (LUCENA *et al.*, 2019, p. 228), mas que na verdade visa a manutenção do *status quo* social, como recordam os autores. Um projeto etiquetado com as premissas de imparcialidade, neutralidade, mas que, na verdade, pretende abolir a criticidade do processo educativo, a crítica social. Um pensamento com bases positivistas, cunho essencial para as sociedades de caráter autoritário, recordam Lucena *et al.* (2019).

Por conseguinte, percebe-se a ascensão de um governo ilegítimo que, em dois anos de mandato - em prol de sua agenda de flexibilizações, diminuição do Estado e controle orçamentário - aproveitou a oportunidade que teve e, novamente, como nos álgidos tempos anteriores ao progressismo de Lula e Dilma, atacou violentamente um dos setores nevrálgicos para a construção da transformação social – a educação, sujeitando-a à iniciativa privada e à visão do mercado, do capital. Os avanços

⁹ Proposta de Emenda Constitucional

vislumbrados durante a etapa progressista davam um ar de avanço, de conquistas definitivas, de direitos pétreos, como recordam Melo e Sousa (2017). Não obstante, os próprios autores recordam que assim não ocorrera. Ademais, o pior *tsunami* ainda estava por chegar.

4.5.1 Governo Bolsonaro: acirram-se os ataques neoliberais

Após um controverso pleito em que o *lawfare* novamente se fez presente, em sequência à prisão de Lula da Silva (líder das intenções de voto), o candidato e ex-deputado Jair Bolsonaro assume a Presidência da República, após dois turnos eleitorais disputados, em 1º. de janeiro de 2019. Bolsonaro é eleito democraticamente, apresentando-se como um “outsider”, um símbolo contra a velha política (apesar de se, por longa data, já integrar os quadros do Congresso Federal). Bolsonaro apresentava um projeto de sociedade “conservadora”, de extrema direita, declaradamente neoliberal, e alinhada a setores das Forças Armadas, que ganham destaque em cargos gerenciais do governo.

Conforme Abrucio (2021) aponta, ao lermos o programa de governo do automeado “outsider”, já era clara a percepção do ideário que ele implantaria. O lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” e seu projeto para a área educacional já davam sinais do que viria pela frente. O autor recorda que o programa de governo apresentava três áreas prioritárias: Segurança, Saúde e Educação. Para todas elas as ações almejadas baseavam-se em três traços distintivos: a redução do papel governamental na vida dos cidadãos e na economia, o caráter anticorrupção (moralizando a gestão e tornando-a eficiente) e a aplicação de uma política mais descentralizada, a partir da bandeira “Menos Brasília, mais Brasil”. Como o autor aponta, o lema significava a transferência de responsabilidade com relação às principais políticas públicas do país às gestões estaduais e municipais.

Abrucio (2021) recorda que, como diagnóstico inicial, via-se um embate claro às tradicionais interpretações sobre a gestão das políticas públicas brasileiras. Ademais, o pesquisador assevera que, além da esquerda e do “petismo”, novos alvos eram escolhidos como inimigos: “O bolsonarismo estava se colocando contra pesquisadores, especialistas, técnicos governamentais e comunidades epistêmicas ligadas a esses setores” (ABRUCIO, 2021, p. 262).

Segundo o autor, as discussões bolsonaristas relativas à educação revelam, sobremaneira, as características gerais do modelo de políticas públicas serem aplicadas no país. Inicialmente, tomando como base documentos internacionais, afirmava-se que o investimento brasileiro era alto demais para o fraco retorno obtido (uma lógica gerencial). A partir de tal diagnóstico, o plano de governo direitista-conservador-neoliberal, partida da premissa relativa ao binômio “fazer mais” e “gastar menos”. Não obstante, Abrucio (2021) recorda que a proposta em questão era feita mediante uma agenda moral e não a partir de atitudes técnicas – o que, logo de início já evidenciava um paradoxo.

Seguindo tal linha de pensamento, a gestão Bolsonaro propunha que, para atingir melhores índices educacionais, a prática pedagógica deveria passar por menor “doutrinação”. Conclamava-se, pois, uma alteração radical nos métodos educacionais vigentes, pregando-se a eliminação do método de Paulo Freire (que, como se sabe, volta-se à autonomia do educando, à construção da criticidade). O combate à sexualização precoce nas escolas e à nomeada “ideologia de gênero”, bem como o fim da aprovação automática e alterações na base curricular também eram pautas defendidas. Como Abrucio (2021) argumenta, houve uma simbiose entre tal agenda moral “conservadora” e certa visão de liberalismo econômico. Levou-se como bandeira a menor intervenção na vida dos cidadãos - livres, individuais, flexíveis para escolher seus caminhos. Uma visão que emergia em propostas como o aumento da educação domiciliar, incremento da educação à distância, maior participação do setor privado.

Na essência, a primazia da visão moralista no ideário de Bolsonaro o distanciava, sobremaneira, dos principais apontamentos consensuais. Afastava-se das pesquisas e opiniões de atores e especialistas renomados da área; das práticas educativas aplicadas nos últimos trinta anos, recorda Abrucio (2021). Como o autor coloca, uma atitude que até poderia conduzir a uma visão revolucionária sobre a educação, mas que, no entanto, culminou em uma gestão desnorteada, com muitos discursos e pouca atitude. Como veremos, muitos discursos polêmicos, controversos; muita desconstrução. Em suma,

O bolsonarismo fez questão de limitar, quando não rechaçar, o diálogo com as principais lideranças da área, de ignorar a engrenagem institucional prévia – tanto no plano federativo como junto às organizações da sociedade civil – e de deslegitimar tudo o que viera

antes. Fechando a porta para os interlocutores da comunidade epistêmica da área, tentou criar de cima para baixo o que seria um modelo educativo totalmente novo (ABRUCIO, 2021, p.264).

Como resultado, Abrucio (2021) expõe o preenchimento da estrutura ministerial com *outsiders*. Para o alto escalão ministerial, foi escalado um grupo de gestores desconhecidos e sem relevância à área educativa. Diante disso, observou-se, também, que os próprios funcionários de carreiras estratégicas dentro do Ministério da Educação (MEC) evitaram postos de direção ou se transferiram a outros setores governamentais. Como explicação, o autor rememora o caráter contrário à ciência e à Academia do governo em questão. Uma gestão que, seguindo o caráter populista de extrema direita, baseou-se no negacionismo aos grupos científicos.

O governo Bolsonaro escolheu tais grupos como inimigos, pois eles poderiam colocar obstáculos à nova visão ideológica, e, ademais, nunca se comportariam como seguidores. Por essa razão, boa parte do alto escalão e da gerência dos principais órgãos federais foi preenchida com profissionais que não discordariam dos chefes bolsonaristas, particularmente do comandante-mor (ABRUCIO, 2021, p. 165).

De início, o “*outsider*”, agora presidente, escolhe um teólogo, filósofo, ensaísta e professor, o colombiano (naturalizado brasileiro) Ricardo Vélez: o novo homem mais forte para a área da educação. Segundo exposto em matéria publicada em página governamental, assim se resumia o plano inicial do governo bolsonarista para a área:

Quadro 1 – Plano inicial do governo Bolsonaro para a Educação

Alfabetização Acima de Tudo	Lançamento de um programa nacional de definição de soluções didáticas e pedagógicas para alfabetização, com a proposição de método para redução do analfabetismo a partir de evidências científicas.
Programa Ciência na Escola	Promover interação entre universidades e a rede de escolas públicas para o ensino de ciências.
Educação domiciliar	Regulamentar o direito à educação domiciliar, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de medida provisória. Segundo o governo, 31 mil famílias utilizam esse modo de aprendizagem.
Programa Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania	Elaborar e disseminar agenda de promoção da ética e da cidadania a ser adotada por escolas no âmbito da sala de aula.

Fonte: BRASIL (2019)

Conforme o texto ainda noticiava:

Uma medida avaliada é a cobrança de mensalidade em universidades públicas. Pela proposta, os mais ricos pagariam para estudar. Os recursos gerados por eles serviriam de subsídio para financiar o estudo dos mais pobres. Não há definição sobre as faixas de renda que seriam beneficiadas pela isenção da mensalidade (BRASIL, 2019).

Além disso, cabe destacar as enfáticas polêmicas envolvendo o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), utilizado como principal fonte de acesso ao Ensino Superior no país, como índice de avaliação educativa e como processo seletivo unificado. Segundo documento em tela, o governo previa mudanças para a

prova a partir de 2021, com rechaço a questões ideológicas, críticas ao pensamento “marxista doutrinador” e necessidade de censura prévia às questões:

Atualmente, as provas são elaboradas por uma comissão independente de professores e passam por um rígido e sigiloso processo de revisão, seguindo as matrizes da BNCC. Bolsonaro quer que elas sejam avaliadas antecipadamente. O novo presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues, empossado nesta quinta-feira (24), disse que o instituto vai discutir a possibilidade da avaliação das questões pelo presidente da República antes das provas serem aplicadas. Rodrigues informou que o assunto será conversado dentro dos aspectos legais (BRASIL, 2019).

Durante cem dias de sua passagem pelo MEC, o filósofo Velez envolveu-se em diversas polêmicas, como problemas em edital para compra de livros. Em janeiro, início do mandato de Bolsonaro, Velez destituiu a coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), colocando à frente do órgão o ex-professor da instituição de direito privado Fundação Getúlio Vargas (FGV), senhor Marcus Vinicius Rodrigues, o qual deixa o cargo dois meses depois, fazendo críticas ao ministro em sua saída.

Dentre outras ações, o ministro ainda feriu o Estatuto da Criança e do adolescente, ao incitar que docentes gravassem estudantes lendo o slogan de campanha de Bolsonaro e cantando o Hino Nacional Brasileiro. Outro fato posterior foi o anúncio da revisão dos livros escolares que mencionassem a história do Golpe de 1964 e anúncio de uma possível censura de temas no Exame Nacional do Ensino Médio. Diversas trocas de funcionários foram realizadas na pasta, sendo esses substituídos primeiramente por pessoas de confiança do ministro, e logo após por militares, sem ligação com a área.

Após diversas controversas, Vélez é substituído no início de abril por Abraham Weintraub, professor licenciado da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), com formação e atuação na área de finanças; integrante da equipe de transição de Bolsonaro ao atuar na Casa Civil. Uma das primeiras ações do governo, após a troca na condução ministerial, foi o anúncio de Weintraub acerca dos cortes orçamentários de Universidades Federais que não apresentassem rendimento satisfatório e promovessem balbúrdia nos campi. O corte foi estendido, posteriormente, a todas as IES, atingindo também a concessão de bolsas de pesquisa e até mesmo a educação

básica, tida como prioritária no discurso presidencial: um contingenciamento de R\$5,8 bilhões, segundo noticiado pela mídia brasileira.

Tal contingenciamento de verbas trouxe diversos problemas para a manutenção das atividades nas IES, além de gerar transtorno a bolsistas e despertar grandes protestos pelas principais cidades do Brasil em duas datas: 15 e 30 de maio. Na oportunidade, o presidente chamou os manifestantes (em sua maioria discentes) de idiotas úteis, imbecis, militantes e afirmou que esses não sabiam sequer a fórmula da água, conforme amplamente noticiado pela imprensa. Conforme registrado, o presidente disse: “É natural, é natural. Agora, a maioria ali é militante, não tem nada da cabeça. Se perguntar quanto é 7×8 , não sabe. Se perguntar qual é a fórmula da água, não sabe. São uns idiotas úteis, uns imbecis que estão sendo usados como massa de manobra” (BOLSONARO, 2019).

Atuações e discursos da equipe governamental à mídia tradicional e a partir das redes sociais também causaram polêmicas. No fim do mês de maio, por exemplo, Weintraub posta um vídeo em sua conta do Twitter parodiando a conhecida canção “Dançando na chuva”, a fim de denunciar a uma chuva de “Fake News” acerca das verbas de recuperação do Museu Nacional. Em outra oportunidade, o ministro imita um meme de internet ao comunicar oficialmente o descontingenciamento das verbas orçamentárias destinadas às IES, congeladas anteriormente. Segundo noticiado pela revista EXAME, em 18 de outubro de 2019:

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, encerrou a coletiva de imprensa em que anunciava o descontingenciamento total das verbas das universidades federais de uma maneira bastante curiosa: ele sacou do bolso um óculos de plástico (em referência a um meme famoso nas redes sociais — o do “turn down for what” — usado quando alguém “lacrava” em uma discussão) e ainda jogou o microfone sobre a mesa, simulando ação de Barack Obama, ex-presidente dos EUA (WEINTRAUB, 2019).

Além disso, em momentos posteriores, o ministro acusou as Universidades Públicas de possuírem plantações de maconha em seus campi, em mais um claro ato de desqualificar a opinião pública frente as instituições.

Em maio ao processo de contingenciamento, o governo ainda anunciou o desejo de ampliar a educação à distância no ensino superior federal. Outrora, já se havia anunciado o desejo de ampliar o escopo de tal modalidade de ensino estendendo-a à educação básica (discurso oriundo da campanha eleitoral, visando o

combate ao marxismo e a redução de custos). Ademais, observa-se um forte *lobby* pela liberação do ensino domiciliar, defendido amplamente pela equipe governamental. Segundo o projeto de lei PL 2.401/2019, que tramita no congresso, caso aprovada a modalidade, os pais poderão gerir o plano de ensino de seus filhos, de maneira livre, flexível e individualizada, protocolando-o a partir de uma plataforma virtual do MEC a isso destinada.

No campo da captação de recursos, em meio a exigido arrocho orçamentário (já aplicado desde o governo Temer), o governo Bolsonaro em seu primeiro ano de exercício, lança o programa “Future-se” (posteriormente rechaçado). A ideia giraria em torno da autossustentabilidade das IES, por meio de parcerias com a instituição privada, privatização do patrimônio, incentivo ao empreendedorismo e ao registro de patentes, apoio a *start-ups* que gerem lucro e o fomento à competitividade em meio acadêmico. Conforme exposição do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES),

a produção de conhecimento estará submetida aos interesses do Mercado e não mais voltada às necessidades da sociedade. Todas as medidas têm como enfoque o ensino e a pesquisa, ignorando a extensão. Com isso, o Future-se promoverá o desmonte do tripé que sustenta a lógica de produção de conhecimento socialmente referenciado e colocará em risco diversos projetos que atendem a população, em especial as parcelas mais vulneráveis da sociedade. (ANDES, 2019)

Ademais, o órgão aponta que

a proposta irá transformar os professores em empreendedores, captadores de recursos. Os projetos terão como foco atrair investidores e não a produção de conhecimento para o desenvolvimento de políticas sociais. “Será que o mercado vai querer investir em projetos de extensão voltados para a favela, a periferia, para as mulheres, indígenas, quilombolas, LGBTTs?”, questiona. Para a secretária-geral do Sindicato Nacional, o projeto do governo federal busca destruir o caráter social e heterogêneo das instituições federais de ensino. “Nessa universidade [que o governo quer] só caberá o conhecimento que sirva ao mercado e não à população, em especial a mais pobre”, critica. (ANDES, 2019)

Para complementar, no âmbito da educação básica seguem pendentes a aplicação do PNE (Plano Nacional de Educação) - cujo cumprimento torna-se praticamente inviabilizado no atual cenário. A implementação da Reforma do Ensino

Médio e a prática da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) é iniciada, sob fortes críticas docentes, precarização do ensino, falta de controle sobre as disciplinas “eletivas”, forte comercialização de materiais didáticos de qualidade questionável e aprofundamento entre o abismo de qualidade entre a educação pública e privada.

À área da alfabetização, não faltam críticas às teorias do pensador brasileiro Paulo Freire, patrono da educação nacional, mundialmente reconhecido e referendado. O pensador é taxado por integrantes do governo como marxista, ultrapassado e responsável pelo déficit na alfabetização nacional.

Após 14 meses de polêmicas à frente do MEC (Ministério da Educação), acusações e injúrias ao Supremo Tribunal Federal (STF), Abraham Weintraub, segundo Ministro da Educação do governo Bolsonaro, é exonerado do cargo, rumando aos EUA para atuação no Banco Mundial. Seguida de uma extensa polêmica sucessória, envolvendo candidatos com currículo questionável e até mesmo sob acusações de falsificação e inverdades, Milton Ribeiro assume a pasta, prometendo alinhar-se ao mandatário brasileiro, priorizando a pauta moral, a educação de crianças e o ensino profissionalizante, que produziria uma ponte ao mercado de trabalho.

Como Abrucio (2021) recorda, a gestão de Ribeiro, iniciada em 2020, apesar de apresentar-se bem menos beligerante, não conseguiu conciliar a agenda moral bolsonarista e a prática educacional brasileira. “Ainda que, mesmo com uma defesa mais amena dos valores bolsonaristas, sua baixa eficácia decisória continua semelhante a de gestores anteriores” (ABRUCIO, 2021, p. 267).

Ao longo da pandemia da COVID-19, que até o momento da escrita desse trabalho, infelizmente, vinha assolando o país e o mundo, fica mais latente, ainda, a ineficácia do MEC, como recorda Abrucio (2021). Segundo o autor, o governo não conseguiu coordenar as redes de ensino para enfrentar a pandemia, tanto no momento de fechamento de escolas quanto no retorno presencial. Aos municípios e estados coube coordenar todo esse processo, ficando a entidade educativa máxima do país praticamente à margem da questão, de costas aos docentes e alunos, relembra o teórico.

Destaca-se, nesse contexto, a briga por parte das instituições privadas voltadas ao capital, bem como por parte de políticos alinhados ao governo, em prol do retorno das aulas presenciais, mesmo em momentos nos quais grandes índices de contaminação (e de mortes) ainda se observavam. A postura desses grupos galgava-

se na desculpa de que, após um prejudicial período de aulas virtuais, julgadas como um insucesso por parte de algumas famílias, o retorno à presencialidade do ensino deveria ser uma escolha da família, do indivíduo. Em prol da liberdade de escolha, olvidava-se a difusão de diferentes e perigosas cepas do vírus e a então lenta vacinação no país. Já os professores, mesmo desdobrando-se e atuando em uma modalidade de ensino totalmente adversa a seu público e às suas práticas ao longo de toda a pandemia, foram muito atacados em épocas de ascensão autoritária. Os docentes seguiam taxados como incompetentes, como profissionais que não querem trabalhar, acusados de não desejarem voltar aos seus postos de trabalho de maneira “normal” como tantas áreas já o faziam.

Além disso, em 2020, ano álgido da pandemia, após uma longa paralização nas aulas durante o ano letivo, e da abismal discrepância observada entre a realidade do ensino privado e do sistema público, ampliada durante a pandemia, a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi defendida pelo governo e ocorreu “normalmente”, colocando em risco milhares de estudantes e trabalhadores e desconsiderando as discrepâncias e problemas enfrentados por grande parte dos estudantes ao longo do período letivo pandêmico.

Na campanha publicitária governamental para o exame, o discurso da flexibilidade individualista imperava, incitando os estudantes à superação dos obstáculos gerados pela pandemia, a partir do mérito de seu esforço. No roteiro de uma propaganda difundida pelo governo federal nas redes sociais, anunciando as inscrições do ENEM 2020, dizia-se:

E se uma geração de novos profissionais fosse perdida? Médicos, enfermeiros, engenheiros, professores. Seria o melhor pro nosso país? A vida não pode parar. É preciso ir à luta, se reinventar, se superar (...) Estude, de qualquer lugar, de diferentes formas, pelos livros, internet, com a ajuda a distância dos professores” (BASÍLIO, 2020).

Um vídeo em que a lógica neoliberal é completamente evidenciada, em que o discurso meritocrático é explícito, renegando as diversidades e discrepância de acesso à educação intensificadas no país ao longo do período em tela: Alunos que estiveram sem aulas presenciais, mas não possuíam acesso à internet para assistirem às aulas virtuais; estudantes que assistiram a aulas gravadas (sem o apoio virtual de um professor ou tutor a quem recorrer em caso de dúvida); jovens que não se adaptaram ao método à distância, abruptamente lhes imposto. Adolescentes que

perderam familiares ou se contaminaram durante a pandemia de COVID-19. Uma miríade de divergências desconsideradas em prol da “normalidade” e da superação de cada estudante. A inépcia governamental é justificada em prol da lógica meritocrática, que como vemos adiante, é falsa e excludente. Como o pressuposto da própria campanha publicitária governamental deixava a entender, era preciso seguir em frente, superar obstáculos. Cada um a seu modo, em seu ritmo, em suas condições - a flexibilidade e o individualismo neoliberais novamente ali se faziam presentes.

Dentre diversas outras demonstrações da ineficácia da gestão da Educação no governo bolsonarista, Ribeiro, o terceiro ministro a liderar o MEC também fora substituído, exonerado (em março de 2022) após escandalosas denúncias de corrupção. Como o Jornal Folha de São Paulo recorda, Milton Ribeiro

[...] se tornou alvo de grande pressão após a revelação de um esquema informal de obtenção de verbas envolvendo dois pastores sem cargo público, o que incluía pagamento de propina – Bolsonaro repete que em seu governo não há casos de corrupção. Prefeitos apontam que essa espécie de balcão de negócios no MEC seria operado pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, ligados a Bolsonaro, e priorizava a liberação de valores para gestores próximos a eles e a prefeituras indicadas pelo centrão, bloco político de sustentação ao governo. (DELLA COLETTA; SALDAÑA; VARGAS, 2022).

Conforme afirma o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), o gestor teve seu mandato marcado por declarações “LGBTIfóbicas”¹⁰, capacitistas e falas excludentes. Ademais, seu caráter negacionista era escancarado, ao desobrigar, por exemplo, por meio de despacho, as instituições federais de ensino de cobrarem comprovante de vacinação durante o retorno às aulas presenciais ao longo da pandemia.

Como o órgão denunciava, a “dança das cadeiras” não era uma novidade para o Ministério da Educação da gestão Bolsonaro. O presidente insistia em emplacar gestores ligados à ala militar ou ao filósofo de cunho antiacadêmico Olavo de Carvalho (considerado, inicialmente, um guru ideológico bolsonarista). Nesse sentido, insistia-se em nomes que representassem uma agenda anticiência, privatista e conservadora, recorda a entidade (ANDES, 2022).

¹⁰ Como exemplo, tem-se a fala de Milton Ribeiro que afirmou, conforme reportagem de site G1: “o adolescente que muitas vezes opta por andar no caminho do homossexualismo [termo considerado preconceituoso] vêm, algumas vezes, de famílias desajustadas” (G1,2020).

Em 2022, após o escândalo de corrupção, Victor Godoy Veiga assume a pasta educativa, ali permanecendo até o restante do mandato presidencial. O gestor, no entanto, não possuía larga experiência na área, tendo atuado no meio educativo apenas como secretário-executivo do MEC durante a gestão Ribeiro.

Segundo Abrucio (2021), desde o início da redemocratização não se observavam tantos comandantes no MEC em tão breve janela temporal. Uma descontinuidade que se repetiu em outros cargos relevantes do órgão, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - chefiado por três diferentes nomes durante o governo Bolsonaro, além da ocorrência de quatro secretários de educação básica no mesmo período. Uma rotatividade que também se observava em cargos mais subalternos do organograma ministerial, ressalta o autor.

Para Abrucio (2021), o motivo de tamanha descontinuidade residia em embates ideológicos endógenos ao próprio governo, “como conflitos entre olavistas (seguidores do filósofo de extrema direita Olavo de Carvalho), gestores vinculados a militares e outros membros da máquina pública” (ABRUCIO, 2021, p. 266). Um “cabo de guerra” entre as necessidades do desenvolvimento de políticas públicas que efetivamente resolvessem os diversos problemas da política educacional brasileira e os valores ideológico-mercadológico-morais. Como saldo desse embate de “forças”, o enorme número de propostas não concretizadas chama atenção, ressalta o autor. No entanto, cabe ressaltar que, em meio a tamanha ineficácia, diversas questões importantes sobre a educação brasileira deixaram de ser discutidas ao longo de quatro anos, ou pior, abismos e problemas se agravaram; muita coisa deixou de ser construída ou se desconstruiu, dado, inclusive, ao parco orçamento destinado (visto como gasto pela gestão neoliberal-direitista-conservadora).

Como se nota, diversos são os desencontros, muitos são ataques à educação, que passa a ter a regência explícita do mercado, de setores moralistas, anticiência e de gestores alheios à realidade da área. Como visto (e não era inimaginável), assim caminha a educação sob a égide declaradamente neoliberal. Os dados aqui expostos expõem, em ambas as experiências neoliberais discutidas, um *modus operandi* de financeirização da educação e da busca da perda de seu caráter cidadão, transformador. Um avanço que deve ser contido democraticamente.

Na Argentina, após quatro anos de claras investidas neoliberais, a continuidade desse projeto foi refutada nas urnas: depositaram-se as esperanças no projeto do professor e advogado Alberto Fernández, antagônico ao de Macri. Com um governo que ainda atravessa uma tormentosa pandemia, cabe posteriormente analisar se o projeto progressista de Fernández conseguirá sustentar seus objetivos democráticos e antineoliberais e perdurar como antítese de tal processo. Às portas de uma nova eleição, no entanto, tal tarefa parece-nos árdua.

Em meio a um contexto econômico local bastante negativo (em adição ao quadro mundial bélico e pandêmico ainda não normalizado), forte rejeição popular, controversas medidas políticas e denúncias de corrupção entre membros de seu governo (como a condenação da vice-presidente Cristina Kirchner), o projeto progressista argentino está em xeque e sofrendo ameaças, inclusive, de uma possível volta do antecessor – o neoliberal Macri – mesmo que esse também apresente forte rejeição popular.

Já em terras brasileiras, o controverso mandato de Jair Bolsonaro mostra-se perto do fim, após a derrota de uma nova candidatura em 2022, a qual seguiu investindo em pautas “conservadoras” como doutrinação, necessidade de militarização das escolas, práticas de “neutralidade” discursiva como a “Escola sem partido”, “Educação domiciliar” a apregoada necessidade de combate do comunismo e da ideologia de gênero, da defesa da família “tradicional” em âmbito escolar. Pautas e práticas nocivas e vivenciadas ao longo dos quatro últimos anos, as quais pormenorizaremos adiante.

4.5.2 O individualismo e a flexibilidade neoliberal em alguns projetos para a educação brasileira

4.5.2.1 O projeto “Escola sem partido”

Como afirmado há pouco, a “bandeira” do projeto “Escola sem partido” tornou-se um dos carros-chefes do Governo Bolsonaro, estando presente desde a sua campanha presidencial. A discussão é oriunda de um grupo atuante desde 2004, e que no momento em tela ganhara grande destaque. Em sua página virtual, na área destinada a descrever o movimento, chamada “Quem somos”, o grupo se justifica afirmando que boa parte das instituições de ensino brasileiras não cumpre o papel de

ofertar a mais ampla liberdade ao educando. Na visão do movimento, os alunos são vítimas de assédio por parte de grupos e correntes ideológicas de caráter hegemônico. As escolas são, na página, comparadas a suas caixas de ressonância, sendo os docentes que assim procedem (oriundos de imensa maioria) apoiados por autoridades. Quando não realizam a doutrinação, professores e autoridades ignorariam, de maneira culposa, a questão, recusando a admitir sua existência: seja por cumplicidade, por serem com ele coniventes ou por covardia.

Silveira (2019), ao versar sobre o movimento, destaca sua não singularidade, dadas atuações semelhantes de diferentes grupos na Austrália, Estados Unidos e Canadá. A autora recorda as palavras do fundador do movimento brasileiro, que mencionam a inspiração no movimento o NoIndocritnation.or. São mencionados, ademais, a partir de informações extraídas da página do grupo (MESP), que esse tal *site* é vislumbrado como um instrumento de denúncia anônima, relacionada às práticas docentes, conteúdo programático e material pedagógico. Ao contrário do que apregoam as teorias pedagógicas consolidadas, o ato de educar, a partir da visão do movimento em tela não deve ser oriundo do professor, mas sim da família. Esse é apenas um transmissor de conhecimento, devendo limitar-se à instrução formal.

A pesquisadora menciona, ainda, a aproximação político-religiosa do movimento, quando parlamentares diversos, ligados a frentes religiosas, unem-se (a partir de 2013) ao então deputado Jair Bolsonaro no rechaço a iniciativas do MEC para a promoção de respeito à diversidade sexual nas escolas. Uma união que deu fôlego ao projeto Escola Sem Partido e visou a judicialização do trabalho docente. As reclamações de pais, familiares e alunos, em vez de serem direcionadas à direção escolar ou aos órgãos competentes, passam a ser direcionada ao site do grupo, sob forma de denúncias. Como Silveira (2019) aponta, tudo passou pelo apoio de Frentes Parlamentares que transmitiam caráter conservador ao Congresso Nacional. Há, como aponta a autora, uma indubitável união entre Estado, Religião e Política. Aparecem aí uma agressiva afirmação de valores tidos como padrões de moralidade, de família, relações de gênero, todas passando pelo crivo do “tradicional”. A autora menciona, ademais, que esses discursos incitam o pânico moral, provocando resistência a materiais educativos sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), homofobia, racismo, uso de drogas, feminicídio e, até mesmo, desigualdades

sociais. Expande-se um discurso em que o religioso compete com a ciência. Relativiza-se o critério de verdade, constrói-se um embate. Questiona-se a autonomia do fazer educacional, a liberdade de cátedra.

Consoante às ideias da autora,

Além de ter como alvo materiais educativos distribuídos pelo governo, livros didáticos, a visão teórico-metodológica e a transmissão do conteúdo do/pelo professor, o MESP tem buscado intervir mediamente na política educacional desde o processo controverso e contraditório de discussão e elaboração do Plano Nacional de Educação (2011-2021/2014-2024)³⁰ até a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 20 de dezembro de 2017 (SILVEIRA, 2019, p.34).

Assim, a partir da gênese do movimento, discutida acima, vimos o pensamento da neutralidade na educação ganhar espaço vorazmente. A flexibilidade de escolha, o não direcionamento do pensamento do aluno, a necessidade de uma não doutrinação (principalmente a “marxista”) ganha força. O indivíduo deve ser formado como melhor convier à família.

Nesse sentido, cabe ressaltar, usando as palavras de Martins (2019), que o processo de doutrinação é definido como “um processo social que incute ideias, valores, concepções de mundo, normas de comportamento em um indivíduo ou em um conjunto deles por meios autoritários, que não aceitam questionamentos de qualquer ordem” (MARTINS, 2019, p. 103). Um processo contra o qual a luta se intensifica, galgando-se em um projeto de lei e alçando discussões mais acaloradas quando um de seus maiores representantes, o ex-deputado Jair Messias Bolsonaro assume o cargo máximo na política brasileira.

Apregoa-se, cada vez mais, uma educação desarticulada da realidade, uma educação a serviço do mercado, na qual ao educando não devem ser direcionados questionamentos polêmicos, visões de mundo. Não se pode contestar a desigualdade, não se deve expô-lo à convivência como o diferente. Ao professor, ameaçado, filmado, denunciado, caberia ser técnico, conteudista, neutro, não articular as questões sobre as quais discute com as vivências sociais e ao questionamento crítico, já que isso não interessa às classes dominadoras.

O docente, como recordam Silva Júnior e Fargoni (2019), é um dos principais atores do eixo educativo. Dedicou longos dias de sua vida em formação, leituras, aperfeiçoamentos; práticas. Ao ir lecionar, esse profissional faz da sua sala de aula

um espaço de debate, de mediação de conflitos, de reflexão, argumentação; razão, destacam os autores. Esse profissional, a partir de uma visão “tradicional”, escondida por trás de um discurso de neutralidade, tem todas essas vivências tolhidas, atacadas.

Esse grupo, historicamente associado à transformação social, própria de sua área de atuação, é, por isso mesmo, amordaçado, vigiado e punido. Cabe, então, pensar: no contexto em que se expande no país, o que esse movimento e essa perseguição ao docente e ao fazer educativo representam? Apenas os valores da “família tradicional brasileira, o preconceito às questões de gênero ou embate a ciência? O que há, além disso, na desenfreada luta contra o marxismo doutrinador, comunista, que, segundo tal pensamento é praticamente unânime nas universidades, na educação básica e na prática educativa em geral? Teria isso alguma relação com a luta de classes, com a contestação de práticas espoliativas, corte de direitos, ampliação do acesso à educação, crítica às práticas perniciosas e iniciativas do grande capital e ao seu desejo de lucro perpétuo e crescente? Seria inocente dizer que não.

Silva Júnior e Fargoni (2019), relacionam o contexto brasileiro relativo ao impedimento golpista da presidente Dilma, à assunção de Michel Temer e à vitória via *law fare* de Jair Bolsonaro. Uma processualidade não casual. Ao longo desse percurso, a luta pela neutralidade na educação ganhou terreno, como há pouco discutido, e esteve ao lado de outras medidas voltadas ao capital, como a Reforma Trabalhista que anteriormente aqui pontuamos, além da Reforma do Ensino Médio.

Percebe-se, seguindo as reflexões destacadas pelos autores que, nessa última alteração legislativa, a categoria flexibilidade atua veementemente: a reforma do Ensino Médio flexibiliza o conteúdo a ser lecionado, prioriza disciplinas “básicas”, fortalece o ensino técnico. Ou seja, fortalece uma formação voltada ao mercado de trabalho e está em consonância com as novas leis trabalhistas.

Esta intensificação das reformas colocou novas análises e perspectivas sobre a conjuntura econômica e educacional Brasileira, como é o caso do trabalhador desempregado, com ou sem especializações, mediante a nova realidade de contratos temporários, intermitentes, sem segurança e muita instabilidade (SILVA JÚNIOR; FARGONI, 2019, p.76).

Ligando os pontos (ou relacionando as reformas, como dizem os autores em pauta), a inclinação para o mercado de trabalho, a preocupação com a financeirização

de todos os setores da vida e o reforçar do homem empresa são perceptíveis. O ser social ideal, é, novamente, o ser acrítico, individualizado e flexível, pronto para o mercado de trabalho. São desprivilegiadas as discussões, os debates, a formação do senso crítico nas escolas “para preparar e aperfeiçoar os estudantes à nova conjuntura profissional, realidade munida do aumento do trabalho terceirizado em razão das manobras políticas pós-impeachment, sob o prisma do moralismo da classe dominante Brasileira”. (SILVA JÚNIOR; FARGONI, 2019, p.76).

A mordaza, o silenciamento docente (e conseqüentemente discente - já que quando o professor não pode falar, nada se discute), tende a perpetuar a estrutura social já existente – uma estrutura de manutenção da exclusão e do *status quo*. À guisa de exemplos, diversos casos que envolvem a temática têm sido noticiados. Um deles ocorreu em Uberlândia, quando, em 2021, um vereador, que afirmava ter recebido denúncias de “doutrinação” em uma escola pública da cidade, invadiu um estabelecimento de ensino buscando a intimidação e “punição” de um professor. Conforme noticiado, o político “conservador”

[...] invadiu uma escola municipal na cidade de Uberlândia em Minas Gerais, gravando vídeos do local e atacando professores e funcionários. O vereador chegou a agredir um professor afirmando que na escola estaria sendo praticada uma espécie de “doutrinação” da esquerda com os alunos. O mesmo vereador já ficou conhecido meses atrás por práticas de agressão e constrangimento de professores e trabalhadores, inclusive tendo sido requerido um pedido de cassação a sua candidatura (VEREADOR, 2021).

Em nota de repúdio ao ocorrido, a Executiva Municipal do PT em Uberlândia publicou que:

Em nome de denunciar o que ele considerou “doutrinação”, o vereador usou de um vídeo gravado sem consentimento e que viola o direito à preservação da imagem. Um vídeo editado fora de contexto com a finalidade de servir a objetivos obscurantistas de uma “escola da mordaza” na qual não se admite a crítica (VEREADOR, 2021).

Em outra ocorrência estarrecedora, no âmbito da discussão em tela acerca do silenciamento docente, ocorre a demissão de um professor de Sociologia em uma tradicional e elitizada escola da rede privada de Goiânia, em 2022. Segundo reportado, o professor utilizou, em uma avaliação de recuperação, uma tirinha do autor André Dahmer, a qual fazia uma pergunta teórica acerca do conteúdo de sua disciplina. Na questão, pede-se apenas a identificação do elemento do Estado

retratado no texto em pauta – que versava sobre violência policial. O ato culminou em uma denúncia em vídeo por parte um blogueiro e candidato bolsonarista, o qual discursou nas redes sociais contra a postura do professor, alegando que a questão se tratava de uma prática doutrinação no ensino ao pregar o ódio à polícia. Em reportagem, lê-se a fala do produtor de conteúdo digital, afirmando: “O professor de sociologia ensinando nossos filhos que a polícia causa a barbárie. Odeia a polícia, mas ama os bandidos” (BRAGA, 2022).

Mesmo diante da mobilização dos alunos em prol de seu professor, o colégio não voltou atrás quanto à demissão do docente, afirmando que esse feriu princípios da instituição, a qual explicou "possui um código de conduta que veda manifestações políticas, partidárias ou ideológicas em ambiente escolar" (MARTINS, 2022).

Figura 3 – Texto utilizado em prova de Sociologia e que motivou demissão docente



Fonte: Martins (2022).

Diante dos fatos, o próprio autor do texto, conhecido em âmbito nacional, se posicionou em prol do professor, recordando à instituição escolar que suas obras integram diversos vestibulares e concursos, já integrando, inclusive, tema de redação do ENEM.

O Sindicato dos Professores do Estado de Goiás (SINPRO-GO) argumentou, em nota oficial, que teve acesso ao vídeo em que a acusação contra o professor era feita. Segundo o órgão, há no vídeo, uma exposição vexatória com relação ao professor,

[...] além de ataques à honra e à imagem de toda a categoria dos professores, acusados de militância para “doutrinação do comunismo” em sala de aula.

Após a divulgação do vídeo, com evidente distorção da finalidade da questão cobrada na prova de sociologia, o professor foi demitido pelo Colégio e ofendido nas redes sociais do youtuber, o que causa preocupação e repulsa em toda a categoria dos professores, já que a

liberdade de ensinar, de aprender e do pluralismo de ideias, princípios constitucionais estabelecidos nos artigos 205, 206 e 214 da CF/88, podem ser tolhidos em clara condição de perseguição política e social, o que afronta a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 5537, publicada em 17/09/2020. (SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE GOIÁS, 2022).

Para a entidade docente,

É inaceitável qualquer interferência no conteúdo ministrado em sala de aula com a finalidade de ceifar o direito de propagação do conhecimento e do livre pensamento e, mais ainda, é intolerável a exposição indevida do professor, pois a sua imagem, honra, liberdade de expressão e de ensinar são direitos humanos fundamentais e irrenunciáveis.

Toda a categoria dos professores é atacada com esta postagem, em especial quando culminada na demissão injusta do professor, pois podem gerar a perseguição de professores que não compartilhem com os ideais políticos de alguns pais ou da própria direção da escola. (SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE GOIÁS, 2022).

Conforme ainda assevera o órgão sindical, discursos como os que ocasionaram a demissão do professor em questão são retrógrados e ofensivos. Danosos à sociedade como um todo, mas em especial aos professores - que podem até ser vítimas de violência moral e física em casos como esse. Uma violência que pode ser encorajada pelo espargir de notícias falaciosas e injuriosas, as quais distorcem o conceito de ensino e perseguem aqueles que pensam diferente. Um discurso que persegue até mesmo aqueles que apenas aplicam em sala um conteúdo necessário ao estudo da disciplina, destaca o sindicato.

No contexto das eleições presidenciais brasileiras de 2022, à guisa de mais uma ilustração que expõe o ataque à docência e ao ensino transformador, própria do pensamento que aqui analisamos, expomos mais uma demissão injustificada. Mais um exemplo da tensão vivenciada diariamente pelos docentes; mais um atestado da visão de educação pautada pela “liberdade individual” e flexível em prol do capital: No caso, uma professora de Língua Inglesa, após dialogar em sala rechaçando o discurso de ódio de alguns discentes, perdeu seu emprego (em uma tradicional e elitizada escola privada uberlandense) após ser “denunciada” a partir de uma filmagem indevida por parte de seus alunos. O ato, que fez seu discurso circular pelas redes sociais, culminou em críticas por parte dos pais dos jovens, os quais pressionaram a direção escolar pela arbitrária demissão. A profissional foi acusada de militância; de

gastar tempo de aula com discussões sobre política, fato que motivou seu desligamento da empresa.

Segundo o SINPRO-MG,

Alguns estudantes saíram em defesa da professora e tentaram dialogar com a escola, mas a direção se recusou a ouvi-los. Deve-se ressaltar que, em nenhum momento, a professora deixou de ministrar sua aula nem se distanciou daquilo que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O que ela fez foi condenar o discurso de ódio, atitude que se espera de qualquer docente comprometido com a formação cidadã, e conversar, a pedido dos próprios estudantes, acerca de fatos do cenário nacional (SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2022).

Como o próprio sindicato arrazoa, manifestações pacíficas de opiniões e discussões acerca de política são bem-vindas no ambiente educativo, já que fomentam o debate e aguçam o senso crítico. Talvez esse seja o principal problema e o motivo dos ataques aos educadores. Essa não é uma postura esperada pelo capital. Aos estudantes, a individualidade e a flexibilidade (do saber, do agir, do pensar) devem ser os estandartes que conduzirão à perpetuação do *status quo* da sociedade, que auxiliarão a formar o ser social almejado pelo mercado. Como o sindicato docente (que está acompanhando o caso juridicamente) afirma: “Em uma democracia, a liberdade de expressão não abriga agressões e apologias ao ódio e à violência” (SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2022).

Desse modo, sob a égide da “neutralidade” (da liberdade individual de escolha do indivíduo e das famílias), da aprendizagem flexível e da censura, a emancipação do educando e a mediação do pensamento crítico são abortadas. Fatos que prejudicam a liberdade de cátedra. Ações que trazem ainda mais problemas à classe docente, já tão prejudicada e desvalorizada perante a sociedade. Fatos que, como exemplificado, têm sido recorrentes e corriqueiros; e que tornam-se cada vez mais intensos no contexto em questão.

Justifica-se, dessa maneira, o comportamento e as críticas “anti-Freire”. Não há por que questionar certos assuntos em sala de aula: discutir, argumentar (basta ler e acreditar no que ali está escrito, já que os materiais didáticos são previamente selecionados pela “qualidade” almejada). Nesse contexto, se a escola, centro da formação discente, não é lugar para desenvolver a autonomia e a emancipação do

educando, onde mais isso será feito? Todo esse processo será comprometido, como o desejado por aqueles que controlam o capital.

No bojo da reformulação do ensino, o “Novo” Ensino Médio (com currículo flexível), a educação domiciliar (que discutiremos adiante), além das propostas vislumbradas pelo “Escola Sem Partido” encontram eco na mesma direção: na lógica do mercado, como recordam Silva Júnior e Fargoni (2019). Foge-se da educação emancipadora, criam-se sujeitos neutros, alienados, serviçais e pacíficos, descrevem os autores. Além disso, os pesquisadores destacam o quadro dos maiores defensores da Escola Sem Partido na câmara e no senado – um grupo liderado por empresários, administradores ou pastores, ou seja, não há educadores. Uma realidade que comprova que a preocupação com o discurso moralista tem, sim, objetivos que vão além do simples “direito de escolha do aluno”, do conclamado “direito de não ser doutrinado”, da defesa da “pureza educativa”, como muito se apregoa.

Outra discussão interessante, levantada por Silva Júnior e Fargoni (2019) reside na “demonização” das ciências humanas. No “Novo Ensino Médio”, as disciplinas dessa matriz epistemológica são preteridas em face de disciplinas “essenciais”, como a Língua Portuguesa e a Matemática (consideradas obrigatórias). Inclusive, conforme anunciado no PNLD (Plano Nacional do Livro Didático) de 2021, e amplamente reportado pela mídia, História, Geografia, Sociologia e Filosofia, encontram-se, em vários casos, condensadas, diluídas e incluídas em um único livro didático.

Conforme recordam os pesquisadores, essas disciplinas refletem sapiências em todas as esferas sociais, em todas as instâncias da história humana, são reflexivas com relação às engrenagens sociais – um incômodo à classe dominante. Por isso são atacadas, seja no plano na “tecnicidade neutra”, que tolhe a potencialidade reflexiva dessas disciplinas e seus objetivos enquanto ciência, quanto no plano do novo currículo, no qual são também rechaçadas.

Em suma, no bojo do discurso educativo sob o prisma do mercado, da flexibilidade e individualismo totais, alia-se gestão escolar (baseada em metas, financeirização, resultados pedagógicos e avaliações de desempenho), alienação do sujeito, currículo flexível voltado à formação profissional (disfarçado de inovadoras fórmulas, importadas de países desenvolvidos, que primam pelo protagonismo do sujeito em suas escolhas), além da desarticulação de instituições coletivas, a partir da

glorificação do indivíduo senhor de seu destino – como se vê em propostas que emergem desse contexto, como a educação domiciliar (*homeschooling*). Mais uma proposta que enfatiza o individualismo do ser e a flexibilidade que ecoam do discurso neoliberal.

4.5.2.2 A educação domiciliar

Conforme Barbosa e Oliviera (2017) expõem, em “Apresentação do Dossiê: Homeschooling e o Direito à Educação” essa opção de escolarização atinge a mais de 2 milhões de estadunidenses e constitui um debate que, no Brasil, ainda é menor que no país visto como o centro da economia mundial. No entanto, configura-se como um debate que ganha espaço nos âmbitos político e pedagógico, em uma discussão que busca alternativas legais para o desenvolvimento de materiais didáticos e estratégias educativas correlatas a essa opção de ensino, contrária à compulsoriedade do ensino escolar e galgada na ideia da liberdade de escolha dos pais, os quais deveriam ter o direito de definir o que melhor julgam para a educação de seus filhos – uma educação personalizada e individualizada.

Conforme Vasconcelos (2017) apregoa, a modalidade em pauta pode ser executada a partir do auxílio dos pais ou por professores contratados, sendo que para esse segundo fim existem até páginas, no caso dos Estados Unidos, para cadastramento e oferta desses docentes. A autora defende, ainda, a incorporação do discurso e materiais em molde norte-americanos e canadenses, locais onde tal prática é bem mais difundida e ampla – fatores que vemos como colonialistas e que, como anteriormente mencionado, incorporam uma visão de que os países de capitalismo central, em que discurso pró-mercado mostra-se avançado, são exemplos a serem copiados, a despeito de epistemologias locais.

A pesquisadora destaca como relevante a obra *The homeschooling Revolution*, escrito por Lyman (2000). Tal autora define o ideal em questão como um movimento de pais-educadores dissidentes que alfabetizam seus filhos na mesa da cozinha. Lyman, entusiasta da educação domiciliar, afirmaria ainda que as crianças do sistema escolar tradicional estariam submetidas a “cursos exigidos pelo Estado, requisitos de atendimento e agrupamentos por idade, sendo incapazes de escapar da doutrinação

ideológica lenta, ou da ação de professores malformados, ou rudes, e da violência dos colegas” (VASCONCELOS, 2017, p.128).

Lyman (1998), na obra “*Homeschooling. Back to the Future?*” ressalta que entusiastas da educação feita em casa (*homeschoolers*) veem o mundo como sala de aula, e que esse método de educação é mais culturalmente sofisticado em comparação às experiências confinadas de uma escola. A entusiasta e teórica do assunto arrazoar que a preferência dos *homeschoolers* reside na insatisfação com as escolas públicas, desejo de livre transmissão de seus valores ideológicos, busca por excelência acadêmica e construção mais efetiva de laços familiares.

Para muitos, apoiadores da educação domiciliar, a insatisfação com o sistema escolar público no âmbito do conteúdo pedagógico, drogas e violência do sistema escolar são preponderantes na decisão de evitar-se a instituição escolar. Ademais, tal grupo é tipificado pela autora em dois segmentos principais: os ideólogos e os pedagogos. Para os primeiros, a deturpação de seus valores “tradicionais” no âmbito político-social e religioso seria evitada e ressaltar-se-ia que a família é a instituição mais importante da sociedade. No caso dos “pedagogos”, o rechaço à burocratização e profissionalização escolar é enfatizado. São pais com “notório saber”, que conhecem sobre educação, interessam-se sobre o tema, entendem sobre psicologia do desenvolvimento e engajam-se em organizações relativas à pauta. Ambos os grupos possuiriam em comum o fato de confiarem em sua capacidade de realizar com maestria e competência a educação de seus filhos, não sem apoio organizacional, mas com mínima intervenção institucional.

Com relação à socialização dos educandos, grande questionamento sobre o tema, segundo Lyman (1998) opções como grupos esportivos, religiosos, escotismo, serviços comunitários e até mesmo empregos de tempo parcial supririam tal necessidade, que seria fortalecida em grupos de acampamento e com o contato com famílias de pensamento semelhante.

Na conclusão do texto aqui destacado, a influente pensadora norte-americana sobre o assunto ressalta que a educação domiciliar dá voz à antiga máxima “não há melhor lugar que o lar”. Às portas do ano 2000, momento em que o texto aqui discutido era publicado, a autora vaticina um fato que realmente ocorreu – o número de adeptos ao *homeschooling* cresceria. Para ela, a educação institucionalizada e pública continuaria sendo vista como irrelevante, dificultadora da aprendizagem e onerosa aos

cofres públicos. As famílias adeptas ao ensino feito na cozinha ou nos escritórios domésticos (como expõe a escritora) estariam usando suas liberdades bem e sabiamente, mas poderiam ter sua tarefa facilitada por maiores desregulações estatais. Fortes considerações que nos fazem pensar: qualquer relação com o discurso neoliberal (e que partem de seu epicentro capitalista contemporâneo) seria mera coincidência?

Com relação ao âmbito brasileiro, em anos recentes, Vasconcelos (2017) aponta a ampliação e a intensificação das discussões sobre o assunto no âmbito jurídico, governamental e midiático no Brasil— fatores que associamos à investida do discurso de extrema direita e pró-mercado no contexto histórico supracitado. Além disso, ressalta a pesquisadora, a propalada “crise” da escola de tempos contemporâneos molda “um cenário ideal de ruptura com a institucionalização do ensino e coroa uma tensão que já se arrastava por décadas” (VASCONCELOS, 2017, p.125).

No bojo do avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação, no reino do conhecimento ubíquo, a intermediação da escola tornar-se-ia, na opinião de muitos, dispensável, recorda a teórica. Assim, como visto, a partir de um dos centros da econômico-tecnológicos do mundo, a educação em casa ganharia espaço em terras norte-americanas durante os anos de 1980 e alcançaria terreno mundial, rapidamente, em anos subseqüentes, avançando no fim do século passado. Coincidências à parte, tal pensamento ganha força em concomitância ao avanço de governos neoliberais conservadores. Chega com força ao Brasil em anos hodiernos, a partir de políticas que explicitamente pregam a “liberdade” da flexibilidade e das escolhas individuais como tábuas da salvação, mas que sabemos que estão em consonância à formação do homem flexível e individual do neoliberalismo - o neossujeito anteriormente descrito: “livre”, “corajoso”, “múltiplo”, “empreendedor”; “senhor de si”.

Nesse sentido, no texto “O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar”, Barbosa e Oliveira (2017) resgatam a diversidade de concepções teóricas que suportam tal visão de educação, dentre as quais o pensar neoliberal é destacado. O ataque ao Estado regulador, monopolizador da educação escolar é uma das principais premissas que suportam esse ensino “livre”. Enfatizando as aproximações entre os pensamentos dos baluartes neoliberais (Mises, Friedman e

Hayek), Barbosa e Oliveira (2017) focalizam a semelhança de que a confiabilidade ao Estado se encontra apenas na prática dele defender os direitos e liberdades individuais do cidadão. Ressalta-se a defesa do Estado Mínimo, anteriormente aqui discutido. Segundo os autores, tais baluartes do neoliberalismo, a priori, não se mostram contrários à compulsoriedade, à obrigatoriedade educativa do indivíduo. Não obstante, são contrários a que o Estado seja o único responsável para prover essa educação.

Como se nota, a escola gerida pelo governo é vista como um meio de coerção, de ataque ao nacionalismo por parte do Estado, um acinte à liberdade de escolha da família. Uma ditadura pedagógica; uma doutrinação. Uma afronta aos direitos individuais.

A partir da visão de Friedman, expoente da doutrina da individualidade flexível, os autores recordam que caberia ao estado a exigência de um grau mínimo de instrução, sem demais interferências. Àqueles sem condições financeiras, um subsídio estatal poderia ser aplicado (daí a sugestão dos *vouchers* escolares que discutiremos adiante). Ao Estado, mínimo, cabe-lhe a garantia de padrões (também mínimos) de funcionamento, incluindo, aí, um currículo básico, um conteúdo mínimo comum, destacam Barbosa e Oliveira (2017). Premissas que aparecem não apenas no projeto da educação domiciliar, mas que permeiam todas as discussões anteriormente tecidas com relação ao contexto hodierno da educação brasileira.

Além disso, revisitando os ideais de flexibilidade de Hayek, os autores apontam que esse pensador “também critica a compulsoriedade educacional por parte do Estado. Em seu entender, entregar a educação de todos a apenas um provedor seria uma ameaça à liberdade individual” (BARBOSA; OLIVEIRA, 2017, p.202).

Em adição, dentro da lógica da educação em casa, gerida pelos pais, a prática pedagógica em pauta ratifica a proposta da educação a *voucher*, defendida pelo expoente neoliberal Milton Friedman.

No texto “In the role of government in education” (sexto capítulo de *Capitalismo e liberdade*, uma de suas obras mais reconhecidas, de 1962), Friedman explicita crítica severa à ação do governo na oferta da educação ou instrução pública, considerando-a como uma extensão indiscriminada da sua responsabilidade. Assim, contrário à oferta estatal da educação, defende que o Estado deveria subsidiar a educação mediante programa de *vouchers* para estudantes de baixa renda, ainda que a administração das escolas deva ser totalmente privada. (BARBOSA; OLIVEIRA, 2017, p. 200).

Sob tal lógica, a defesa do aporte financeiro destinado à educação, a partir dos cupons (*vouches*) distribuídos pelo governo às famílias, ganha força a partir do ataque financeirista de Jair Bolsonaro aos direitos sociais no Brasil. Desde a assunção de tal governo pró-mercado, a defesa da iniciativa privada ganha força e, já em 2018, como noticiado amplamente noticiado pela mídia, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmava que sob os moldes estadunidenses e da ditadura chilena de Pinochet essa prática seria defendida.

Conforme Pires (2018) expõe em manchete ao Jornal “El Pais”, vouchers, ensino à distância e universidade paga eram os planos de Bolsonaro para a educação. Segundo o texto do renomado periódico, lia-se: “Inspirado em modelo de Pinochet, governo Bolsonaro avalia plano de incentivo a escolas privadas e diminuição de investimentos em universidades” (PIRES, 2018). Tal proposta estava presente, também, na pauta de outro concorrente presidencial e pró-mercado-livre, João Amoedo (Partido Novo), conforme visto em publicação em uma rede social do então candidato, a qual afirma:

Por que não adotamos o conceito de voucher em educação? O Governo daria vales para o cidadão escolher uma escola privada. O Governo não é eficiente construindo e administrando escolas. É a mesma lógica do Bolsa Família, em que o cidadão pode escolher onde gastar o seu dinheiro (AMOEDO, 2018).

Assim, percebe-se que a possibilidade de o indivíduo fazer o que bem entender com o aporte financeiro do governo (*voucher*), a possível opção pelo *homeschooling*, a implantação de um currículo flexível e a defesa de uma educação acrítica são realidades associadas ao avanço de governos de extrema direita neoliberal. Uma realidade que acentua a difusão das categorias de individualidade e flexibilidade como antídotos capitalistas no afã pela reprodução da taxa de lucro que esteve em xeque pela crise contemporânea do capitalismo financeiro.

Sob a égide dos gestores que incorporam esse pensamento, coletivamente nocivo, em consonância à política de precarização da educação pública, defesa da privatização das universidades, parcerias públicas privadas (avanço das escolas *charter*), a defesa da educação domiciliar e a discussão sobre a escola à voucher ganham terreno no bojo da financeirização de todos os âmbitos sociais e das destruições promovidas pelo capital e pelo Estado mínimo.

Assim, no limiar do século XXI, a sombra neoliberal tão difundida no mundo, parece intensificar-se, mostrando que o futuro ainda parece incerto, como menciona (Brandão, 2017). Não obstante, sabe-se que a educação como construção coletiva, democratizada e posta a serviço de um projeto de emancipação social, não encontrará suas respostas na lógica de mercado, conforme alegam Feldfeber, Assael e Oliveira, (2017). O insucesso do exemplo argentino, rapidamente aqui descrito, comprova isso. Os indicativos da incursão brasileira, repleta de destruição de direitos e ataques a educação e aos docentes, parece indicar o mesmo caminho. Faz-se, pois imprescindível a reflexão de tais premissas em consonância a outros setores sociais nevrálgicos, como o trabalho e a comunicação. É essencial que se denunciem as antíteses desse processo que avança, combatendo, principalmente no âmbito das camadas mais atingidas por ele, as desconstruções, as fantasias, o jogo discursivo (muitas vezes eleitoreiro) que visa seduzir as massas ao encanto neoliberal.

Como se sabe, a onda de desregulamentações e de retiradas de direitos, os ataques ao papel do estado enquanto mantenedor da coesão social têm o único objetivo de injetar novo ânimo à espiral do capitalismo que se encontra em nova crise, após o colapso do sistema financeiro mundial 2008. Conforme se nota, os exemplos citados confirmam a exposição de Laval (2019), brevemente aqui já apontados, que demonstram, por parte dos neoliberais, a intenção de sujeitar totalmente da educação à lógica do mercado, da empresa. A escola como um total negócio formador de mão obra e fomentador do lucro do empresariado.

Faz-se importante refletir como e por que, após tentativas de diminuir o abismo social e um esforço de aplacar inequidades, com programas de investimento social, transferência de renda, fortificação da educação pública gratuita e de qualidade, a sombra neoliberal ressurgem em plenitude. É plausível pensar que tenhamos falhado, abrindo a crítica, olvidado a formação de novos quadros de contestação. É perceptível que

[...] a implantação de dispositivos que garantam mais justiça aplaca a crítica, no que se refere a objetos de reivindicações até então feitas, mas também pode levá-la a deslocar-se para outros problemas, num movimento acompanhado, na maioria das vezes, por uma diminuição da vigilância sobre os antigos pontos de contestação, abrindo assim novas possibilidades para que o capitalismo mude as regras do jogo, provocando uma degradação das vantagens obtidas, com o resultado, a médio prazo, de um renascimento da crítica. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 64)

A sombra neoliberal adormecia, esperando o seu momento de retomada, assim como Klein (2008) aponta ao teorizar sobre a “Doutrina do choque”. A pesquisadora enumera, como prática neoliberal frequente, as intervenções em momentos de crise, de debilidade, de conflito social. Desde a implantação do ideário flexível no Chile, à sua chegada no Brasil e Argentina, com apoio dos governos militares então vigentes, o neoliberalismo aproveita-se desses momentos de “baixa guarda” social para, enfim, atuar, para transformar e vender à melhor proposta pedaços da rede estatal. Enquanto os cidadãos ainda se recuperam, as reformas são impostas e se tornam permanentes.

Esses fatos se confirmam ao analisarmos o contexto de Argentina e Brasil em seus governos Macri / Temer e Bolsonaro. Apesar de os governos antecessores (que anunciavam o desenvolvimentismo social de forma heterodoxa) nunca terem rompido totalmente com o *status quo* das políticas flexíveis da Escola de Chicago, essas tomam corpo rapidamente no momento de crise, revigoram-se. Ressurgem como protagonistas aproveitando o ensejo conflituoso, compondo um verdadeiro capitalismo de desastre. Denúncias de corrupção, exposição midiática negativa, crise política e econômica severa nos países em questão. Cenários perfeitos para o choque neoliberal ganhar adesão popular e instaurar-se como contraponto e paladino da salvação. A situação de Brasil e Argentina após os governos lulistas e kircheristas ratificam os preceitos de Klein (2008) e a nossa premissa de que a flexibilidade e o individualismo são categorias chaves na tentativa de prosseguir o desenho da espiral de lucro do capital.

Ademais, a necessidade da imposição da doutrina neoliberal a partir de políticas autoritárias, conforme demonstra Klein (2008) em seus escritos é confirmada nos discursos e atitudes aqui expostos, com relação à nova investida neoliberal na educação dos países em pauta. Pouco diálogo, medidas impositivas, abruptas, muitas vezes anunciadas em momentos truculentos sob “nuvens de fumaça” regados a polêmicas, metáforas infames e desejos de um ser acrítico.

Embora com suas idiossincrasias, os casos aqui expostos demonstram que o ataque à educação, sob a alcunha da flexibilidade e da individualidade, é evidente; é uma das armas neoliberais. Ficam notórios, ainda que com suas especificidades, o desprezo ao docente e sua culpabilização pelos problemas nacionais da área, a gestão por resultados, as métricas via exames, utilizadas para moldar a opinião pública e manipulá-la. O ataque à pesquisa e a criticidade. Fica nítida também a

escolha gerencial dos líderes da área educacional – homens de negócios, da área financeira. É notável a perda do valor do diploma, o desrespeito à formação, como aponta Laval (2019). É perceptível o uso das TICs (Tecnologias da Comunicação e Educação) como potencializadoras da mais-valia, como subterfúgios para a implantação de pensamentos em consonância à lei do capital regido pelo Estado Mínimo. É visível uma iniciativa privada ávida por abocanhar a estrutura das instituições públicas, transformando-as em negócio.

Ao analisar a discussão aqui exposta, é nítida a verificação um *modus operandi* que se repete. Práticas e ideologias que deve ser minadas antes que se repitam em outras oportunidades e se ampliem conjuntamente. Uma processualidade que deve ser combatida sob a forma de resistência, de esclarecimento. Recordemos as premissas de Mézaros (2015), ao propor que não há caminho para a equidade social a partir de uma educação voltada ao capital.

Ademais, concebendo as categorias da flexibilidade e do individualismo como tentáculos neoliberais que a tudo abraçam, propomos analisar também seu ataque às práticas comunicativas, como formas de potencializar o lucro, deturpar a democracia, retirar direitos sociais e aumentar a mais-valia. Mais uma página de uma análise conjuntural voltada ao esclarecimento de um *modus operandi* que captura “a alma” do ser social e ocupa seus espaços, permeando-o de seus anseios em todas as vivências sociais.

5 A COMUNICAÇÃO INDIVIDUAL E FLEXÍVEL EM TEMPOS INTERCONECTADOS: MAIS UMA ARMA PARA O AVANÇO NEOLIBERAL

Conforme discutido nos demais capítulos, a doutrina neoliberal tem extrapolado sua ação econômica, fixando seus tentáculos nas diversas áreas nevrálgicas para a formatação do ser social, intensificando suas categorias de flexibilidade e individualismo. Como também discutido, o desenvolvimento da Internet e das redes de computadores, estabelecendo o que Castells (1999) nomeou de Sociedade em Rede, trouxe alterações às diversas esferas sociais, configurando novas potencialidades de labor, de educação e de vivências, as quais serão também permeadas pelas categorias neoliberais aqui enfatizadas, a fim de formatar os sujeitos e as práticas conforme a lei do mercado determina. Dessa maneira, as práticas discursivo-comunicativas passam a moldar-se sob tal prima. A verdade passa a ser questionada, a ser flexibilizada. A imprensa é vista como falaciosa, a voz do indivíduo (unitário ou coletivo) prevalece sob pontuações racionais-científicas, questionando, subjetivamente, direitos, instituições e até mesmo a própria democracia. Formam-se bolhas, filtros, “novas” verdades. Individualismo e flexibilidade: as premissas neoliberais que destacamos neste trabalho, mais uma vez, ganham voz.

5.1 A internet e suas bolhas: uma nova interação social

É indubitável que a tecnologia de redes deu passagem a um processo de democratização da utilização e do consumo das mídias, alterando a noção que antes existiu acerca do chamado espaço público, bem como a formação de opinião (SANTAELLA, 2020). Como relembra autora, a numerosa quantidade de plataformas, redes sociais e comunidades, permite, hoje, disseminar qualquer forma de conteúdo a qualquer usuário. Interação e conexão passaram a ser fundamentais em nossas vidas.

Não obstante, a pesquisadora recorda que alguns teóricos como Pariser (2011), bem antes de acontecimentos atuais (nos quais a internet foi julgada como relevante para a manipulação de decisões populares¹¹) já asseveravam sobre a

¹¹ O processo de reconfiguração da União Europeia, conhecido como BREXIT, e a eleição de Trump (EUA) e Bolsonaro (Brasil) são exemplos.

ocorrência de filtros (bolhas-filtro) direcionados aos receptores da informação, com base no interesse de alguns grupos.

Conforme Keen (2007) exemplifica, há tempos, ao digitarmos algum termo nos motores de busca da Google, já vínhamos alimentando, automaticamente e sem consciência, uma “inteligência coletiva”, vista como um somatório do processamento de dados de todos os usuários do serviço. Essa lógica, chamada tecnicamente de algoritmos, é um espelho da sabedoria da multidão, da coletividade. Quando mais um link é acessado, maior a probabilidade de ele aparecer em buscas vindouras. Tal probabilidade se torna ainda maior caso tal enlace se relacione às premissas associadas ao perfil de um usuário em específico, numa espécie de personalização do coletivo.

Como exemplo da bolhas-filtro definidas por Pariser (2011) mencionamos o fato exposto pelo autor e ativista (Cuidado, 2011) ao comparar duas pesquisas distintas no buscador Google, as quais obtinham “milagrosamente” resultados distintos, personalizados. À guisa de explicação, teríamos o fato de nossos monitores serem espécies de espelhos unilaterais de nossos “interesses”, a partir da observação minuciosa de algoritmos que obtém dados em tudo o que clicamos, nossos “rastros virtuais”. Ademais, ocorre a criação de bolhas virtuais, também chamadas de “câmaras de eco” ou “molduras tecnológicas”. Como verificamos em Cuidado (2011), o pesquisador elucida¹² que a Internet nos exibirá o que alguns achem que desejamos ver, não necessariamente o que devemos ver.

Para ele, ao juntarmos todos os filtros aos que estamos expostos, somos submetidos à bolha filtro, que corresponde a um universo personalizado de informação. As informações constantes na bolha, para o autor, se associariam a quem você é, o que você faz. Cabe ressaltar que a decisão de eleger o que entra nessa bolha não nossa, além de não mais vermos aquilo que dela se elimina. Se antes havia “porteiros” humanos (editores) para a vigilância da informação, agora o trabalho é automatizado pelas máquinas, pela lógica algorítmica, recorda Pariser. Uma lógica, que como o autor coloca, não sabemos se é dominada apenas pela relevância, se nos expõe a desafios, opiniões diferentes, ou se passa por filtros éticos. O processo é ilustrado, no discurso do autor a partir das imagens a seguir.

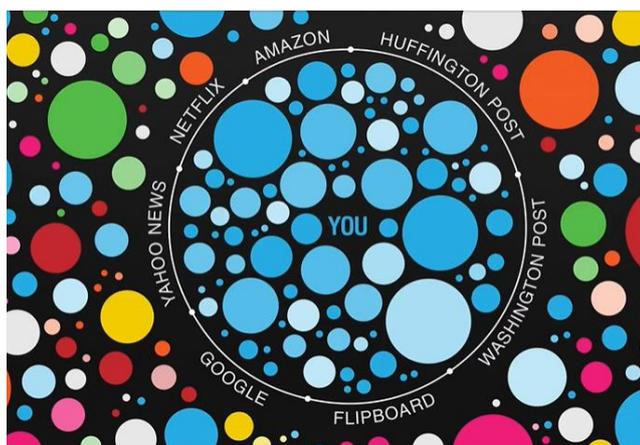
¹² Famoso discurso para o programa de palestras curtas *TED TALKS*. Disponível integralmente em: https://www.ted.com/talks/eli_pariser_beware_online_filter_bubbles?language=pt

Figura 4 – Usuário inserido no universo de informações online, segundo discurso de Pariser



Fonte: CUIDADO (2011)

Figura 5 – Seleção das inserções na bolha (dependendo do perfil individual do usuário), segundo Pariser



Fonte: CUIDADO (2011)

Figura 6 – Exclusão das informações que estão fora da bolha, sem que o usuário se dê conta, conforme ideias de Pariser



Fonte: CUIDADO (2011)

Aparici e García-Marín (2019) postulam que as bolhas informativas e ideológicas não são uma novidade. Mesmo antes da chegada da web, a presença dos filtros já existia: líamos os jornais que tinham afinidade com nossa visão de mundo, escolhíamos emissoras e programas que melhor sintonizavam às nossas crenças e gostos; participávamos de organizações e coletivos que discursavam segundo nossos ideais. Os locais que frequentávamos eram aqueles nos quais nos sentíamos cômodos, bem recebidos; nossas amizades eram construídas por afinidade. Hábitos que, conforme colocam os pesquisadores, continuam sendo parte do nosso cotidiano.

Dessa maneira, as redes não são responsáveis pela criação das bolhas informativas, nem da divisão ou polarização social. Não obstante, os autores afirmam que é mister examinar as novidades e especificidades que o ecossistema digital trouxe a essa questão. Para eles, essa nova gramática de interação entre os usuários (tanto entre si quanto com a informação) é pedra angular para a tendência *fake*, propagações de boatos e notícias falsas: É necessário focar em como nosso comportamento dentro das bolhas digitais nos conduz a extremos e altera nossa percepção, representação do mundo. Essa seria a questão.

A partir da perspectiva de Pariser, Santaella (2019) destaca que o pior dano ao nível pessoal, e que ecoaria ao nível coletivo, consistiria no fechamento que as bolhas descritas determinam às novas ideias, às ideias discrepantes. Como afirma a pesquisadora, a nível coletivo, os filtros corresponderiam a formas manipulatórias, que deixariam os usuários mal-informados, principalmente a serviço de práticas e interesses políticos escusos. As bolhas, destaca ela, são compostas por pessoas que ratificam a mesma visão de mundo, compartilham valores similares; têm senso de humor consonante. A flexibilidade algorítmica, que enquadra, assim, cada indivíduo em sua bolha ideológica personalizada, reedita o mito de Narciso: ele enxergaria seu reflexo não mais nas águas que lhe afogariam pela atração de sua imagem, mas em diversos componentes/ usuários da sua bolha de convívio virtual (e social) que ratificam seu pensamento e suas ideias.

Segundo Santaella (2019), diversas pesquisas comprovam que os motores de busca e as mídias sociais contribuem para a segregação ideológica, ao entregar resultados unilaterais aos usuários, restritas ao espectro político mais abrangente. Nesse sentido, há de se considerar que “a unilateralidade de uma visão acaba por gerar crenças fixas, amortecidas por hábitos inflexíveis de pensamento, que dão

abrigo à formação de seitas cegas a tudo aqui que está fora da bolha circundante” (SANTAELLA, 2019, p.16).

Conforme Michilo Kakutani postula, “a democratização libertadora da informação possibilitada pela internet não apenas estimulou a inovação e um empreendedorismo de tirar o fôlego, como também deu origem a uma enxurrada de desinformação e relativismo” (KAKUTANI, 2018, p. 54-55).

Essa referida “enxurrada”, seria, pois, nosso ponto de maior enfoque: em um mundo em que as categorias neoliberais de flexibilidade e individualismo reinam com veemência, como essa desinformação atuaria? Como essa verdade flexível seria danosa à população e como dela se apoderariam os grupos detentores das decisões sociais e do capital?

5.2 Individualidade e flexibilidade: formando Narcisos virtuais

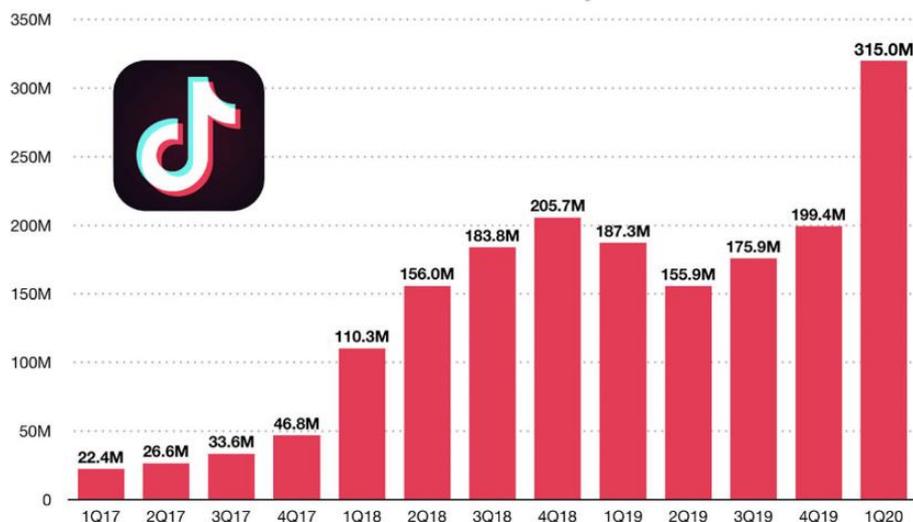
Conforme Aparici e García-Marín (2019) mencionam, o consumo das mídias nas bolhas analógicas obedecia a um padrão individual. Possuíamos a privacidade de nossos lares ao escolhermos e nos sentarmos diante de nosso jornal ou televisor. Nossa percepção da realidade era formatada na solidão de nossa própria bolha. Já no século corrente, as regras se alteram – outras câmaras de eco nos entregam a informação. As bolhas digitais nos posicionam (ainda que sob aparência individualizada) em um bando ideológico, de maneira ruidosa, acelerada e multitudinária. O efeito dessas delas se galga no sentimento de pertencimento, no fortalecimento de nossos próprios pensamentos; na distância de grupos contrários. Universos sociais simbólicos e efetivamente violentos são produzidos, destacam os pesquisadores.

Ademais, para os referidos autores, se comparada ao padrão analógico, a entrega atual da informação é feita de maneira mais descontextualizada. Os meios analógicos possuíam maior capacidade de oferecer marcos, situar a informação em lugares e espaços específicos, concedendo significados e justificando a presença das informações em seu meio. Nas bolhas digitais, no entanto, percebe-se que somos bombardeados por pequenos fragmentos informativos sem um *background* prévio fundamental. Não há um enunciador claro, não há fontes confiáveis. O padrão de leitura e de interação com a informação nas câmaras de eco digitais é feito a partir da barra de rolagem, cujos dados aparecem como em linha do tempo, na qual o leitor vai

“deslizando” pela interface. Essa formatação conduz a uma leitura superficial, rápida e efêmera das informações algoritmicamente organizadas em função de gostos, crenças, padrões de navegações e ações prévias (curtidas, postagens, compartilhamentos e comentários) do usuário. Um padrão de interação que pode gerar manipulações tendenciosas aos menos atentos, espalhar discursos falaciosos, relativizar e superficializar discursos que poderiam ser intensos, reduzir debates e instruções a vídeos curtos, pré-fabricados e excessivamente subjetivos.

Sob tal ótica, revisitando uma vez mais o mito de Narciso, recordamos o fato exposto por Keen (2007), ao mencionar que segundo o *The New York Times*, metade dos blogueiros postam com o único propósito de compartilhar suas experiências pessoais. O slogan da maior plataforma de vídeos do mundo, o Youtube, é *BroadCast Yourself* (“transmita-se”). Segundo o escritor, é isso que fazemos: os indivíduos compartilham a si mesmos, “transmitem-se” nas redes sociais com a desinibição e autoadmiração como um mítico Narciso. O fluxo midiático tradicional é, pois, substituído por um personalizado, as águas que refletiam Narciso são, agora, a Internet. Mais do que usar a rede mundial de computadores para procurar informações ou cultura, usamo-la para sermos as notícias, a cultura, a informação – para estarmos nelas. No mundo da flexibilidade informativa, o individualismo dos Narcisos virtuais se destaca.

Um exemplo a ser destacado envolve a rede social chinesa TikTok, a nova vedete juvenil do mundo interconectado. Segundo dados do serviço de métrica digital *Sensor Tower*, em abril de 2020, no momento de culminância do isolamento social em virtude da pandemia provocada pelo vírus SARS-COV2, o serviço de vídeos curtos havia sido baixado dois bilhões de vezes nas lojas mais comuns para *download* aplicativos: Apple Store e Google Play. O número não contempla outras formas de *Download* para o aplicativo, o que significa que o dado corresponde a um número inferior à quantidade real. O serviço Sensor Tower (2020) destaca, em adição, que o aumento recorde observado naquele período (incremento de 500 milhões de usuários em 5 meses) devia-se a busca por novas formas de entretenimento, compras, trabalho – novas formas de conectar-se aos outros, em meio a um momento de distanciamento social, embora o serviço já fosse amplamente popular, como exposto no gráfico abaixo:

Figura 7 - Downloads globais do aplicativo TikTok, de 2017 a 2020, por trimestre

Fonte: SENSOR TOWER (2020)

Conforme se nota, e como afirma o jornal El País em TikTok (2020), a aplicação de vídeos curtos parece ser uma das maiores beneficiadas, no âmbito dos negócios da internet, pelo confinamento pandêmico. Um período de vertiginoso crescimento de usuários e de lucros para a plataforma.

No mundo das bolhas virtuais, os usuários do TikTok, em sua maioria jovens, gravam vídeos pessoais, contando histórias, mostrando seu dia a dia; suas atividades triviais. Dançam, (na maioria das vezes sozinhos, embora com movimentos sincronizados e com canções populares na rede), fazem dublagens, imitações, dão dicas de alimentação, estudo, fazem “pegadinhas” (ou *trollagens*), paqueras etc. Os vídeos de 6 a 15 segundos (e que podem ser encadeados numa sequência máxima de 60 segundos), são expostos em uma “linha” de rolagem vertical, na qual alternam-se os vídeos com o passar de um dedo pela tela. A navegação é dividida em “Para você” (vídeos disponibilizados pelo algoritmo, de acordo com a interpretação de seu gosto pessoal e interesses - calculados por meio de suas interações prévias e perfil) e “Seguindo” (vídeos de perfis já adicionados previamente pelo usuário).

Como Quiroz (2020) assevera, a interface de rolagem não permite prever a seleção do próximo vídeo (feita aleatoriamente), o que gera grande entretenimento e compulsão. A possibilidade de compartilhar vídeos, curtir, fazer comentários e baixar o áudio também estão disponíveis. Aliás, destacamos que as gravações que utilizem áudios (danças, músicas, vozes) que estejam em alta (*hype*) são altamente mais

propensas a serem “entregues” pelo algoritmo, o que as torna repetidas milhões de vezes. Por diversas vezes, desafios são lançados para serem replicados, seguindo uma tendência já existente no mundo da internet, o que gera alto fluxo de compartilhamento, visualizações, curtidas e comentários, o esperado “engajamento”. A autora argentina recorda, ainda, que a espontaneidade e o humor costumam ser os principais chamarizes para o aplicativo. Nele, as atitudes e performances são menos “pensadas” que nas demais redes sociais como o Instagram, que hoje requer, por parte dos usuários, padrões de organização de perfil, modos de tirar fotos, formas, estéticas pré-definidas. No TikTok “vale tudo”, destaca a autora por meio de um depoimento juvenil.

Ainda que os vídeos apresentem o *hype*, as tendências, cada usuário os faz de modo distinto entregando seu algo de pessoal. Estar na rede, seguir a tendência, gravar seu vídeo, ainda que seja de forma individual, faz parte da nova maneira de gerar laços e sentir-se junto, destaca Quiroz (2020). Nesse mundo, mostrar-se, alcançar milhares de seguidores, ser reconhecido, ganhar centenas de curtidas e comentários, ser uma “celebridade”, acaba, em muitos casos, tornando-se um negócio, uma meta de vida, no qual muitos “Narcisos” com seus vídeos irreverentes e únicos anseiam destacar-se.

Além da interação demonstrada, não se pode olvidar que, no mundo neoliberal-globalizado, tudo se torna mercadoria. Desse modo, apesar de o serviço, que consiste na gravação de vídeos pessoais curtos, ser ofertado de maneira gratuita, compras podem ser realizadas na plataforma, que tem alcançado lucros bilionários e crescentes. As categorias da individualidade e da flexibilidade, que como demonstrado neste trabalho fazem parte de um contexto de expansão neoliberal hodierno, têm, assim, se destacado também no âmbito comunicativo. Tais características, que constituem uma constante nas distintas esferas sociais, são apropriadas e estimuladas pelo grande capital, a fim moldar padrões, opiniões, atitudes e, claro, ampliar a taxa de lucro.

Como Keen (2007) arrazoia, a flexibilidade algorítmica também seleciona as manchetes e informações a serem destacadas nos veículos de comunicação digitais. A curadoria, a seleção de editores e a exposição de fatos por relevância são agora substituídos pelo número de cliques, pelos assuntos mais procurados, às vezes menos importantes. Destacam-se fatos simplórios, em virtude de seu “sucesso

momentâneo”, em detrimento de conflitos importantes e questões complexas. Afundam-nos no pântano da banalidade. Desse modo, percebemos uma organização flexível, feita de forma aparentemente individualizada, que fará com que a atenção do leitor seja capturada, mas que favorece a falta de profundidade na recepção da informação.

Conforme pondera Santaella (2019), o contexto esboçado torna as pessoas mais vulneráveis a propagandas manipulatórias e promove a confirmação preconceituosa de crenças – uma realidade observada dentro do contexto focado nesse trabalho. Tal unilateralidade dos discursos, tal flexibilização da verdade individual, referendada em bolhas discursivas virtuais, contribuirá para que o “canto da sereia” neoliberal se espalhe, solidifique e coopte parte da população, que referendará tais visões, inclusive antidemocráticas e danosas aos direitos coletivos, a partir das herméticas bolhas de conteúdo. A falácia, repetida enfaticamente e com todo aparato neoliberal (permeado nos âmbitos psicológico, laboral e educativo), ecoará e será defendida até por aqueles a quem debilita - a fim da potencialização do capital. No reinado das bolhas, o feudo da desinformação surgirá como arma de potencialização neoliberal, de recrudescimento de práticas nocivas à democracia, ascensão política e falseamento da verdade. Eis mais um artilho do capital.

5.3 A verdade falseada: a era da desinformação e a ascensão da ultradireita neoliberal

Em meio ao crescimento da lógica de redes, que anteriormente descrevemos, e que mais se solidifica a cada dia, Rodríguez-Ferrándiz (2019) destaca a eleição do termo *pós-verdade* como palavra do ano 2016, segundo o dicionário Oxford. O autor recorda que, nesse caso, o prefixo “pós” não se refere a posteridade no tempo, como se verifica em palavras como “pós-guerra” ou “pós-parto”, mas possui a acepção de superação, cancelamento; não relevância. Considerada essa reflexão metalinguística, o pesquisador rotula a época contemporânea, a época pós-verdadeira, como aquela em que o apreço pela verdade se torna inútil ou quimérico. Flores Morales (2019) recorda como a Real Academia Espanhola define o termo, a partir de 2017, descrevendo-o uma deliberada distorção da realidade, manipulação de crenças e emoções a fim de influenciar a opinião pública e as atitudes sociais. O autor destaca também a relação do termo com a Guerra do Golfo, ainda em 1992, nas palavras do

dramaturgo sérvio-estadunidense Steve Tesish, ao retratar o povo que, embora livre, queria viver um mundo de pós-verdade, um mundo em que a verdade não é importante nem relevante.

Como o pesquisador revela, deparamo-nos frequentemente com meias verdades, verdades incompletas, validadas pela mídia ou pelas redes sociais. Flores Morales (2019) recorda, então, produtos ditos com benefícios nutricionais, como um item rotulado como leite evaporado (leite cuja água foi parcialmente removida por evaporação) que, na verdade, era um leite modificado ou bebida com sabor de leite. Denunciada a questão, para a empresa, a incongruência corresponderia apenas a um problema de rotulagem, um pequeno detalhe e não uma infração. Essa foi a justificativa dada à opinião pública, sem maiores rechaços posteriores; revelando uma aceitação tácita.

Pelo caso, vê-se que vender um produto que não correspondia ao seu rótulo, infringindo a legislação alimentícia, somente necessitou de uma versão explicativa dos dados. Para os autores, mais escabroso que não admitir o erro, ou mentira, é apresentar uma nova versão dos fatos, os quais são aceitos pela sociedade sem nenhum problema. Essa é a pós-verdade, que penetra no marketing, permeia declarações políticas, julgamentos e diversos fatos midiáticos, recorda o pesquisador.

Para Flores Morales (2019) enquanto acontecimentos que trouxeram à tona o termo pós-verdade, destaca-se o processo de saída da Reino Unido da União Europeia (BREXIT) e as eleições presidenciais dos EUA em 2016, que elegeu Donald Trump (processo que analisaremos adiante).

No primeiro caso, a propulsão do movimento deu-se a partir de mensagens curtas e diretas que informavam que a União Europeia exercia demasiada influência na economia inglesa, necessidade de rever uma “permissiva” política de acolhimento de imigrantes e perdas financeiras ao fazer parte do grupo. Mensagens sem esteio real e que influenciariam a opinião pública no referendo sobre o tema.

Já na segunda menção, ocorre o destaque a informações falaciosas ou tendenciosas, como o rumor de Obama ser africano ou mulçumano, a imunidade total que a candidata Clinton daria aos imigrantes e o apoio do Papa a um dos candidatos. Na posse de Trump, inclusive, ao contabilizar-se a pequena presença de público presente em comparação ao governante antecessor, uma representante do governo flexibilizou o fato, expondo tratar-se de uma informação (versão) alternativa, já que

não havia como contar as pessoas ali presentes. Dois fatos da esfera política, inseridos no panorama de alto desenvolvimento das redes computacionais, envoltos a um momento de égide neoliberal, e que demonstram como a verdade “passaria” a ser tratada sob diferentes visões; visões flexibilizadas e individualizadas. Anúncios de que o reino da verdade individual e flexível estava instaurado e associado às práticas dos governos do espectro político direitista-neoliberal.

Como Souza (2019) relembra, se é impossível reconhecer a realidade, no bojo da epistemologia pós-moderna que recentemente despontara, basta colocar em disputa as narrativas acerca dela. Conforme D’Ancona (2018) elucida, a corrente de pensamento citada faz parte do fundamento intelectual da pós-verdade, pensamento do qual Kakutani (2018) também compartilha.

Para a autora estadunidense, o amplo cenário pós-moderno, que chega às universidades americanas na metade final do século XX a partir de teóricos franceses como Foucault e Derrida, revelar-se-iam transformadores e emancipadores em áreas como cinema, arquitetura, música e pintura. Dariam origem a trabalhos inovadores, “destruindo tradições de narração de histórias e rompendo as fronteiras entre os gêneros, e entre cultura popular e alta cultura” (KAKUTANI, 2018, p.55). Não obstante, ao serem aplicadas à história e às ciências sociais, originariam implicações filosóficas dos mais diversos tipos (de forma intencional ou não. Reverberações que, posteriormente, gerariam repercussões variadas em nossa cultura.

A ganhadora do Prêmio Pulitzer recorda que, embora o pensamento pós-moderno envolva um caleidoscópio de visões, de maneira geral, seus teóricos rechaçam a existência de uma realidade objetiva. Postulam que categorias como classe, raça, gênero são variáveis para a percepção do conhecimento.

“Ao rejeitar a possibilidade de uma realidade objetiva e substituir as noções de perspectiva e posicionamento pela ideia de verdade, o Pós-modernismo consagrou o princípio da subjetividade” (KAKUTANI, 2018, p. 56). Ideias consensuais, as grandes metanarrativas universais, a visão da história enquanto narrativa linear, por exemplo, são colocadas em questão. Há uma migração do ideário pós-moderno acadêmico para o *mainstream* político, recorda a pensadora. Uma migração que irá gerar um tsunami de verdades subjetivas, individuais, flexíveis – a pós-verdade. Como Dunker define, “[...] a pós verdade é antes de tudo uma verdade contextual, que não pode ser escrita, posta no bolso e rerepresentada amanhã, como garantia de fidelidade,

compromisso ou esperança gerada pela palavra” (DUNKER, 2017, p.19). Uma arma poderosa para a manipulação capitalista, a verdade flexível e individual: a pós-verdade e suas múltiplas narrativas.

Segundo Flores Morales (2019), um dos pontos cruciais da pós-verdade é seu caráter emocional. Tema bem manipulado pela classe política para flexibilizar a verdade ante a população e não se sentirem mentirosos, ganhando a atenção de simpatizantes, mesmo que, metaforicamente, diante de um “nariz de Pinocchio” avantajado. Um caso exemplificado é o de uma congressista peruana, cujo currículo foi encontrado com dados irregulares relativos à sua formação. Ante o fato, a política nega e dá explicações sem fundamento (recordamos que fato parecido também ocorrerá no Brasil com um indicado ao Ministério da Educação). Nessa perspectiva, para muitos políticos, a “sua” verdade é a “verdadeira”. A sua visão dos fatos é a que importa, a difusão de mentiras, duramente defendidas e tidas como verídicas por muitos é uma prática para arrebanhar grandes massas.

Para Dunker (2017), tal visão desdobra-se em distintas implicações políticas, morais e institucionais. Nossos laços amorosos são afetados, bem como as formas de sofrimento “principalmente na medida em que estas dependem de descrições, nomeações e narrativas” (DUNKER, 2017, p. 20). Cremos, pois, que a verdade individualizada, flexível, torna-se parte um aparelho maior. É englobada nas práticas capitalistas hodiernas, do estado mínimo, do cidadão individual (homem empresa), das regras flexíveis para aqueles que “podem” mais. Uma ferramenta de individualização e flexibilidade em torno dos ideais de potencialização do capital e sua espiral de lucro.

Conforme Santaella (2019) assevera, embora a prática seja antiga, em tempos contemporâneos a diferença emerge da maneira como as notícias são produzidas, disseminadas e interpretadas: “A partir da emergência da internet, da cultura digital e das redes sociais, surgiram novos modos de publicar, compartilhar e consumir informação e notícias que são pouco submetidos a regulações ou padrões editoriais” (SANTAELLA, 2019, p. 30). Para a autora, torna-se difícil conferir a confiabilidade ou não de estórias e notícias, já que essas procedem agora de fontes múltiplas, variadas. Além disso, difícil é compreender o funcionamento das redes, acompanhar o grande fluxo, a acumulação de informações.

A autoridade e a habilidade para publicar agora passam de mão em mão. Links do Facebook e do Twitter se parecem uns aos outros, pois não são aquilatados com valoração diferenciada. Não há regras para a aceitabilidade do que se pensa e se fala quando as normas desvanecem. Foram erodidos os princípios daquilo que uma conversação deve ser (SANTAELLA, 2019, p. 31).

Além disso, a pesquisadora destaca a lógica de caça-níqueis (*clickbaits*) sob a qual as redes operam. Há uma valorização pelo volume de tráfego de postagens ou de uma página. Uma mensagem sensacionalista atrai cliques, e, em cascata, compartilhamentos. À medida que o tráfego aumenta, maior será a difusão da inverdade regida por esse modo de propagação. Um fato impulsionado pela não filtragem do apelo emocional e pela razoabilidade do bom senso, recorda a autora.

Como Flores Morales (2019) recorda, a notícia é tão repetida que acaba crível, ou pelo menos gera aceitação sem prévio juízo. É um processo que auxilia a eleger presidentes, congressistas, autoridades municipais, sem os requisitos que seus postos exigem e com qualidades humanas duvidosas. É aí que tal processo será aproveitado pelos interesses escusos do capital, como tão frequentemente se vê hodiernamente. Constrói-se o império discursivo das “*Fake news*”.

Segundo Martens *et al.* (2018), no informe “*The digital transformation of news media and the rise of disinformation and fake news*”, o rótulo “fake news”, embora englobe uma prática mais antiga que a própria imprensa, é uma “novidade” recém adicionada ao léxico midiático. Segundo o serviço de buscadores Google, o termo teve vida obscura até o pleito presidencial estadunidense de 2016, quando sua frequência de pesquisas cresceu agudamente, ao lado de termos correlatos como “pós-verdade” e “fatos alternativos”, em referência a perceptíveis e deliberadas distorções nas notícias como o objetivo de alterar panoramas políticos e exacerbar a polarização social.

Ainda segundo o informe, existem diversas definições para a prática. De acordo o dicionário UK Cambridge, o termo *fake news* é definido como histórias falsas que aparentam ser notícias, espalhadas pela internet ou através de outras mídias, criadas para gerar impacto político ou mesmo piadas. O dicionário US Collins traz uma definição mais assertiva, segundo o documento, ao rotular a prática como informação falsa, frequentemente sensacionalista, disfarçada de notícia. Martens *et al.* (2018) ainda recordam, a partir de dados da Reuters sobre a dificuldade de classificação das *fake news*, tendo em vista diferentes categorias nas quais essas se enquadram, como:

notícia inventada para desacreditar alguém ou gerar dinheiro, notícia baseada em fatos (mas que se alternou para satisfazer determinada agenda), notícia com a qual o público não concorda ou não se sente confortável. Além disso, recorda-se que elas podem ser classificadas segundo sua fonte, conteúdo, método de propagação e intenção.

Martens *et al.* (2018) recordam a visão de Wardle e Derakshan (2017), que constroem uma distinção a ser feita a partir de categorias (três) de dano e falsidade: desinformação pelo compartilhamento de informações falsas, mas que não pretendem causar dano; informações falsas propositalmente difundidas para causar dano; desinformação quando dados genuínos são compartilhados com intenção danosa, ofertando informações que são de caráter privado para a esfera pública.

Tal difusão falaciosa de informações é caracterizada por como a utilização da ausência da razão nas práticas noticiosas, “seja no ocultamento de contradições sociais gritantes pela mídia hegemônica ou pelo jornalismo apologético realizado por midiativistas direcionados a catalisar seus adeptos em bolhas digitais” (SOUZA, 2019, p. 6).

Dentro dessa concepção, a desinformação é utilizada como tática política, como veremos adiante ao analisar governos recentes que usaram tal *modus operandi*. Acerca dessa nomenclatura, cabe defini-la, conforme expõe Pérez (2019), como um fenômeno que abarca a exposição fraudulenta ou enganosa de conteúdo informativo, os discursos de ódio, discursos deliberadamente falsos, equívocos (erros) jornalísticos falsamente calculados por empresas midiáticas ou jornalistas. Seria a distorção da informação a partir da difusão de notícias falseadas que enganam o receptor final, recorda o autor.

A desinformação, pois, corresponde a um conjunto de práticas corriqueiras vistas e difundidas por grupos hegemônicos, antidemocráticos, associados ao grande capital em sintonia com as noções das categorias flexibilidade e individualismo do neoliberalismo contemporâneo acelerado— é mais uma de suas armas, como nos exemplos que veremos adiante. Assim, na era da pós-verdade, o termo desinformação é, para Pérez (2019) o termo que consegue abarcar todas as práticas aqui mencionadas anteriormente, um termo de maior amplitude, ou seja, um “guarda-chuvas” semântico.

Como Sérgio Amadeu da Silveira ratifica, em entrevista a Farias e Lopes (2020), assiste-se, há alguns anos, o emergir de um espectro político ultradireitista, que passa a questionar a racionalidade do Iluminismo. Aqueles que desse pensamento compartilham, consideram que o debate racional-factual culminaria a um nocivo agigantamento do Estado, e, assim, ao, para eles, abominável marxismo. Para o pesquisador, os vários grupos que dividem tal raciocínio, via de regra comprometidos com a agenda neoliberal exacerbada, valem-se do cultivo da desinformação como estratégia política de destaque. Uma insistente ação política é gerada a partir da desinformação, recorda. Uma realidade à qual precisamos atentar-nos.

5.4. O exemplo Trump-Bolsonaro: a flexibilidade da verdade e a razão neoliberal em tempos interconectados

5.4.1 O governo Donald Trump

Kakutani (2018) recorda que apesar de o incubar do ataque à razão e à verdade ser forjado durante anos nos Estados Unidos, o grande centro capitalista mundial, o ápice de tal prática ocorreu no recente governo de Donald Trump. Stolee & Caton (2018), (*apud* Viscardi, 2020) indicam três pontos capitais para o entendimento da ascensão de Donald Trump ao poder, que seriam a “mensagem” por ele transmitida, a sua mediatização por meio do Twitter, bem como a opção da comunicação direta do empresário com sua base.

Como recordado por Kakutani (2018), falando positivamente de teóricos radicalistas e racionalistas, o empresário (que se tornaria presidente), sob a égide de retomar o crescimento americano (alimentando o nacionalismo, o orgulho patriótico e sua liderança perante o mundo), apresenta-se como uma novidade. Destacava seu caráter anti-imigração e seu fundamentalismo religioso. Um *outsider* na política – aquele político não tradicional, alinhado com o mercado e que viria para revolucionar. Como se nota, em seu discurso, repleto de individualismo meritório, o personalismo individual e a flexibilidade, são categorias extremamente relevantes para a compreensão da chegada de Trump ao poder.

Nesse contexto, após o empresário ganhar o pleito de 2016, Kakutani (2018) recorda a inexistência de algum esforço para suprir sua ignorância política acerca de

políticas interna e externa. Trump lia apenas o que reafirmava suas crenças, minimizava e negava informações acerca de uma possível interferência russa na manipulação de informações para a população americana durante as eleições – discussão que provocava sua ira, relembra a autora.

Durante seu governo, o chefe maior da política estadunidense lia apenas informações de veículos de imprensa que seguiam sua inclinação política, passava horas assistindo à TV, conforme relatos, focado em veículos bajuladores. Ademais, recebia um “dossiê” elogioso, com tweets, entrevistas, matérias jornalísticas a ele positivas e fotos suas nos meios de imprensa que lhe expunham “poderoso”, recorda a autora. “A propensão de Trump para o caos não só foi contida pelos mais próximos a ele, como contaminou toda a administração” (KAKUTANI, 2018, p. 32). Garantindo ser o único crivo que importava ao tratar-se da criação de políticas, o então presidente dos Estados Unidos, em seu “achismo”, ratificava sempre seu rechaço pelo conhecimento institucionalizado, ignorava apontamentos de conselheiros e membros importantes e especializados do governo e de agências renomadas - até mesmo excluía-os de discussões importantes. Sua verdade era a única que importava.

Como visto ao longo desse trabalho, a razão neoliberal do lucro e suas premissas de individualismo e flexibilidade têm abarcado seus tentáculos em todas as esferas sociais – moldando o eu para uma padrão indivíduo-empresa, diminuindo (ou excluindo a criticidade), depauperado as instituições educacionais, pautando as relações interpessoais com as bases individuais e mercantilizadas. Nesse sentido, ratifica-se a menção de Kakutani (2018), ao pontuar que, durante o governo Trump, o menosprezo da Casa Branca ao conhecimento técnico, especializado; institucionalizado, bem como da experiência, seriam reflexos de atitudes mais amplas que permeariam toda a sociedade americana, já que como sabemos, essa está embebida pela lógica flexível-individualista neoliberal que discutimos nesse trabalho.

Nesse entremeio, a autora recorda ainda o contexto social-midiático hodierno, o qual discutimos anteriormente nesse trabalho. Inseridos na lógica da expansão da internet, redes sociais e veículos digitais (na qual o conhecimento seria “livre”), qualquer indivíduo pode debater (até mesmo anonimamente), publicar, e até mesmo argumentar como especialista, por mais desinformado que seja acerca do tema. O debate público é invadido pelo “achismo” das opiniões, muitas vezes moduladas pelas bolhas virtuais e distorcido pelas fake news; pela desinformação. Citando Keen

(2007), que concebe tal realidade como um “culto do amador”, Kakutani destaca que a sabedoria das multidões toma “o lugar do conhecimento legítimo, nublando perigosamente os limites entre fato e opinião, entre argumentação embasada e bravata especulativa” (KAKUTANI, 2018, p. 39).

Assim, vê-se que a ignorância passa a ser aclamada e retroalimentada nos debates virtuais, muitas vezes falaciosos – uma prática amplamente observada no governo “trumpista” e em outros que se alinham. A experiência, a cientificidade, a formação, passam, pois, a também serem flexibilizados, passam a serem preteridos pelo viés ideológico do indivíduo. Indicações baseadas em nepotismo, conchavos políticos “ou por estarem comprometidos com o enfraquecimento de agências que pudessem atrapalhar os planos desregulatórios de Trump” (KAKUTANI, 2018, p.4).

Conforme a autora recorda, apesar de a queda da confiança nas instituições e narrativas oficiais poder ser observada desde a década de 1960, a democratização libertadora do momento hodierno interconectado, o boom da internet e das redes sociais, dentre outras correlações, origina essa avalanche vertiginosa de desinformação e relativismo. Um processo para o qual a migração das ideias pós-modernas para o discurso político ajudou a fomentar.

O argumento pós-moderno de que todas as verdades são parciais (e dependem da perspectiva de uma pessoa) levou ao argumento de que existem diversas maneiras legítimas de entender ou representar um acontecimento. Isso tanto encorajou um discurso mais igualitário quanto possibilitou que as vozes dos outrora excluídos fossem ouvidas. Mas também foi explorado por aqueles que quiseram defender teorias ofensivas ou desacreditadas, ou equiparar coisas que não podem ser equiparadas (KAKUTANI, 2018, p. 87).

Sob essa perspectiva, a escritora arrazoa que os criacionistas propalam a teoria do “design inteligente”, a qual deveria ser ensinada nas escolas ao lado da “verdade” científica, da teoria da evolução, questionada e refutada. No bojo da liberdade, da flexibilidade, defendem que os dois lados devem ser ensinados. Ambas as visões devem ser consideradas, a fim de que todos sejam contemplados e escolham sua ótica. Da mesma maneira, negacionistas climáticos, representantes de movimentos anti-vacina e diversos grupos que não possuem a ciência como embasamento, difundem expressões que se associariam à visão de desconstrução: Um exemplo da ação da pós-verdade, da prevalência das *fake news* e do julgamento individualizado e flexível. Tudo isso posto nas mãos de um governo de extrema direita pautado pelo

neoliberalismo, que expande seus ideais como tentáculos que nos cercam por todos os lados. Uma receita ideal para cooptar a “alma” do ser social, para trazê-lo ao seu “time”.

Conforme Kakutani (2018) aponta, a atuação de Trump, que aqui expomos como arquétipo do movimento de avanço neoliberal que procuramos analisar, poderia ser rotulada como o clímax de um processo de distorção da realidade. No bojo desse contexto de difusão e aplicação da verdade flexível, a autora aponta o sentimento de desorientação sentido pelos cidadãos, diante de embates antitéticos que residem na desconexão entre o que a população sabe ser verdade, em comparação ao que afirmam os governantes; nas distorções entre o senso comum e funcionamento do mundo. Como aponta a escritora, um processo oriundo dos anos 1960, quando as narrativas oficiais (promovidas pelo governo e pelas elites) começam a fragmentar-se.

Como parte da estratégia do governante mencionado, Kakutani (2018) ainda aponta o discurso propagandista que ecoa frases simplistas, fáceis de lembrar, bem como de sua repetição contínua. Fatos constantes na campanha e governos trumpistas, como ocorre com o jargão “*Make America Great Again*”, insistentemente repetido, como um mantra. Ademais, a autora destaca a corrente de inverdades proferidas, o que requisitou da imprensa a elaboração de longas listas, arrolando as mentiras proferidas e as normas por Trump violadas, sem contar com a contratação de serviços verificadores de fatos.

Estimulados pela “cartilha” de seu representante,

republicanos no Congresso, por exemplo, mentiram descaradamente sobre os efeitos que seu pacote fiscal teria sobre o déficit e sobre a seguridade social, assim como mentiram sobre o quanto isso ajudaria a classe média – na verdade o pacote havia sido pensado para dar isenções fiscais para as grandes empresas, e para os muito ricos (KAKUTANI, 2018, p. 116-117).

Em adição, a pesquisadora recorda a substituição da linguagem da democracia e de seus ideais pela linguagem da autocracia, mediante a contaminação de palavras e princípios do Estado de direito por questões individualizadas (pessoais) e pelo partidarismo político. A lealdade que ele requeria era a si próprio, anelando o aplauso do Congresso e do Judiciário a seus desejos pessoais, independente do julgamento desses acerca de o que era melhor para o povo estadunidense. A investigação contra a interferência russa em sua eleição era tratada como perseguição pessoal (uma

“caça às bruxas”) da qual a imprensa era acusada. Seus adversários políticos eram taxados por adjetivos como mentirosos, corruptos, loucos; intolerantes Práticas que Kakutani (2018) credita não apenas ao ex-presidente dos Estados Unidos quanto aos membros de seu partido no congresso, que mentiam, a miúdo, em nome do presidente, além de fazerem pronunciamentos falaciosos que desconsideravam as evidências – como a afirmação (contrária às provas fotográficas) de que o público de sua posse ser o maior da história.

No afã pelo avanço do capital, as medidas de controle do clima foram rechaçadas. A verdade sobre o assunto precisava também ser maquiada, vista como uma falácia desnecessária. Era necessário flexibilizar a discussão, e, assim, Kakutani (2018) recorda as alterações dos dados que se referiam às mudanças climáticas, no site da Casa Branca, antes da posse de Trump. Os ambientalistas apressavam-se naquele momento para salvar e baixar dados governamentais sobre o assunto, com receio de que esses fossem perdidos, escondidos ou destruídos pela gestão vindoura: fatos que realmente ocorreram, recorda a pesquisadora. A linguagem de sites, postagens, redes sociais, deveria ser “atualizada” refletindo a visão do novo governo.

Outro aspecto interessante, que Koike e Bentes (2018) recordam, é a preferência do político estadunidense pelas publicações em rede social durante a madrugada, mostrando-se acordado naquele momento, expondo seus pensamentos, abrindo-se aos seus “seguidores” com “fidelidade”:

Muitas vezes, os *tweets* de Donald Trump são publicados às 2 ou 3h da manhã, o que permite suposições de que ele estaria escrevendo simplesmente o que vem à sua cabeça. Isso parece construir a imagem de que Trump expressa suas opiniões diretamente ao público dos Estados Unidos, livre das camadas de escritores e censores que normalmente cercam essa autoridade. (KOIKE; BENTES, 2018, p. 142).

Ainda no âmbito do discurso, Kakutani (2018) recorda que declarações precisas e fatos pouco significavam para o presidente Trump. Sua incoerência governamental era refletida em seus discursos, regidos por reviravoltas, desonestidades, sintaxe destorcida, má fé e retórica inflamada. As entrevistas de Donald, seus discursos improvisados e seus adorados tuítes “são uma mistura assustadora de insultos, exclamações, ostentações, digressões, *non sequiturs*, relativizações, exortações e insinuações – os esforços de um tirano para intimidar, confundir, polarizar e criar bodes expiatórios” (KAKUTANI, 2018, p. 122).

Com relação a esse gosto especial de Donald Trump pela rede social Twitter, Varis (2020) recorda um extenso antecedente. Trump, há anos, já se demonstrava ser um exímio “piador”. Antes de sua vida política, o então empresário já tecia elogios ao canal de comunicação, mencionando em 2012, por exemplo, que a mídia digital havia para sempre alterado o cenário das notícias e comunicação. Na época, a autora destaca que o presidenciável, textualmente, afirmara sua predileção pelo Twitter. Bickart, Fournier e Nisenholtz (2017), relembram que ao momento da campanha eleitoral de Trump, comentaristas de diversas inclinações políticas aconselhavam o afastamento do bilionário e aspirante à presidência de suas redes sociais, em especial à sua conta de Twitter, que merecia um “descanso”. Os pesquisadores da Universidade de Boston recordam que Trump rechaçou tais conselhos e, ao contrário do sugerido, ignorou a grande mídia em preferência a uma ferramenta pela qual entregava mensagens provocativas – diuturnamente e praticamente sem filtro algum. “Embora não existam provas concretas de que seus tweets o colocaram no topo da eleição, eles inegavelmente chamaram a atenção de um público amplo, incluindo a mídia – e continuam a fazê-lo” (BICKART, FOURNIER; NISENHOLTZ, 2017, tradução nossa).

Tais autores, sob a ótica do marketing, descrevem o *modus operandi* das impactantes postagens de Trump enquanto candidato e presidente e esboçam porque esse modo de ação, tão peculiar e combativo, deixou tantas marcas na opinião pública. Como Trump usa as redes sociais para atrair e manter a atenção em torno de si? Esse foi o questionamento dos pesquisadores.

Uma das respostas obtidas, segundo os pesquisadores, enquadra-se na técnica de “big seed”, o marketing de grande semente – um conceito de Duncan Watts, estudioso da sociologia das redes. Diferentemente da técnica de viralização, consistiria em “semear” uma mensagem entre muitas pessoas, para que então fosse rapidamente por elas espalhada.

Trump explorou a teoria de Watts em escala. Ele começou com uma enorme sementeira: pouco antes do dia da eleição, ele tinha mais de 19 milhões de seguidores no Twitter, 18 milhões de fãs no Facebook e quase 5 milhões de seguidores no Instagram. As redes de transmissão e cabo – quase sem querer – amplificaram as capacidades de rede de Trump. Toda vez que eles relatavam um tweet ou postagem, eles efetivamente semeavam a mensagem entre

milhões de espectadores, muitos dos quais, por sua vez, compartilhavam essas mensagens. Essa complementaridade offline/online ajudou Trump a dobrar seus seguidores no Twitter durante a campanha. As mídias sociais e de transmissão trabalham de mãos dadas, e Trump entendeu isso melhor do que seus rivais, ganhando, segundo algumas estimativas, quase US\$ 2 bilhões em tempo de transmissão gratuito até março de 2016 (BICKART, FOURNIER; NISENHOLTZ, 2017, tradução nossa).

Outro destaque dado pelos autores é o tom sensacionalista, chamativo, utilizado por Trump nas redes sociais. Conforme destacam os autores, não fosse o tom provocativo, irresistível a serem ignoradas, as mensagens não chamariam atenção da imprensa. Indivíduos em específicos não “morderiam a isca”. Os confrontos, muitas vezes recheados de pós-verdade, de informações descontextualizadas e não aprofundadas, em diversos casos envolviam pessoas conhecidas, como a renomada Meryl Streep, um CEO da Ford e até mesmo um líder sindicalista de Indianápolis, comentam os pesquisadores.

Bickart, Fournier e Nisenholtz (2017) destacam: as mensagens atingiam seus alvos à flor da pele. Falavam, com ousadia, de problemáticas caras a muitos: nacionalismo (versus globalismo), sexismo; insegurança financeira. Alvos prontos para o direcionamento dos holofotes e para as respostas acaloradas (e necessárias). Os seguidores trumpistas, alinhados com sua agenda neoliberal, conservadora e direitista, aplaudiam cada uma dessas mensagens impactantes, lacradoras (sic), como diz o jargão das redes sociais. Os textos eram prontamente e massivamente compartilhados e ganhavam status como os maiores tópicos globais em discussão. Trump utilizava a própria engenharia da plataforma ao seu favor.

O limite de 140 caracteres do Twitter provoca ao encorajar mensagens que estão prontas para citações erradas. Dentro dessas restrições, Trump não precisa explicar detalhes ou elaborar o contexto, e isso permite múltiplas interpretações da mensagem. O formato convida à controvérsia, incentivando a captação da mídia e aumentando o público da mesma forma. 2016 (BICKART, FOURNIER; NISENHOLTZ, 2017, tradução nossa).

Outra técnica utilizada, destacam os autores, seria a de mostrar-se “sem máscaras” na rede social, buscando criar uma relação de identidade, autenticidade, de laços interpessoais com seus seguidores e apoiadores. Suas mensagens não eram filtradas, eram espontâneas, refletiam sentimentos, emoções pessoais (muitas vezes acaloradas) sobre tudo. Seus seguidores, então, sentiam que conheciam o verdadeiro

Trump. Vemos que assim sua figura de outsider, de político não tradicional, era reforçada. Ratificava-se sua adjetivação de autenticidade, de sinceridade (tão criticada como faltante nos políticos “tradicionais”).

Essa revelação aparentemente de pessoa para pessoa do homem, com verrugas e tudo, concede autenticidade cobiçada e uma base de influência mais forte (e reação) do que a comunicação de massa jamais poderia (BICKART, FOURNIER; NISENHOLTZ, 2017, tradução nossa).

As postagens de Trump, relembra Varis (2020) impulsionavam ciclos de notícias; frequentemente definiam a agenda de reportagem da mídia. Muitas vezes, a rede social era utilizada para refletir, denegrir a imprensa, contar a “verdade” sobre a mídia. A autora recorda que em uma de sus postagens, em 30 de dezembro de 2017, o empresário digitou que não usava as mídias sociais porque gostava, mas porque elas representavam o único meio em que era possível lutar contra uma imprensa extremamente desonesta, a qual publicava histórias e relatórios puramente ficcionais e falaciosos. As redes eram seu único lugar para mostrar a verdade, a sua verdade.

Seguindo tais passos, durante seu governo, o bilionário e ex-apresentador de TV fez de seus tuítes um veículo de comunicação oficial do governo dos Estados Unidos da América. Independente de suas motivações - para desviar o foco sobre a interferência russa nas eleições, ou simplesmente para expressar o fluxo de consciência de um narcisista que requer atenção, e até mesmo para que as pessoas se acostumassem às suas bizarrices, como recorda Kakutani (2018) as postagens do presidente tinham consequência imediata (muitas vezes negativa), repercutindo em sérios assuntos de caráter global e até mesmo provocando atritos à ordem mundial pós-Segunda Guerra, assevera a autora.

Em seu afã de se tornar a voz do povo, as aclamadas redes sociais também foram criticadas por Trump, acusadas de ofertarem uma mediação enviesada e repleta de censura, quando alguma atitude era tomada era vista como contrária aos desejos do então presidente norte-americano. Seu filho, Donald Trump Jr, muito ativo ao questionar supostas censuras provindas das redes sociais, como recorda Varis (2020), interpela os “mestres das redes sociais”, acusando-os de tentarem manipular as eleições, impedindo a entrega de mensagens consideradas importantes e legítimas ao povo. O presidente norte-americano por vezes fez ameaças às plataformas de

mídia social, evocando a liberdade de expressão frente ao banimento, por parte de apoiadores seus, de postagens que feriam as políticas das referidas plataformas.

Como visto, o uso das redes sociais e sua engenharia algorítmica, cria uma armadilha da qual grupos com interesses político-capitalistas podem se apoderar, de maneira populista, para gerar mais engajamento, replicar suas mensagens escusas, espalhar a desinformação; chegar e perpetuar-se no poder. Como Kakutani (2017) coloca, essa sistemática não apenas contribui para a polarização, a partir dos filtros e criação de bolhas partidárias, mas fomenta a perpetuação de um discurso cada vez mais simplista-provocativo, a disseminação de teorias da conspiração e de mensagens políticas inflamadas e estúpidas, como as espalhadas por Trump e as apresentadas pelo “Vote Leave” no BREXIT. Difundem-se dados e textos que apelam para as emoções primárias, o medo, a raiva, o rechaço às minorias. Ou seja, vemos a expansão de um discurso flexível e individualista – a verdade que me cabe, com a qual me identifico, é a válida. A verdade que me beneficia é a única.

5.4.2 A gestão de uma pandemia em meio ao governo das pós-verdades: o exemplo trumpista

Com relação à gestão da pandemia de COVID-19, o renomado cientista Holden Thorp, assinando um editorial da revista Science, denuncia a desinformação promovida pela “era” Trump – temática que merece estudos específicos e aprofundados. Como o autor recorda, os primeiros discursos promovidos pelo empresário-presidente já assustavam a comunidade científica internacional (em fevereiro e março de 2020). Esses discursos transpareciam uma visão negacionista e simplória da enfermidade. Como Thorp (2020) coloca, ou Trump não leu os informes da Casa Branca que lhe foram passados, ou foi “protegido” de informações de maneira deliberada – a fim de criar justificativas negativistas plausíveis com a indolência federa sobre o assunto.

Enquanto ele jogava o vírus para o público, Trump não estava confuso ou inadequadamente informado: ele mentiu, repetidamente, sobre a ciência para o povo americano. Essas mentiras desmoralizaram a comunidade científica e custaram inúmeras vidas nos Estados Unidos (THORP, 2020, p. 1409, tradução nossa).

Como o autor pondera, a revista que representava já havia tecido críticas à postura e às deliberações de inúmeros governantes dos Estados Unidos. Críticas

relacionadas à postura do país perante a gestão das mudanças climáticas, degradação ambiental ou o apoio de governantes a teorias alheias à ciência em escolas públicas. Não obstante, o que surpreende naquele momento é que um governante estadunidense estava mentindo deliberadamente sobre a ciência, de maneira danosa, perigosa e que conduzia, diretamente, a mortes generalizadas de seus cidadãos. Para o autor, talvez tal momento possa ser rotulado como a maior vergonha histórica da política científica daquele país. Thorp (2020) menciona, por exemplo, desencontros nas diferentes ocorrências discursivas do presidente acerca do assunto. Em uma entrevista de fevereiro de 2020 (princípio da pandemia), Trump afirmara ser ciente da maior letalidade da COVID com relação ao vírus da gripe, bem como de seu potencial de espalhamento pelo ar. Cerca de um mês depois, o próprio presidente se contradiz, apontando ser a COVID apenas uma gripe comum, ao passo que seus conselheiros asseveravam que o vírus estava contido. A partir de evidências colhidas em textos de e-mail, Thorp recorda, ademais, tentativas de silenciamento – uma mordada a funcionários governamentais da área da saúde que tentavam dizer a verdade.

O editor da *Nature* cita, além disso, a negação (contra evidências) de que o vírus também assolava os mais jovens. O presidente insistiu na reabertura precoce de escolas e universidades e retomada dos esportes; adicionou à equipe gestora do cargo, profissionais sem experiência em epidemiologia.

Outra ponderação importante é a defesa de tratamentos sem comprovação científica contra a COVID-19. Niburski e Niburski (2020) rastreiam que entre 1º de março e 30 de abril de 2020, Trump postou 11 mensagens no Twitter divulgando terapias não comprovadas e as mencionou 65 vezes em informes da Casa Branca, divulgando, em especial, a hidroxireoquina e cloroquina. Essas mensagens tiveram engajamento 300% acima da média dos textos de Trump na referida rede social, recordam os autores.

O resultado de tamanha divulgação institucional por parte do presidente Trump, foi, segundo Niburski e Niburski (2020) que tais tratamentos questionáveis, incluindo também o uso da Azitromicina, passaram a povoar os telejornais, principalmente em veículos conservadores, como FoxNews. As buscas e compras na internet aumentaram após os discursos presidenciais, recordam os autores.

Outra questão que envolve a flexibilização do discurso e o culto personalista Donald Trump, relaciona-se ao processo eleitoral de sua sucessão presidencial nos Estados Unidos. Os momentos finais de Trump junto à presidência de seu país envolvem inúmeras acusações de fraude eleitoral que o teriam prejudicado.

Conforme Marins (2021) apura em reportagem ao site UOL, as principais críticas do então governante centraram-se no voto por correio e em fraudes de apuração. No primeiro caso, os questionamentos já eram oriundos da época pré-eleitoral, a partir da divulgação de números que demonstravam sua derrota nas urnas. Trump afirmava que o voto por correio (que ele mesmo já havia praticado enquanto eleitor) seria catastrófico e mundialmente vexatório. Já na segunda linha contestatória, foi construída uma narrativa de fraude na contagem dos votos, já que após a apuração sucessiva a um atraso logístico na contabilização de alguns estados, a liderança de seu oponente, Biden, ficou ainda mais acentuada.

Para Trump, ali residia uma infração: por que os votos por correio só “beneficiavam” sua oposição? Após pedidos de recontagem, tais acusações foram rechaçadas, a descontento do então candidato derrotado. Levado o caso à judicialização, os mais de 60 processos abertos não obtiveram êxito.

A transição presidencial, não obstante, não ocorreu sem contratempos. Incitados pelo discurso aqui mencionado, militantes trumpistas, em movimentos antidemocráticos, tentaram impedir a oficialização de Joe Biden na presidência, o que culminou em uma invasão ao Capitólio e em cenas assustadoras de violência. Para esses apoiadores de Trump, que nunca reconheceu sua derrota, a verdade que lhes interessava era única, diferente da promulgada pelos mecanismos democráticos e pelos meios de comunicação tradicionais, os quais tal público sempre decidiu rechaçar. A verdade, flexibilizada, estava com eles, era a sua própria versão dos fatos, sua ótica individual era a que contava.

Até o momento da elaboração desse trabalho, a responsabilização de Trump, seu incitar ao movimento antidemocrático e sua inação diante de tal ocorrido era questionada pela justiça dos Estados Unidos. Seus apoiadores, porém, continuam defendendo-o e fomentando um possível retorno no próximo pleito, em 2024.

Conforme Kakutani (2018) pontua, em meio a todas essas bolhas, algoritmos, falta de esperança e descrédito com os políticos, como chatear-se com as mentiras

de Trump, já que todos os políticos as cometem? Esse seria um argumento de seus defensores.

A apregoada lei que regeria o mercado e a vida hodierna, na ótica de Trump, é a da selva: todos contra todos; que sobreviva o mais forte. Uma lógica perceptível acerca da primazia do individual sobre o coletivo. Essas são afirmações corriqueiras ouvidas e repetidas por parte dos cidadãos de diversos grupos sociais, um mote para o político-empresário e que, como veremos, também é atuante para políticos de outras partes do mundo e que seguem tais inclinações neoliberais, ultradireitistas e conservadoras.

Como o bilionário em questão demonstra em suas palavras e atitudes, a empatia não lhe é inerente, sua visão de mundo é: matar ou ser morto, sempre levar vantagem, sempre se dar bem, sair ganhando, recorda a pensadora: Uma visão que se intersecciona muito bem com o contexto neoliberal que aqui estudamos, faz parte dela. Trump, pois, torna-se um arquétipo do impular neoliberal, pautado pelo individualismo e flexibilidade, que aqui estudamos. A revolução tecnológica impulsiona esse processo e dele faz parte, facilita sua tarefa. Faz como que muitos se identifiquem ou sejam por ele ludibriados. Espalha o ardil neoliberal, multifacetado sob o estandarte da “sinceridade”, sob a máscara do conservadorismo ou do rótulo do moderno, antipolítico, conservador; meritório. Um amálgama de perigosos ingredientes que, juntos, compõem a mesma receita: ampliar o poderio do capital, retomar e alimentar sua espiral de lucro, recortar direitos das minorias, alimentar a desfiliação social.

Com relação à realidade brasileira, importante para as análises desenvolvidas nesse trabalho, teremos uma versão “tupiniquim” do prototípico governante há pouco citado. Sob a condução de Jair Bolsonaro, o discurso neoliberal entonará um alto coro no Brasil, alimentado pelo individualismo meritório e pela flexibilidade discursiva das pós-verdades e fake news à moda de Trump. Uma lógica individualista se destaca: a verdade será a que interessa a determinados grupos, ao governo e ao mercado alinhados. Uma lógica impulsionada pelo deslegitimar da razão científica, em meio ao contexto de expansão das redes sociais e dos sistemas de rede interconectados.

Como mencionado em capítulos anteriores, Jair Bolsonaro chega ao poder após um conturbado pleito. Com pouco tempo televisionado, a campanha, repleta de denúncias associadas à disseminação de desinformações, focou-se nas redes

sociais, derrotando o candidato da esquerda – o ex-ministro de Lula e seu substituto na corrida presidencial, o professor Fernando Haddad.

5.5. Governo Bolsonaro

5.5.1 À escola de Trump, o discurso desinformativo alça a voz em meio à onda neoliberal

Stabile e Von Bülow (2021) recordam a importância sobre a reflexão dos impactos do crescimento da lógica interconectada, do uso das redes e mídias sociais e seus impactos na vida democrática. Conforme percebido nas ilustrações há pouco tecidas sobre o governo do direitista-neoliberal e conservador Donald Trump, tais recursos têm sido utilizados veementemente para forjar a imagem “*antiestablishment*” por parte de políticos que seguem o ideário mencionado, alimentando câmeras de eco, bolhas e algoritmos de seus simpatizantes, que, como visto, flexibilizam e individualizam o discurso e as interações em grupos “fechados”, onde só se lê aquilo que se interessa; só se discute acerca daquilo do que se crê. Bolhas nas quais o conhecimento e a mídia institucionalizada são rechaçados e discursos extremistas, repetidos ao extremo, geram efeitos de verdade.

Segundo, os autores arrazoam, parte importante das discussões acerca desse contexto reside na “afinidade seletiva”, a atração mútua observada entre atores e movimentos populistas e o uso das mídias sociais. “A eleição do presidente Bolsonaro, em 2018, é parte de uma onda recente de empoderamento de atores populistas situados à direita do espectro ideológico central, tanto no momento eleitoral como durante o governo”. (STABILE; VON BÜLOW, 2021, p. 481). Como ilustrado pelo governo Trump, e como veremos adiante acerca do governo Bolsonaro, no Brasil, a crise de desconfiança relativa aos meios de comunicação tradicionais é alimentada por alguns governantes, elevando as redes sociais ao status de verdadeira “voz do povo”. Nelas, poder-se-ia ser diferente, genuíno, dizer-se o que se pensa, como se pensa, sem filtros. As premissas da flexibilidade e o individualismo reinariam, pois, nessa estratégia populista-neoliberal. A “afinidade seletiva” mencionada por Stabile e Von Bülow (2021) encontra, pois, substrato ideal para proliferar-se. A eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil em 2018, assim como visto anteriormente no caso de Trump nos EUA, ratificaria isso.

Analisando quais segmentos priorizam o reino da “flexibilidade-algorítmica-interconectada”, os referidos autores destacam, com base em uma pesquisa de opinião pública, denominada “A cara da democracia”, que “aqueles que declaram ter votado em Jair Bolsonaro no segundo turno usaram mais a internet como fonte de informação política do que aqueles que votaram em outros candidatos” (STABILE e VON BÜLOW, 2021, p.485). Ganhando um espaço da televisão, mas ainda não substituindo-a como principal meio de informação, os eleitores de Bolsonaro, rechaçam fortemente alguns veículos, como a Rede Globo. Não obstante, a rejeição é apenas flexível, seletiva. A cobertura da Rede Record, por exemplo, mais alinhada como o discurso de Bolsonaro, conforme apontam diversos estudos, é vista com mais positividade por apoiadores bolsonaristas. Tal grupo também se destaca como o mais numeroso ao declarar que a maior fonte de inverdades é a mídia televisiva, apontam os autores.

Para Stabile e Von Bülow (2021), a relação entre o empoderamento de atores populistas e o uso das mídias digitais também está baseada na ideia de que elas conseguem agregar, criar vínculos entre aqueles que antes pareciam dispersos. Uma potencialidade que se observa em virtude da arquitetura das plataformas virtuais (a lógica algorítmica e os filtros-bolha discutidos no início do capítulo). Partindo desse princípio, os autores analisam, também com base na pesquisa “A cara da democracia”, como ocorre o ativismo digital dos eleitores brasileiros. Ressalta-se que uma alta porcentagem de entrevistados não realiza atividades mais complexas em seu “ativismo digital”, atendo-se ao compartilhamento de material – um evento costumaz entre os eleitores “engajados”. Vemos, aí, o gargalo para a distribuição massiva de material de desinformativo, como ocorrido na exitosa campanha presidencial de 2018 no Brasil e como vem sendo feito ao longo do governo de Jair Messias, conforme discorreremos a seguir.

5.5.2 “Ditadura gayzista” e ataques à imprensa

Para Cesarino (2019), as mensagens que povoam o ativismo digital durante a campanha bolsonarista (e adicionamos também como ocorrência em seu governo) apresentam como característica ser massivamente disparadas pelo aplicativo WhatsApp, apresentarem um padrão geral e serem tipificadas como textos que geram

uma dualidade amigo/inimigo. Ademais, rotulam-se pelo fortalecimento da imagem positiva por ressaltar o carisma do candidato, traçando vínculos entre ele e seus apoiadores; manutenção da atenção (por meio de teorias conspiratórias, mensagens alarmistas; desqualificação do oponente; canibalização do outro concorrente e desqualificação de fontes oficiais de informação como a mídia e a imprensa.

Dentre as pautas desinformativas bolsonaristas, amplamente difundidas como arma de campanha e argumento governamental, temos as discussões que envolvem as temáticas de gênero, sexualidade e família. “Mamadeira de piroca” e “Kit gay”, por exemplo, são lembrados por Viscardi (2020), como duas temáticas desinformativas utilizadas por Jair Messias para atacar seus oponentes. O primeiro objeto, com formato de pênis, estaria sendo difundido pelas escolas às crianças e adolescentes pela esquerda. O segundo, seria composto por material incitativo à homossexualidade, também difundido nas escolas pelo mesmo grupo.

Desmentida por diversos veículos de informação, comentários sobre a existência do “kit gay” povoou as mensagens bolsonaristas. Pregava-se que os “cidadãos de bem”, a “família tradicional” não deveria aceitar aquelas atrocidades vindas de “esquerdistas”.

a escolha desse referente, ainda que inverídico, contribui não só para desqualificar a imagem de seu opositor, mas também para reforçar a lógica do “nós” (os “cidadãos de bem”) contra “eles” (os que se distanciam da norma). Não importa, para o tuíte, que Bolsonaro esteja sendo o divulgador de uma mentira: importa a quem ele aponta sua acusação e o efeito que reverbera em seus seguidores ao definir seu opositor da forma como o faz. (VISCARDI, 2020, p. 1149).

Rosa, Souza e Camargo (2019) recordam que, com base em críticas fundamentadas principalmente pelo filósofo “anti-academicista” Olavo de Carvalho, o presidente e seus apoiadores ainda difundem desinformações de que o grupo LGBTQIA+ buscaria impor uma “ditadura gayzista” – termo utilizado para referir-se a teorias sociológicas rotuladas como “Ideologia de gênero”. Tal “ditadura”, afirmam os grupos bolsonaristas, seria uma arma difundida pela esquerda, principalmente nos colégios, com o objetivo de causar uma confusão moral, atacar as bases da família brasileira.

Os pesquisadores apontam que o presidente e seus apoiadores, cientes de que o ciberespaço tem papel fundamental enquanto “formador de opinião” na sociedade hodierna, valem-se de um discurso esteticamente caricato, debochado e viral nas

mídias sociais. É grande a aposta na produção de memes, notícias e vídeos, “que valorizam muito mais a forma do que o conteúdo preciso e evidências encontradas em fontes legítimas” (ROSA; SOUZA; CAMARGO, 2019, p.142).

Os autores colocam ainda que aquilo que é combatido por Jair Bolsonaro sob a etiqueta de “kit gay” – o qual visava converter as crianças em homossexuais, na verdade era uma proposta da gestão do Partido dos Trabalhadores para combate à homofobia, transfobia e o preconceito nas escolas. Um projeto denominado “Brasil sem homofobia”, pelo qual

o então presidente Bolsonaro tentou manipular a opinião pública proferindo um discurso falacioso na medida em que ele inventou intencionalmente fatos e dados inexistentes sobre o que chamou equivocadamente de “kit gay, com o propósito não apenas de desqualificar o seu opositor, mas, sobretudo, fomentar um discurso de ódio para com os professores e populações LGBTQI que passaram a ser tratadas como inimigos (ROSA, SOUZA; CAMARGO, 2019, p.145).

Acerca da desqualificação aos meios oficiais de informação, categoria reinante nas postagens de Bolsonaro, Amorim (2021) recorda que tal discurso hostil à liberdade de imprensa povoa o governo em pauta desde seu princípio. Esse é um fator que, para a autora, ratifica as tensões já anunciadas ao longo da campanha eleitoral. Assim como visto no governo de seu colega Trump, a quem se alinha, o governante brasileiro atacava grande parte da imprensa, em atitude de deslegitimação, possuindo e elogiando alguns veículos informativos mais alinhados com sua política. Além disso, a autora recorda uma visão mais condescendente às atitudes de Bolsonaro por parte da grande mídia, se comparadas a embates a governos anteriores, da esquerda. A autora também recorda o processo de desmonte estrutural em veículos de comunicação pública, bem como o aumento do controle governamental associado aos conteúdos produzidos por esses.

Como se nota, as controvérsias no campo comunicacional são muito relevantes para os anseios neoliberais – para um governo em prol do capital. “O caráter autoritário do governo do presidente Jair Bolsonaro se manifesta nas tentativas de obstrução às informações públicas e na postura contra a imprensa, o que torna o próprio governo fonte de desinformação” (AMORIM, 2021, p. 468).

Segundo o trabalho da pesquisadora, o nível de agressividade do então presidente brasileiro contra os meios comunicativos pode ser demonstrado em cifras.

Segundo dados da FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas), a autora aponta a existência de 415 ataques à presidência nos dois primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro, ou seja, 2019 e 2020. “Em 2019, a entidade contabilizou 116 investidas contra jornalistas e veículos de comunicação. Em 2020, a prática torna-se diária, e foram registrados 299 episódios, praticamente todos os dias” (AMORIM, 2021, p. 468). Os números contemplam todas as falas do governante de conhecimento público, a partir de diferentes meios, incluindo as redes sociais. Como destaca a pesquisadora, a maioria dos casos contabilizados reside, para a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais (FENAJ), em desqualificações da imprensa – investidas contra o jornalismo em geral ou contra veículos em específico que os deslegitimam, descredibilizam.

Conforme dados disponíveis na página do órgão, os ataques ao jornalismo e aos seus profissionais seguiram um alto patamar em 2021, contabilizando a cifra de 430 e casos¹³.

Segundo a presidente da instituição, Maria José Braga, “A continuidade das violações à liberdade de imprensa no Brasil está claramente associada à ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República” (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS, 2022). Conforme documento anual do órgão, em 2021, assim como em anos anteriores, o presidente brasileiro foi considerado o principal agressor. Foram por ele proferidas 129 ocorrências de descredibilização e 18 agressões.

A constância da violência contra jornalistas de um ano para outro está diretamente associada a três fatores: à sistemática ação do presidente da República, Jair Bolsonaro, para descredibilizar a imprensa; à ação de seus auxiliares e apoiadores contra veículos de comunicação social e contra os jornalistas; e à censura estabelecida pelo governo Bolsonaro aos profissionais da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS, 2022, p. 7).

Os dados referentes a 2021 apontam a censura e a descredibilização da imprensa como formas de violência mais frequentes: correspondem a mais de um terço dos ataques referentes àquele ano.

¹³ Informação disponível em: <https://fenaj.org.br/ataques-a-jornalistas-e-ao-jornalismo-mantem-patamar-elevado-e-somam-430-casos-em-2021/>

Enquanto figura protagonista dos ataques, tem-se a imagem de Jair Bolsonaro como agente descredibilizador em 129 episódios. Conforme Amorim (2022) aponta, ocorre uma estratégia de incluir a imprensa como inimigo nacional comum. No discurso presidencial, a mídia aparecem expressões como “a mídia mente o tempo todo, “a mídia é uma fábrica de fake news” e “imprensa de merda”, recorda o documento oficial da entidade representativa dos jornalistas. Em casos de agressões verbais a esses profissionais, o presidente “neoliberal-conservador” os qualificou de canalhas, quadrúpedes, picaretas, idiotas. Mandou, ainda, publicamente, uma profissional calar a boca.

No contexto enunciado, a FENAJ chama atenção em seu informe de 2021, para o posicionamento da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)¹⁴, enquanto alvo mais frequente de ataques relacionado a restrições à liberdade de imprensa. Os dados encontram-se ilustrados no infográfico abaixo, parte do dossiê do órgão jornalístico federativo.

FIGURA 8: Violência por tipo de mídia (dados referentes a 2021)



FONTE: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS (2022)

¹⁴ Conforme página governamental do “Banco Nacional de Desenvolvimento”, a “Empresa Brasil de Comunicação (EBC) é uma Empresa Pública fundada em 07 de abril de 2008, por meio da Lei Federal nº 11.652/2008, com sede em Brasília (DF). Tem por finalidade a prestação de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos”.

Cabe ressaltar que, conforme a publicação elucidada, dentre as categorias de agressores mais frequentes encontram-se apoiadores do presidente e diretores da EBC. A organização, que, como visto acima, é um alvo direto das agressões anti-imprensa. É também pauta constante das políticas privatizadoras do governo Bolsonaro desde sua campanha política, o qual ameaçava a empresa, inclusive, de extinção, nomeando-a como porta voz de seu opositor (“Tv-Lula”), como aponta Amorim (2022).

Não obstante, conforme Barbosa, Passos e Carvalho (2021) denunciam no periódico *Le Monde Diplomatique Brasil*¹⁵, a empresa tornou-se arma de propaganda para o presidente brasileiro, ou seja, houve um aparelhamento em prol do governo. Conforme os autores denunciam, o governante em pauta fez da empresa, uma aliada de seus interesses, a partir de uma estrutura de controle, censura, pregação religiosa e política. A publicação do *Le Monde* ressalta, ademais, a militarização da EBC, recordando a não novidade do apreço de governos militarizados pelo controle da comunicação. Regimes com os quais a realidade neoliberal flerta constantemente.

A empresa estatal de imprensa foi, até mesmo, utilizada para a disseminação de desinformações. Como exemplo, a Ouvidoria Cidadã¹⁶ da EBC destaca tal uso indevido da TV Brasil, canal governamental, para a reprodução de uma transmissão na qual o presidente convidou a imprensa e a população brasileira para um pronunciamento em 29 de julho de 2021, para questionar a confiabilidade do sistema eletrônico de votação. Conforme apontado pela Folha de São Paulo¹⁷, na live replicada pela TV estatal, o governante propagou teorias circulantes há anos nas redes sociais, as quais descredibilizam as urnas eletrônicas. Teorias que, como o autor coloca, já foram desmentidas anteriormente. No texto, Felipe Bächtold (2021) aporta informações que argumentam que, no caso, houve infrações legislativas por parte do governante, como um possível crime de responsabilidade e improbidade.

¹⁵ <https://diplomatique.org.br/empresa-de-comunicacao-publica-vira-arma-de-propaganda-de-bolsonaro/>

¹⁶ Segundo o a página da instituição, “A Ouvidoria Cidadã da EBC é um projeto da sociedade civil, atenta ao que acontece na Empresa Brasil de Comunicação, por meio da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública. Ela materializa a participação social extirpada da empresa, consolidando assim um espaço para o debate acerca da comunicação pública no país”.

¹⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/especialistas-veem-possivel-crime-de-responsabilidade-e-improbidade-de-bolsonaro-em-live.shtml>

A atitude desinformativa do presidente, desencadeou reações acaloradas de seus seguidores. Naquele momento, apesar de todo esclarecimento, adesivos, outdoors, faixas e protestos com a inscrição “Voto impresso e auditável já” (e similares) passaram a multiplicar-se entre os apoiadores do governo e encheram a cena urbana nacional.

No ano seguinte, 2022, a pouco tempo das eleições (três meses), o discurso questionador acerca do sistema eleitoral volta à tona, também com transmissão pela TV Brasil. Em reunião com embaixadores, diversas denúncias (com enfoque no TSE) apontadas no ano anterior foram mais uma vez discursados, em tom de defesa da democracia e pela necessidade de eleições limpas, as quais se aproximavam. Denúncias como invasão hacker no pleito de 2018 e rejeição à impressão dos votos para auditoria foram alçadas, chegando-se a comentar que, em face a tais denúncias, talvez o pleito de 2020 nem devesse ter ocorrido e que haveria uma possível tentativa de sabotagem institucional de seu plano de reeleição.

O discurso presidencial¹⁸ foi rechaçado pela imprensa nacional e internacional. André Spigariol e Jack Nicas ressaltam ao jornal “The New York Times” que, embora as acusações de Bolsonaro não fossem inéditas, sua audiência o era. A convocação de dezenas de diplomatas estrangeiros para tratar do assunto surpreendeu o meio de comunicação, que comparou a atitude do brasileiro à de seu colega estadunidense, Donald Trump.

A menos de três meses da eleição presidencial, Bolsonaro parece estar aderindo ao projeto do ex-presidente Donald J. Trump. Como o Sr. Trump antes da eleição americana de 2020, o Sr. Bolsonaro está atrás nas pesquisas. E como o Sr. Trump, o Sr. Bolsonaro parecia estar desacreditando a votação antes que ela aconteça em um suposto esforço para aumentar a confiabilidade e a transparência (...) Bolsonaro também está recebendo ajuda do Sr. Trump e seus aliados na forma de endosso, conferências políticas conservadoras, novas mídias sociais e amplo tempo de televisão do apresentador da Fox News Tucker Carlson. (SPIGARIOL; NICAS, 2022, tradução nossa).

Por meio do Blog “Estadão verifica”, Pacheco *et al.* (2022) analisam as informações discursadas e afirmam: que o governante se valeu de dados errados e fez alegações inverídicas ao proferir ataques à lisura do sistema nacional de urnas

¹⁸ Discurso completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PPDC-bN5iGk>

eletrônicas e do próprio Tribunal Superior Eleitoral”. Além disso, no texto, o blog elucida várias divergências no discurso proferido pelo governante brasileiro.

O professor de Harvard, Steven Levitsky, em entrevista à BBC, aponta que tal tática, às vésperas das eleições, é uma cópia da tática do ex-presidente americano, Donald Trump. “É uma mentira com o único propósito de desacreditar ou deslegitimar eleições que ele pode perder e criar uma espécie de justificativa para algum tipo de esforço extraconstitucional, ilegal ou mesmo violento de reverter o resultado das eleições ou mesmo cancelá-las.” (LEVITSKY, 2002).

Nesse sentido, ações contrárias a desinformação tornaram-se o foco das autoridades responsáveis pelo processo eleitoral brasileiro. Durante o pleito presidencial de 2022, diversas polêmicas ocorreram. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no embate contra as *fake news*, criou, por exemplo, um sistema de alerta de desinformação contra as eleições, a partir de sua página virtual. Além disso, diversas iniciativas educativas foram tomadas, como a série #DemocraciaEmPílulas, com postagens elucidativas acerca do processo eleitoral e ao combate à desinformação nesse contexto. Não obstante, medidas jurídicas também tiveram que ser tomadas. Conforme Falcão e Vivas (2022) noticiam, o TSE averiguou mais de 500 alertas diários de notícias falsas – apenas durante o segundo turno para a disputa presidencial.

Após o término da disputa presidencial, da qual o ex-presidente Lula sai vitorioso, a desinformação também volta a estampar-se. Mesmo com a lisura do processo eleitoral auditada, diversas notícias falaciosas sobre fraudes foram lançadas, incitando o público contrário ao resultado democrático às portas de quartéis do Exército Brasileiro, pleiteando um possível cancelamento das eleições ou uma propalada intervenção das Forças Armadas. Observar-se-ia um “Capitólio à brasileira”, a exemplo da derrota de Trump? Um *modus operandi* semelhante e que não vemos como um acaso. A verdade é individual, é flexibilizada. Isso afeta até as noções democráticas, pautadas, agora, pelo eu e seus interesses, que mudam de acordo com o contexto, com o desejo. Ademais, cabe ressaltar, flexibilizam-se e individualizam-se não em nove das camadas populares, mas em prol do capital elitista e de seus privilégios.

5.5.3 A gestão da pandemia no Brasil em tempos de discurso flexível-individual

Ao analisar a desinformação como arma de governo e *modus operandi* de uma alçada de governos neoliberais direitistas pautados pela flexibilidade e individualização, recorremo-nos, também, à guisa de análise, sobre a maneira como a pandemia de COVID-19 foi administrada pelas autoridades brasileiras. A exemplo de seu correspondente norte-americano, Jair Messias Bolsonaro, no Brasil, adotou uma postura negacionista e repleta de desinformação, como vemos a seguir.

Conforme Tavares, Oliveira Júnior e Magalhães (2020) analisam, apesar de os números de contaminados com o vírus se mostrarem crescentes após a confirmação do primeiro caso no Brasil, o presidente, desde o princípio minimizou a crise mundial, destacando que os esforços para o combate à enfermidade correspondiam a uma histeria coletiva, que o assunto havia ganhado um superdimensionamento por parte da mídia, que queria apenas espalhar pânico entre a população. Essas informações, recordam os autores, estão notadas no primeiro discurso presidencial acerca do tema, realizado em 9 de março de 2020. Já em seu segundo pronunciamento sobre o tema (datado em 20/03/2020), o governante brasileiro proferiu a declaração negacionista que marcaria a trajetória de sua gestão quanto ao tema: a COVID-19 era apenas uma gripezinha. Tal postura foi ratificada em seu terceiro discurso, dia 24 de março de 2020: Bolsonaro renegou a necessidade do isolamento e ponderou que deveríamos voltar à normalidade. Como exemplo, apontou o seu histórico de atleta, que o faria sentir apenas um pequeno resfriado (ou uma gripezinha) caso se contaminasse – informação prontamente refutada pelos especialistas. Conforme os autores registram, tais afirmações provocaram forte reação negativa na mídia nacional e internacional. Ademais, destaca-se a ação de governadores estaduais, que decidem tomar medidas contra a propagação da enfermidade, independente da postura do governo federal.

No quarto discurso presidencial, Tavares, Oliveira Júnior e Magalhães (2020) já apontam a defesa do uso de substâncias como Cloroquina e Hidroxicloroquina, a partir de estudos científicos não referendados sobre o assunto. Prontamente, o governo anunciou o investimento na produção dos medicamentos, como se lê em texto da Reuters de 21/03/2022:

Agora pouco, os profissionais do hospital Albert Einstein me informaram que iniciaram o protocolo de pesquisa para avaliar a

eficácia da cloroquina nos pacientes com Covid-19. Também agora pouco, me reuni com o senhor Ministro da Defesa, onde decidimos que o Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército deve imediatamente ampliar a sua produção desse medicamento", disse Bolsonaro no vídeo, em um tuíte com o título "Hospital Albert Einstein e a possível cura dos pacientes com o Covid-19" (FONSECA, 2020).

Como Silva e Gonçalves (2020) pontuam: ali estava o mágico elixir que o Brasil produziria em larga escala: um trunfo aclamado pelos admiradores do presidente – os quais realizavam carretas a favor do fim da ditadura do isolamento social. Em manchete do site G1, lia-se, no dia 26 de março de 2020: "Brasileiro pula em esgoto e não acontece nada, diz Bolsonaro em alusão a infecção pelo coronavírus" (GOMES, 2020), diminuindo, uma vez a gravidade da doença. Falácias nas quais resolveu-se acreditar. A informação ecoada pelo presidente era repetida em memes, mensagens de WhatsApp, no discurso oral de seus apoiadores e até mesmo nos consultórios médicos e protocolos sanitários de muitas cidades. Uma verdade incompleta, equivocada, na qual muitos resolveram acreditar – e que custou muito caro, cobrando muitas vidas.

Com relação aos Ministros da Saúde que estiveram a cargo da gestão da pandemia, tem-se o nome de Luiz Henrique Mandetta (até abril de 2020), Nelson Teich (entre abril e maio de 2020), Eduardo Pazuello (até 6 de abril de 2022) e Marcelo Quiroga, então no cargo até a redação desse trabalho. Conforme De Matos (2021) recorda, a substituição dos dois ministros iniciais (médicos), ocorrera em virtude de divergências no enfrentamento da pandemia. Mesmo "vinculados ao setor privado e, portanto, com uma atuação distante do projeto da reforma sanitária, por serem profissionais de saúde, não puderam concordar com as interferências do presidente no não enfrentamento da pandemia" (MATOS, 2021, p. 31). Já o terceiro chefe da pasta da saúde, que conduziu a gestão da área no momento mais agudo da pandemia, é um militar do Exército Brasileiro sem experiência prévia no setor, cuja nomeação foi justificada por sua expertise em logística.

Na lista da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, diversos nomes da gestão sanitária estiveram presentes, inicialmente como testemunhas, mas também, posteriormente, como investigados. Sobre os trabalhos, finalizados em outubro de 2021, Arias (2021) aponta que

foram seis meses de trabalho de uma CPI que, no final, produziu um documento acusatório de mais de 1.000 páginas. Entre os acusados,

estão o presidente e outras 79 pessoas, entre elas ministros, ex-ministros, políticos e empresários. Bolsonaro foi acusado de cometer crimes comuns, crimes de responsabilidade e crimes contra a humanidade (ARIAS, 2021).

Segundo informações da Agência Senado sobre o fechamento das investigações,

Em suas 1.180 páginas, o relatório final da CPI da Pandemia, apresentado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), recomenda o indiciamento de 66 pessoas físicas e duas pessoas jurídicas. Esses indiciamentos têm relação com o negacionismo em relação ao vírus e às vacinas, que teria aumentado o número de mortos no Brasil; com as suspeitas de corrupção nas negociações para a compra de vacinas pelo Ministério da Saúde; e com as mortes que teriam sido provocadas pelo uso de tratamentos sem respaldo científico contra a Covid-19 (BRASIL, 2021).

Conforme cita o documento conclusivo da CPI:

A veiculação de notícias falsas, as conhecidas fakes news, contribuíram para que o objetivo negacionista fosse alcançado. Nesse ponto, a CPI apurou que não apenas houve omissão dos órgãos oficiais de comunicação, no combate aos boatos e à desinformação, como também existiu forte atuação da cúpula do governo, em especial do Presidente da República, no fomento à disseminação de fake news. Com efeito, verificou-se a existência de um grande volume de notícias que desinformaram a população brasileira no processo de enfrentamento da covid-19. Foram identificadas campanhas feitas nas redes sociais com conteúdo claramente contrário a evidências técnicas e científicas, o que gerou enorme confusão na população, contribuindo para agravar os riscos relacionados à saúde e a contaminação pelo coronavírus, bem como aumentar a ocupação dos leitos hospitalares. (BRASIL, 2021b, p.1165).

O documento aponta, ainda, que as referidas notícias falsas versavam sobre tópicos diversos, desde a origem do vírus, xenofobia a chineses, oposição infundada contra o isolamento social, informações infundadas sobre o Supremo Tribunal Federal (STF), incentivo ao “tratamento precoce” não comprovado cientificamente, desinformações acerca do número de mortes em virtude da pandemia, contestações relativas à eficácia do uso de máscaras e discurso anti-vacinas.

Ademais, o relatório aponta que

Para agravar o quadro, sobejaram evidências significativas de que governo federal desestimulou a população a adotar medidas não farmacológicas para evitar a infecção pelo vírus. O Presidente da República repetidamente incentivou a população a não seguir a política de distanciamento social, opôs-se de maneira reiterada ao uso de máscaras, convocou, promoveu e participou de aglomerações e procurou desqualificar as vacinas contra a covid-19. Essa estratégia,

na verdade atrelada à ideia de que o contágio natural induziria a imunidade coletiva, visava exclusivamente à retomada das atividades econômicas (BRASIL, 2021b, p.1167).

Segundo o levantamento do relatório, é possível afirmar a existência de um “gabinete paralelo” ao longo dos anos de 2020 e 2021, o qual era composto por médicos, políticos e empresários arrolados na investigação. Sem participação oficial nos cargos públicos relativos à pasta sanitária, tal grupo era focado no aconselhamento ao presidente, e fortemente embasado na obtenção da imunidade de rebanho nacional.

Essa estratégia

[...]levou o Presidente da República a resistir fortemente à implementação de medidas não farmacológicas, tais como o uso de máscara e o distanciamento social, bem como a não promover a celeridade necessária na aquisição de vacinas (BRASIL, 2021b, p.34).

O negacionismo, a desinformação e a morosidade burocrática intencional e injustificável (nas palavras do próprio documento), impactaram diretamente na compra de vacinas e consequente na imunização da população brasileira, que poderia ter sido, junto ao Reino Unido, a primeira a adquirir os imunizantes, como revelam informações colhidas. Há, ainda associações obscuras com instituições privadas, como

a macabra atuação da Prevent Senior, operadora de saúde que agiu em parceria com o governo federal para falsear dados e documentos para promover o uso do chamado kit-covid, composto por medicamentos sem eficácia contra a covid-19. O governo recebia as informações e o Presidente as divulgava como verdade científica. A verdade é que testes clínicos foram conduzidos sem autorização dos comitês de ética em pesquisa, transformando os segurados do plano em verdadeiras cobaias humanas (BRASIL, 2021b, p. 1178).

Como se vê, a ação das categorias neoliberais do individualismo e da flexibilidade são potencializadas pela lógica de redes que define o momento contemporâneo. Atitudes individuais e coletivas as abrangem com veemência, no campo político, cultural e informativo, ao postar um vídeo ou ao compartilhar materiais nas mídias sociais, ao ler as notícias cotidianas e até mesmo no processo democrático-eleitoral, na maneira como se enxerga a o mundo. Como se viu, a manipulação da verdade, o discurso flexível, repleto de desinformações, de pós-

verdades é uma tônica constante nos governos que carregam tal estandarte. O flerte com o extremismo, o predomínio da lógica do capital, a exclusão população vulnerável e a lei do mérito fazem coro diuturnamente. Aliado à potencialidade propagadora exponencial das redes sociais, utilização de bots, filtros e algoritmos, o discurso flexível e individualista dos neoliberais se associa a líderes perniciosos, desafia o status democrático e ecoa em momentos nevrálgicos da sociedade, trazendo resultados perniciosos. Como Sérgio Amadeu Silveira coloca, em entrevista a De Farias e Lopes (2020), trata-se de uma estratégia, e não algo feito por engano. São crenças, má-fé, feitas deliberadamente - não algo que ao ser desbaratado gera recuo. Trata-se de uma tática de desinformação vista não apenas no Brasil. Uma desinformação espetacularizada e planejada, ideal aos algoritmos hodiernos.

Assim, buscamos recortar alguns fatos que demonstram a realidade a que nos propomos discutir. Não obstante, muitos dos tópicos aqui discutidos mereceriam estudos específicos e aprofundados. Essa é toda uma realidade discursivo-política, associada às práticas educativas e laborais que anteriormente aqui ponderadas e que irão construir o indivíduo exposto à lei do capital, o indivíduo que habita os vorazes “jogos” neoliberais.

6 FLEXIBILIDADE E INDIVIDUALISMO: O SUJEITO CONTEMPORÂNEO MOLDADO POR ESSAS CATEGORIAS NEOLIBERAIS

6.1 O sujeito neoliberal

Partindo do histórico do pensamento neoliberal, revisitando seu surgimento e perpassando a discussão acerca de sua intensificação nos anos mais recentes, a fim de resolver mais uma crise cíclica desvelada em 2008 e superar as insatisfatórias taxas de lucro para o grande capital, percebemos, por parte do pensamento em pauta, a ênfase nas categorias individualidade e flexibilidade – duas de suas premissas. Em decorrência disso, analisamos como tais categorias estão presentes em setores estratégicos da sociedade, como o trabalho, a educação e as comunicações. Domínios de extrema relevância para formatar a intensificação da cultura neoliberal nos seres sociais e assim, para a criação de uma personalidade, de um indivíduo flexível, que internaliza e vê como normais as práticas e as vivências exploratórias, hostis e até mesmo enfermizas que essa doutrina impõe sob a égide do capital.

Como visto, os direitos e as relações de trabalho são dissolvidas (tornam-se relações entre empresas, já que o próprio “eu” se torna uma empresa). A educação é fortemente atacada, no âmbito gerencial, financeiro, curricular e até mesmo cotidiano – até mesmo naquilo que tange as práticas pedagógicas corriqueiras. O ideal individualizador, do eu responsável por sua formação, por suas escolhas e até mesmo pelo seu “caminho didático”, surge amalgamado às noções de flexibilidade, que até mesmo se impõem ao currículo escolar, às modalidades de ensino, às discussões estabelecidas. No discurso político, estabelece-se o reino da pós-verdade. A desinformação impera e a verdade, então, é tratada como subjetiva. Ao questionar-se a ciência, passa-se a crer naquilo que se deseja, no que lhe convém.

Tais práticas, discutidas anteriormente, entrelaçam-se não por acaso. Como defendemos nessa pesquisa, elas, intencionalmente, atuam a partir de governos e práticas neoliberais intensificadas, a fim manter o *status quo* da sociedade como almeja o capital. Modelam o indivíduo, que, agora, flexível e sozinho em si mesmo estará completamente à mercê de interesses alheios ao seu bem estar. Será facilmente manipulado.

Assim, segundo recorda Gutiérrez (2014), há uma remodelação das subjetividades que conduz cada indivíduo a uma vida em alta competição, a organizar as suas relações sob a lógica do mercado, transformando a própria pessoa. O autor recorda que o neoliberalismo constitui a razão instrumentalizada do capitalismo contemporâneo. Estrutura e organiza não apenas as orientações, as posturas dos governantes e das instituições, mas também conduz a norma geral da vida dos governados. As mudanças no mundo do trabalho, da educação e do âmbito discursivo-comunicativo estão, pois, aí inseridas.

Uma estruturação pertinente aos herdeiros de *Mont Pèlerin*: Como Harvey (2011) advoga, qualquer modo de pensamento, para se tornar dominante, necessita propor um aparato conceitual que mobilize as subjetividades, as sensações, instintos, emoções, valores e desejos. Para ser bem sucedido, esse aparato conceitual deve incorporar-se ao senso comum até o ponto em que passe a ser visualizado como certo e livre de questionamento. E isso a doutrina liberal o faz, recorda o pensador inglês. Seus fundadores tornam os valores da dignidade humana e das liberdades individuais como nucleares para nossa civilização, os tornam valores centrais. Uma sábia escolha, destaca Harvey (2011). Constituem-se como sedutores e convincentes seus ideais. Além disso, recordamos as pontuações de Dardot e Laval (2018), os quais mencionam que o neoliberalismo é um processo histórico, longo e profundo, que, além de transformar a sociedade, transforma o ser humano.

Conforme Peters (1988) assevera, a liberdade econômica (tão apregoada pela política em tela) está atrelada à liberdade das individualidades, compõe indivíduos que devem potencializar suas escolhas; suas preferências. Entre questões relativas ao mundo do trabalho, da educação e das comunicações, nos quais os pólipos neoliberais se prendem, a potencialização das individualidades subjetivas (sob os seus preceitos) parece ser o substrato que as alicerça; seu ponto de base. Nesse contexto, cabe-nos questionar como todas as transformações anteriormente discutidas têm sido recebidas pelos sujeitos, o que tamanha formatação da sociedade e das subjetividades tem propiciado nos indivíduos.

Buscamos, então, recordar a definição do termo individualismo no dicionário on-line *Michaelis*. Destacamos para esse verbete as seguintes entradas: “Doutrina pouco solidária que valoriza a autonomia individual, em detrimento da hegemonia da coletividade”, “Teoria ética, econômica ou política que faz prevalecer o direito

individual sobre o coletivo” e “Doutrina que preconiza a importância ou o valor da pessoa e procura diminuir o papel da tradição e autoridade como fatores determinantes do pensamento e da ação”. É justamente nesse sentido que impera *A nova razão do mundo* (que enxerga a sociedade como uma empresa composta de empresas). Dardot e Laval (2017) destacam que o sujeito neoliberal em formação é identificado na interseção do desempenho e do gozo. Um sujeito classificado por diferentes estudos e nomenclaturas, tais como um indivíduo hipermoderno, impreciso, precário, fluido; flexível. Análises preciosas e que convergem entre si, recordam os pensadores, ao compor uma relação sociológica e psicológica, revelando essa nova condição do ser social.

Os autores aportam que são frequentes nos consultórios psiquiátricos as queixas dos pacientes com relação a sintomas desse homem econômico-flexível, desse homem individualista-empresarial – um homem que a todo momento possui um “*score*” a ser superado, resultados e metas a serem batidas; um indivíduo que deve superar-se constantemente e que nunca está em equilíbrio (nem deve estar), recordam Dardot e Laval (2017) - uma realidade esgotante e que contribui para o adoecimento da população, principalmente no âmbito psíquico – tema que trataremos adiante ainda no presente capítulo.

No campo sociológico, os pensadores franceses destacam que a transformação do ser social, sob a égide do individualismo, é inegável:

[...] o que se designa no mais das vezes com o termo equívoco de ‘individualismo’ é remetido ora a mutações morfológicas, segundo a tradição durkheimiana, ora à expansão das relações mercantis, segundo a tradição marxista, ora à extensão da racionalização a todos os domínios da existência, segundo uma linha mais weberiana” (DARDOT ; LAVAL, 2017, p. 317-318)

Na descrição tecida por Beck (2010) para o contexto sócio-histórico em pauta, no bojo de um modo vida individualizado, um estilo dinâmico de ação cotidiana é exigido: sempre pautado pelo ego. Um modo de vida que dê vazão às possibilidades de configuração e reconfiguração (a flexibilidade neoliberal) das decisões associadas à sua própria trajetória.

Isto significa que, nesse caso, sob a superfície de malabarismos intelectuais com o objetivo de assegurar a própria sobrevivência, uma visão de mundo autocentrada precisa ser desenvolvida, de tal modo que a relação entre o ego e a sociedade seja praticamente invertida e que, tendo em vista a configuração da própria trajetória, seja

assegurada a manuseabilidade de pensamento e ação (BECK, 2010, p. 200).

Conforme os autores Fávero, Tonieto e Consaltér (2020) destacam, está presente na obra *A corrosão do caráter* um forte exemplo para o contexto aqui em tela, configurado nas figuras díspares de dois personagens: Rico e Enrico - filho e pai - arquétipos de dois tipos de trabalhadores, descritos a partir de entrevistas colhidas por Senett (1999).

Na narrativa do sociólogo estadunidense, Enrico (o pai) é um faxineiro de padrões rígidos; dedicara toda a vida para a manutenção da família, para provê-la de uma casa, dar-lhes educação, preocupando-se em oferecer o melhor aos seus descendentes, para que esses pudessem galgar a típica mobilidade social ascendente, almejada de geração em geração, como se espera na cultura americana.

Esse genitor é visto pelo filho (Rico), que agora desfila por um aeroporto com trajes empresariais finos e adorna o dedo com um anel de brasão familiar requintado, como alguém que seguiu a típica vida burocrática, conformou-se com ela e não arriscou: um acomodado. Um pensamento não restrito ao personagem Rico, mas um modelo de seus pares. Sua geração é conhecida por buscar uma vida mais amena, por sentir vergonha do sotaque operário e rude dos pais. Jovens que se desvalem da armadura burocrática, correm riscos, mantêm-se abertos às mudanças. Um reflexo disso se encontrava na vida financeira: ao passo que Rico tinha uma alta renda (entre os cinco por cento do topo), seu pai se encontrava no último quarto da escala salarial.

Tal realidade, que a princípio é vista como próspera, pode ser vista por outro ângulo, por um contraponto crítico, e visualizando aí as facetas de um novo sujeito contemporâneo. Na obra de Senett (1999), maiores detalhes surgem sobre a proeza de Rico. Após concluir sua formação, o rapaz casou-se com uma moça protestante de melhor situação financeira. Formado, o jovem mudou quatro vezes de trabalho ao longo de catorze anos (mudanças para as quais já haviam sido instruídos, “prevenidos” ao longo da vida; mudanças pelas quais já esperavam: realidade para a qual já haviam sido “treinados”, instruídos no colégio, recorda o autor). Uma de suas mudanças foi motivada pela promoção da esposa, na contramão da carreira do cônjuge: a dela progredia; a dele, declinava. Rico fica, então, desempregado, pois a empresa para qual prestava serviços de analista foi absorvida por uma maior. Logo,

ele se torna “independente”, abre uma pequena empresa de consultoria, ao passo que ela dirige uma grande equipe de contabilidade.

Rico, assim,

representa um novo modelo de sujeito, o qual Dardot e Laval (2016) chamam de “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal” ou, simplesmente, “neossujeito”. Essa nova figura opera uma unificação sem precedentes das formas plurais da subjetividade que a democracia liberal permitiu que se conservassem e das quais sabia aproveitar-se para perpetuar sua existência (FÁVERO; TONIETO; CONSALTÉR, 2020, p. 235).

Dentre a interessante e pertinente discussão de Senett, um assunto chama atenção: refere-se ao apontamento acerca da incerteza. Em um mundo cheio de riscos (ao contrário daquele que vivenciou seu pai), Rico e sua esposa, ainda que prósperos, precisam conviver constantemente com o medo, com o incerto. O rapaz, ao abrir seu próprio negócio, assume o risco e torna-se polivalente. Todas as atividades de seu cotidiano laboral começaram a ser por ele desempenhadas (até mesmo tirar uma fotocópia), afinal, agora ele era independente. Rico deixou de ter um papel fixo – imergiu na flexibilidade de funções: um multitarefa. Já sua esposa, mesmo que ainda possua uma atividade mais regrada e burocratizada, controla subalternos contadores em diferentes locais, interligados a partir de um computador (dado o novo contexto socio-informacional), mesmo que a quilômetros de distância. Uma realidade que a faz perceber o seu cotidiano laboral como mais flexível, mais incerta, do que se tivesse que coordenar trabalhadores no mesmo escritório, recorda o autor.

Quanto ao cotidiano de Rico, a dependência emocional relativa à atividade de trabalho é constante, destaca Senett (1999). O círculo de amigos do filho de Enrico (e de sua esposa) girava em torno de seus colegas de trabalho. Muitos de seus laços de afeição se romperam ao longo das mudanças. Foi necessário deixar amigos queridos ao longe. Sua vizinhança era uma comunidade-dormitório, como tantas em terras estadunidenses. Nessas comunidades, o pesquisador assevera que os vínculos são etéreos: Os vizinhos não são testemunhas da vida um do outro de maneira duradoura, a longo prazo. Sua relação com a família é tênue. Os momentos de convivência são poucos e compartilhados com uma enormidade de trabalhados levada para o lar, em um expediente que não cessa no horário comercial e atrapalha a relação com os filhos.

É nessa medida que Enrico (o pai) e Rico (o jovem bem vestido, entrevistado por Senett) correspondem à dicotomia do eu rígido *versus* o neossujeito, o sujeito flexível neoliberal. Como Fávero, Tonieto e Consaltér (2020) asseveram, aí configura-se o neossujeito: o sujeito que tem total envolvimento com si mesmo, o sujeito cujo “latente desejo de realização pessoal a qualquer custo motiva sua existência, suas ações e suas buscas” (FÁVERO; TONIETO; CONSÁLTER, 2020, p. 235) desejo esse movido pela pressa, já que não há tempo a perder.

Para Senett (2006), as transformações socioculturais observadas a partir dos anos 60, com a fragmentação das grandes instituições, deixaram também a vida de muitos indivíduos fragmentadas. Seus locais de trabalho se assemelham a estações rodoviárias (e não aldeias), sua vida familiar se encontra desorientada; em virtude das exigências laborais intensificadas, a imigração se solidificou como uma marca da globalização. “A palavra de ordem é antes seguir em frente que estabelecer-se. O desmantelamento, a flexibilização, das instituições não gerou maior senso comunitário” (SENETT, 2006, p.12).

O personagem entrevistado, Rico, há pouco citado, mostra diversos exemplos do cotidiano desse ser social fragmento. As características aqui expostas demonstram o quão complexa é a realidade e a configuração de um “*homo flexibile*”.

Para fomentar esse sujeito exemplificado pelo jovem Rico, recordamos, a partir do trabalho de Dardot e Laval (2017), a existência de técnicas para fabricar esse novo sujeito unitário. Não mais uma metodologia coerciva, outrora utilizada para adestrar corpos e docilizar espíritos, mas governar um “eu” cuja subjetividade esteja totalmente imersa na atividade que lhe é exigida cumprir. Recordamos mais uma vez que os

modelos socioeconômicos são modelos de governo e gestão social de subjetividades, por isso, não podem ser compreendidos sem sua capacidade de instauração de comportamentos e modos subjetivos de autorregulação. Eles não podem ser elucidados sem a gestão de uma psicologia que lhes é inerente (SAFATLE, 2020, p. 33).

Nesse sentido, referindo-se à literatura sobre tal tema, Dardot e Laval (2017) chamam atenção para os escritos que refletem acerca da importância do “*fator humano*” - sobre as quais ressaltam a importância de uma interpretação à luz uma nova forma de poder. Esses textos tratam de converter o indivíduo em um sujeito ativo, totalmente engajado, entregue por completo à sua atividade laboral. A intenção, destacam os pensadores franceses, é fazer com que o indivíduo trabalhe para a

empresa como se trabalhasse para si mesmo, ou seja, a intenção é fundir o “eu” subjetivo ao “eu” laboral; a intenção é eliminar as formas de alienação, aproximar, eliminar a distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega, fazer com que ele “compre a causa”.

Dardot e Laval (2017) apontam que, nessa receita, o trabalhador é conduzido a laborar para sua própria eficácia, pela potencialização de seu esforço, como se sua conduta laboral não viesse de outrem - o próprio “eu” sabe conduzir-se, como em uma ordem de seu próprio desejo. Visa-se conseguir técnicas de motivação, estímulo e incentivo. Nessa “conversão” rumo ao sujeito empresarial, ele é levado a identificar-se como termos como: metas, indicadores, resultados, eficiência. Sobre esse discurso, nota-se que ele é “amparado na normatividade de que o tempo da vida é cada vez menos linear, cada vez menos programável, onde o imperativo congênito da atualidade é o de que os ideais ou metas de longo prazo não existem mais” (FÁVERO; TONIETO; CONSALTÉR; 2020, p.236). A própria vida humana é gerida, pois, como uma empresa: repleta de rankings e incertezas.

6.2 Aliciar as subjetividades: uma técnica neoliberal

Dardot e Laval (2017) recordam que a ética neoliberal (que postula que ser bem sucedido no trabalho é ser bem sucedido na vida) utiliza subterfúgios para aliciar as subjetividades, valendo-se de controles, avaliações de performance e de personalidade, avaliações de caráter, maneiras de ser e de andar, ou motivações inconscientes. As típicas práticas dos Recursos Humanos empresariais que ganham o dia a dia além da empresa. A vida cotidiana é vista como um ensaio para vida além do trabalho, um local de formação, onde se adquire sabedoria práticas. Há um percurso educativo que dá legitimidade aos bem-sucedidos. Os gerentes são os gurus, são os sábios; os mestres – “Oráculos de Delphos” da atualidade, diríamos. O que se busca é a total identificação do sujeito com a empresa. O chamado sujeito do envolvimento total passa a ser um ideal de vida buscado de maneira extenuante.

Interessante ressaltar que os pesquisadores franceses destacam o uso pelo meio empresarial de diferentes técnicas para potencializar, tornar o sujeito mais operacional, fazê-lo superar seus limites, saber atuar em situações difíceis. Aí encontram-se técnicas como o *coaching*, programação neurolinguística (PNL), análise transacional (AT); diversos procedimentos para o domínio de si mesmo. Cada um

desses procedimentos possui sua história, teorias e instituições correspondentes, próprias. Não obstante, Dardot e Laval (2017.) expõem que o interessante é pensar nos pontos que os conectam, nas similitudes. Todos apresentam saberes psicológicos, léxico próprio, autores referenciais, metodologia específica, argumentação de cunho empírico-racional. Além disso, apresentam técnicas de transformação que se afirmam válidas tanto para o meio empresarial quanto para o meio exterior. Técnicas que potencializam a construção do homem individual, do “eu” e de seu empreendedorismo. Técnicas que se aplicam ao trabalho, à educação, ao discurso cotidiano; a um modo de vida empreendedor, individualizado e flexível.

Sobre esse modo de vida (tão relevante para o quadro aqui abordado, sendo um de seus conceitos chave), buscaremos melhor compreender seu significado. Segundo Santiago (2009), quanto a empreendedorismo, compreende-se a habilidade de tomar-se iniciativa, a capacidade de encontrar soluções ímpares, inovadoras, buscando uma atuação que resolva problemas econômicos ou sociais a partir de seus empreendimentos. O autor, ao definir tal termo, associa-o ainda ao processo de criação de algo com valor, a partir de tempo e estudos próprios, cujos custos financeiros, desgastes morais e psicossociais são custeados pelo próprio sujeito que recebe, em contrapartida, as possíveis recompensas. Santiago (2009) cita Dolabela (2003), autor esse que vê o empreender como um processo humano permeado por diversas facetas do ser: sonhos, emoção, desejo, valores, ousadia, consciência de sua possível falibilidade. O empreender, recorda o pensador citado por Santiago (e que é entusiasta do assunto), faz parte do arquitetar o futuro, perpassa o inconformismo, demonstra rebeldia, capacidade de mudar o mundo.

Santiago argumenta que

a bibliografia a que versa sobre o tema empreendedorismo refere-se um conjunto de atributos pessoais e psicológicos do ser empreendedor. Neles, incluem-se: a iniciativa, a autoconfiança, a aceitação do risco, o destemor perante o fracasso, a capacidade de decisão e de assumir responsabilidades, a energia, a automotivação e entusiasmo, o otimismo e a persistência. Parte dos autores garante que muitas pessoas já nascem com maior propensão para o empreendedorismo; outras não têm tantos talentos, mas isso não quer dizer que não possam aprender e desenvolver habilidades empreendedoras (SANTIAGO, 2009, p.88).

Autor que postula a implantação de uma pedagogia para a formação de empreendedores, Dolabela (2003), afirma que o tema tem chamado atenção de

diversas áreas de estudo, de economistas a educadores e psicólogos, além de administradores e pesquisadores das Ciências Exatas. O autor defende o empreendedor como principal motor do desenvolvimento econômico, e dentre a miscelânea teórica (como ele nomeia) de diferentes áreas as quais se interessam pelo assunto, transporta-se uma realidade que estava, a priori, restrita às empresas para todas as esferas sociais (lucrativas ou não). Ser empreendedor é visto, realmente, como uma forma de ser, um *modus vivendi*.

O empreendedor, recorda Dolabela (2003), é alguém capaz assumir o protagonismo por onde passa. É aquele que propõe, à empresa em que atue, caminhos novos, opções otimizadas. Para o autor, os empreendedores encontram-se no governo e no terceiro setor, sendo esses os responsáveis (por meio de sua ousadia, criação e imaginação) pela produção de valores num meio de escassos recursos e valores. Abrigam-se também no mundo da pesquisa, no qual, pelo seu olhar diferenciado, conseguem converter conhecimento em riqueza. São representados, inclusive, dentre os profissionais da educação, vistos como revolucionadores do ensino, formando novos empreendedores, aplicando uma espécie de metalinguagem. Em suma, para o autor, o espírito empreendedor é um modo de vida que não está associado apenas à geração de autoemprego, não se atém à lógica da empresa – de onde se nasceu. Exatamente o padrão do ser neoliberal cuja ênfase é dada na flexibilidade e na individualização.

Em adição, após compreender o conceito de empreendedor e de empreendedorismo, voltamo-nos novamente às reflexões críticas de Dardot e Laval (2017), que anunciam o crescimento desse homem a partir da Segunda Guerra. Um homem que, em suma, é caracterizado pelo desequilíbrio, pelo romper da rotina, um homem movido pela busca da inovação, pela capacidade de metamorfosear-se segundo o movimento perpétuo do capital, a ponto de chegar a equiparar-se completamente com uma empresa ou com um “capital humano”, cuja valorização deve crescer sem cessar.

O tema empreendedorismo, em uma “coincidência” ao avanço neoliberal globalizado, tem ganhado espaço e ressignificações a partir da década 1980, recorda Santiago (2009). O autor aponta que nesse período,

[...] uma conjunção de fatores, com destaque para a automação e a aplicação intensiva dos avanços no campo da sociedade do conhecimento e nas formas de produção, favorece o aumento da

produção, instalando-se, com efeito, um novo paradigma técnico-econômico que formata outro modelo de produção baseado no empreendedorismo. É, portanto, no final do século XX que começa a ganhar força o conceito de economia empreendedora, que, associado às demais determinações da Era do Conhecimento, criou uma valorização do profissional criativo, inovador e capaz de trabalhar para si mesmo, em pequenas unidades produtivas. (SANTIAGO, 2009, p. 89)

É nesse ínterim histórico, dentro do contexto como anteriormente elucidado, que os governos neoliberais avançavam, redobravam as forças. Esses governos buscam

levar os indivíduos a imprimirem às suas vidas a forma empreendedora, estimulando a “autodeterminação” e a “autonomia”, cobrando em contrapartida que assumam a responsabilidade tanto por suas iniciativas quanto por seus fracassos. Por sua vez, os sujeitos empreendedores se encarregarão de reproduzir, reforçar e ampliar a competição entre eles, o que demandará a adaptação às condições cada vez mais exigentes que eles próprios produziram. (CENSI; PETRY, 2020, p.6).

Além disso, Segundo Senett (2006), para prosperar nesse caótico contexto há um modelo ideal de homem ou mulher, que perpassa três desafios.

O primeiro se relacionaria ao tempo: conciliar o cuidado com as relações de curto prazo e a de si mesmo, gerenciar as constantes mudanças de tarefas e de emprego, ir de um lugar para outro (e aqui acreditamos que o termo não se atém somente ao sentido físico da palavra. “Quando as instituições já não proporcionam um contexto de longo prazo, o indivíduo pode ser obrigado a improvisar a narrativa da sua própria vida, e mesmo a se virar sem um sentimento constante de si mesmo” (SENETT, 2006, p. 13).

Com relação ao segundo desafio, o ser social deveria, para prosperar em uma sociedade instável e fragmentária, refletir acerca de seus talentos. Descobrir novas capacitações, novos potenciais, ou seja, metamorfosear-se segundo as mudanças de exigências da realidade. Em sentido popular, diríamos que é preciso aprender a ser um indivíduo que *dança conforme a música*. Como o autor recorda, na economia hodierna, na qual as mudanças científicas e tecnológicas são frequentes e portentosas, “a vida útil das capacitações é curta [...], os trabalhadores precisam se reciclar a cada período de oito ou doze anos”. (SENETT, 2006, p. 13)

Já o terceiro ingrediente para sobreviver à selva neoliberal flexível, ao mundo das fragmentações, da flexibilidade, estaria relacionado ao respeito ao passado – à

capacidade de abrir mão desse e permiti-lo ficar para trás, ou seja, esquecer as experiências anteriores, reinventar-se. O autor cita o exemplo de uma empresa, na qual nenhum empregado possuía “cadeira cativa”. Notamos que a experiência, o histórico, a trajetória, a “carreira” podem esfumaçar-se a qualquer momento. Perdem-se as garantias. Para superar esse contexto, de maneira positiva,

é necessário um traço de caráter específico, uma personalidade disposta a destacar-se das experiências já vivenciadas. É uma personalidade que mais se assemelha à do consumidor sempre ávido de novidades, descartando bens antigos, embora ainda perfeitamente capazes de ser úteis, que à do proprietário muito zeloso daquilo que já possui. (SENETT, 2006, p. 14)

Em suma, esses seriam os pontos para destacar-se de seus pares (“concorrentes”): exigências sobre abrir mão de suas experiências passadas, valer-se da falta de projeção para tempos futuros (pensando no imediato, vivendo a curto prazo), renovar-se constantemente.

Para Senett (2006), o questionamento reside em como a sociedade sai em busca desse homem e dessa mulher ideal. Eles são uma espécie rara, quase extinta: a maioria das pessoas não é assim. Pelo contrário, pondera o autor: em sua maior parte, as pessoas precisam de uma narrativa rígida, contínua (não fragmentária), possuem orgulho sua capacitação (não abrem mão dela facilmente), valorizam as experiências pelas quais passaram (e não apagam o passado totalmente para se reinventar).

Essas não são características de seres humanos comuns, reforça Senett (2006). Não obstante, sabemos que as pessoas são compelidas a entrar nesse molde. Em um mundo de relações etéreas, elas precisam enquadrar-se ao padrão prototípico. Um padrão que se encaixe com a narrativa predominante para o capital, que potencialize a alienação, que intensifique a produção de valor. Ao nosso ver, um padrão flexível e embasado na doutrina neoliberal. Complexo, paradoxal e, sem dúvidas, com consequências. Como Senett conclama: “O ideal cultural necessário nas novas instituições faz mal a muitos dos que nelas vivem” (SENETT, 2006, p. 15). Na verdade, um mal para muitos, um elixir para poucos. Um paradoxo que precisa ser averiguado e denunciado.

6.3 O discurso repetido

Partindo do pressuposto de que o contexto neoliberal “dita” a norma geral de vida dos indivíduos, Gutiérrez (2014) afirma que a globalização capitalista neoliberal é como a água para o peixe. Para esses animais, a água é o habitat comum no qual eles vivem imersos. Naturalmente, esses animais não se dão conta que vivem um ambiente distinto de diversas outras espécies. É normal viver na água, é a única opção. O peixe está envolto de água e nem o percebe. De maneira análoga, o autor assevera que ser humano também não se dá conta de que vive submerso no modelo capitalista, no qual vamos nos socializando, e nossa forma de pensar e compreender a realidade é moldada.

Tal normalização, tal moldar do comportamento humano é construído a partir de um discurso repetido, reiterado de diferentes formas: no âmbito político, nos costumes, nos padrões de consumo, nos desejos e esperanças compartilhados; nas narrativas da indústria de entretenimento e seus personagens (que mostram corretamente os arquétipos a serem seguidos, os lados certos e errados). Em suma, a todo momento o ser social é bombardeado por um discurso que termina um padrão único, recorda o autor. Como visto anteriormente, mudanças que atuam em pontos sociais nevrálgicos da estrutura social. Alcança-se, assim, o padrão ideal para tornar o pensamento dominante, como mencionado anteriormente; constrói-se um aparato conceitual tido como comum, certo e livre de questionamento.

Nesse discurso neoliberal, bombardeador de padrões, até mesmo o vocabulário utilizado irá influir como munição. O léxico econômico, nesse contexto, “sofre uma mutação que enfatizará o medo e a inveja, o otimismo ou o pessimismo dos mercados, operando uma despolitização da política e deslocando a contenda moral para o terreno dos comportamentos de gosto” (DUNKER, 2020, p.208).

Na perspectiva de Safatle (2020), dentro do contexto supracitado, vivenciou-se, nos últimos anos, uma psicologização da economia. O discurso neoliberal reinante defende uma economia moral - um dos moldes para a normalização das práticas da doutrina da “não-intervenção”. O autor recorda um episódio, relacionado à saída da crise pós 2008. Em meio a uma busca heterodoxa para saída da questão pela Grécia, no auge da efervescência da crise econômica desse país, Christine Lagarde, presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI), buscando a manutenção das

políticas de austeridade defendidas pela instituição a qual liderava, vai a público, por meio da imprensa, exigir o fim de tal comportamento “infantil” de seus detratores. O discurso contrário à austeridade neoliberal, era, assim, rotulado de irracional, disparatado; um capricho pueril. “Discordar não era entrar em um embate sobre visões macroeconômicas distintas, mas agir como crianças que desconheciam a responsabilidade da emancipação, com suas obrigações” (SAFATLE, 2020, p.17). Uma prática que dialogava com as fronteiras do psicológico e da moral para fazer referência a processos econômicos – mais uma faceta do *modus operandi* neoliberal.

Tal “austeridade” batizaria as políticas de combate à crise econômica a partir do controle de gastos do Estado. Assim elas foram rotuladas, recorda o autor: não com um termo de caráter técnico da área econômica; mas com léxico advindo da filosofia moral.

No caso citado, a escolha do vocábulo “infantil” não é aleatória. Essa escolha trazia à tona “como valores morais eram mobilizados para justificar a racionalidade de processos de intervenção social e econômica” (SAFATLE, 2020, p. 18). Como o autor recorda, fica claro que opor-se à austeridade é uma prova de falha moral, uma falta de respeito ao trabalho de outrem; é a demonstração de uma pueril capacidade de retenção e poupança.

O discurso mencionado de Lagarde demonstra, segundo Safatle (2020), que criticar a política dominante (a austeridade neoliberal) era como um atestado de incompetência. Seria equivalente a classificar-se como não apto para ser um indivíduo visto como maduro, como sujeito moral autônomo. Era querer ser visto como irresponsável. Fugir do molde ideal e único possível. Seria como dirigir na contra mão.

Da mesma forma justificar-se-ia a necessidade de parar de buscar a proteção estatal, a proteção paternalista do Estado-providência. O sujeito, como maduro e independente, deve, pois, tomar as rédeas de sua própria vida, assumir suas próprias responsabilidades, lidar com o mundo adulto, lidar com a sociedade e seus riscos.

A recusa do primado da propriedade privada e da competitividade não seria apenas um equívoco econômico, mas principalmente uma falta moral. Sua defesa deverá ser não apenas assentada em sua pretensa eficácia econômica diante dos imperativos de produção de riqueza. Ela deveria se dar através da exortação moral dos valores imbuídos na livre iniciativa, na “independência” em relação ao Estado e na pretensa autodeterminação individual. (SAFATLE, 2020, p. 20)

Como se nota, tornam-se nítidos os discursos que demonstram uma paralização da crítica, ratifica-se a uniformização do ser e de seu pensamento por meio da forte mobilização de discursos psicológicos e morais. Uma política racional não deve ser contestada. Qualquer coisa que lhe seja contrária é, então, irracional. A tese de Safatle (2020) é a de que “o uso reiterado de tal estratégia cresce com a hegemonia do neoliberalismo” (SAFATLE, 2020, p. 20).

Assim, a partir da intensificação da hegemonia neoliberal, a partir do anos 90, mais ferrenha essa tática se torna a cada dia, principalmente nas investidas de flexibilização e individualização do sujeito, as quais pontuamos como as armas da intensificação das políticas em pauta; um elixir para a crise (cíclica) do capital então vivida. Recordando mais uma vez as palavras de Thatcher: a alma é o alvo; as subjetividades. Conforme Safatle (2020) arrazoa, o modelo neoliberal é mais que uma teoria econômica, é uma engenharia social em que um dos principais objetivos é a despolitização da sociedade, a fim de estabelecer o reinado da liberdade, empreendedorismo e livre-iniciativa.

Para aprofundar esses processos de flexibilização, a contradição objetiva e a gramática do conflito deveriam ser completamente rompidas. Haver-se-ia de moldar o sujeito em seu nível social e psíquico. Sob esse ideal, “a empresa deveria nascer no coração e na mente dos indivíduos” (SAFATLE, 2020, p.30), uma proeza que só se garantiria por meio da repetição de exortações morais, como as relacionadas à maturidade, a coragem de empreender em face dos riscos, a potencialidade de abrir caminhos por conta própria. Estabelecer-se-ia a lógica de um neossujeito, que nesse capítulo vem sendo descrito. Uma lógica que pauta sua racionalidade de ações e vivências sob o prisma do mercado, da lógica de investimento de capitais, da otimização de suas competências.

Essa retradução total das dimensões gerais das relações inter e intrassubjetivas em uma racionalidade de análise econômica baseada no ‘cálculo racional’ dos custos e benefícios abriu uma nova interface entre governo e indivíduo, criando modos de governabilidade muito mais enraizados psicologicamente. (SAFATLE, 2020, p. 31)

E, assim, o pensamento único, que envolve a lógica e a dinâmica dos mercados, e reflete o modo de vida neoliberal, é reforçado a cada instante, em todos os entornos. Os dissidentes, os poucos divergentes são rotulados como minorias periféricas, indivíduos fora do padrão, exaltados, radicais. Adornos folclóricos da

democracia “maioritária”, a qual é até capaz de acolher em si essas divergências, desde que elas não alterem o núcleo do sistema, como destaca Gutiérrez (2014).

A partir dessa “generalização ideológica”, o autor espanhol recorda que pelas conversas de rua é perceptível a crença de que o mercado é o organismo mais e eficiente, e se não o único modo de organização econômica. Gutiérrez questiona que até poderíamos perguntar aos transeuntes: quem os ensinou essa lição? A resposta, no sentido formal da educação, seria “ninguém”. Ninguém ensinou essa lição, entretanto ela foi incorporada pela maioria. Conforme o autor recorda, “o social” se educa de diversas formas, pelas interações cotidianas da vida, a partir do trabalho, na vida escolar; dos meios de comunicação.

Essas duas últimas duas instituições de reprodução ideológica são enfatizadas pelo pesquisador. O pesquisador espanhol destaca que as instituições educativas sempre se afirmaram isentas de toda essa socialização, proclamando-se neutras nesse sentido – uma prática reconhecidamente impossível atualmente.

Gutiérrez (2014) recorda que, quanto à escola, o currículo, o método, as práticas, as políticas educativas congregam uma rede sintonizada ao discurso dominante, padronizado. Acerca dos meios de comunicação, é perceptível que esses sempre estão a serviço de alguns interesses, os quais se ligam à cultura da publicidade e se reforçam na indústria cinematográfica, vídeos e jogos – que auxiliam na homogeneização do ideário coletivo, de maneira globalizada; aponta. O mundo do trabalho, como sabemos e também já discutimos, também se metamorfoseou em prol dos interesses do capital e segundo a “onda” da flexibilidade individualista.

Na busca pelo molde do neossujeito flexível, a população, em geral, não mais tem como heróis os médicos, os professores, os bombeiros. As estrelas midiáticas, artistas e esportistas consagrados e bem-sucedidos (como Beyoncé e Ronaldo) assumem esse papel e contribuem para a disseminação do modelo ideal e vencedor do neossujeito, relembra Gutiérrez (2014). Configura-se um senso comum, padronizado, em torno a temas triviais, como hábitos de convivência, economia e política. Um ideário dominante divulgado mesmo tacitamente, como arrazoia o autor

6.4 A liberdade e seus paradoxos – as faces ocultas da flexibilidade

Senett (2006) pontua que os apóstolos do novo capitalismo, ao tecerem sua versão sobre uma tríade característica do sujeito contemporâneo (trabalho, talento e consumo), redundam no tema liberdade para a sociedade moderna. No bojo das mudanças socioculturais dos últimos anos, ela haveria se potencializado, existiria mais mobilidade, mais fluidez: uma modernidade líquida, na metáfora de Bauman (2001) que Senett, inclusive, elogia como excelente. Não obstante, esse autor assevera acerca de um ponto discrepante àquele estudioso. A discrepância não estaria em saber se a versão do novo promulgada por esses apóstolos e arautos da nova modernidade é real (pois realmente ocorrem); “as instituições, as capacitações e os padrões de consumo efetivamente mudaram. O meu ponto de vista é que essas mudanças não libertaram as pessoas” (SENETT, 2006, p. 20-21).

Na metáfora de Bauman (2001), a modernidade sólida e rígida, típicas do momento fordista, fora substituída por um mundo de relações líquidas; por um sujeito livre, repleto de escolhas, cujos caminhos lhe são diversos e o destino é plural. As instituições, os sujeitos, as relações mudaram para um padrão líquido, flexível múltiplo.

Para o filósofo,

O fordismo era a autoconsciência da sociedade moderna em sua fase “pesada”, “volumosa”, ou “imóvel” e “enraizada”, “sólida”. Nesse estágio de sua história conjunta, capital, administração e trabalho estavam, para o bem e para o mal, condenados a ficar juntos por muito tempo, talvez para sempre – amarrados pela combinação de fábricas enormes, maquinaria pesada e força de trabalho maciça (BAUMAN, 2001, p.75).

Nessa perspectiva, continua Bauman, capital, administração e trabalho, para sobreviver e agir eficientemente, precisavam “cavar”, demarcar fronteiras, perfurar trincheiras; utilizar arame farpado. “O capitalismo pesado era obcecado por volumes e tamanhos, e, por isso, também por fronteiras, fazendo-as firmes e impenetráveis” (BAUMAN, 2001, p.76). “Acorrentados” a padrões e a empresas, assim se encontravam os sujeitos. Começar a trabalhar na Ford ou na Renault era ter quase a certeza de que sua carreira seguiria aquele fluxo, naquele lugar. O rompimento desse padrão rígido, fordista, é visto pelo autor como um momento decisivo na experiência

de vida do ser social. É um momento de liberdade. Não obstante, em virtude do aqui fora anteriormente discutido, cabe-nos indagar, há realmente “liberdade” após o rompimento da rigidez fordista, ou há apenas um “canto de sereia”?

O estudioso polonês recorda que, a despeito do momento antecessor, o capital hoje viaja livre e leve – usa apenas bagagem de mão, levando uma pasta com celular e um computador portátil, não precisa delongar-se em lugar algum. É transitório. Permanece apenas durante o tempo que lhe satisfaz. Assim também são os sujeitos do novo momento, nomeado capitalismo leve, assim é o personagem Rico que vimos descrito anteriormente.

Em uma analogia, Bauman (2001) relembra que os passageiros do navio do “Capitalismo Pesado” tinham confiança nos membros da tripulação que os conduzia. Nem sempre essa era uma atitude sábia, mas uma grande confiança existia. Deviam aprender as regras, da embarcação, segui-las, obedecê-las. Às vezes até reclamavam do capitão, da velocidade imprimida ao barco, exigindo mais celeridade, ou pedindo uma viagem mais confortável. Em contraposição a esse indivíduo que seguia o fluxo determinado, o autor metaforiza que

os passageiros do avião “Capitalismo Leve” descobrem horrorizados que a cabine do piloto está vazia e que não há meio de extrair da “caixa preta” chamada piloto automático qualquer informação sobre para onde vai o avião, onde aterrizará, quem escolherá o aeroporto e sobre se existem regras que permitam que os passageiros contribuam para a segurança da chegada (BAUMAN, 2001, p.77).

Assim, ao lado da liberdade, há a incerteza; o medo. É aterrorizante saber que a cabine do avião está vazia. Esse temor é uma constante na vida líquida descrita por Bauman (2008). O autor, na obra *Medo Líquido* analisa com pormenores essa faceta crescente da vida líquido-flexível. Tal sentimento é definido pelo pensador como sinônimo da incerteza, do vacilar entre o que deve ou não ser feito, do que pode ou não ser realizado. No mundo em que o sujeito se torna “livre”, decidir pelo seu caminho e seguir independentemente se mostra ainda mais agonizante. Embora o autor relativize alguns medos contemporâneos – afirmando, por exemplo, que ninguém morrerá em virtude da “vaca louca”, ou foi vitimado pelo acáros, ou que o *bug do milênio* (que tanto alarde causou) foi inofensivo. Bauman (2008) ratifica que, muitas vezes, somos controlados pelo temor. Algumas incertezas são difundidas propositalmente, relembra o pensador, alimentadas pela mídia e nos conduzem como um efeito em rebanho.

O medo de uma crise econômica, por exemplo, pode ser pior que a própria. A incerteza afeta os investidores, assim como os sujeitos, culmina no despencar ou subir das bolsas. O mercado, a mídia, as instituições alimentam-se da volatilidade, da agonia do eu - um fator constante.

Assim, vemos que, em meio à flexibilidade e ao individualismo, a incerteza são características desse mundo líquido descrito pelo próprio Bauman e que aqui revisitamos sob olhar crítico, como parte de um “plano” de expansão do capital que molda o sujeito. Tal incerteza advém do vislumbrar a própria identidade como uma empresa - com as incertezas, o medo e aposta, típicos da dinâmica do mercado financeiro, ponderam Franco *et al.* (2020). A incerteza e o medo compõem, pois, mais facetas do pensamento neoliberal. São molas propulsoras que instigam à manutenção da enfermiga ordem flexível e individualista e flexível de ver o mundo. São bases que nutrem a permanência em tal ordem, que incitam o ser a não a evadir. São os pólipos nos quais as “anêmonas” neoliberais da flexibilidade e do individualismo irão se sustentar.

Ulrich Beck (2010), na obra *Sociedade de Risco*, também enfatiza o despontar de uma individualização da sociedade nos últimos anos, na modernidade avançada, como ele nomeia. Uma formatação da subjetividade que não é gratuita. Como o autor aponta, nesse momento,

[...] a individualização se consuma sob as condições liminares de um processo de socialização que progressivamente impossibilita emancipações individuais: é certo que o indivíduo se desonera de estruturas de sustento e vínculos tradicionais, mas recebe em troca as pressões do mercado de trabalho, de uma subsistência baseada no consumo e das padronizações e controles contidos em ambos” (BECK, 2010, p. 194).

Segundo o autor, instâncias e instituições secundárias ganham protagonismo, a despeito de vínculos e formações sociais tradicionais (classes sociais, família nuclear). Essas instituições secundárias imprimiriam sua marca no indivíduo, indo contrariamente ao arbítrio pessoal desse. Um processo que tornaria o sujeito um joguete de modas, o deixaria à mercê das circunstâncias, das conjunturas, dos mercados. A vida privada individualizada, assim, escaparia ao inteiro controle do eu.

Trajetórias de vida cujos ritmos de desenvolvimento são marcados pelo estamento, por culturas de classe ou pela família são sobrepostas ou substituídas por *trajetórias de vida institucionalmente padronizadas*: entrada e saída do sistema educacional, entrada e saída da atividade profissional, fixações sociopolíticas da idade para a

aposentadoria, e tudo isto acontece tanto num corte longitudinal da trajetória de vida (infância, juventude, vida adulta, aposentadoria e velhice) como também no ritmo e no planejamento cotidianos (harmonização da vida familiar, educacional e profissional). (BECK, 2010, p.195).

Na verdade, nota-se a que liberdade propalada pela flexibilidade individual, pelo mundo “líquido” e de potencialidades é, pois, um paradoxo. A individualização, na verdade, relaciona-se à dependência do mercado em todas as esferas de condutas cotidianas, recorda Beck (2010). O autor recorda que a proeza da individualização é criar um padrão de sujeitos, externamente controlados, “para os quais os nichos das subculturas estamentais e familiares sempre foram estranhos” (BECK, 2010, p. 195).

As metamorfoses institucionais das trajetórias de vida não são um reino de liberdade, mas sim formas de regulação direcionadas às leis do capital, seguindo a ordem neoliberal. Vemos, então, que o indivíduo não se faz livre - as regulações que lhe atingem o são. Flutuam segundo o interesse do mercado. A duração do tempo de estudos, as mudanças nas jornadas de trabalho, as alterações no sistema de seguridade social são mostras de encadeamentos relacionados às fases na trajetória do indivíduo, segundo o autor.

Para ilustrar tal quadro, o autor recorre ao exemplo das alterações nos horários das creches – que dificulta e até impossibilita a conciliação da maternidade às atividades laborais, culminando (propositalmente) no afastamento de mais mulheres do mercado de trabalho. Caso semelhante se notaria com o aumento no tempo de serviço para alcançar-se a aposentadoria - uma “tacada” que decretaria para toda uma geração, o aumento de sua “idade social” e redistribuição de cotas de trabalho em prol de gerações mais novas.

Assim, a individualização caminharia ao lado da institucionalização, que determinaria a maleabilidade de carreiras e vidas, destaca Beck (2010). A liberdade, a flexibilidade é, deveras, uma moldagem. Uma moldagem que vemos ser efetuada a serviço do capital, dos ideais neoliberais e seu afã de controlar as subjetividades para perpetuar-se. Como em uma massa de argila, percebe-se uma flexibilidade modeladora. Uma moldagem que, a miúdo, é imperceptível, “como um efeito colateral latente de decisões explicitamente relacionadas com o âmbito interno das empresas (sistema educacional, mercado de trabalho, trabalho assalariado, etc.” (BECK, 2010, p. 196).

Ademais, recordamos que nesse contexto, em meio a enxurrada de informações próprias do momento contemporâneo e da potencialização do poder e da velocidade das telecomunicações, tempo e espaço ganham novos sentidos, como descrito anteriormente. A quantidade de informações que chega aos sujeitos é grande, assim também a crítica o é. Não obstante, as críticas tecidas não são profundas, não culminam em transformação social. São rasas. O “ativismo de sofá”, os “textões” nas redes sociais passam a ser formas de ação. Em meio ao volume de dados, à dita enxurrada de informações, o sujeito individualista-flexível torna-se um devorador de informações, um “informívoro”, como nomeia Pozo (2002).

Na enxurrada de dados, no despontar tecnológico, dentre as várias possibilidades do mundo flexibilizado interconectado, a criticidade se perde: não se transforma em ação. Não há tempo para digerir-se uma informação relevante antes que uma nova surja. Diversas atividades são feitas ao mesmo tempo, diversos assuntos vêm à tona. Infinitos dados são processados. Algo que para Han (2017) caracteriza o eu contemporâneo: o aspecto multitarefas, extremamente nocivo. Para o autor, vive-se um nocivo excesso de estímulos, impulsos.

O referido excesso, segundo o pensador, destruiria, fragmentaria a atenção. Estar atento a tantas coisas simultaneamente (como é tipo no momento contemporâneo-digital) é na verdade um retrocesso. É uma característica selvagem, da qual dependia a sobrevivência dos animais, que ao mesmo tempo que se preocupavam em ter do que se alimentar, vivam a tensão de a todo momento não serem devorados, recorda Han (2017.). Uma vivência que causa uma cansativa vigilância constante, que conduz o animal a dividir sua atenção em diversas atividades. Uma vivência de tensão: “o animal não pode mergulhar contemplativamente no que tem diante de si” (HAN, 2017, p. 32). Uma analogia que reflete, certamente, as experiências contemporâneas que aqui analisamos.

No mundo virtual, por exemplo, além do caráter multitarefa (que se percebe pela prática de conectar-se a diversos dispositivos ao mesmo tempo e pelas múltiplas atividades realizadas simultaneamente), há a conseqüente atenção rasa: “as mais recentes evoluções sociais e a mudança de estrutura da atenção aproximam cada vez mais a sociedade humana da vida selvagem” (HAN, 2017, p.32). Fatores como esse culminarão em moléstias contemporâneas, como os transtornos de saúde mental

associados à atenção. Uma realidade amplamente medicalizada na sociedade hodierna.

Nas palavras do autor:

os desempenhos culturais da humanidade, dos quais faz parte também a filosofia, devem-se a uma atenção profunda, contemplativa. A cultura pressupõe um ambiente onde seja possível uma contemplação profunda. Essa atenção profunda é cada vez mais deslocada por uma forma de atenção bem distinta, a hiperatenção (*hyperattention*). Essa atenção dispensa se caracteriza por uma rápida mudança de foco entre diversas atividades, fontes informativas e processos. (HAN, 2017, p. 33)

Além disso, Bauman (2005), pontua sobre uma síndrome de impaciência que impacta a juventude contemporânea, uma das faces da modernidade líquida. Vemos, no dia a dia, que se concentrar durante uma aula, fazer uma atividade que exige uma longa atenção, ler um texto e até mesmo escutar uma música até o final passam a ser coisas impraticáveis e que geram agonia para o ser acostumado a ser multitarefas e a mudar o canal ou estação ao menor sinal de tédio. Ao ser inserido em sua bolha-filtro personalizada, ao ser alimentado por endorfina (ao subir o *feed* de suas redes sociais e curtir vídeos e fotos interessantes), atividades que lhe são impostas (que não lhe gerem prazer e das quais não é possível mudar a programação) tornam-se um martírio. Um tédio imenso: mais um sintoma da flexibilidade individualista contemporânea.

Seguindo o pensamento de Han (2017), e dentro da construção do sujeito individual-flexível do neoliberal, a explicação feita acima pelo teórico poderia explanar a tolerância bem pequena ao tédio. No mundo em que Bauman (2001) nomeia como o da liberdade individual de escolher, escapar da individualização e da sujeição das próprias escolhas é um ato impensável. Nessa terra de escolhas, se os indivíduos ficam doentes, é porque não seguiram com perspicácia as recomendações e o tratamento. Caso se encontrem desempregados, é porque não aprenderam bem a passar por uma entrevista, ou porque não se esforçaram na busca pelo trabalho, ou ainda porque são avessos a ele, ou não possuem *networking* suficiente.

Como se nota, configura-se uma liberdade que aprisiona o eu em si próprio - uma falsa liberdade. Percebe-se, aí, a responsabilização do eu pelo seu próprio sucesso ou fracasso, pela condução de seus caminhos, múltiplos, cheios de possibilidade e que requerem inovação, reinvenção constante.

Nesse contexto, de diversos entusiastas da “nova modernidade” verem com elogios essa flexibilidade, independência e “liberdade” do eu, essa nova realidade parece-nos ainda mais preocupante. Entrar no “avião de piloto automático” (que muitas vezes é você mesmo) parece-nos mais perigoso que embarcar em um navio conduzido com um comandante, preocupando-se apenas com os detalhes triviais da viagem. Uma realidade que, ao nosso ver não aparece por acaso, mas é construída pelo ideário reinante, neoliberal, como um projeto para um neossujeito desfragmentado e “livre” para arcar com seu caminho, por mais ardiloso que esse pareça.

6.5 O sujeito flexível e suas reações adversas

Na canção “O teatro dos vampiros”, eternizada pelo grupo Legião Urbana, Russo, Villa-Lobos e Bonfá (1991), demonstram algumas características subjetivas que se relacionam à composição do ser social contemporâneo que aqui discutimos. No texto, em que percebemos um eu-lírico desiludido e angustiado, notam-se perniciosos efeitos de um mundo “produtivista” - efeitos que, cada vez mais, passam a integrar a constituição do “eu contemporâneo”. Na canção, escrita em meio ao conturbado momento brasileiro pós-redemocratização e de expansão neoliberal, o eu-lírico denota carecer de atenção, afirma que não se conhece efetivamente (apenas sabe do que não gosta). Vive em dias estranhos, cuja “poeira” se esconde pelos cantos e tudo o que faz nunca é o bastante. Não espaço para erros - a primeira tentativa sempre parece ser a última chance. Um cidadão que almeja se divertir, mas para isso não tem recursos. É alguém rodeado de pessoas que buscam emprego, é uma pessoa consumido pelo cansaço e pelo envelhecimento precoce.

Na canção, a partir da verossimilhança com os dias e seres contemporâneos que aqui analisamos (pautados pelo avanço da lógica do capital e do pensamento neoliberal), verificamos uma perfeita descrição para um quadro que se agudiza a partir do ataque das armas do individualismo flexível. Notamos os sintomas daquilo que Han (2017) chamaria de “sociedade do cansaço”.

O autor assevera que o início do século XXI, do ponto de vista da saúde, não se descreveria como uma época viral ou bacteriológica (como épocas antecessoras), mas sim deveria ser analisada sob uma perspectiva neuronal. Nesse momento,

doenças neuronais como a depressão, transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (TDAH), Transtorno de Personalidade Limítrofe (TPL) ou Síndrome de Burnout (SB) determinam a cena cronológica.

Não é difícil identificar em jovens, adultos, colegas de trabalho, alunos da educação básica ou superior, parentes, amigos (ou mesmo vislumbrar um diagnóstico em nós mesmos), algumas das patologias acima descritas, acrescentando-se, ainda, as crises de ansiedade, a insônia e a ideação de autoextermínio. Sintomas nos quais identificamos as reações adversas da sociedade flexível neoliberal. Uma sociedade na qual a cada hora passada, envelhecemos dez semanas, como Renato Russo afirmara na canção mencionada. Vive-se uma verdadeira violência neuronal, a violência da positividade; exaustiva, recorda Han (2017). Uma realidade que culmina em síndromes que apontam para o excesso de positividade. O prefixo *hiper* tão presente no acelerado mundo flexível e neoliberal, “representa uma massificação do positivo” (HAN, 2017, p.21).

No mundo contemporâneo da flexibilidade, abrem-se as comportas da subjetividade, da individualização dos riscos, recorda Beck (2010). Para o autor, a existência cotidiana que tem o ego como núcleo implica que os eventos e circunstâncias que sobrevêm ao indivíduo não são mais as únicas posturas institucionais determinantes. Como o indivíduo precisa lidar com as próprias consequências de suas escolhas, se anteriormente o que lhe tirava dos trilhos eram golpes fortuitos do destino, sobre os quais o eu não incorporava a responsabilidade (como a interferência “divina” ou da natureza), agora as vivências cotidianas são vistas como fruto de sua escolha. Os eventos “negativos” representam, pois, um fracasso pessoal, recorda Beck. A reprovação em um exame, o desemprego, o divórcio, são derrotas pessoais, são méritos malogrados. Não é possível falhar, ser um *loser*, um perdedor. Configura-se uma sociedade de riscos iminentes, os quais o ser precisa assumir e conviver diuturnamente. Assim,

[...] na sociedade individualizada, os riscos não apenas aumentam de um ponto de vista meramente quantitativo, como também acabam surgindo qualitativamente novas formas de risco pessoal: somam-se-lhes novas formas de “atribuição de culpa”, o que é ainda mais agravante. Com base nessas pressões por autoconfiguração, autoplanejamento e autoprodução, acabarão surgindo cedo ou tarde novas demandas educacionais, tutelares, terapêuticas e políticas. (BECK, 2010, p. 200).

Ademais, configurando o momento em questão, Han (2017) recorda a “sociedade disciplinar”, proposta por Foucault – uma sociedade erguida a partir de hospitais, asilos, presídios, quartéis, fábricas. Uma sociedade da vigilância. Essa sociedade foi substituída por um modelo representado por academias de ginástica, escritórios, prédios de instituições financeiras, shoppings centers e laboratórios de genética. A sociedade do século XXI é também conhecida como uma sociedade do desempenho, recorda o autor. Seus habitantes, não mais são os “sujeitos da obediência” foucaultianos. São sujeitos de desempenho e produção – os empresários de si mesmo há poucos descritos.

Como visto, a sociedade cuja intensificação do neoliberalismo expande as menses da flexibilidade e da responsabilidade individual, é uma sociedade de angústias, é uma sociedade de riscos, como nomeia Beck (2010); e é uma sociedade da positividade, como conclama Han (2017) – nela, tudo é possível, depende de “você”. Não há mais a sociedade da negatividade, da vigilância; da proibição. O paradigma do não permitido é trocado pelo ideal do desempenho, já que a negatividade gera bloqueio, impede o melhor crescimento (o progresso, o elevar das metas, do score). Tem-se um sujeito mais rápido; mais livre (mas que continua disciplinado). “O poder eleva o nível de produtividade que é intencionado através da técnica disciplinar, o imperativo do dever” (HAN, 2017, p.27).

Han arrazoa ainda que

Para elevar a produtividade, o paradigma da disciplina é substituído pelo paradigma do desempenho ou pelo esquema positivo do poder, pois a partir de um determinado nível de produtividade, a negatividade da proibição tem um efeito de bloqueio, impedindo um maior crescimento. A positividade do poder é bem mais eficiente que a negatividade do dever. Assim o inconsciente social do dever troca de registro para o registro do poder. O sujeito de desempenho é mais rápido e mais produtivo que o sujeito da obediência. (HAN, 2017, p.24)

O autor recorda que a depressão é efeito colateral dessa transição entre a sociedade disciplinar e a sociedade do desempenho. Um dos efeitos dos “dias tão estranhos” sobre os quais versa Renato Russo. Nesse âmbito, segundo dados do site da Organização Mundial de Saúde OMS, em 2015, a soma global de pessoas acometidas por essa moléstia era estimada em mais de 300 milhões de pessoas, muitas das quais vivenciam, simultaneamente, desordens no campo da ansiedade. Cambaúva e Silva Júnior (2005) recordam, a partir da análise de diversos autores,

que a doença em questão tem como sintomas o desânimo, o pessimismo, a baixa autoestima, o pequeno interesse pelo mundo externo, diminuição do desejo sexual, descrença em sua capacidade, dificuldades na interação social e ideação suicida. Além disso, os autores recordam que os pacientes depressivos se queixam da sensação de vazio, perda de identidade, insônia e solidão dentre outras queixas. Estaria a configuração social hodierna colaborando para o quadro em tela? Esse é um questionamento de Cambaúva e Silva Júnior (2005), em uma pergunta cuja resposta vemos como positiva, em meio a tantas mudanças nocivas entre as vivências cotidianas e mudanças em setores nevrálgicos da sociedade.

Segundo os pesquisadores, a forma como se organiza a sociedade é decisiva para a saúde mental de seus membros. “Aqueles que não conseguem suprir a demanda dos ideais propostos pela cultura são marginalizados e considerados anormais e/ou patológicos” (CAMBAÚVA; SILVA JÚNIOR, 2005, p. 528).

Na organização social flexível, individualista, na qual reinam os neossujeitos, favorece-se o que esses autores nomeiam de regressão narcisística. O eu, individualizado, se esquia do contato social e busca resolver seus problemas por si só, em sintonia com o discurso há pouco contextualizado. Esse isolamento social é um dos sintomas depressivos. A individualização do eu, contribui, pois, para os quadros depressivos, faz com que o eu se sinta solitário andando em meio a multidões. Os sujeitos são depauperados subjetivamente, destacam os autores mencionados. O indivíduo cuja identidade e relações não são rígidas, vive fragmentações nocivas em diversos pontos, como o tempo, o espaço, o conhecimento. Dentro dessa fragmentação, constituinte da vida flexível, ocorre o nocivo fato de que ratifica a tendência à depressão:

os conflitos devem ser elaborados no âmago de cada um, sendo refutável quem os exponha publicamente, posto que o homem deve sustentar a imagem que lhe é exigida pelo ideal, como nos jargões *sorria, você está sendo filmado, e no stress*. Exige-se um indivíduo “desafetado” (CAMBAÚVA; SILVA JÚNIOR, 2005, p. 532).

Tal moléstia é classificada por Dunker (2020) como protagonista e diva dos espetáculos de sofrimento de nossa época. Segundo o autor, ela é frequentemente reduzida a duas pobres metáforas: a falta de um ingrediente químico no cérebro (serotonina / noradrenalina) e o “gatilho” que dispara pioras ou repetições. Não obstante, o autor afirma que essa deve ser vista como uma patologia do social, como

fruto de uma forma de vida que traz em seu âmago a gramática do sofrimento. A depressão seria o produto de uma série de modificações na maneira de interpretar o sofrimento psíquico, o qual se desloca do campo do conflito para o âmbito funcional do corpo, da intensidade e da produtividade.

Sob essa perspectiva, é ainda interessante ressaltar a associação polissêmica da palavra depressão à esfera econômica, possuindo aí, também, seu marco histórico - antes mesmo de tornar-se uma categoria psicopatológica. O pensador rememora o dia 24 de outubro de 1929, com o *crack* da bolsa de Nova Iorque, a perda vertiginosa no valor das ações. Como resultado, relembra a alta taxa de desemprego, as quedas dramáticas do Produto Interno Bruto (PIB) de diversos países, a redução veemente na produção industrial, dentre outras consequências. O termo “depressão” assume portentosas proporções conceituais e narrativas após esse momento recessivo, diz Dunker. Nomeia uma calamidade econômica incomparável. Ganhando a cena dos distúrbios patológicos reinantes nos últimos anos, e seguindo em associação ao mundo, Dunker (2021) classifica a síndrome depressiva como a cúspide preferencial do neoliberalismo, a partir da adoção dos padrões de consumo dessa doutrina e de seus padrões de identidade. O autor argumenta que

A hipótese depressiva supõe que a depressão tornou-se tão rapidamente uma forma de sofrimento globalizada porque ela é egossintônica com a maneira como somos induzidos a interpretar nossos conflitos, nos termos e com o vocabulário capaz de produzir uma unidade entre a nossa forma de linguagem, desejo e trabalho. (DUNKER, 2021, p. 182)

O autor esclarece um sintoma egossintônico é aquele em que ocorre

uma identificação que encobre o conflito entre o desejo e o narcisismo de tal maneira que o sujeito passa a amar o sintoma como a si mesmo, a defendê-lo como forma de vida, quando não a impô-lo ao outro como uma espécie de generalização de sua identificação (DUNKER, 2021, p.183).

Para Han (2017), o que torna o indivíduo doente, depressivo, não seria o excesso de responsabilidades e de iniciativas (que também são típicos do momento de intensificação neoliberal). O gatilho seria o imperativo do desempenho, o excesso de positividade, a negação do não poder, do não conseguir, a não possibilidade de não ser um *loser* (vocábulo que inclusive é classificado como ofensivo em localidades do capitalismo altamente desenvolvido, como os Estados Unidos).

Requisitam-se campeões, no esporte, nos negócios, nas finanças, no trabalho, na escola, no casamento e até mesmo no sistema político (cuja democracia é vista como um jogo entre times, jogo o qual não se pode perder, e até mesmo o resultado pode ser questionado).

Como Han (2017) destaca, a depressão torna-se a face patológica desse temido fracasso. Ela realmente torna-se um sintoma egossintônico: os inaceitáveis sintomas depressivos - de derrota, de melancolia, de negatividade e de impotência, passam a imiscuir-se no próprio sujeito, a permear sua forma de ser. Uma reação adversa do modo de vida neoliberal, da sociedade do alto desempenho. Uma realidade que “reflete aquela humanidade que está em guerra consigo mesma” (HAN, 2017, p. 29).

Para Dunker (2021), todo o quadro aqui descrito é demonstrado pela anedonia, principal sintoma depressivo e que consiste na falta de experienciar prazer com o outro, consigo e com o mundo. O ser torna-se um “ditador de si mesmo”, vive um impasse com as próprias ordens, não compreende o motivo de sua atonicidade, de sua greve de não fazer algo. O reinado da depressão, recorda o autor, também é uma corte da crítica contra a era do capital humano, da narrativa do talento, das métricas, dos autopostos, das autorrealizações; do sobrecarregado; dos resultados. O depressivo, “responde demasiadamente bem à demanda de renunciar a si mesmo, ao se tematizar apenas como um personagem pouco convincente e um ator cansado de seu papel” (DUNKER, 2020, p. 209). Segundo o autor, no mundo do acirramento neoliberal, aquele que sofre de depressão

[...] é aquele que fracassa e por outro lado tem um sucesso demasiado em se tornar um empreendedor de si mesmo. Ele não consegue usufruir da gramática da competição de todos contra todos, que tornaria a vida uma espécie de esporte permanente, de viagem contínua ou de teatro de estrelas no qual há um prazer em representar. (DUNKER, 2021, p. 209)

Percebe-se, pois, que a imersão no discurso liberal do individualista de “cada um por si” e “que vença o melhor” conduz a um pensamento de que o indivíduo deve depositar sua fé apenas em si mesmo, como atentam Cambaúva e Silva Júnior (2005). É esse discurso que faz o rompimento dos vínculos e que gera as relações liquidadas. Uma realidade que faz o ser perder o que lhe servia de suporte, de amparo – a perda de seus pares, seus próximos. Esses próximos tornam-se agora

concorrentes, obstáculos à realização pessoal, recordam os autores. Uma realidade de competição constante, na qual errar não é aceitável; perder não é mensurável. Uma lógica alimentada pelo “mercado”, pelo capital, pelo modo de vida neoliberal, que tem trazido tantos efeitos colaterais e nocivos ao eu contemporâneo, como os crescimentos das moléstias que refletem essa nova gramática do sofrimento. Decorrem-se os problemas de saúde mental, protagonizados, como visto, pela depressão, culminantes, inclusive na perda de vitalidade, bem estar e no suicídio.

No âmbito político-econômico, a defesa do Estado Mínimo cada vez mais voraz, em consonância à política flexível e individualista, resulta no legado de deixar o ser social ao léu, à própria sorte - uma vez que as ações governamentais passam ser regidas pelo mecanismo impessoal do mercado. “A desigualdade entre os indivíduos é vista como natural e necessária no modelo neoliberal, impondo a todos grandes limitações no curso da vida”. (CAMBAÚVA; SILVA JÚNIOR, 2005, p. 533). A desigualdade, a exclusão, o fracasso são, pois, normalizados, vistos como uma questão de mérito (ou falta dele). Outra premissa que trará diversos efeitos perniciosos.

Assim, sob a lógica do estado mínimo, do “cada um por si”, do individualismo flexível e do empresário de si mesmo, outro mantra comum ecoa em tempos de intensificação neoliberal: a meritocracia. No bojo da individualização flexível do neossujeito, há pouco descrita, ganha terreno um processo de pensar em si mesmo com alguém que vence pelo próprio esforço, como um ser autossuficiente, recorda Sandel (2020). Um discurso meritocrático que cada vez mais ganha espaço e dificulta preocupações com o bem comum, reforça o autor.

Kim e Choi (2017) recordam a definição contemporânea para o termo meritocracia. Essa, é vista como um avançado sistema baseado no indivíduo e seus méritos, não na base familiar, heranças, riquezas ou status social. Um pensamento que tem ganhado bastante atenção desde fora cunhado. Young (1958), utiliza a palavra em um romance distópico, para classificar uma sociedade na qual as pessoas são classificadas por sua inteligência individual, mensurada em testes estandardizados. No entanto, os “melhores” cidadãos haviam sido os que mais se esforçaram, mas os que melhores oportunidades educacionais haviam recebido. Um sistema inicialmente justo, que julgaria a cada um pelo merecimento, mas que se

transforma em uma máquina de iniquidade, de desigualdade; culminando em revolta social. Uma narrativa que parece ser bastante premonitória.

Kim e Choi (2017) asseveram que, desde sua criação por Young, o termo tem ganhado bastante atenção nas sociedades ocidentais, estando estritamente ligado à noção de capitalismo e de valores igualitários, compondo, por exemplo, o conceito do *American Dream*. Um conceito que possibilitou a membros de , sociais mais baixas o sonho de sua ascensão, a melhoria de seu status econômico, de seu lugar na hierarquia social. Implantou-se uma ideologia na qual todos os indivíduos têm chances de sucesso, uma vez que cultivadas as habilidades necessárias.

Para Sandel (2020), a ideia das recompensas sociais conforme o mérito é atraente por algumas razões. Uma delas seria o fator de um sistema mais produtivo, ao recompensar pelo esforço, iniciativa e talento, a despeito de fazê-lo igualitariamente, independente das contribuições. Seria um sistema mais justo, não praticando pré-conceitos, sendo a única discriminação marcada pela conquista individual.

O pensador também reforça a ideia de liberdade que ecoa como pano de fundo a tal pensamento. Essa variável residiria no fato de pensar o destino sob nossas próprias mãos, de que o êxito reside apenas em nosso controle, na independência das circunstâncias. Como há pouco discutido, seríamos mestres de nossa sorte, ascenderíamos até onde nossos anseios, esforços, talentos e sonhos nos conduzissem. O mundo da positividade, acima descrito sob a ótica de Han (2017). Como Sandel (2020) pontua, a partir dessa visão, receberíamos o que nos é merecido – uma conclusão moralmente confortante a priori.

Se meu sucesso é resultado de minhas próprias ações, algo que eu conquistei por meio de talento e trabalho árduo, posso me orgulhar disso, certo de que mereço as recompensas resultantes de minhas conquistas. Uma sociedade meritocrática, portanto, é duplamente inspiradora: ela afirma uma noção potente de liberdade e dá às pessoas o que elas conquistaram por conta própria, e, logo, merecem (SANDEL, 2020. p. 52).

Não obstante, toda essa liberdade e positividade nas quais o sujeito do neoliberalismo contemporâneo está imerso, teria um lado pernicioso e que pode tomar um caminho tirano, recorda o professor estadunidense. O canto da sereia estaria no paradigma de vencer pelo próprio esforço, que legaria um fardo de difícil transporte ao indivíduo. Um grande peso na visão de responsabilidade pessoal. Segundo o autor,

a visão que reina atualmente supera o benéfico limite do respeito às capacidades dos seres pensarem e agirem por si mesmos, como agentes morais e cidadãos. A visão meritocrática atual adentra no negativo terreno de legar uma “sina” ao indivíduo, pela qual ele é totalmente responsável. “Ainda que a desigualdade tenha sido ampliada em vastas proporções, a cultura pública reforçou a ideia de que somos responsáveis por nosso destino e merecemos o que recebemos” (SANDEL, 2020, p. 89).

Para o autor, o discurso do mérito, rechaçado nas décadas de 1960 e 1970, ganha espaço nos anos 1980 e 1990, provavelmente refletindo a retórica da responsabilidade em voga na política de então. Influentes filósofos ressuscitariam o caso do mérito. Naquele momento, em que não por acaso os ideais neoliberais ascendiam no mundo, tais pensadores defendiam que a obrigação social de auxiliar os desfilados, os desfavorecidos, estaria atrelada a separar “o joio do trigo”. Para o amparo social, dever-se-ia descobrir, dentre os sujeitos necessitados, aqueles responsáveis pela própria má sorte (não merecedores de apoio, dadas suas escolhas) e aqueles cuja má sina não lhes foi voluntária.

Sandel recorda o discurso de Reagan, que em 1983 inaugurava o termo “você merece”, em uma fala a líderes empresariais. Nesse momento, o líder norte-americano conclamava: você que trabalhou duro e galgou o êxito, aquele que se esforçou, merece o prêmio outorgado pela vida. Àqueles que por seus próprios méritos foram bem-sucedidos, a vida merece recompensar. Para Sandel, após a menção de Reagan, o “você merece”, o discurso meritório tornou-se apartidário naquele país, símbolo do capitalismo avançado: Bill Clinton e Obama, por exemplo, também adotaram tal ideia em suas mensagens, em distintos contextos

Hillary Clinton (candidata derrotada ao cargo presidencial estadunidense em 2016), adotou tal discurso, por sua vez, no pleito em que concorrera com Donald Trump. Sandel (2020) recorda menções da então senadora, que se julgava cansada de desigualdade, e que almejava que sua nação fosse uma verdadeira meritocracia, que todos tivessem condições de alcançar a mobilidade ascendente. Um pensamento que desagradou a muitos. Uma retórica da ascensão, há muito utilizada - mas que havia perdido a capacidade de inspirar, ampliando o caminho populista de seu concorrente.

Trump, vitorioso, não discursou sobre a importância de ascender pelo talento, pelo trabalho. Ele nunca utilizou o discurso da mobilidade ascendente em seus

discursos de campanha, recorda o pensador de Harvard. Não obstante, colocou holofotes nas diferenças entre ganhadores e perdedores. Trump empregou uma visão de grandiosidade diferente daquela empregada por sua concorrente. Não exaltou a possibilidade de mobilidade ascendente, de uma país igual para todos, no qual todos pudessem crescer a partir de oportunidades. Centrou-se em aspectos como soberania nacional, identidade e orgulho. Mesmo assim obteve apoio de diversas pessoas da classe trabalhadora, recorda o autor.

Tal evento denota o ressentimento para com as

elites meritocráticas, especialistas e profissionais de alto escalão que haviam exaltado a globalização favorável ao mercado, colhido benefícios, empregado pessoas trabalhadoras à disciplina da competição estrangeira e que pareciam se identificar mais com elites globais do que com seus concidadãos (SANDEL, 2020, p. 103).

Obviamente, esse não foi o único motivo para a assunção do populismo de Trump, recorda o professor de Harvard. Em associação à xenofobia, ao racismo, à hostilidade contra o multiculturalismo, a mágoa populista contra a suposta igualdade de oportunidades foi alimentada. Foi impulsada pela irritação ao desdém àqueles considerados menos realizados e vistos como perdedores. A falácia da ordem meritocrática, por anos entoada, foi o nutriente de uma reação anunciada. A falácia do mantra que afirma que todo aquele que trabalha duro e segue as regras consegue “vencer na vida”. “Não notaram que, para quem fica preso no fundo ou lutando para ficar boiando, a retórica da ascensão era menos uma promessa que uma provocação” (SANDEL, 2020, p. 104).

Essa pode ter sido a percepção daqueles que escolheram Trump em detrimento a Clinton. A retórica da ascensão, para esse grupo, seria menos inspiradora que ofensiva. Sandel (2020) explica que isso ocorreu não porque houve um rechaço anterior à ordem meritocrática. Pelo contrário. É possível que esse grupo já visse o funcionamento da sociedade por esse prisma, mas esperavam uma ação mais enérgica por parte do Estado no sentido de romper as barreiras que atravancavam as conquistas individuais. Temiam um governo que favorecesse a igualdade de oportunidades no sentido de favorecer as minorias étnicas e raciais – o que, na verdade, seria romper com a ordem do mérito. Seria uma infração a essa a partir da forma como a enxergavam. Ademais, “aceitaram o veredito duro do mercado

no próprio caso e estavam dedicados a isso, moral e psicologicamente” (SANDEL, 2020, p. 104).

O autor relembra, ainda, uma pesquisa conduzida em 2016, após a vitória do empresário norte-americano no pleito presidencial. À sociedade americana, foram feitas perguntas relativas à percepção da ordem meritocrática: sondando questionamentos afirmações como a igualdade e justiça da sociedade estadunidense, a igualdade de oportunidades existente na nação, a responsabilidade do indivíduo por sua posição social. De maneira não surpreendente, os eleitores trumpistas tiveram mais reações positivas entre si acerca de tais pressupostos. Denotou-se uma reafirmação na crença da ordem meritocrática já dominante, em rejeição ao pensamento de que ela precisaria ser ainda melhor construída, aponta Sandel (2020)

Como afirmado anteriormente, ratificou-se o discurso populista, e em seu bojo, políticas neoliberais ferrenhas que reafirmavam a não necessidade de intervenção do estado, a não necessidade do governo equalizar as condições. O individualismo que temos comentado no presente capítulo, marca da constituição do sujeito neoliberal foi alimentado. Basta que o indivíduo siga a ética do trabalho, lute, se prepare, não desista. Ser um “vencedor” depende apenas de seus méritos.

Já nas eleições presidenciais brasileiras, em 2014, em oposição ao governo progressista há 3 mandatos no poder até aquele momento, o principal candidato de direita, Aécio Neves, coloca o primado do mérito com argumento de sua campanha. À imprensa brasileira, para combater as propostas da então presidente e candidata Dilma Rousseff, o candidato direitista (que terminaria aquele pleito derrotado, mas com expressiva votação) afirmou:

Há hoje no Brasil um cansaço em relação à má condução da economia, que tem nos levando à inflação alta e crescimento extremamente baixo, o abandono de obras fundamentais e estruturantes por todo o Brasil e muitas delas com sobrepreço, é uma marca infelizmente perversa desse governo, que preferiu o aparelhamento da máquina pública ao investimento na meritocracia (MACHADO, 2014).

Após o golpe que levou a presidente Dilma ao impedimento, a chegada ao poder de seu vice, Michel Temer, também trouxe à tona (em diversos momentos) o mantra meritocrático e os questionamentos aos programas sociais anteriormente implantados. Após o pleito de 2018, a cartilha de Jair Bolsonaro, seguindo a tendência de Temer, mostrou alinhamento total aos preceitos do grande capital e dos

pensamentos neoliberais. Uma eleição que muito assemelhou-se à assunção de Trump no Estados Unidos. Cabe recordar que o então governante brasileiro sempre demonstrou veneração ao empresário e agora político norte-americano.

Houve, em terras brasileiras, o mesmo ressentimento das elites com relação ao discurso da diminuição da desigualdade. Um rechaço de que essa seria uma condição *sine qua non* para então se galgar a meritocracia. Equalizar oportunidades, criar programas sociais, cotas universitárias, assistência social, seria caro e não interessante. Um empecilho para os mercados, uma burocratização que aumentaria o gasto, traria crise; afastaria o investimento. Como nos Estados Unidos, o ressentimento das elites e de grande parte das camadas trabalhadoras, preferiu alimentar o populismo nacionalista, a não intervenção do estado na economia, e a consideração de uma meritocracia que não necessita de equalização.

Além do candidato vitorioso, demais aspirantes ao cargo de presidente eram defensores da lógica meritocrática, colocando-a como um antagonismo à lógica assistencialista presente nos governos liderados pelo “Partido dos Trabalhadores” (PT). Henrique Meireles, executivo do setor financeiro e ex-ministro da economia foi um desses exemplos, além do banqueiro João Amoedo – que seguia a cartilha em voga, baseada nos *outsiders* do mundo político. Com discurso liberal, o partido fundado por Amoedo, denominado “Novo”, buscava inovar, reformar a política e modernizá-la, aproximando-a da gestão empresarial e abordando a ordem meritocrática. Uma declaração do candidato *outsider* nas redes sociais, denota suas motivações ideológicas em prol da doutrina do mérito:

A meritocracia é uma ferramenta fundamental para recompensar as pessoas em situações semelhantes e que trabalham mais, estudam mais e se esforçam mais. Uma sociedade que não acredita na meritocracia não está incentivando o esforço e a dedicação das pessoas. (AMOEDO, 2020).

Embora não tenha alcançado o mais alto cargo da política nacional, o partido triunfou em um dos mais tradicionais estados brasileiros, a partir da vitória do também *outsider* - Romeu Zema, um empresário do interior do estado.

Outro destaque cabível, também no referido quadro, é a chegada do empresário João Dória à prefeitura de São Paulo e posteriormente ao governo do estado. Gabioneta e Raphael (2017) destacam na apresentação de Dória ao mundo político, vista em seu programa de governo durante a candidatura, a exploração dos

ideais meritocráticos e o sucesso alcançado a partir dos dons individuais e do trabalho pela classe média a partir das palavras do candidato de base neoliberal. Uma temática que permearia suas ações enquanto futuro governante.

Já no mundo Inglês, outro reino do despontar neoliberal, a fé meritocrática é verbalizada por Tony Blair na década de 1990, recorda Sandel (2020). Uma fé que se estende até o momento contemporâneo, pós-Brexit, como ratificado nas palavras de Theresa May, promulgadas após sua ascensão ao cargo de primeira ministra:

Quero que a Grã-Bretanha seja a grande meritocracia mundial – um país onde todas as pessoas têm chances justas de ir até onde o talento e o trabalho árduo lhes permitir [...]. Quero que a Grã-Bretanha seja um lugar onde a vantagem é baseada em mérito, não em privilégio, onde é seu talento e seu trabalho árduo o que importa, não onde você nasceu, quem são seus pais ou como é seu sotaque (MAY, 2016, *apud* SANDEL, 2020, p.102).

No contexto da BREXIT, a lógica indivíduo meritório foi mais uma vez utilizada para atacar as minorias, e ratificada no processo político em tela, como afirma o elogiado escritor britânico James Bloodworth, em entrevista ao renomado jornalista Terry Galvin (2016).

Como se nota, o ideal meritocrático tem sido utilizado para alimentar populismos e fomentar o discurso neoliberal, que como visto tem enfatizado, cada vez mais, as noções de flexibilização e individualismo. Essa última categoria ganha destaque no debate aqui em pauta. O eu empresarial é responsável pelo seu destino, como visto há pouco. O reino do tudo é possível, apesar de possuir diversos efeitos colaterais, como há pouco discutido, torna todos concorrentes de todos. A lógica meritória, no bojo dessa realidade, ratifica a tipificação de vencedores e perdedores e ressalta, em diversos casos, a não necessidade de equalização das condições para a vitória, ou o mérito, seja alcançado

Uma lógica tirana, como defende Sandel (2020). Para ele, a tirania do mérito não é resultante apenas da retórica da ascensão, mas abarca um conjunto de comportamentos e circunstâncias que convertem a meritocracia em algo tóxico. Reforçar a mensagem de que somos inteiramente responsáveis por nosso destino e recebemos aquilo que fazemos jus, ainda que em condições de desigualdade aguda e mobilidade barrada, desmoraliza aqueles deixados para trás na corrida da globalização. É um fator de corrosão da solidariedade, do pensamento coletivo, recorda Sandel, ou seja, ratifica o pensamento que aqui defendemos: intensifica a

premissa neoliberal do individualismo como forma de retomar as taxas de lucro e o crescimento do grande capital, ainda que com efeitos perniciosos ao ser social.

Além disso, o professor de Harvard recorda que o fato de que apenas 1% da população mais abastada possuir uma receita superior a toda metade inferior da população, e a ocorrência da estagnação da renda média durante quarenta anos, faz parecer ilógica a consideração de que o esforço e o trabalho árduo levará o indivíduo ao longe. Uma constatação que geraria duas formas de descontentamento. O primeiro tipo seria produzido ao afirmar-se que “quando aqueles que trabalham duro e seguem as regras não conseguem avançar. O outro é o desespero, quando acreditam que a promessa meritocrática já foi cumprida e eles ficaram de fora” (SANDEL, 2020, p.106). Um sinal de que mais esse ingrediente do elixir individualista-flexível traz em si um sabor amargo àqueles que vivem do trabalho, assim como as demais matérias primas que constroem essa poção de crescimento, recuperação, do capital.

6.6 O ônus da individualidade flexível

Como discutido, no momento contemporâneo, a ideia da célebre neoliberal Margareth Thatcher tem ganhado cada vez mais força. No momento em que a doutrina em pauta se diz em crise, e em que vê sua taxa de lucro tornar-se insatisfatória, a prática de captar a alma do indivíduo, defendida pela ex mandatária inglesa, assume principal relevância. No bojo desse processo, os ingredientes da individualidade e da flexibilidade do sujeito fazem parte de sua poção e atuam em diferentes âmbitos. como defendemos nesse trabalho.

Como visto, a lógica meritocrática galga-se no mito da mobilidade ascendente. Não obstante, alcançar a riqueza a partir da pobreza parece ser mais difícil do que o sugerido por esse mito, recorda Sandel (2020). Conforme aponta o autor, à guisa de exemplo, dentre as pessoas norte-americanas nascidas no âmbito da pobreza, poucas conseguem alcançar o topo – por volta de 4 a 7%. Grande número não consegue alcançar a classe média, cerca de 30% sobe ao degrau do meio ou algum degrau mais alto, mas não o topo. A crença na mobilidade meritória, a receita norte-americana para solucionar a desigualdade a partir do trabalho e do esforço individual parece ser uma armadilha, mais um discurso falacioso neoliberal.

O sujeito se martiriza, sofre, adocece. Pensa ser sua a culpa do insucesso, crê não ter valor suficiente para ascender, acredita na repetição da espiral social, que ali

é seu lugar e por mais que faça esforços sempre seria possível fazer sempre mais. Aí repetem-se e intensificam-se padrões em prol do capital: padrões moldados de pensamento, de consumo, de educação e de trabalho. Um verdadeiro *way of life* neoliberal que contribui para o isolamento do ser social, a fragmentação das instituições sociais e o esfacelamento das atitudes coletivas. Cada um por si, o mercado para todos. Que vença o melhor, o mais apto, costuma-se dizer.

No mundo em que o “eu” se converte em empresa, sem dúvidas,

quem perdeu o emprego, quem não consegue empregar-se (desempregado primário) ou reempregar-se (desempregado crônico), e passa pelo processo de dessocialização progressivo, sofre. É sabido que esse processo leva à doença mental ou física, pois ataca os alicerces da identidade. Hoje, todos partilham de um sentimento de medo – por si, pelos próximos, pelos amigos ou pelos filhos – diante da ameaça de exclusão. (DEJOURS, 2001, p.19).

Sufrimento e adoecimento que, além de gerar pressões sobre o indivíduo, tolhendo-lhe o direito à saúde e educação de qualidade, lhe isolam e ratificam-lhe padrões de trabalho intensificados/precarizados. Além disso, instituem uma falsa noção de empreendedorismo e inovação que geram mais lucro ao grande capital, como veremos em capítulos porvindouros neste trabalho.

O bônus da intensificação dos lucros capitalistas sob a égide neoliberal, é o ônus da classe-que-vive-do-trabalho. A sociedade positiva, descrita por Han (2017) é uma sociedade do cansaço: depressiva, multitarefas e medicalizada, como descreve o próprio autor e há pouco discutido.

Em adição, a verdadeira meritocracia apenas é possível, como aponta Bloodworth (2016), se não vislumbrada como uma estrada à frente, mas a partir de uma linha de saída igualitária. Como Sandel (2020) recorda, não há nada de mal se um indivíduo correr mais rápido que o outro, mas a largada precisa ser igualitária. As regras do jogo precisam ser as mesmas.

Segundo o professor de Harvard, a meritocracia traz uma mistura de esperança e fato, que embaça a visão do que é vencer ou perder. Ao ser considerada uma aspiração, a meritocracia incentiva aqueles que ficam para trás a culpar o sistema, mas se considerada um fato, como corriqueiramente tem sido posta, essa lógica faz o indivíduo culpar a si mesmo. A culpa é sua: alimenta-se a lógica do neossujeito independente, senhor do seu destino, gerador de seu ônus e de seu bônus: a lógica empresarial individualista do neoliberalismo contemporâneo, que molda o ser social,

diuturnamente, e em todas as suas experiências sociais, à mercê de sua ideologia do capital.

A auto culpabilização, nesse meio, torna-se um fato, e como Sandel (2020) aponta, o credencialismo meritocrático faz o indivíduo culpar-se por não ter um diploma universitário, por exemplo, faz o indivíduo culpabilizar-se pelo seu insucesso e os resultados têm sido catastróficos. Como se nota, em prol da resolução das crises do capital, a intensificação das categorias neoliberais flexibilidade e individualismo tem abarcado esferas sociais centrais para a vida em sociedade. Tem, por isso mesmo, esculpido o ser social ao seu molde, ao seu desejo, pregando-lhe esses dois mantras que vão atacar o ser social diuturnamente: no trabalho, na escola, nos programas de televisão, nas redes sociais, nos programas políticos e em todos os setores. Uma realidade que, como visto, tem levado os indivíduos ao máximo de suas potencialidades rumo à produção de mais-valor. Uma narrativa que tem produzido seres cansados, perdidos, doentes; medicados. Sujeitos flexíveis, depressivos, egoístas, sem noção de coletividade. Saldos perniciosos de realidade exposta ao longo desse trabalho, e que só se “solucionaria” rompendo com a lógica do capital.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a intervenção estatal requisitada pelas recentes crises do capital, não correspondeu a um novo Estado de Bem-estar Social. O pêndulo econômico, partindo da rigidez para a flexibilidade, não retornara à sua posição anterior: permanece sob a excludente égide neoliberal-capitalista. Nesse contexto, ainda que ocorra um propalado discurso de progresso, modernização e liberdade, a classe-que-vive do trabalho segue atacada e submetida a uma maior intensificação do trabalho, a uma maior onda de flexibilização e de nociva individualização. Vemos a volta da metáfora da ecdise do capital, e é aí que o neoliberalismo se fortifica.

Como Harvey (2017) alerta, há uma exorbitante concentração de renda decorrente do período. As discutidas tecnologias da informação e sua rápida evolução no contexto globalizado, as revoluções espaço-temporais no âmbito das comunicações e a potencialização da mobilidade geográfica do capital monetário (e a consequente ênfase do capital deslocada para a financeirização global) têm amplificado as disparidades de renda e riqueza.

Todo esse cenário, comprova-nos a afirmação de Mézaros (2011), ao pontuar que ao alcançar um ponto de saturação em seu próprio espaço, o capital, sem encontrar novos canais para sua expansão, sob a forma de domínio imperialista e neocolonialista, encontra como única saída deixar que a força de trabalho local pague as consequências da queda na taxa de seus lucros. Ao sistema financeiro, pois, cabe o bônus; à classe-que-vive-do-trabalho, o ônus.

O quadro descrito ao longo desse trabalho mostra-nos a macro situação que configurou diversas perniciosidades hoje observadas em âmbito global. O avanço das categorias neoliberais flexibilidade e individualismo revelam perniciosidades enfermigas aos indivíduos. Perniciosidades que se acentuam a cada dia e que tantos males têm trazido. Como visto a partir do discurso de Thatcher, citado ao princípio da pesquisa, a intenção dos neoliberais é moldar a alma, esculpir o *modus vivendi* do mundo. É necessário frisar as ideias destacadas por Dardot e Laval (2017), o pensamento neoliberal não compunha apenas uma reedição do *laissez faire* do liberalismo, trata-se de uma nova configuração; uma nova razão do mundo que deve ser observada na relação entre as instituições e a ação individual.

No bojo da globalização, no mundo em que tudo a flexível, tudo é financeiramente potencializado. Como Laval recorda, “as sociedades de mercado se caracterizam pela sujeição de todas as atividades à lógica de valorização do capital, considerada evidente, inevitável, imperativa, da qual nenhum ser racional pode esquivar-se” (LAVAL, 2019, p. 48). É aí que o capitalismo tem cooptado as “almas” humanas.

A intensificação dos fluxos globais - monetários, ideológicos e informacionais, potencializa e facilita essa proeza, ao passo que as crises do capital, que lhe são inerentes, continuam sendo resolvidas a partir de soluções que rechaçam os direitos da classes não-privilegiada, apesar de apresentarem a defesa de que a elas fazem o bem, promovem liberdade, “flexibilidade” e mérito.

Tais direitos, aliás, são vistos como onerosos, paternalistas; desnecessários. São visualizados como afugentadores de receitas e investimentos, inibidores da competitividade - tão necessários para o crescimento da economia mundial e progresso de “todos”. Uma realidade ratificada pelas instituições que detêm o controle da cena política internacional, em meio a suas intervenções de austeridade. Uma realidade que, como visto, é reforçada pelas legislações contemporâneas do trabalho, pelo processo educativo e comunicativo. Em prol de uma modernização, vilipendiam-se direitos, espoliam conquistas tão duramente alcançadas pela classe-que-vive do trabalho, rechaça-se a ciência, deturpa-se a democracia. Constrói-se um mundo individualista, egoísta, no qual depender apenas de si mesmo torna-te autossuficiente. Um mundo em que a educação, principalmente a pública, potencializa seu viés financeiro e mercadológico, em que os discursos falaciosos ganham vez e voz. Por trás da “liberdade de escolha”, do propalado discurso meritocrático, não há por que depender da ajuda do Estado, da ajuda do outro. Não há nada a não ser culpabilizado a não a si mesmo.

Flexibilizações de toda sorte são legitimadas. Tornam-se um elixir, como nomeia Antunes (2018). Conforme recorda o autor, tais práticas são proporcionais ao avanço do receituário imposto pelo capitalismo financeiro, a cada dia mais agudas. Proliferam-se, no labor, as formas de terceirização, de pejotização do trabalho, as falsas cooperativas e até apelo ao voluntariado. O empreendedorismo se faz palavra de ordem, torna-se um discurso idealizado, propagandeado. Mesmo sendo um “canto

de sereia” nocivo, o “depende de si mesmo” e a liberdade flexível são aclamados por aqueles a quem mais atacam.

A ideia do empreendedorismo passa a ser entoada para que todos os âmbitos da sociedade, sejam espaços públicos ou privados. “As famílias, os indivíduos, os bairros, as instituições públicas, ainda que educacionais ou de saúde, devem ser geridas como uma empresa” (SOUZA; CUNHA, 2013, p. 657). A lógica do eu-empresa, já descrita por Foucault (2008) passa a imperar.

As coletividades são atacadas. Os sindicatos, vistos como onerosos entraves à economia desde o princípio da ecdise neoliberal, são pulverizados, na expressão de Antunes (2018). Uma mesma empresa pode, segundo a legislação, terceirizar atividades meio e atividades fim, cada uma possuindo uma própria filiação sindical (isso quando essa existe), excluindo-se a coesão do grupo a partir de fragmentações. Ademais, o enfraquecimento da instituição sindical também deriva da competitividade entre os trabalhadores, recorda Antunes (2018). O isolamento, a falta de vínculos e de identidade coletiva são reinantes, assevera o autor. É preciso ser flexível, saber negociar por si só. É preciso pensar em si, individualizar-se. Por que sindicatos, nesse contexto, diz a armadilha.

Para Standing (2013), essa falta de coesão relacionada ao mundo do trabalho vai em direção oposta à ética laboral embasada em fortes comunidades profissionais. Ademais,

as políticas que promovem a flexibilidade de emprego desgastam os processos de interação relacional e de pares que são vitais para a reprodução de habilidades e atitudes construtivas no trabalho. Se você espera mudar o que está fazendo durante quase todo o tempo, mudar de ‘empregador’ a curto prazo, mudar os colegas e, acima de tudo, mudar a maneira pela qual você chama a si mesmo, a ética de trabalho se torna constantemente contestável e oportunista (STANDING, 2013, p. 46).

Percebe-se que, no mundo neoliberal do “eu”, não há espaço para “nós”. O trabalho equipara-se, cada vez mais, a uma corriqueira mercadoria. Concomitantemente, ele perde a sua dimensão coletiva, vê como esfacelada a sua composição jurídica (LAVAL, 2019).

Como visto, além do mundo do trabalho, que ocupa a centralidade nas relações sociais e sofre constantes ataques em prol da reativação da taxa de lucro, a educação também sofre vilipêndios e passa a ser gerida pela ótica empresarial, individualista e

flexível. “A referência da escola passou a ser o trabalhador flexível”, (LAVAL, 2019, p.40). A gestão por qualidade e desempenho por resultados metrificados, a busca pela privatização, terceirizações em todos os níveis, desarticulação das coletividades (como na defesa do *home schooling*), flexibilidade de horários e locais para estudo (a partir da potencialização do ensino a distância); a perda da escola e do diploma enquanto legitimações e institucionalizações do saber; a formação voltada para o mercado. Eis o foco. É preciso enfatizar a empregabilidade, a maleabilidade exigida pelo mercado de trabalho. “A diretriz é a empregabilidade individual” (LAVAL, 2019, p.40). No âmbito dos processos pedagógicos, a independência do ser é enfatizada, o protagonismo – palavra de ordem. Não obstante, não aquele que levaria à autonomia, à criticidade, à transformação. Divulga-se um indivíduo autônomo, responsável pelo seu caminho, senhor de todo o processo – empreendedor de si. Reduz-se e ataca-se o papel do professor em todos os seus âmbitos – financeiro, social, pedagógico, laboral. Partes do processo de formação do ser neoliberal, em consonância a essa nova razão do mundo.

A ampliação das Tecnologias da Informação e da Comunicação, que anunciava um mundo mais aberto, dinâmico e feliz, também é, como visto ao longo desse trabalho, posta e serviço do capital. Invasão e controle de privacidade, propulsão de práticas desinformativas, permeadas de pós-verdades e *fake news*, doses exacerbadas de subjetivismo não fundamentado contrapõem a ciência. Rechaça-se a pesquisa; incitam-se as polarizações. Eu creio no que é conveniente a mim, os cientistas mentem, os jornalistas também – menções ouvidas com frequência hodiernamente.

É preciso mudar, a política não irá resolver nossos problemas. Os políticos “tradicionais” não estão aptos a conduzir-nos. Aliás, aqueles que dizem flertar com as liberdades, com as potencialidades do indivíduo, aclamam ditaduras, defendem práticas fascistas, contestam a verdade, os resultados comprovados e democráticos. A lógica da verdade flexível e individual leva a teorias da conspiração, à polarização extremada, a questionamentos à ordem democrática e a resultados de eleições - como visto nos casos da derrota de Trump em sua candidatura à reeleição (que ensejou depredações e crimes ao Capitólio estadunidense por parte de seus apoiadores) e na derrota de Bolsonaro no Brasil sob contexto similar, momento que despertou a ira de manifestantes que, em Brasília, depredaram a sede do governo

brasileiro em 8 de janeiro de 2023. Após um governo declaradamente neoliberal-conservador e contrário à classe-que-vive-do trabalho, manifestantes bolsonaristas, em atitude extremista, julgaram correto defender seus ideais antidemocráticos a partir da violência, da depredação e da não aceitação do resultado de eleições comprovadamente legais. Um exemplo de flexibilização da verdade, de individualização social, de ataque à democracia e a direitos constitucionais. Alimenta-se, nesse contexto, a falta de alteridade, a falta empatia, os desejos golpistas. Se os resultados concretos não são aqueles por mim almejados, mudai-os à minha maneira.

O trabalho vai até as casas, aos celulares; confunde-se com a intimidade doméstica. O que é seu torna-se compartilhável e transforma-se em um negócio, volve-se monetizado. Por meio de um aplicativo, um carro, seu lar, seu saber, tudo pode lhe gerar parcos ganhos, mas alimentando montantes milionários nas mãos dos que dominam a tecnologia, programam os algoritmos, desenvolvem os softwares. Em nome da liberdade, o capital joga o trabalhador (chamado empreendedor) ao léu da insegurança. Assim, é possível notar que o mundo interconectado e globalizado se torna um perfeito ambiente para a aplicação das premissas neoliberais de intensificação do trabalho, de individualismo e flexibilidade.

Nota-se, pois, que a “nova razão do mundo”, como nomeiam Dardot e Laval (2017), realmente vem sendo aplicada não apenas para reabilitar o *laissez faire* do mercado. Essa razão, como discutido, tem alterado as subjetividades do ser-social, potencializado sua ação nas diversas esferas da vida, em áreas que abrangem a centralidade das relações sociais, generalizando a sua lógica e a sua atuação, gerando uma sociedade pessimista, egoísta e medicalizada; alimentada pelas incertezas e pelo medo do insucesso.

Destarte, pôde-se perceber as premissas gerais e a forma de atuação do pensamento neoliberal, permeado de flexibilidade e de individualismo. Pelo exposto ao longo da presente pesquisa, ratificamos, pois, nossa tese de que tais categorias têm sido enfatizadas pela doutrina neoliberal na busca pelo seu molde adequado de ser social, apto, em todas as esferas sociais, a agir segundo a lógica do capital e, até mesmo, contrário aos seus próprios direitos. Pôde-se, enfim, demonstrar como tais categorias afetam pontos nevrálgicos para a estrutura social, como são intencionais e nocivas aos seres que molda - ainda que “convencendo-os” de que são o melhor caminho. Uma realidade, que, como armadilha, deve ser desbaratada. Uma realidade

que gera seres egoístas, acrílicos e mais alienados. Vemos, destarte, que a ideia do ser flexível-individual, difundida sob uma cortina de “liberdade”, é de fato, um ardil que deve ser desbaratado, denunciado. É preciso, na luta política e educativa, impor uma reflexão realmente democrática que possa evitar que aqueles que mais necessitam de amparo busquem, em seus algozes, a proteção que nunca terão; evitando que sejam por eles moldados, passando a agir sob seu *modus operandi*. É preciso revelar, teoricamente, pragmaticamente, diuturnamente, as falácias da meritocracia. Há que se lutar contra todas as formas de flexibilidade, na educação, no trabalho e em todos os âmbitos. Nenhum direito a menos há de ser aceito, nenhuma “reforma” que traga malefícios à classe-que-vive-do trabalho deve ser admitida. Há que se fortalecer as entidades que contrastam ao individualismo: as escolas, as universidades, os coletivos políticos, a luta sindical. Há que se ganhar o embate discursivo contra a desinformação, principalmente no campo das redes sociais, tão fértil e conectado às massas de todas as idades. Para tudo isso, a ciência e sua a reflexão são fundamentais. Esperamos, com esse trabalho, contribuir, de maneira didática e embasada para o esclarecimento tão necessário às massas. Esperamos produzir questionamentos verdadeiramente emancipadores e que nos distanciem da flexibilidade neoliberal e de seu individualismo egoísta e desagregador.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Perfis e trajetórias ocupacionais. In: MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre Pilan (org.). **O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos**. Curitiba: Ufrp - Clínica Direito do Trabalho, 2022. p. 127-164. Disponível em: https://cdtufpr.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro_O-trabalho-controlado-por-plataformas-digitais_eBook.pdf. Acesso em: 04 set. 2022.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. Bolsonarismo e Educação: quando a meta é desconstruir uma política pública. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (org.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 255-270.
- ADASCALITEI, Dragos; MORANO, Clemente Pignatti. **Labour market reforms since the crisis: Drivers and consequences**. Labour Office, 2015. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_414588.pdf. Acesso em 11 set. 2022.
- ALUMNOS y docentes vuelven a rechazar las pruebas del operativo Aprender [S. /]. 2 de setembro de 2019. Portal: La Capital. Disponível em: <https://www.lacapital.com.ar/la-ciudad/alumnos-y-docentes-vuelven-rechazar-las-pruebas-del-operativo-aprender-n2524838.html>. Acesso em 23 de dez. de 2022.
- AMOEDO, João. **Por que não adotamos o conceito de voucher em educação?: o governo daria vales para o cidadão escolher uma escola privada. O Governo não é eficiente construindo e administrando escolas**. [S./], 28 de janeiro. 2018. Twitter: @joaoamoedonovo. Disponível em: <https://twitter.com/joaoamoedonovo/status/955510618806767618>. Acesso em: 27 jun. 2021.
- AMOEDO, JOÃO. **A meritocracia é uma ferramenta fundamental para recompensar as pessoas em situações semelhantes e que trabalham mais, estudam mais e se esforçam mais**. [S./], 24 de maio de 2020. Twitter: @joaodamoedo. Disponível em: <https://twitter.com/joaodamoedo/status/1264606266200141830>. Acesso em 10 de dez. de 2022.
- AMORIM, Ana Paola. A imprensa no governo Bolsonaro sob os ataques à liberdade de expressão. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (org.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 467- 480.
- ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDES - SINDICADO NACIONAL (Brasil). **Programa future-se representa a extinção da educação Federal Pública**. [S./], Out. de 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/entidades-do-setor-da-educacao->

[programa-future-se-representa-a-extincao-da-educacao-federal-publica1](#). Acesso em 10 de janeiro de 2021.

ANDES - SINDICADO NACIONAL (Brasil). **Bolsonaro oficializa Victor Godoy Veiga como novo ministro da Educação**. [S./], 19 abr. 2022. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/bolsonaro-oficializa-victor-godoy-veiga-como-novo-ministro-da-educacao1>. Acesso em 12 dez. 2022.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? a renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 211-239, 2019. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010009>

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 231-238.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo editorial, 2018.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020. Disponível em: <https://dialetricas.com/wp-content/uploads/2020/04/38901-140887-1-PB.pdf> . Acesso em: 12 dez. 2022. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>

APARICI, Roberto; GARCÍA-MARÍN, David. La posverdad de la burbuja. **Revista Telos**, n. 119, [s./], 7 jun. 2019. Disponível em: <https://telos.fundaciontelefonica.com/la-posverdad-de-la-burbuja-camaras-de-eco-digitales/>. Acesso em: 16 de abril de 2022. <https://doi.org/10.21134/SEM.2019.67.PC>

APPLE, Michael. **Official Knowledge**: democratic education in a conservative age. 2. ed. Nova Iorque; Routledge, 2000.

ARGENTINA DEBATE. **Segunda vuelta**: el debate. [S./: s.n.], 2015, 1 video (153min.) Transmisión en vivo desde la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=susvCR2CF0M>. Acesso em 11 de dez. 2022.

ARIAS, Juan. **Se depois da CPI Bolsonaro ficar impune, será um escárnio nacional**. [S./], 26 de novembro de 2021. Portal: El País: Opinião. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opinion/2021-11-26/se-depois-da-cpi-bolsonaro-ficar-impune-sera-um-escarnio-nacional.html>. Acesso em 24 de julho de 2022.

BAER, Mônica, *et al.* R. Os desafios à reorganização de um padrão monetário internacional. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 79–126, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643209>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BÄCHTOLD, Felipe. Especialistas veem possível crime de responsabilidade e improbidade de Bolsonaro em live. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de julho de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/especialistas-veem-possivel-crime-de-responsabilidade-e-improbidade-de-bolsonaro-em-live.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2022.

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro; OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de. O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar. **Pro-Posições**, [s.l.], v. 28, n. 2, p. 192-212, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0121> . Acesso em: 27 jun. 21.
<https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0121>

BARBOSA, Bia; PASSOS, Gésio; CARVALHO, Mariana. Empresa de comunicação pública vira arma de propaganda de Bolsonaro. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [s.l.], v. n., 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/empresa-de-comunicacao-publica-vira-arma-de-propaganda-de-bolsonaro/>. Acesso em 23 jul. 2022.

BASÍLIO, Ana Luiza. Paródia de campanha do Enem viraliza nas redes sociais: você que lute. **Carta Capital**, 06 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/parodia-de-campanha-do-enem-viraliza-nas-redes-sociais-voce-que-lute/>. Acesso em 20 de nov. de 2021.

BASTIEN, Carlos. 1848: a primeira crise da teoria económica. **Notas económicas**, n. 34, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-203X_34_3. Acesso em 19 de novembro de 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Los retos de la educación en la modernidad líquida**. Barcelona: Gedisa, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BELLUZZO, Luiz. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 11–20, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643205>. Acesso em: 19 nov. 2022.

BÍCEGO, Bruno Ett. Volatilidade das plataformas digitais e vínculo empregatício: observações sobre a gig economy na Espanha após a entrada em vigor da Ley Rider. **CEPI FGV Direito SP (Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da Escola de Direito da FGV SP)**. [S.l.], 2021. Disponível em: <https://medium.com/@fgvcepi/volatilidade-das-plataformas-digitais-e-v%C3%ADnculo-empregat%C3%ADcio-222e2f10038>. Acesso em: 04 set. 2022.

BICKART, Barbara; FOURNIER, Susan; NISENHOLTZ, Martin. What Trump understands about using social media to drive attention. **Harvard Business Review**, [s.l.], 2017. Disponível em: <https://open.bu.edu/handle/2144/29003>. Acesso em 23 jul. 2022.

BLOODWORTH, James. **The Myth of Meritocracy: Why Working-Class Kids Still Get Working-Class Jobs** (Provocations Series). [S.l.]: Editora Biteback, 2016.

BOLSONARO: manifestantes são imbecis que não sabem a fórmula da água. **Carta Capital**, [s.l.], v. n. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-manifestantes-sao-imbecis-que-nao-sabem-a-formula-da-agua/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

BRAGA, Ruy. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. *In*: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 59-88.

BRAGA, Laura. **Professor de sociologia é demitido após crítica de blogueiro em Goiás**. [s.l.], 30 jun. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/doutrinacao-professor-e-demitido-apos-critica-de-blogueiro-em-go>. Acesso em 12 de dez. 2022.

BRANCO, Emerson Pereira, et al. **A implantação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das políticas neoliberais**. Curitiba: Editora Appris,. 2018.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Reformas Neoliberais na América Latina. **Aedos**: revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p.31-56, dez. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/76430/47330>. Acesso em: 26 jun. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Novo governo promete mudanças profundas na educação**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/jovensenador/home/noticias-1/externas/2019/01/novo-governo-promete-mudancas-profundas-na-educacao>. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Milton Ribeiro toma posse como novo ministro da Educação**. Brasília, DF: Mec, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias_1/milton-ribeiro-toma-posse-como-novo-ministro-da-educacao. Acesso em 20 nov. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **CPI da Pandemia: principais pontos do relatório**. 20 de outubro de 2021. Brasília, DF: Agência Senado, 2021. Portal: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/cpi-da-pandemia-principais-pontos-do-relatorio>. Acesso em 24 jul. 2022

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Relatório final da CPI da pandemia**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2021b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1wyq0Lwe0a6mLRz1a4xKqdpjarlWTDXPj/view>. Acesso em 24 de jul. 2022.

BRASIL. Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. **TSE reúne conteúdos que explicam alegações do presidente Jair Bolsonaro**. Brasília, DF: TSE, 18 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/checagens/tse-reune-contenudos-que-explicam-alegacoes-do-presidente-jair-bolsonaro/#>. Acesso em 23 de julho de 2022.

BUTT, Ronald. Mrs Thatcher: The first two years. **Sunday Times**, [s.l.], v. 3, n. 1, 1981. Disponível em: <https://www.margarethatcher.org/document/104475>. Acesso em 29 jul. 2021.

CALHOUN, Craig. What threatens capitalism now? *In*: WALLERSTEIN, Immanuel *et al.* (ed.) **Does Capitalism Have a Future?** Oxford: Oxford University Press, 2013. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/55208>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CAMBAUVA, Lenita Gama; SILVA JUNIOR, Mauricio Cardoso da. Depressão e neoliberalismo: constituição da saúde mental na atualidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 25, n. 4, p. 526-535, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000400003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 09 de fevereiro. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932005000400003>. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932005000400003>

CANDIOTTO, C. Neoliberalismo e Democracia. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, [S. l.], v. 19, n. 32, p. 153–179, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/7568>. Acesso em: 23 dez. 2022.

CARCANHOLO, Reinaldo A. A atual crise do capitalismo. **Crítica marxista**, [s.l.], v. 29, p. 49-55, 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie55A%20atual%20crise%20do%20capitalismo.pdf. Acesso em 26 jun. 2021.

CARNOY, Martin. **Mundialização e reforma na educação: o que os planejadores devem saber**. Brasília: Unesco, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CENCI, Angelo Vitório; PETRY, Cleriston. Para além da racionalidade neoliberal. **Revista Educação Em Questão**, [s.l.], v. 58, n. 56, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/21291>. Acesso em 26 dez. 2022. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2020v58n56ID21291>

CERÓN, Manuel Sánchez; CRUZ, Francisca María del Sagrario Corte. La precarización del trabajo. El caso de los maestros de educación básica en América

Latina. **Revista Latinoamericana de Estudios Educativos**, Distrito Federal (México), v. , n. 1, p.25-54, jan. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27023323003>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CESARINO, Letícia. On digital populism in Brazil. **PoLAR: Political and Legal Anthropology Review**, [s.l.], v. 15, 2019. Disponível em: <https://polarjournal.org/2019/04/15/on-jair-bolsonaros-digital-populism/>. Acesso em 24 jul. de 2022.

CHESNAIS, François. As raízes da crise econômica mundial. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [s.l.], v. 11, n. 31, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7556/5495>. Acesso em 19 de novembro de 2022.
<https://doi.org/10.12957/rep.2013.7556>

COGGIOLA, Osvaldo, MARTINS, José. **Dinâmica da globalização**. Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287205648_Dinamica_da_Globalizacao. Acesso em: 29 de junho de 2021.

COGGIOLA, Osvaldo. A crise (2007-2012): lineamentos para uma abordagem global. **Aurora**, Marília, v. 6, n. 1, p. 175-382, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287205463_A_Crise_Mundial_2007-2012_uma_Abordagem_Global. Acesso em 29 de junho de 2021.

COLBARI, Antônia de Lourdes. Do Autoemprego ao Microempreendedorismo Individual: desafios conceituais e empíricos. **Rigs: Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 1, n. 4, p. 169-193, mar. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/10909/11586>. Acesso em: 23 dez. 2022.
<https://doi.org/10.9771/23172428rigs.v4i1.10909>

COSTA, Henrique. Entre o home office e a vida loka: o empreendedorismo popular na pandemia. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://bitly.com/gUmeq>. Acesso em 23 de dez. 2022.

CUIDADO com as bolhas de filtro on line. Palestrante: Eli Pariser. Califórnia, Fev. 2011. Palestra proferida no TED Talks, Long Beach. Disponível em: https://www.ted.com/talks/eli_pariser_beware_online_filter_bubbles?language=pt. Acesso em 15 nov. 2022.

DAL ROSSO, Sadi. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo editorial, 2017.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **El ser neoliberal: Edición a cargo de Enric Berenguer**. Barcelona: Editora Gedisa, 2018.

DEJOURS, Cristophe. **A banalização da injustiça social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DELLA COLETA, Ricardo; SALDAÑA, Paulo; VARGAS, Mateus. **Milton Ribeiro é exonerado após suspeitas de corrupção com balcão de negócios do MEC.** [S.l.], 28 de março de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/bolsonaro-deve-afastar-milton-ribeiro-do-ministerio-da-educacao.shtml>. Acesso em 12 de dez. 2022.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia empreendedora: o ensino de empreendedorismo na educação básica, voltado para o desenvolvimento social sustentável.** São Paulo: Cultura, 2003.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: nova arquitetura do poder-dominância financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta.** São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2018.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo: neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 1-19, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/cfDMs4q5hRKM5JX45GchJ6C/?format=pdf>. Acesso em: 30 jun. 2021.
<https://doi.org/10.1590/S0104-06182007000100001>

DUMÉNIL, Gérard, LEVY, Dominique. **Capital resurgent: Roots of the neoliberal revolution.** Londres: Harvard University Press, 2004.

DUNKER, Christian. A hipótese depressiva. *In*: SAFATLE, Vladimir *et al.* **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 177-212.

EICHENGREEN, Barry. História e reforma do sistema monetário internacional. **Economia e Sociedade**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 53-78, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643208>. Acesso em 19 nov. 2022.

EL AJUSTE de Macri a la educación en 4 datos. [S.l.], 4 de maio de 2019. Portal: Página 12. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/191372-el-ajuste-de-macri-a-la-educacion-en-4-datos>. Acesso em: 11 dez. 2022.

FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda. **TSE recebe mais de 500 alertas diários de fake news no segundo turno das eleições.** [S.l.], 20 de outubro de 2022. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/20/tse-recebe-mais-de-500-alertas-diarios-de-fake-news-no-segundo-turno-das-eleicoes.ghtml>. Acesso em 13 de dez. de 2022.

FARIAS, Luiz Alberto de; LOPES, Valéria de Siqueira Castro. Desinformação acima de tudo, espetáculo acima de todos. **Organicom**, [s.l.], v. 17, n. 34, p. 94-100, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/181383>. Acesso em 24 de julho de 2022.
<https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2021.181383>

FÁVERO, Altair Alberto; CONSALTÉR, E. O neoliberalismo pedagógico como produto do sujeito empresarial: ameaças à democracia educacional. **Currículo sem Fronteiras**, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 233-250, 2020. Disponível em:

<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss1/articles/favero-tonieto-consalter.pdf>. Acesso em: 08 mar.2021.

<https://doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n1.13>

FELDFEBER, Myrian; ASSAEL, Jenny; OLVEIRA, Dalila Andrade de. ¿Hacia dónde van las políticas educativas en America Latina? **Megafón: La batalla de las ideas**. Buenos Aires, jan. 2017. Disponível em: https://www.clacso.org.ar/megafon/megafon12_articulo4.php. Acesso em: 28 jul. 2018.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. Edição 2021. [S.l.], 2021. Portal: Fenaj. Disponível em: <https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contrajornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>. Acesso em 29 jan. de 2021.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. As promessas da reforma trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade: In: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRA, Vitor Araújo (org.). **Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019. p. 13-52.

FLORES MORALES, Jorge Alberto. La posverdad: el retorno de pinocho. **Phainomenon**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 213–221, 2019. DOI: 10.33539/phai.v18i2.1747. Disponível em: <https://revistas.unife.edu.pe/index.php/phainomenon/article/view/1747>. Acesso em: 17 jun. 2022.

<https://doi.org/10.33539/phai.v18i2.1747>

FONSECA, Pedro. **Bolsonaro anuncia aumento de produção de cloroquina; uso contra coronavírus não é comprovado**. 21 de março de 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/03/21/bolsonaro-anuncia-aumento-de-producao-de-cloroquina-uso-contracoronavirus-nao-e-comprovado.htm>. Acesso em 24 jul. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). [S.l.]: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, Fábio *et al.* O sujeito e a ordem do mercado: a gênese teórica do neoliberalismo. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 47-76.

FRAZÃO, Felipe; GAYER, Eduardo. **Bolsonaro usa encontro com embaixadores para atacar TSE, STF e urnas sem provas**. [S.l.], 18 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-usa-encontro-com-embaixadores-para-atacar-tse-stf-e-urnas-sem-provas>. Acesso em: 23 jul. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. Cap. 9. p. 73-10.

GABIONETA, Robson; RAPHAEL, Armando. A ascensão de João Dória e o Ethos do Neopentecostalismo na periferia paulistana. **Diversidade Religiosa**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 54-68, 2017. Disponível em: <https://www.readcube.com/articles/10.22478%2Fufpb.2317-0476.2017v7n2.35932>. Acesso em: 30 jun. 2021.

<https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-0476.2017v7n2.35932>

GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

GALVIN, Terry. Meritocracy is the key to understanding Brexit. **Ottawa Citizen**, Ottawa, 13 jul. 2016. Disponível em: <https://ottawacitizen.com/opinion/columnists/glavin-meritocracy-is-the-key-to-understanding-brexit>. Acesso em 15 nov. 2022.

GOMES, Pedro Henrique. **Brasileiro pula em esgoto e não acontece nada, diz Bolsonaro em alusão a infecção pelo coronavírus**, [S.l.], 26 de março de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/26/brasileiro-pula-em-esgoto-e-nao-acontece-nada-diz-bolsonaro-em-alusao-a-infeccao-pelo-coronavirus.ghtml>. Acesso em 24 mar. 2022.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: características e alternativas. In: ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 92-110.

GUERRA, Maria de Fátima Lage; CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. Reformas trabalhista e previdenciária: o desmonte da regulação das relações de trabalho e seguridade social. In AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (org.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 303-316.

GUERRERO, Omar. NEOLIBERALISMO Y NEOGERENCIA PÚBLICA. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 4-21, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/read/article/view/90269/0>. Acesso em 23 jun. 2021.

<https://doi.org/10.1590/1413-2311.246.90269>

GUTIÉRREZ, Enrique. La construcción educativa del nuevo sujeto neoliberal. **El viejo topo**, [s.l.], n. 320, p.38-47, set., 2014. Disponível em: <https://buleria.unileon.es/handle/10612/6624>. Acesso em 26 jan.2021

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

HAYEK, Friedrich August. **O caminho da servidão**. 6. ed. São Paulo: LVM Editora São Paulo, 2010.

HOBBSAWM. E. J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUWS, Ursula. A construção de um cibertrariado? Trabalho virtual num mundo real. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 59-88.

HUWS, Ursula. **Labor in the Global Digital Economy. The Cybertariat Comes of Age**. Nova York. Monthly Review Press, 2014.

JAMESON, Fredric. **Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2018.

KEEN, Andrew. **The Cult of the Amateur: How blogs, MySpace, YouTube and the rest of today's user-generated media are killing our culture and economy**. Hachette UK, : [s.n.], 2007.

KIM, Chang-Hee; CHOI, Yong-Beom. How meritocracy is defined today?: contemporary aspects of meritocracy. **Economics & Sociology**, [s./], v. 10, n. 1, p. 112, 2017 Disponível em:

<https://search.proquest.com/openview/7ee8956d467bf4dac32f7e4d96225e2b/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1416337>. Acesso em 01 de março de 2021.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KOIKE, Dale ; BENTES, Anna Christina. Tweetstorms e processos de (des)legitimação social na administração Trump. **Cadernos CEDES**, [s./], v. 38, n. 105, p. 139-158, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622018183528>. Acesso em 23 jun. 2022.

KREIN, José Dari *et al.* Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In: KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracci; SANTOS, Anselmo Luis dos (org.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018. p. 95-122. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/LIVRODimensoes-Criticas-da-Reforma-Trabalhista-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Para além dos discursos:: impactos efetivos da reforma nas formas de contratação. In: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org.). **Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019. p. 81-126. Disponível

em: <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2019/09/Livro-REMIR-v-site.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

LELART, Michel. **El sistema monetario internacional**. Madrid: Acento Editorial, 1996.

LEVITSKY, Steven. **Bolsonaro inventou dúvidas sobre sistema eleitoral porque pode perder eleições, diz professor de Harvard**: Entrevista concedida a Leandro Prazeres. [S./], 19 de julho de 2022. Portal: BBC Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62231266>. Acesso em 23 de julho de 2022.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

LINS, Vinicius Ferreira; SILVA, Adalberto Oliveira da. As reformas trabalhistas no mundo: a flexibilização no tempo de trabalho e na remuneração como vetor de precarização. **Cadernos do CEAS**: Revista crítica de humanidades, [s./], n. 248, p. 481-513, 2019. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/viewFile/538/469>. Acesso em 18 set. 2022.

<https://doi.org/10.25247/2447-861X.2019.n248.p481-513>

LOMBARDI, J. C.; LIMA, M. R. Prefácio : O Brasil republicano: uma história de golpes de Estado. In: LUCENA, C.; PREVITALI, F. S.; LUCENA, L. (org.). **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 1-30. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/copia-politicas-educacionais-1>. Acesso em: 20 nov. 2019.

LUCENA, Carlos Alberto. **Tempos de destruição**: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004.

LUCENA, Carlos. **Escola sem partido ou a escola da mordça e do partido úniado a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 69-96.

LUCENA, Carlos *et al.* Da crítica emancipatória ao neocriticismo conservador: a escola sem partido. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos. **Escola sem partido ou escola da mordça e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando, 2019. p. 227-243. <https://doi.org/10.29388/978-85-53111-27-5-0-f.227-244>

LYMAN, Isabel. HOMESCHOOLING Back to the Future? **Policy Analysis**, [s./], n. 294., jan. 1998. Disponível em: <https://www.cato.org/sites/cato.org/files/pubs/pdf/pa-294.pdf>. Acesso em: 27 jun. 21.

LYMAN, Isabel. **The homeschooling revolution**. Amherst: Bench Press International, 2000.

MACHADO, Livia. **Em ato de campanha, Aécio critica 'aparelhamento da máquina pública**. [S.l.], 19 de junho de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2014/noticia/2014/07/em-ato-de-campanha-aecio-critica-aparelhamento-da-maquina-publica.html>. Acesso em 14 dez. 2022.

MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre Pilan (org.). **O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos**. Curitiba: UFPR, 2022. Disponível em: https://cdtufpr.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro_O-trabalho-controlado-por-plataformas-digitais_eBook.pdf. Acesso em: 04 set. 2022.

MACRI, Mauricio. O debate sobre as liberdades individuais e a intervenção do Estado intensificou-se e, infelizmente, no nosso país, o pêndulo oscilou para um que limita o cidadão na sua mobilidade, mas também em direitos universais como o acesso à educação. Estou esperançoso de que, juntos, recuperaremos nossos direitos individuais, detendo um Estado que procura tornar o controle temporário permanente. [S.l.], 14 de janeiro de 2021. Facebook: Mauricio Macri. Disponível em: <https://www.facebook.com/mauriciomacri/posts/10159327106488478>. Acesso em 26 dez. 2022.

MANZANO, Marcelo; KREIN, André. Dimensões do trabalho por plataformas digitais no Brasil. *In*: MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre Pilan (org.). **O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos**. Curitiba: UFPR, 2022. p. 31-126. Disponível em: https://cdtufpr.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro_O-trabalho-controlado-por-plataformas-digitais_eBook.pdf. Acesso em: 04 set. 2022.

MARINS, Carolina. **Voto impresso e por correio: os argumentos de Trump e Bolsonaro sobre fraude eleitoral**. [S.l.], 2021. Portal: Uol Confere. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/amp-stories/uol-confere-os-argumento-de-trump-e-bolsonaro-sobre-fraude-eleitoral/>. Acesso em 27 jul. 2022.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Livro 1, Tomo I.

MARTINS, Marcos Francisco. Escola sem partido: um partido contra o direito de aprendizagem. *In*: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos. **Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido unido a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 97-129. <https://doi.org/10.29388/978-85-53111-27-5-0-f.97-130>

MARTINS, Vanessa. **Professor de sociologia é demitido de colégio particular após críticas sobre tirinha usada em atividade em Goiânia**. [S.l.], 30 de junho de 2022. Portal: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/06/30/professor-de-sociologia-e-demitido-de-colegio-particular-apos-criticas-sobre-trinha-usada-em-atividade-em-goiania.ghtml>. Acesso em 11 de dez. de 2022.

MARTENS, Bertin *et al.* The digital transformation of news media and the rise of disinformation and fake news. **Joint Research Centre Technical Reports**, Sevilla: European Commission, Joint Research Centre, 2018. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3164170> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3164170>. Acesso

em 17 jul. 2022.

<https://doi.org/10.2139/ssrn.3164170>

MATOS, Maurílio Castro. O neofascismo da política de saúde de Bolsonaro em tempos perigosos da pandemia da COVID-19. **Humanidades & Inovação**, [s.l.], v. 8, n. 35, p. 25-35, 2021. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5340> . Acesso em 24 jul. 2022.

MATTOS, F. **Flexibilização do trabalho**: sintomas da crise Annablume Editora. São Paulo, 2009.

MAURICIO Macri presentó los resultados de la prueba Aprender 2016: dijo que son dolorosos. [S.l.], 21 de março de 2017. Portal: La Nacion. Disponível em:

<https://www.lanacion.com.ar/sociedad/mauricio-macri-anuncio-resultados-prueba-aprender-nid1996535>. Acesso em 1 dez. 2022.

MELO, Adriana Almeida Sales de; SOUSA, Flávio Bezerra de. A agenda do mercado e a educação no governo Temer. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 25-36, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21619>. Acesso em: 20 set. 2021.

<https://doi.org/10.9771/gmed.v9i1.21619>

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MOREIRA, Carlos; BARBOSA, Sebastián. El kirchnerismo en Argentina: origen, apogeo y crisis, su construcción de poder y forma de gobernar. **Sociedade e cultura**, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 193-200, 2010. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70316920005>. Acesso em: 15 nov. 2022.
<https://doi.org/10.5216/sec.v13i2.13423>

MINISTRO da educação diz que gays vêm de 'famílias desajustadas' e que acesso à internet não é responsabilidade do MEC. [S.l.], 24 de setembro de 2020. Portal: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/24/ministro-da-educacao-diz-que-gays-vem-de-familias-desajustadas-e-que-acesso-a-internet-nao-e-responsabilidade-do-mec.ghtml>. Acesso em 12 dez. 2022.

NIBURSKI, Kacper; NIBURSKI, Oscar. Impact of Trump's promotion of unproven COVID-19 treatments and subsequent internet trends: observational study. **Journal of Medical Internet Research**, [s.l.], v. 22, n. 11, p. e20044, 2020. Disponível em: <https://www.jmir.org/2020/11/e20044/>. Acesso em 24 de jul. de 2022.

<https://doi.org/10.2196/20044>

OECD. **The OECD Jobs Study: Facts, analysis, strategies**. [S.l.]: OECD, 1994. Disponível em: <https://www.oecd.org/els/emp/1941679.pdf> . Acesso em 15 de nov. 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 99, p.355-375, maio 2007. Disponível em: <http://www.gestrado.net.br/images/publicacoes/13/Artigo4.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

<https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000200004>

OMS. Temas de Salud: Depresión. [S.l.]. Disponível em: https://www.who.int/es/health-topics/la-d%C3%A9pression#tab=tab_1. Acesso em 15 nov. 2022.

ORSO, Paulino José. Reformas Educacionais em tempos de golpe ou como avançar andando para trás. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lourdes. **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando, 2019. p. 233-260.

PACHECO, Clarissa *et al.* Bolsonaro falseia informações sobre processo eleitoral em reunião com embaixadores estrangeiros. **Estadão**, [s.l.], 18 de julho de 2022. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/bolsonaro-falseia-informacoes-sobre-processo-eleitoral-em-reuniao-com-embaixadores-estrangeiros>. Acesso em 23 de julho de 2022.

PANTALEO, Patricio Iván. Economía y educación en el gobierno de Mauricio Macri. Notas para una consideración histórica. **La Razón histórica: revista hispanoamericana de historia de las ideas políticas y sociales**, [s.l.], n. 40, p. 165-172, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6906472>. Acesso em: 23 dez. 2022.

PARISER, Eli. **The filter bubble**: What the Internet is hiding from you. Londres: Penguin UK, 2011.

<https://doi.org/10.3139/9783446431164>

PÉREZ, Carlos Rodríguez. No diga fake news, di desinformación: una revisión sobre el fenómeno de las noticias falsas y sus implicaciones. **Comunicación**, [s.l.], n. 40, p. 65-74, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7028909> . Acesso em 17 de jun. 2022.

<https://doi.org/10.18566/comunica.n40.a05>

PETERS, Enrique Dussel. Mexico's liberalization strategy, 10 years on: Results and alternatives. **Journal of Economic Issues**, [s.l.], v. 32, n. 2, p. 351-363, 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4227310>. Acesso em 23 dez. 2022.

<https://doi.org/10.1080/00213624.1998.11506040>

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2005. 1.v.

PIRES, Breiller. **Vouchers, ensino à distância e universidade paga, os planos na mesa de Bolsonaro**. São Paulo, 05 nov. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/01/politica/1541111385_565042.html. Acesso em: 27 jun. 21.

POIER, Salvatore. My Boss is an App. **Emulations-Revue de sciences sociales**, [s.l.], n. 28, p. 23-30, 2018. Disponível em :
<https://ojs.uclouvain.be/index.php/emulations/article/view/poier>. Acesso em 15 nov. 2022.

<https://doi.org/10.14428/emulations.028.02>

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e mestres**: a nova cultura da aprendizagem. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PRAUN, Luci; ANTUNES, Ricardo. A demolição dos direitos do trabalho na era do capitalismo informacional-digital. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 179-192.

QUEM somos. [S.l.], [200-?]. Portal: Escola sem partido. Disponível em:
<https://escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

QUIROZ, Natalia Tamara. TikTok: La aplicación favorita durante el aislamiento. **Revista Argentina de Estudios de Juventud**, [s.l.], n. 14, p. e044-e044, 2020. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/109976>. Acesso em 18 jun. 2022.

<https://doi.org/10.24215/18524907e044>

REAGAN, R. Address to the nation on the program for economic recovery. The Public Papers of President Ronald W. Reagan. **Ronald Reagan Presidential Library**, [s.l.], 24 de setembro de 1981. Disponível em:
<https://www.reaganfoundation.org/ronald-reagan/reagan-quotes-speeches/inaugural-address-1>. Acesso em: 18 jun. 2022

RIGOLETTO, Tomás; PÁEZ, Carlos Salas. As experiências internacionais de flexibilização das leis trabalhistas. In: KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracci; SANTOS, Anselmo Luis dos (org.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018. p. 183-208.

RODRÍGUEZ, Laura Graciela. Cambiemos: la política educativa del macrismo. **Question/Cuestión**, [s.l.], v. 1, n. 53, p. 89-108, 2017. Disponível em:
<https://www.perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/3699>. Acesso em: 20 nov. de 2022.

RODRÍGUEZ-FERRÁNDIZ, Raúl. Posverdad y fake news en comunicación política: breve genealogía. **Profesional de la información**, [s.l.], v. 28, n. 3, 2019. Disponível em:

<https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2019.may.14>. Acesso em: 23 jul. 2022.

<https://doi.org/10.3145/epi.2019.may.14>

ROSA, Pablo Ornelas; SOUZA, Aknaton Toczec; CAMARGO, Giovane Matheus. O combate à ideologia de Gênero na era da pós-verdade: uma cibercartografia das fake news difundidas nas mídias digitais brasileiras. **Revista Sinais**, [s.l.], v. 2, n. 23, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/29044>. Acesso em: 24 de julho de 2022.

RÜSCHE, Ana; SANTINI, Daniel. In: SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de Plataforma**. São Paulo: Elefante, 2016

RUSSO, Renato; VILLA-LOBOS, Dado; BONFÁ, Marcelo. O teatro dos vampiros. *In*: Legião Urbana. V. Rio de Janeiro: EMI Brasil, 1991. Disco de vinil.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. *In*: SAFATLE, Vladimir *et al.* **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 17-75.

SANDEL, Michael. **A tirania do mérito**: O que aconteceu com o bem comum?. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SANFELICE, José Luís. Com o golpe de 2016, para onde caminhará a educação. *In*: LUCENA, C.; PREVITALI, FS; LUCENA, L.(org.). **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia, MG: Navegando, p. 261-278, 2019.

SAINTOUT, Florencia. **Los jóvenes en la Argentina**: desde una epistemología de la esperanza. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2013.

SANTANA, Marco; ANTUNES, Ricardo. A pandemia da uberização e a revolta dos precários. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [s./], 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-pandemia-da-uberizacao-e-a-revolta-dos-precarios>. Acesso em 15 nov. 2022.

SANTAELLA, Lúcia. **A Pós-verdade é verdadeira ou falsa?**. 1 ed. Barueri: Estação das Letras e cores, 2019.

SANTIAGO, Eduardo Girão. Vertentes Teóricas sobre Empreendedorismo em Shumpeter, Weber e McClelland: novas referências para a sociologia do trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 90, n. 2, p. 87-103, fev. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/481/463>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de plataforma**. São Paulo: Elefante, 2016.

SCHINESTOCK, Clarissa Ribeiro. As condições de trabalho em plataformas digitais sob o prisma do direito ambiental brasileiro. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 80-109.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**: a política do consumo. Traduzido por Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2006, 128-129.

SENSOR TOWER. **TikTok Crosses 2 Billion Downloads After Best Quarter For Any App Ever**. Disponível em: <https://sensortower.com/blog/tiktok-downloads-2-billion>. Acesso em 18 jun. de 2022.

SILVA, Roberta D. F. C. e GONÇALVES, Leandro A. P. As pílulas do Messias: salvação, negação e política de morte em tempos de pandemia. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [s.l.], v. 30, n. 02, e300208, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300208>. Acesso em 24 jul. 2022.
<https://doi.org/10.1590/s0103-73312020300208>

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FARGONI, Everton H. E.. Escola sem partido: a inquisição da educação no Brasil. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos. **Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido unido a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 69-96.
<https://doi.org/10.29388/978-85-53111-27-5-0-f.69-98>

SILVA, Sandro Pereira. A estratégia argumentativa da reforma trabalhista no Brasil à luz de dados internacionais. **Repositório do Conhecimento do IPEA**, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8390>. Acesso em 18 de setembro de 2022

SILVEIRA, Zuleide S. Onda conservadora: o emergente movimento escola sem partido. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos. **Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido unido a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. pp. 17-48.
<https://doi.org/10.29388/978-85-53111-27-5-0-f.17-48>

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE GOIÁS. **Nota de repúdio**. Goiânia: SINPRO, data. Disponível em: <https://sinprogoias.org.br/nota-de-repudio-2/>. Acesso em 11 dez. 2022.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Minas repudia demissão de professora no Colégio São Paschoall, em Uberlândia**. Belo Horizonte: SINPRO, 23 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.sinprominas.org.br/sinpro-minas-repudia-demissao-de-professora-no-colegio-sao-paschoall-em-uberlandia/#:~:text=23%20de%20novembro%20de%202022,a%20pr%C3%A1tica%20de%20atos%20ilegais> . Acesso em 11 de dez. de 2022.

SOUZA, Tadeu de Paula; CUNHA, Gustavo Tenório. A gestão por meio da avaliação individualizante e competitiva como elemento comum nas políticas públicas e gerenciais contemporâneas: uma contribuição crítica a partir de Michel Foucault. **Saúde em Debate**, [s.l.], v. 37, p. 655-663, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/tRPQZsFdN5HXSgQhgNt5DDd/abstract/?lang=pt>. Acesso em 22 jun. de 2021.
<https://doi.org/10.1590/S0103-11042013000400013>

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues. Fake news, pós-verdade e sociedade do capital: o irracionalismo como motor da desinformação jornalística. **Revista FAMECOS**, [s.l.], v. 26, n. 3, p. e33105-e33105, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/33105/19358>. Acesso em 20 jun. 2021.
<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.3.33105>

SPIGARIOL, André; NICAS, Jack. **Bolsonaro Gathers Foreign Diplomats to Cast Doubt on Brazil's Elections**. [S./], 19 de julho de 2022. Disponível em; <https://www.nytimes.com/2022/07/19/world/americas/brazil-bolsonaro-election-fraud-claim.html?searchResultPosition=1> . Acesso em: 22 jul. 2022.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

STABILE, Max; VON BÜLOW, Marisa. O velho não morreu, o novo já está aqui: informação e participação digital na era do bolsonarismo. *In*: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (org.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 481-494.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

STOLEE, Galen; CATON, Steve. Twitter, Trump, and the base: A shift to a new form of presidential talk?. **Signs and society**, [s./], v. 6, n. 1, p. 147-165, 2018. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/full/10.1086/694755>. Acesso em 24 jul. 2022.

<https://doi.org/10.1086/694755>

SUÁREZ, Daniel. O princípio educativo da nova direita: neoliberalismo, ética e escola pública. *In*: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. Cap. 9. p. 239-256.

TAVARES, L. P.; OLIVEIRA JÚNIOR, F. L.; MAGALHÃES, M. Analysis of President Jair Bolsonaro's speeches in the midst of the pandemic: is the coronavirus just a "little flu"?. **Research, Society and Development**, [s. /], v. 9, n. 7, p. e609974469, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.4469. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4469>. Acesso em: 24 jul. 2022.

<https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4469>

TEODORO, António. **A educação em tempos de globalização neoliberal: os novos modos de regulação das políticas educacionais**. Brasília: Liber Livro, 2011.

TERIGI, Flavia. Políticas públicas en Educación tras doce años de gobierno de Néstor Kirchner y Cristina Fernández. **Revista Análisis**, [s./], v. 16, 2016. Disponível em: <https://library.fes.de/opus4/frontdoor/index/index/docId/44242>. Acesso em: 05 jan. de 2021.

THORP, H. Holden. Trump lied about science. **Science**, [s./] v. 369, n. 6510, p. 1409-1409, 2020. Disponível em:

<https://www.science.org/doi/full/10.1126/science.abe7391> . Aceso em 24 de julho de 2022.

<https://doi.org/10.1126/science.abe7391>

TIKTOK supera los 2.000 millones de descargas. [S./], 30 de abril de 2020. Portal: Elo Mundo. Disponível em:

<https://www.elmundo.es/tecnologia/2020/04/30/5eaa8bc0fdddf075c8b461c.html>. Acesso em 12 de dez. 2022.

TUDO mundo viu o uso indevido da TV Brasil. [S./], 30 de julho de 2021. Portal:

Ouvidoria cidadã EBC . Disponível em: <https://ouvidoriaciadadaebc.org/todo-mundo-viu-o-uso-indevido-da-tv-brasil/>. Acesso em 23 de julho de 2022.

TONELLO, Iuri. Uma nova reestruturação produtiva pós-crise de 2008? *In*: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 139-148.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. Poder Monetário Estrutural: do padrão ouro ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, [s.l.], 2019, v. 28, n. 3, p. 621-639, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n3art01>. Acesso em: 30 Jun. 2021.

<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n3art01>

VARIS, Piia. Trump tweets the truth: metric populism and media conspiracy. **Trabalhos em linguística aplicada**, [s.l.], v. 59, p. 428-443, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tla/a/RPhbj6dwKR9bx9pBQ4Y9JKw/abstract/?lang=en>.

Acesso em 24 de julho de 2022.

<https://doi.org/10.1590/01031813683411620200406>

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Educação na casa: perspectivas de desescolarização ou liberdade de escolha?. **Pro-Posições**, [s.l.], 2017, v. 28, n. 2, pp. 122-140. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0172>. Acesso em: 29 jun. 2021.

<https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0172>

VEREADOR fascista invade escola e agride professor em Uberlândia. Uberlândia: 12 de novembro de 2021. Portal: Causa Operária. Disponível em: <https://causaoperaria.org.br/2021/vereador-fascista-invade-escola-e-agride-professor-em-uberlandia/>. Acesso em 11 dez. 2022.

VISCARDI, Janaisa Martins. Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. **Trabalhos em linguística aplicada**, [s.l.], v. 59, p. 1134-1157, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tla/a/HWYM3LcW7yVtMY9ZbK8CWzs/?format=pdf&lang=pt> .

Acesso em: 24 jul. 2022.

<https://doi.org/10.1590/01031813715891620200520>

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. **Council of Europe**, 2017. Disponível em: <http://tverezo.info/wp-content/uploads/2017/11/PREMS-162317-GBR-2018-Report-desinformation-A4-BAT.pdf>. Acesso em 17 de junho de 2022.

WEINTRAUB vira meme da internet ao falar de descontingenciamento. **Revista Exame**, [s.l.], 18 de outubro de 2019. Disponível em:

<https://exame.com/brasil/weintraub-imita-meme-da-internet-ao-falar-de-descontingenciamento/>. Acesso em: 05 jan. 2020.

YOUNG, M. **The rise of the meritocracy**: 1870-2023. Harmondsworth: Penguin, 1958.